Clio-Psyché

Discursos e práticas na história da psicologia

ORGANIZAÇÃO
Ana Maria Jacó-Vilela
Dayse de Marie Oliveira

Clio-Psyché

Discursos e práticas na história da psicologia

Rio de Janeiro, 2018

Sumário

Unidade III. Discursos e práticas na história da psicologia

Parte IV – Modos de pensar e fazer psicologia através da história

Parte V – Encontros e desencontros entre a psicologia e outros saberes ao longo da história

Unidade IV. Depoimentos

Unidade V. Outras histórias...

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.

— Guimarães Rosa
em *Grande Sertão: Veredas*

Apresentação: Nossas práticas em história da psicologia

Ana Maria Jacó-Vilela
Dayse de Marie Oliveira

Há quase vinte anos realizamos os Encontros Clio-Psyché. O primeiro, pequeno, pouco divulgado, com somente uma pesquisadora de fora do Rio de Janeiro – Prof.ª Maria Helena Souza Patto, da USP – ocorreu em 1998. De imediato, organizamos um livro-coletânea, reunindo a conferência de Maria Helena, o belíssimo depoimento do Prof. Antonio Gomes Penna (intitulado "Minha caminhada na Psicologia"), as contribuições das mesas e, especialmente, das sessões coordenadas – era nosso interesse, à época, também dar visibilidade aos jovens pesquisadores.

De lá para cá, esta proposta se manteve. A cada Encontro, uma nova coletânea. Esta sequência permite apontar duas diferenças, entre as primeiras e as atuais: a partir do V Encontro, passamos a realizar o evento bienalmente, podendo nos dedicar então, em um ano, ao evento, e no seguinte, à produção do livro. Desde o X Encontro, temos uma grande participação de estrangeiros, oriundos principalmente da Argentina, onde a área de história da psicologia é muito forte, havendo diversos grupos de pesquisa e uma intensa publicação. Assim, esse é um intercâmbio extremamente edificante para nós.

Não pretendemos discutir aqui sobre o aprofundamento da investigação histórica que ocorreu nesse período. Uma leitura dos textos publicados, relativos aos diversos Encontros, possibilitará a percepção do avanço e a maior abrangência das discussões.

Queremos relatar aqui a riqueza do XI Encontro, a qual está muito presente neste livro.

Em primeiro lugar, tivemos uma grande presença de historiadores da psicologia oriundos de outros países, alguns da Europa (Espanha) e muitos da América Latina (Colômbia, México, Peru e Argentina), além de nossos colegas brasileiros. Essa diversidade permitiu que organizássemos – e aqui estão apresentadas – duas mesas: uma sobre cooperação internacional e outra em

homenagem a Emílio Mira y López (1896-1964), personagem da história da Psicologia da Espanha, da Argentina, do Uruguai, do Brasil e de inúmeros outros lugares do mundo onde ministrou cursos, realizou conferências e teve seus livros editados. Esta homenagem teve como justificativa a comemoração dos cinquenta anos de seu falecimento.

Tivemos a oportunidade também de contar com dois depoimentos de personagens ímpares – e muito diferentes – da história da psicologia no Brasil. Esses depoimentos estão transcritos neste livro. São eles: o do Prof. Arrigo Angelini, professor Emérito da USP, que foi o primeiro presidente do Conselho Federal de Psicologia, ex-presidente da Sociedade Interamericana de Psicologia e representante do Brasil em diferentes instâncias internacionais; e o de Gregorio Baremblitt, argentino radicado no Brasil há quarenta anos, introdutor da análise institucional entre nós.

Os demais textos deste livro se referem a participações específicas e enriquecedoras, como a de Francisco Teixeira Portugal ("Políticas discursivas na história da Psicologia"), de Fernando Lacerda e de Maria Andrea Piñeda ("Modos de pensar e fazer psicologia através da história"), de Maria Lúcia Boarini e Juan Alberto Litmanovich ("Encontros e desencontros entre a psicologia e outros saberes ao longo da história").

Constam também desta edição alguns outros trabalhos de suma relevância na historiografia da psicologia. Dois deles se dedicam à questão da Reforma Psiquiátrica: o de Maria Stella Brandão Goulart e seu grupo em Minas, que discute sobre o voluntariado brasileiro em Trieste; e o de Gláucia Silva e Maria Lúcia Boarini, sobre a relação entre os trabalhos de Nise da Silveira e as diretrizes da Reforma. Outros três trabalhos se referem à análise da contribuição de personagens específicos, como o de Rodrigo Miranda, Annette Hoffman e Marina Massimi sobre as neurociências, apontando o papel de Miguel Covian. Outro, de Tomás Caycho, discute o pensamento psicológico de Walter Blumenfeld. Um terceiro analisa a influência de William James sobre a produção de Jung. O último trabalho, de Lélio Fernando Martins, Adjane da Silva Batista e Andressa Maciel Corrêa (FAMATH), analisa um dos campos profissionais de atuação do psicólogo, o da violência doméstica.

Esse é o conteúdo deste livro, que agora submetemos ao escrutínio dos leitores. Para nós, que temos nos dedicado ao fazer historiográfico, tentar responder a perguntas que o presente nos traz implica construirmos uma

história do passado por meio de narrativas. Dessa forma, é uma alegria trazermos estes trabalhos à luz, aguardando o retorno dos leitores e a realização de novos encontros, pois acreditamos que a psicologia é uma construção coletiva que dialoga constantemente com seu legado, para o que este livro pretende contribuir.

Prefácio

Cristiana Facchinetti
Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

Por sua longevidade e importância, o Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia *Clio-Psyché*, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/Brasil), coordenado por Ana Maria Jacó-Vilela desde 1998, vem se consolidando como um núcleo de intensas atividades de pesquisa, ensino, divulgação e publicação em história da psicologia. Seus eventos bianuais converteram o Programa em um centro de reunião interinstitucional e internacional de historiadores dos saberes psicológicos, tornando-o *locus* de produção e divulgação de trabalhos policêntricos, partícipes da consolidação de uma reflexão historiográfica e social do conhecimento psicológico.

O livro *Clio-Psyché: discursos e práticas na história da psicologia*, cuidadosamente organizado por Jacó-Vilela e Oliveira, apresenta ao amplo público universitário e de pós-graduação o acúmulo das reflexões adquiridas ao longo de um desses eventos, o "XI Encontro do Clio-Psyché". Trata-se de um conjunto de trabalhos selecionados por suas análises precisas e que ultrapassam as bordas locais e nacionais. Alguns autores foram convidados como palestrantes e conferencistas e, agora, presenteiam-nos com um texto mais aprofundado sobre o tema; outros, porém, foram convidados para esta coletânea após envio espontâneo de trabalhos e apresentação primorosa ao longo do evento.

Em conjunto, os textos são uma contribuição valiosa para quem considera investigar como determinados sistemas conceituais se transnacionalizam e produzem práticas psicológicas variadas. Nesse processo, ganhamos acesso a redes científicas e a processos de apropriação, (re)interpretação e aplicação dos saberes psicológicos, de acordo com referências temporais, culturais e sociais.

Para possibilitar essa diversidade, os autores da coletânea são de diferentes instituições e possuem inserções acadêmicas variadas, capazes de conformar um conjunto bastante amplo e aprofundado de reflexões. Em

conjunto, os capítulos contribuem para um diálogo original entre a história e a psicologia, formando um mosaico da Ibero-América.

Apesar de estarem organizados ao longo do livro pelos temas do Encontro, os capítulos também podem ser sistematizados a partir de diferentes eixos de problemas que trazem e que permitem contextualizar os mais diversos trabalhos teóricos, trajetórias profissionais e práticas científicas.

Assim, o primeiro eixo de discussão que convém destacar diz respeito aos "modos de pensar e de fazer história da psicologia", que inclui importantes reflexões sobre a relação entre marxismo e a história e historiografia da psicologia, capítulo de Fernando Lacerda, da Universidade Federal de Goiás (Brasil); e um debate historiográfico relevante sobre as diferentes culturas psicológicas, de Maria Andrea Piñeda, da Universidad Nacional de San Luis (Argentina). As organizadoras convidaram também Nádia Maria Dourado Rocha, da Faculdade Ruy Barbosa, na Bahia (Brasil) para apresentar os autores e o debate.

Um segundo eixo de problemas está aqui nomeado como "práticas e lugares da psicologia", e lança luz sobre as práticas psicológicas e os lugares de atuação em que os saberes *psi* estiveram presentes. Nesse eixo está o excelente trabalho de Juan Alberto Litmanovic (Universidad Iberoamericana México) sobre a entrada da psicanálise em um mosteiro beneditino, na década de 1960, bem como o precioso depoimento de Gregorio Baremblit (Instituto Félix Guattari/Brasil) sobre a influência da psicanálise argentina para a psicanálise brasileira no contexto das ditaduras dos dois países.

No que diz respeito às trajetórias e produções intelectuais, estas sublinharam o papel de um personagem que contribuiu sobremaneira para a psicologia em diversos países. Emílio Mira y Lopez foi investigado em sua trajetória profissional na Espanha (por Annette Müllberger, da Universidade Autônoma de Barcelona, e por Ana Maria Jacó-Vilela, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), na URSS (por Helio Carpintero, da Real Academia de Ciencias Morales y Políticas de España), na Argentina (por Rosa Falcone, da Universidad de Buenos Aires) e no Brasil (por Nádia Rocha, da Faculdade Ruy Barbosa-BA).

Outra preocupação central desse Encontro foi o estudo acerca da formação de psicólogos. Neste eixo de problematização, estão incluídos o importante trabalho de Francisco Portugal (Universidade Federal do Rio de Janeiro), com sua elucidativa história acerca da psicologia social e das políticas de formação em psicologia no Rio de Janeiro; o valioso depoimento de Arrigo

Angelini (USP/Brasil) sobre as práticas de formação na Universidade de São Paulo; e também um debate contemporâneo sobre o papel da formação do psicólogo diante dos desafios da intersetorialidade (de Maria Lúcia Boarini, da Universidade Estadual de Maringá).

Finalmente, um último eixo envolve reflexões mais diretas acerca do processo multidirecional da internacionalização da psicologia e de sua história. Essa articulação encontra-se bem apresentada em termos das "políticas discursivas", nos textos organizados a partir do encontro entre Alexandre Carvalho (CEFET/Brasil), Ana Maria Talak (UNLP/Argentina), Francisco Portugal (UFRJ/Brasil) e Tomás Caycho (UPN/Peru); e da discussão acerca da "cooperação internacional em história da psicologia", nos textos organizados a partir do diálogo travado entre Rubén Ardila (UNC/Colômbia); Saulo de Freitas Araujo (UFJF/ Brasil); Hugo Klappenbach (UNSL/ Argentina) e Márcio Luis Costa (UCDB/Brasil). Esse último conjunto de textos reflete sobre os novos desafios historiográficos e profissionais diante da realidade tão bem exemplificada no "XI Encontro do Clio-Psyché".

O último eixo nos traz de volta para o início deste prefácio. Comecei dizendo que o Clio, nos seus quase vinte anos de funcionamento, vem se constituindo em um dos centros de ebulição das novas propostas de leitura e interpretação acerca da história e historiografia da psicologia, ou dos saberes psicológicos, se preferirem. Desde 2010, em conjunto com outras instituições nacionais e internacionais, construiu e participa ativamente de uma rede de pesquisadores que traz para si o desafio de tirar a história da psicologia "da caixinha", como dizem por aí, a RIPeHP. É nesse sentido que este Encontro e o livro que dele resultou constituem-se como exemplares do esforço para deslocar o eixo eurocêntrico e anglo-saxônico, ultrapassando a tradicional visão de Estado-Nação, na direção de uma história global que considere as cooperações e articulações políticas multicêntricas, bem como a circulação de conhecimento em redes transnacionais.

Desse modo, tenho certeza de que esta obra oferece material útil e eficaz para leitores em geral, bem como para estudantes e pesquisadores que procurem sínteses atualizadas e recentes sobre o assunto, que ultrapassam as já tradicionais barreiras do centro-periferia.

UNIDADE I

Contribuições da Rede Ibero-americana de pesquisadores em história da psicologia

PARTE I
Políticas discursivas na história da psicologia

Capítulo 1
História da psicologia social e políticas da formação em psicologia

Francisco Teixeira Portugal

Em 1929 e em 1954, duas obras criaram, com sucesso, territórios da história da psicologia e da psicologia social. Tanto o trabalho de Boring (1929) quanto o de Lindzey (1954) foram elaborados e associados à criação de departamentos de psicologia e de psicologia social. Ambos constituíram forças para a autonomia institucional da psicologia nas universidades norte-americanas, embora a história ali contada não manifeste o objetivo de fornecer consistência institucional à psicologia. A história, certamente mais ampla, da constituição dos departamentos de psicologia nas universidades norte-americanas relacionada a estes dois projetos, ilustra o argumento aqui apresentado: o de que o isolamento entre a análise epistemológica ali presente e suas consequências institucionais constituem elemento central desse tipo de projeto, embora não seja nosso objetivo expô-la. Foi – e é – política desses projetos segmentar os aspectos conceituais e políticos e territórios institucionais, conceituais e subjetivos. Interessa-nos, neste texto, evidenciar que a formação em psicologia e em psicologia social, presentes nas disciplinas e na estrutura curricular e institucional de alguns cursos universitários de psicologia no Brasil, prendem-se, em linhas gerais, à ordenação ali constituída.

A palavra "política" não apresenta muita relevância em amplos segmentos dos cursos de psicologia, mas há aspectos políticos a serem considerados sempre que se toca em questões sobre a emergência de um saber e os caminhos próprios a ordenação de conhecimento e das práticas envolvidos com as relações entre os homens. À história da psicologia cabe, portanto, considerar tal dimensão de nossas práticas. O movimento histórico aqui exposto questiona a naturalidade da psicologia e as opções majoritárias – a história da ciência impondo limites e orientações *a priori* –, buscando apontar as diferenças introduzidas na história, e não ratificar as identidades em curso.

Dois modos disseminados de fazer história, próprios dos historiadores de psicologia, consistiam na produção dos manuais de história da psicologia, com

seus grandes "temas" e "escolas", e do conhecimento teórico-sistemático que tomava seu suporte e seu limite na obra de um autor. Distinguindo-se dessa história dos grandes nomes e dos grandes temas, apresentava-se-nos, como questionamento, uma história dos problemas que avaliava o próprio fazer histórico. No momento em que, aparentemente, o historiador se libertava dos grilhões, uma história impositiva porque foi constituída em torno dos nomes e temas, as preocupações desse teor empurravam-nos à busca de um procedimento seguro para que pudéssemos fazer história. Livres dos conteúdos, prendíamo-nos a uma axiomática. Perguntas que antecediam a pesquisa, "Qual o método utilizado ou a ser utilizado?", figuravam como resquícios do passado, reificando o método e mantendo isolado da produção histórica seus efeitos cotidianos. O entedimento e o empreendimento de uma história da psicologia são, também eles, construídos historicamente e em contato com comunidades de escritores, pesquisadores, professores etc., com os quais nos confrontamos cotidianamente. Nós, psicólogos interessados no tema, buscávamos a autorização para fazer história, não privilegiadamente pela leitura daquelas já produzidas, mas pelo estudo sistemático dos modos de fazer história. Assim, encontrávamos um lugar ao sol se pudéssemos informar que fazíamos uma história social, uma história da ciência, e assim por diante, removendo nesse ato a variedade inicial dos caminhos e, efeito a ser sempre considerado, secundarizando a positividade dos arquivos. Foi assim, com a valorização da produção local, de seus arquivos e da institucionalização da pesquisa em história da psicologia que surgiu uma proposta renovadora de investigar a psicologia no Brasil.

Na década de 1980, a curiosidade pela emergência e distribuição da psicologia no Brasil derivava das preocupações de uma emergente psicologia social, que propunha a valorização dos condicionantes históricos e sociais locais em confronto com os condicionantes usualmente atribuídos pela literatura de então à psicologia social norte-americana (Lane e Codo, 1984). Inspirados pela proposição marxiana materialista dialética, uma nova identidade disciplinar configurou-se, apesar do esforço coletivo que privilegiava a dimensão histórica da subjetividade. A despeito da riqueza da renovação da psicologia social nas décadas seguintes, os esforços identitários continuaram presentes, arriscando o silenciamento dos problemas existentes em seu surgimento ou mesmo a simplificação das identidades contraditórias. O simplismo com que a psicologia social norte-americana é abordada nos cursos de psicologia social, agora que não constitui mais a perspectiva hegemônica, é testemunha dessa operação.

A psicologia social então emergente colocava um problema de fundo para a psicologia: se o fundo da subjetividade é histórico e social, se ele deve ser buscado em um trabalho como o de Sísifo, considerada a transitoriedade tanto dos objetos como das axiomáticas dos processos de subjetivação, constitui o centro da investigação psicológica o exercício histórico.

Consequentemente, outro procedimento a ser evitado corresponde a conceitos-captura que, derivados de análises históricas, são replicados em outros locais e tornam-se condições para fornecer inteligibilidade ao material investigado.

Cabe, portanto, à produção histórica da psicologia valorizar arquivos, narrativas históricas e práticas correntes motivadas pelo desejo de intervir nas existências contemporâneas. A emergência e a circulação da psicologia no Brasil esteve, nos seus primeiros momentos, e está relacionada à psicologia produzida em outros locais e dirigida a outros problemas. A circulação do conhecimento é uma evidência que não precisa ser comentada, o que cabe questionar é a postura colonizada com relação à produção de conhecimento do chamado centro de produção do conhecimento.

A valorização dos modos pelos quais conhecimentos se tornam psicológicos e as orientações "psicológicas" de nossas ações historicamente plasmadas devem derivar tanto de uma cuidadosa análise de fontes históricas e da problematização de uma natureza psicológica como do desejo de intervir no presente. Uma história consistente, aberta aos problemas atuais e que nos ofereça entendimento das razões pelas quais vivemos dessa maneira, ao mesmo tempo que fornece instrumentos para nossa transformação. A análise de aspectos políticos da história fornece nova consistência aos nossos problemas e constitui, nesse afazer, ferramenta de luta. Nesse sentido, o exercício da história da psicologia que valoriza os arquivos, as narrativas históricas motivadas pelo desejo de intervir nas formas contemporâneas de experiência em que a psicologia se tornou um saber canônico, ganha uma relevância que, se levada adiante, contribui para a reformulação inovadora de nossa área.

De como uma prática histórica se torna hegemônica

Parte de minha formação em psicologia social no curso de graduação constitui exemplo de uma experiência disseminada na virada da década de 1980 para 1990. Como aluno de graduação participei das disciplinas

obrigatórias oferecidas pelo Departamento de Psicologia Social. Naquele momento, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, essas disciplinas tinham como conteúdo programático privilegiado o que tem sido denominado desde então psicologia social cognitivo-experimental.

O estudo dos principais conceitos, das teorias, dos experimentos, a leitura dos textos dos autores canônicos e as sugestões metodológicas dessa prática acadêmica em psicologia social produziam um estranhamento entre os estudantes que, naquela época, tinham dificuldade em objetivar, mas podiam ser explicitados como o reconhecimento de certo artificialismo das propostas e o distanciamente entre as teorias em psicologia social e nossa experiência cotidiana como participantes de grupos sociais. Os estudos de conformidade social de Asch eram para nós incompatíveis, dada a ingenuidade do experimento, com a vida grupal de um estudante dessa cidade. A leitura, muitos anos mais tarde, do texto "A psicologia social como história" (Gergen, 1973) expunha criteriosamente as razões desse desencantamento, recomendando que nos voltássemos à história para a construção da psicologia social.

Perguntávamos como estudar os processos sociais a partir da psicologia, submetendo, do ponto de vista lógico, as interações sociais ao indivíduo. Para aqueles que haviam se interessado pela história da psicologia, evidenciava-se uma dinâmica comum a um grande número de disciplinas do curso: os conceitos eram apresentados sem relacioná-los às suas proveniências. Era como se uma lógica emergisse de um campo restrito, isso porque o recurso pedagógico frequentemente usado em sala de aula reduz o início incerto e inseguro dos saberes acadêmicos ao que é importante atualmente.

Aqueles estudos em psicologia social surpreendentemente não diziam respeito a nenhum acontecimento minimamente relevante na experiência cotidiana de morador da cidade do Rio de Janeiro. Aquela psicologia social encantada pelos procedimentos experimentais elaborados na década de 1960 nas universidades norte americanas como artifício de validação de seus enunciados produziam um desinteresse geral. Naquele tempo buscávamos então uma abordagem mais elaborada no ambiente acadêmico e mais difundida socialmente, e nos dirigíamos para as abordagens clínicas. Seguíamos, assim, a opção majoritária dos psicólogos.

Tendo participado da formação acadêmica de psicólogo como estudante, retornei a ela como docente de psicologia social. Não foi sem desalento que me voltei às referências de que dispunha. Para minha surpresa, havia uma

grande distinção entre o que eu havia aprendido como modelo hegemônico da psicologia social e o que (descobri) havia sido produzido de "alternativo" desde a década 1970. Em alguns casos podíamos retroceder à década 1960 e encontrar novidades, e havia mesmo o resgate (não no sentido de uma investigação erudita, mas do efetivo diálogo proposto por alguns daqueles pensadores) de autores do século XIX, como Gabriel Tarde.

Enfim, um novo mundo que levava o nome psicologia social se apresentava ao investigador. Bastava uma pesquisa com o descritor psicologia social para que grande número de escritos fora do eixo que a formação nos havia levado a ver como dominante se apresentassem. Tais trabalhos, em grande quantidade, não figuravam entre as abordagens que fizeram a psicologia social cognitivo-experimental ser considerada o carro chefe da disciplina algumas décadas atrás.

A questão como a psicologia social abordava o que genericamente era chamado problema social e suas formas de atuação se recolocavam e, com elas, a necessidade de repensar a formação acadêmica.

Alguns problemas se colocaram na nova produção da psicologia social

As categorias que regiam um caminho restritivo da psicologia social foram claramente expostas por Kruger (1986). Naquele momento, tal psicologia social, considerada triunfante, divulgava seus pressupostos como sendo o individualismo, o experimentalismo, a microteorização, o etnocentrismo, o utilitarismo, o cognitivismo e o a-historicismo. Cada uma das características anunciadas tem sido objeto de considerações críticas elaboradas por autores da própria psicologia social e das ciências sociais (Farr, 1996; Greenwood, 2003; Lane e Codo, 1984; Gergen, 1973; Martin-Baró, 1996; Fox et al., 2009).

Assim, desde a década de 1960, tem havido movimentos de renovação em psicologia social que emergiram em diversas partes do mundo. Para citar algumas, nos EUA – o construcionismo social, a psicologia crítica –, no Reino Unido – o grupo da psicologia discursivista, a etogenia, o realismo crítico –, na França – a teoria das representações sociais – e na América Latina – a psicologia da libertação, a psicologia social comunitária, as abordagens sócio-históricas e histórico sociais. Atualmente, nos cursos de Psicologia Social nas universidades, essa variedade de produções que contabiliza muitas décadas é apresentada e acompanhada de um sentimento "crítico" que nem sempre con-

tribui para a inovação ou para a abertura às novas questões colocodas a nós. É que a crítica desacompanhada da história tem se transformado muito frequentemente em militantismo empobrecido.

Uma breve história da formação do modelo norte americano de psicologia social

Historicamente, podemos situar a formação da psicologia social cognitivo-experimental como um acontecimento ocorrido nos EUA após a Segunda Grande Guerra (Farr, 1996). Sua identidade conceitual e institucional foi forjada nesse momento, ainda que como um amálgama de pesquisas cujos autores, além dos norte-americanos, foram recrutados em diferentes partes da Europa.

A variedade de pesquisas realizadas ganhou um contorno disciplinar retratado (e produzido) pelo *Manual de Psicologia Social* organizado por Lindzey, em 1954. A obra reunia uma enorme quantidade de autores de diferentes universidades e contava com um alentado capítulo de abertura escrito por Gordon Allport, que ofereceu uma captura epistemológica para o campo. O trabalho organizador de Lindzey e a leitura positivista de Allport contribuíram para ordenar um campo disciplinar, instituindo um dentro e um fora, quer pelos critérios de seleção dos temas abordados e autores convidados pelo primeiro, quer pelas justificativas epistemológicas oferecidas pelo segundo.

Nessa história, gostaria de indicar o entendimento, oferecido por Allport, da psicologia social como uma subdisciplina da psicologia geral. A psicologia social, na célebre definição/descrição oferecida naquele texto, poderia/deveria ser entendida da seguinte forma:

> Com pouquíssimas exceções, psicólogos sociais consideram sua disciplina como *uma tentativa de entender e explicar como os pensamentos, os sentimentos e os comportamentos dos indivíduos são influenciados pela presença real ou implícita de outros* (Allport, 1954, p. 5, tradução minha, grifo do original).

Assim sendo, embora a definição tenha um caráter eminentemente prático, uma vez que o autor reconhece que, de uma forma geral, toda psicologia tenha de ser social, o ponto principal é o que afirma ser a psicologia social, acima de tudo, um ramo da psicologia geral, e a ênfase, a mesma: a “natureza humana localizada na pessoa”.

Assim sendo, a psicologia social sacramentava a opção individualista e a pesquisa se limitava a entender como os indivíduos afetam os indivíduos em grupos. As pesquisas elaboradas nas décadas seguintes partiam sempre de um modelo de homem com características próprias: adulto, branco, classe média, racional, isto é, um modelo de homem, um homem médio. O etnocentrismo se fazia valer tanto nas relações internas ao país quanto nos contatos com outros grupos estrangeiros.

Essa opção individualista, contudo, demandava uma explicação histórica. Como uma psicologia social poderia ser individualista? Por que caminhos essa operação teria ocorrido? Farr (1996) apresentou uma história das transformações institucionais e Greenwood (2003) expôs a transformação dos conceitos. Atualmente, ambas impactam nossa formação em psicologia e psicologia social.

A primeira diz respeito a certa configuração departamental e às formas pelas quais as disciplinas são oferecidas a partir dessa organização institucional. A autonomia universitária das universidades brasileiras garante a diversidade dos currículos, mas não é incomum os cursos se organizarem em uma configuração que guarde semelhanças com a imagem de uma psicologia geral de outrora; uma psicologia geral e experimental (hoje transformada em psicologia dos processos básicos) que nos forneceria informações sobre os principais sistemas de psicologia e suas formas (científicas) de legitimação do conhecimento produzido e as psicologias daí derivadas, entre elas a psicologia social. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, por exemplo, o Instituto de Psicologia conta com quatro departamentos, e o Departamento de Psicologia Social oferece a primeira disciplina aos estudantes somente no quarto período, isto é, após uma formação básica nos principais sistemas e temas da psicologia. Afinal, seguindo a argumentação da Allport, a psicologia social é basicamente um ramo da psicologia geral.

Tal forma de estruturação curricular também se coaduna com outra das características indicadas por Kruger em 1986: a microteorização. Sabemos como essa variedade de pesquisas agrupadas genericamente (e inadequadamente) sob o nome psicologia social cognitivo-experimental, psicologia social psicológica ou psicologia social moderna teve dificuldades em formular uma teorização de amplo alcance. O procedimento difundido foi aplicar conhecimentos das, outrora, grandes teorias da psicologia – o behaviorismo, a psicologia da Gestalt (de onde inicialmente derivou o cognitivo no nome da psicologia social) e, em

menor número, a psicanálise – aos problemas da psicologia social. Tal aplicação envolve uma história matizada que envolve desde as formulações originais de Lewin ao experimentalismo de Festinger e as apropriações muito próprias da psicanálise em situações bastante diferentes das de sua emergência clínica (Goldstein, 1980).

Desse modo, os cursos de psicologia carregam, ainda que não exclusivamente, uma organização herdada de um entendimento da psicologia que foi forjado junto com a formação dos departamentos de psicologia ao longo da primeira metade do século XX nos EUA. Um movimento marcado pela busca de autonomia na psicologia em relação aos locais institucionais onde era até então gerida, isto é, nos departamentos de filosofia, daí a retórica positivista casada à defesa de certa concepção de ciência. Essa busca pela diferenciação da psicologia da filosofia também ocorreu no campo da sociologia. Disciplinas que surgiram concomitantemente, tanto a sociologia quanto a psicologia constituíram seus departamentos na universidade norte-americana simultaneamente. Essa distinção foi importante para a delimitação do campo da psicologia ao escopo do indivíduo ou do sujeito.

Esse esforço de autonomização da psicologia e formação dos departamentos foi, em grande parte, responsável pela individualização e valorização da perspectiva experimental na disciplina. Uma luta muito acirrada em que o caso William James é bastante expressivo. James, considerado pela comunidade psicológica, há longo tempo, como um dos principais formadores da psicologia nos EUA, lutou ativamente – de sua reconhecida posição de intelectual em Harvard, como um dos pilares do pragmatismo e autor dos *Princípios de Psicologia* – contra a autonomização da psicologia. A questão mais geral da fragmentação do conhecimento envolvia um variado conjunto de intelectuais do início do século em debates sobre o arranjo das disciplinas nos itens especialização, profissionalização da atividade e institucionalização das disciplinas. Assim sendo, James, imerso em um debate que ultrapassava a psicologia, teve sua posição derrotada. A posição de Münsterberg, por ele convidado a lecionar em Harvard, foi vencedora, valorizando a especialização. James não considerava que a solução seria uma síntese arquitetônica do conhecimento comandada pela superdisciplina filosofia, nem mesmo uma síntese metodológica. Para ele, a filosofia consolidaria o solo do conhecimento não com a massa intelectual, mas socialmente – isto é, contribuindo para uma formação aberta e pluralista de investigadores (Bordogna, 2008).

É nesse contexto que devemos inserir o livro de Boring (1929) em busca de uma história da psicologia experimental, artifício legitimador da autonomia do departamento de psicologia. Nesse momento, a psicologia social que se tornara hegemônica tem suas condições de emergência explicitadas.

Com o crescimento gradativo das publicações norte-americanas com o título de psicologia social – que apresenta um salto expressivo já na década 1920, com a migração de muitos europeus, principalmente a partir de 1933 – a psicologia social como disciplina se difunde nos EUA. Vale lembrar que, em um primeiro momento, isto é, na psicologia social elaborada em período anterior à Segunda Guerra Mundial, já havia estudos numerosos e relevantes na tradição sociológica, que foram se isolando gradativamente da psicologia social produzida nos cursos de psicologia (Britt, 1937). Cabe apontar também estudos de psicologia social que se afastam dos departamentos de psicologia para ganhar vida comercial, como as pesquisas de opinião de uso extensivo nas campanhas políticas e comerciais (The Century of the Self, BBC). Podemos dizer que houve estudos em psicologia social nos EUA anteriores e contrários a essa separação, como os de George Mead. Essa é uma história interessante e que toca na situação atual de nossa formação.

Mead, juntamente com James, Dewey e Peirce, constituem os principais pilares do pragmatismo. Simultaneamente, é um pensador profunda e longamente preocupado com a elaboração de uma psicologia social sofisticada. Para alguns de seus comentadores (Cook, 1993), sua psicologia social corresponde ao centro de seu esforço filosófico: o pragmatismo. Mead desenvolveu uma ontologia social da consciência e de si que descarta a oposição indivíduo/grupo. Além disso, seu envolvimento com os problemas sociais da cidade de Chicago foi tão intenso que, durante aproximadamente dez anos, ele se afastou de suas obrigações como professor da Universidade de Chicago para atuar em associações, dentro da democracia associativista daquela cidade que crescia vertiginosamente com todos os problemas de imigração, das insalubres e injustas condições de trabalho da intensa industrialização e das dificuldades com a educação pública.

Contudo, sua apropriação pelos que se inseriram em departamentos de sociologia, e o concomitante descarte de sua obra pelos que se vincularam aos departamentos de sociologia, constitui mais um caso que, Britt, um sociólogo da George Washington University, se lamentava em 1937 como sendo a divisão institucional da psicologia social, forte tanto na *American Psychological Associa-*

tion (APA), criada em 1892, como na *American Sociological Association* (ASA), criada em 1905, mas sem nenhum contato entre elas.

Essa divisão também foi exposta por Farr (1996), que se satisfez em apontar duas formas da psicologia social: a psicológica e a sociológica. Esse caminho bifurcado tem encontrado ressonâncias, como no manual de psicologia social escrito por Álvaro e Garrido (2006), *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas,* que se propõe à apresentação de modelos de psicologia social, incluindo autores que fizeram sua história de forma isoloda na psicologia ou na sociologia.

Para finalizar

Tendo o variado conjunto de investigações produzidas nos EUA no pós-guerra sido organizados em um "modelo" – a psicologia social moderna – que gradativamente se afasta dos problemas sociais com os quais esteve envolvido, esse conjunto de pesquisas encontrou dificuldades para sua reprodução. Podemos dizer que houve uma enfática exigência cientificista/acadêmica, uma disciplina bem-sucedida que acabou por demandar exigências demasiadas para a produção de enunciados gradativamente de menor relevância social em um momento de expressiva mudança: a década de 1960. O enrijecimento da disciplina foi acompanhado de movimentos inovadores no campo da psicologia.

A história do que vem sendo elaborado como psicologia social, a partir dos anos 1970, tem sido o centro de cursos universitários dessa disciplina. Uma história rica tanto na produção conceitual como na distribuição geográfica em que a América Latina ganhou posição relevante.

Não é meu objetivo neste momento contar as histórias (por mais variadas e interessantes que sejam) a partir daí, mas evidenciar como tal renovação conceitual surgida sob a categoria psicologia social, que reacendeu o envolvimento da psicologia com questões como desigualdade, pobreza, minorias, gênero, política, colonialismo, história, demanda também uma reformulação da formação universitária.

A inovação conceitual produzida pela psicologia social nesse quase meio século, desde as primeiras problematizações do modelo hegemônico cognitivo-experimental, ainda que não esteja evidentemente livre das legitimações acadêmicas hierarquizantes e especializantes, é muitas vezes obliterada

pela manutenção de uma estrutura curricular que repete, na formação universitária, uma estrutura conceitual de outrora.

Nesse sentido, caberia questionar a divisão departamental, a valorização de "escolas" ou "sistemas de pensamento" na psicologia, a canonização de métodos, o privilégio da formação clínica.

Caberia, mais profundamente, investigar os aspectos políticos da formação em psicologia e retomar mais intensamente a investigação das forças subjetivadoras de nossas práticas em que a formação constitui momento crucial.

Referências

Allport, G. "The historical background of modern social psychology". In Lindzey, G. (ed.). *Handbook of social psychology.* Reading: Addison-Wesley, 1954.

Álvaro, J. L. e Garrido, A. *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas.* São Paulo: McGraw Hill, 2006.

Bordogna, F. *William James at the Boundaries: philosophy, science, and the geography of knowledge.* Chicago: University of Chicago Press, 2008.

Boring, E. G. *History of experimental psychology.* Nova York: Century, 1929.

Brit, Steuart Henderson. "Social psychologists or psychological sociologist? —Which". *Journal of Abnormal and Social Psychology*, n. 32, pp. 314-18, 1937.

Cook, G. A. *George Herbert Mead: the making of a social pragmatist.* Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 1993.

Fox, D. et al. (eds.). *Critical psychology: an introduction.* London: Sage, 2009.

Gergen, K. J. "Social psychology as history". *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 26, n. 2, pp. 309-20, 1973. Edição em português. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000300018&script=sci_arttext#back.

Golstein, J. H. *Social psychology*. Nova York: Academic Press, 1980.

Greenwood, J. D. *The disappearance of the social in American social psychology*. Cambrigde: Cambrigde University Press, 2003.

Kruger, H. *Introdução à psicologia social*. São Paulo, EPU, 1986.

Lane, S. T. M. e Codo, W. (orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

Lindzey, G. (ed.). *Handbook of social psychology.* Reading: Addison-Wesley, 1954.

Martin-Baró, I. "O papel do psicólogo". *Estudos em Psicologia*, v. 2, n. 1, pp. 7-27, 1996.

PARTE II

Cooperação internacional em história da psicologia

Capítulo 2
Internacionalização em debate

Márcio Luís Costa

O objetivo deste texto é apresentar a mesa de discussão sobre o tema da internacionalização na história da psicologia. Como tal, o seu alcance reflexivo é limitado, deixando essa tarefa para os textos dos debatedores.

O poder passar de uma ideia a outra parece ser algo que acompanha a constituição dos saberes em geral e, consequentemente, também daqueles que formam o campo da psicologia e sua história. Neste debate, mais importante que a ideia é o poder passar, ainda que, ao falar dele, o façamos na forma de ideações, passadas na escrita e na leitura. A internacionalização, como uma modalidade do passar de muitas ideias a muitas outras ideias, e de muitos lugares a muitos outros lugares, está sempre presente como possibilidade na constituição dos saberes, também daqueles que narram e discutem a história da psicologia.

Os conteúdos de uma ciência, uma vez globalizados, isto é, passados de todos os lugares para todos os outros lugares, nos permitem dialogar com/sobre eles desde diferentes latitudes e longitudes. Parece que os saberes em psicologia e sua história passam por aí: saberes globalizados que nos permitem um diálogo com projeção global a partir de encontros/desencontros situados nas diferenças regionais. Ao reconhecermos elementos comuns e diferenças específicas nas ideias e práticas globais dos saberes psicológicos e sua história, torna-se estimulante a possibilidade do encontro e da troca, do aprendizado e da construção a muitas mãos.

Mas o diálogo e a troca têm suas condições formais e materiais. Formais, no que diz respeito à possibilidade mesma de sua proposição, e materiais, no que diz respeito às suas mediações pessoais e institucionais. Desde o ponto de vista formal, é necessário definir e discutir a conceitualidade básica a partir da qual a discussão do tema da internacionalização está sendo proposta. O que é isto: a internacionalização dos saberes do campo da psicologia e sua histó-

ria? Desde o ponto de vista material, é necessário enfrentar questões muito elementares, tais como aquelas que interrogam pelo que será internacionalizado, por quem serão os agentes da internacionalização, pela forma como isso vai acontecer e quem irá financiar o projeto de internacionalização. Em cada uma dessas perguntas será necessário elucidar o "quem pergunta", o "que se pergunta" e "a quem se pergunta".

A internacionalização, como conceito e prática, requer uma gestão. Não é suficiente uma espontaneidade aventureira, faz-se necessário o desenho e a execução de um conjunto de estratégias projetivas locais/globais que permitam reunir as condições necessárias para que os sujeitos da construção dos saberes do campo da psicologia e sua história acessem as vias de fato da internacionalização em suas diversas modalidades.

A contribuição fundamental desta mesa de discussão consistiu em ver e fazer ver que, para passar de muitas ideias a muitas outras ideias, e de muitos lugares a muitos outros lugares, requer de quem se ocupa dos saberes do campo da psicologia e sua história ser capaz de, por um lado, reconhecer sua mundialização e, por outro, enfrentar-se à preocupação/ocupação reflexiva, projetiva e estratégica de construção do acesso às vias de fato da internacionalização.

Capítulo 3
A cooperação internacional na história da psicologia: um caminho bidirecional

Rubén Ardila

De onde viemos e para onde vamos?

Por uma perspectiva histórica, o estudo dos fenômenos que chamamos de psicológicos tem raízes na cultura grega e nas civilizações anteriores, como a suméria, a assíria, a egípcia, a chinesa, a indiana, entre outras. A partir de Aristóteles, o corpo de conhecimentos que se centrou em estudar a "alma", a "mente" e a "conduta" evoluiu e se consolidou. Foi um campo de trabalho de filósofos, teólogos, educadores, médicos e outros pensadores.

Em sua perspectiva moderna, a partir do Renascimento, esses desenvolvimentos se centram em países que começaram a desenvolver comunidades acadêmicas e científicas, como Inglaterra, Alemanha e França. A psicologia foi sempre um campo de grande interesse na cultura ocidental. Os filósofos, educadores, políticos e outros pensadores se interessaram profundamente nos problemas que denominaram psicológicos, incluindo a natureza humana, a mente, a conduta, a maneira como percebemos o mundo, como aprendemos e a maneira como pensamos, e as relações de umas pessoas com as outras.

Com o crescimento das investigações e reflexões em vários países, inicia-se a psicologia como campo de conhecimento autônomo, diferente da filosofia. A data é 1879, com o Instituto (Laboratório) de Psicologia Experimental na Universidade de Leipzig, com Wundt. Este é o "mito de nascimento" mais aceito na psicologia. Ainda que obviamente haja outras raízes e outras origens (ou seja, outros mitos) que também mereçam atenção.

A psicologia liga-se ao conhecimento que recebeu o nome de "ciência" e que se passou a considerar na atualidade como conhecimento objetivo, replicável, com fundamentos empíricos, independentemente do observador, de sua ideologia e de sua perspectiva pessoal, refletindo (ao menos parcialmente) o que denominamos "mundo real", "natureza", e outros conceitos similares.

Esse corpo de conhecimento começa na Europa ocidental e, mais adiante, desenvolve-se com grande vitalidade nos Estados Unidos. A partir das últimas décadas, passou a ser um conhecimento muito mais universal, muito mais globalizado. No entanto, considerado de uma perspectiva histórica, ainda existe uma grande lacuna entre o estado da psicologia no mundo desenvolvido e no mundo em desenvolvimento (majoritário). Lacuna esta que tende a fechar-se, sendo cada vez menor.

A universalização da psicologia

Os historiadores da psicologia têm encontrado em praticamente todos os países do mundo o seguinte:

- a psicologia reconhece as mesmas **origens** (a cultura grega, o associanismo britânico, a psicologia experimental alemã, a evolução e as mudanças sociais do século XX);
- investiga as mesmas **áreas de conhecimento**: percepção, cognição, aprendizagem, motivação, fundamentos biológicos, conduta social, comportamento desviado da norma, psicofarmacologia e desenvolvimento humano ao longo do ciclo vital;
- aplica as mesmas **metodologias**, tanto quantitativas quanto qualitativas;
- dedica-se, no nível **profissional**, aos mesmos campos: psicologia clínica e de saúde, educacional, organizacional, social/comunitária, neuropsicologia, psicologia do esporte, psicologia de casal e família, psicologia jurídica e forense (psicologia e lei);
- os psicólogos leem os mesmos **autores**: Piaget, Skinner, Freud, Pavlov, Bandura, Kohlberg, Luria, Maslow, Lewin, Rogers, Vygotski e seus sucessores. Em muitos casos, também, autores da cultura em questão que deixaram um legado mais adiante de seus predecessores porque "subiram nos ombros de gigantes" (segundo a frase atribuída a Newton);
- discutem os mesmos **problemas**: se a psicologia é uma ciência natural, social ou do comportamento, ou se é parte das humanidades; se as quantitativas proporcionam informações mais confiáveis que as metodologias qualitativas, ou ao contrário; qual é a relação profissional com neurologistas, antropólogos, psiquiatras, psicopedagogos e outras profissões afins; se há leis

universais na psicologia; e se estão contextualizadas numa cultura determinada ou não.

Tudo isso indica que a psicologia realmente se globalizou.

A grande lacuna cultural

O mundo "majoritário" ou em desenvolvimento, do qual faz parte 70% da humanidade, possui muitas carências na organização social, direitos humanos, participação política, inserção da mulher na sociedade, distribuição de ingressos, discriminação e desigualdade, e outros temas de enorme importância.

Nesses países em que se desenvolveu amplamente a psicologia, especialmente nas últimas décadas, a sociedade a concede grande credibilidade, considerando que essa ciência pode contribuir amplamente para o desenvolvimento social e humano, além de solucionar os problemas tradicionais da sociedade.

A mensagem que devemos recordar é esta: a psicologia não pode permitir-se não ser relevante para os problemas sociais do mundo em desenvolvimento. Não podemos deixar de lado o contexto nem podemos marginar nossas sociedades, nossas culturas e nossa época.

A colaboração internacional

Mesmo considerando que a distinção entre países "desenvolvidos" e países "em desenvolvimento" é relativa e discutível, podemos considerar para o caso da **história da psicologia** que a comunicação bidirecional entre ambos os grupos culturais poderia centrar-se no seguinte:

- O mundo em desenvolvimento (ou majoritário) é um campo fértil de investigações para os historiadores da psicologia, em áreas como a psicologia transcultural, a comunidade, o ciclo vital, a psicologia comparada, entre outras. As histórias locais têm grande relevância;
- As comparações transculturais e transnacionais (e também ao longo de períodos históricos) nos permitem investigar se os processos psicológicos são universais, ou se são relativos à época e à cultura, ao desenvolvimento e a outros fatores similares. Elas irão nos permitir dar luzes sobre o complexo problema da **universalidade** dos fenômenos psicológicos e sua **contextualização** cultural;

- O mundo desenvolvido possui tecnologias cada vez mais refinadas e exatas para investigar importantes problemas psicológicos, seu desenvolvimento histórico e sua historiografia. Por haver construído comunidades científicas amplas e variadas, com experiência de trabalhos de grande envergadura, podem lançar luz sobre os grandes problemas da história da psicologia;
- O mundo desenvolvido tem experiência no que é relacionado com a organização profissional da história da psicologia, os problemas de investigação, as relações com outros campos, o financiamento da investigação, que podem servir de guia aos países em desenvolvimento.

A colaboração deve ser **bidirecional**, norte-sul, mundo desenvolvido e mundo em desenvolvimento. Uma colaboração para benefício mútuo, para contribuir para o avanço da psicologia, de sua história, e para servir melhor a nossa sociedade.

Capítulo 4
A internacionalização em história da psicologia: uma reflexão sobre suas possibilidades e seus desafios

Saulo de Freitas Araujo

A internacionalização é uma das questões centrais nas discussões contemporâneas sobre as metas e os rumos da educação superior em todo o mundo. Nos países em desenvolvimento, em especial, observa-se uma tendência à sua valorização como meta fundamental, criando-se, para tanto, muitos incentivos não apenas no sentido de facilitar a mobilidade de seus estudantes e pesquisadores ao estrangeiro, mas também de garantir uma maior qualidade de suas instituições de ensino e pesquisa (Altbach e Knight, 2007; Ilieva et al., 2014; Lima e Maranhão, 2009; Taylor, 2004; Teichler, 2004; Wit, 2009).

No Brasil, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), agência federal que regula os cursos de pós-graduação no país, enfatiza, em seu mais recente Plano Nacional de Pós-Graduação, a necessidade de uma "interação mais intensa entre instituições brasileiras e internacionais" (CAPES, 2010, I, p. 303). Nesse sentido, projeções para o ano de 2020 incluem uma perspectiva de crescente internacionalização para a pós-graduação brasileira (Gazzola e Fenati, 2010; Almeida, 2010).

É curioso notar, contudo, que o termo "internacionalização" aparece nesses debates contemporâneos com significações bem diferentes, de forma que nem sempre as pessoas estão se referindo ao mesmo fenômeno (p. ex., David, 1992; Gao, 2014; Harris, 2008; Ilieva et al., 2014; Jiang, 2008; Stier, 2004; Yang, 2002). Como consequência, seu sentido torna-se ambíguo e, às vezes, pouco claro, o que pode dificultar o entendimento do que está sendo debatido.

Tendo em vista a importância do tema para o momento atual da educação superior brasileira em geral, e para a formação do psicólogo brasileiro em particular, o objetivo do presente trabalho é oferecer uma reflexão preliminar so-

bre as possibilidades e os desafios da internacionalização em psicologia, tomando como exemplo a história da psicologia.

Para alcançar meu objetivo, vou dividir o trabalho em quatro etapas. Primeiro, discutirei o conceito de internacionalização na educação superior e alguns de seus desdobramentos possíveis. Em seguida, restringirei seu significado à dimensão da cooperação acadêmica entre programas de pós-graduação, analisando suas características básicas. Em um terceiro momento, mostrarei como essas características se aplicam ao caso específico da história da psicologia no contexto brasileiro. Finalmente, apontarei alguns desafios futuros que os programas de pós-graduação terão de enfrentar para levar adiante a meta da internacionalização.

O conceito de internacionalização

No seu sentido mais geral, o verbo "internacionalizar" refere-se ao processo de tonar-se internacional, e o substantivo "internacionalização" indica o resultado desse processo, podendo ser algo que já se tornou ou ainda se tornará internacional (Marrara, 2007). No entanto, esse esclarecimento preliminar está longe de elucidar o sentido do termo nos debates contemporâneos. É preciso aprofundar sua análise.

Para tornar visível a complexidade e a multiplicidade de significações da internacionalização, proponho aqui esquadrinhar o conceito em quatro dimensões distintas de análise, que se relacionam a quatro questões fundamentais:

1) O que vai ser internacionalizado?
2) Quem serão os agentes da internacionalização?
3) De que forma isso vai ser feito?
4) Quem vai financiar?

A primeira questão refere-se ao objeto da internacionalização. Dada a impossibilidade de internacionalizar tudo de uma só vez, é preciso ter bem claro em mente o que queremos priorizar. Por exemplo, pensando no tripé da universidade brasileira (ensino-pesquisa-extensão), é possível eleger apenas um dos três elementos para iniciar o processo de internacionalização. Por outro lado, é igualmente possível focalizar a formação geral dos docentes e discentes, a instituição, os programas de pós-graduação, etc. Cada um desses objetos exige políticas e estratégias distintas, ainda que em algum nível elas possam se cruzar.

A segunda questão diz respeito aos sujeitos do processo. Quem se tornará internacional? É possível pensar em uma internacionalização voltada primariamente para os discentes. No entanto, é muito comum que os docentes de uma instituição sejam os privilegiados. Finalmente, não é nenhum absurdo imaginar um processo voltado para representantes da administração, uma vez que eles têm um papel importante na comunicação com instituições estrangeiras e na realização de acordos internacionais.

Uma terceira dimensão do processo relaciona-se ao modo como ele será implementado. Isso pode ocorrer por meio de mobilidade física, com deslocamento dos envolvidos no processo até o país de destino. Como alternativa a isso, pode-se formular uma estratégia de treinamento local, sem que saiam do seu país de origem. Além disso, a forma da internacionalização pode ser pensada em termos de atividade e passividade. O modelo ativo envolve o recebimento de docentes, discentes e pesquisadores internacionais, enquanto o passivo refere-se ao envio de pessoas a uma instituição estrangeira (Lima e Maranhão, 2009; Marrara, 2007). Por fim, o processo de internacionalização pode acontecer de forma vertical ou horizontal. No primeiro caso, países do sul enviam seus representantes a países do norte, ao passo que, no segundo, há o fortalecimento das relações sul-sul (Morosini, 2011).

Finalmente, a quarta e última questão está associada à dimensão econômica da internacionalização. Nesse caso, é preciso ter bem claro quem vai financiar o processo. É comum pensar que o Estado deve incentivar e arcar com todas as despesas, mas é igualmente possível que uma instituição privada ou indivíduos isolados resolvam financiar a sua própria internacionalização, sem depender em nada do Estado. Uma alternativa viável seria uma parceria do Estado com a iniciativa privada, em que o ônus fosse compartilhado.

A discussão prévia dessas quatro questões facilita enormemente não só a comunicação de objetivos e propostas, mas também a criação de estratégias de ação e de instrumentos de avaliação. Nesse contexto, é importante enfatizar que a internacionalização não é um fim em si mesmo, mas apenas um meio para atingir objetivos (Knight, 1997, 2004; Knight e Wit, 1998). Consequentemente, quanto mais clara estiver a definição desses objetivos, maior será a facilidade para situar a nossa perspectiva de internacionalização.

A internacionalização como cooperação acadêmica

Com base no que foi dito anteriormente, passo agora a esclarecer o sentido que adotarei aqui para o termo "internacionalização": daqui em diante, restringirei minha discussão sobre internacionalização ao âmbito da cooperação acadêmica entre programas de pós-graduação (PPGs) e centros de pesquisa, tendo em vista o já referido Plano Nacional de Pós-Graduação (CAPES, 2010). Assim, a questão que imediatamente se impõe é: como pensar essa cooperação acadêmica dentro daquelas quatro dimensões anteriormente estabelecidas?

Em relação ao objeto da internacionalização, penso que ela deveria envolver tanto o ensino quanto a pesquisa. Nesse caso, os programas de pós-graduação e os centros de pesquisa a eles vinculados buscariam a cooperação acadêmica com programas ou centros internacionais para compartilhar estratégias de ensino e de investigação científica, resultando em inovações didáticas e em produção de conhecimento no âmbito mundial. Por exemplo, no plano do ensino, seria interessante que os PPGs brasileiros criassem cursos para atrair estudantes internacionais, ao mesmo tempo que continuassem enviando seus estudantes a centros de excelência em todo o mundo. No que diz respeito à pesquisa, a estratégia mais evidente seria a expansão das parcerias de pesquisa e das publicações internacionais, com a criação de novos acordos bilaterais, garantindo o intercâmbio entre instituições brasileiras e estrangeiras.

Do ponto de vista dos sujeitos desse processo de internacionalização, o enfoque inicial seria em discentes e docentes vinculados aos PPGs e seus respectivos centros de pesquisa. Isso valeria tanto para o âmbito do ensino quanto da pesquisa. No primeiro caso, a criação de cursos em língua inglesa para mestrandos e doutorandos estrangeiros seria um ótimo exemplo de como os docentes dos PPGs brasileiros estariam inseridos no processo. No segundo caso, a criação de parcerias em projetos de pesquisa envolvendo grupos de docentes e discentes seria a maneira mais rápida de atingir a internacionalização no plano da investigação e da produção de conhecimento.

No que diz respeito à sua forma, a estratégia mais efetiva parece ser a mobilidade acadêmica dos discentes e docentes envolvidos. Em um estágio preliminar, seria possível pensar em um treinamento local prévio, feito por agentes internacionais (docentes e pesquisadores) junto aos PPGs, mas o deslocamento dos agentes brasileiros é indispensável para que o processo de

internacionalização seja bem-sucedido. A experiência de viver e trabalhar em centros e programas de pesquisa no exterior é insubstituível.

Ainda em relação à forma, uma cooperação acadêmica ideal deveria ser tanto ativa quanto passiva, isto é, ela deveria envolver tanto a recepção de agentes internacionais quanto o envio de agentes brasileiros ao exterior, dependendo sempre das condições concretas de cada PPG em questão. Da mesma forma, a escolha entre a cooperação vertical (sul-norte) ou horizontal (sul-sul) não deveria ser feita em termos de exclusividade, mas em razão das estratégias de prioridade estabelecidas pelo governo federal e pelos PPGs envolvidos. Se o objetivo final da cooperação é incentivar a criação e a consolidação de centros de excelência em pesquisa e produção de conhecimento, a cooperação vertical tem sido a estratégia mais bem-sucedida para os PPGs e centros de pesquisa no Brasil. Finalmente, é importante ter em mente uma distinção entre dois estágios distintos de cooperação acadêmica internacional: a cooperação inicial e a cooperação avançada. Enquanto a primeira se caracteriza pela formação de discentes e docentes, a segunda envolve a criação de acordos bilaterais ou multilaterais e a produção conjunta de conhecimento. Como há uma grande discrepância entre os PPGs brasileiros em relação tanto à formação de seu quadro docente e discente quanto às estratégias de produção de conhecimento, é sempre necessário levar em conta a particularidade de cada PPG e suas possibilidades reais de internacionalização.

A quarta e última dimensão da cooperação acadêmica internacional é a econômica. Em grande parte, as escolhas anteriormente esboçadas dependem da disponibilidade e da natureza do financiamento em questão. No Brasil, a cooperação internacional no âmbito dos PPGs tem dependido essencialmente de financiamento da CAPES e do CNPq. Trata-se, pois, de financiamento estatal, com todos os seus riscos e suas instabilidades. Mas é igualmente possível que, no futuro, algumas áreas de conhecimento consigam estabelecer parcerias com a iniciativa privada no Brasil e no exterior, gerando assim outra via de financiamento para a internacionalização de grupos de pesquisa brasileiros.

A internacionalização em história da psicologia

A psicologia não ficou à margem dessas discussões sobre a internacionalização. De uma forma ou de outra, o tema tem sido levantado e discutido

no Brasil e no exterior (p. ex., Bullock, 2013; Feitosa, 2007; Lo Bianco, 2009; Veiga, 2014). No entanto, pelo menos no caso brasileiro, isso ainda tem sido feito de forma bastante incipiente e desconexa, refletindo talvez o baixo nível de internacionalização da área no país. Com base em três levantamentos recentes sobre a psicologia brasileira – envolvendo o perfil dos programas de pós-graduação e a produção científica de artigos (Costa et al., 2014; Lo Bianco et al., 2010; Pilati, 2013) –, podemos facilmente concluir que ainda estamos em uma situação pouco confortável. Especialmente com relação à produção de conhecimento, estamos bem distantes de uma internacionalização efetiva. O que fazer para melhorar esta situação?

A partir do que foi dito acima, vou apresentar aqui uma reflexão sobre possibilidades de internacionalização da psicologia brasileira, restringindo-me aqui à minha área de atuação: a história da psicologia. Para tanto, vou aplicar a este caso específico os critérios desenvolvidos na Seção 2, mostrando como a internacionalização, entendida como cooperação acadêmica, pode ser pensada e concretamente realizada no âmbito dos PPGs e dos centros de pesquisa relacionados à história da psicologia.

Em primeiro lugar, há três pré-condições mínimas que qualquer iniciativa de internacionalização deve satisfazer para lograr sucesso: a) um interesse comum entre os pesquisadores das instituições envolvidas, possibilitando a construção de um projeto de cooperação internacional bem fundamentado; b) o domínio de pelo menos um idioma estrangeiro por parte dos agentes brasileiros, tendo o inglês um peso geralmente maior do que os outros idiomas; c) possibilidade de financiamento.

A partir daí, é possível pensar concretamente as quatro dimensões específicas que vão compor e definir o projeto. Começando pelo objeto, a internacionalização pode visar tanto ao ensino quanto à pesquisa, isto é, a cooperação pode envolver o oferecimento de disciplinas específicas da área em cada instituição e também a elaboração e o desenvolvimento de projetos de pesquisa em conjunto. Em relação aos agentes, ela pode envolver docentes e discentes vinculados aos PPGs e aos centros de pesquisa em psicologia. Quanto à forma, penso que se deve privilegiar a mobilidade física dos agentes, pois é o meio mais eficaz de realizá-la. Ainda sobre a forma, seria ideal que ela fosse ativa e passiva, ou seja, que o projeto previsse não apenas o envio de docentes e discentes brasileiros ao exterior, mas também a recepção de docentes e discentes estrangeiros. Finalmente, seria mais fácil esperar uma forma comparti-

lhada de financiamento, em que cada instituição arcasse com os custos de seus agentes.

A fim de ilustrar algumas dessas possibilidades, relatarei agora três projetos de cooperação acadêmica internacional na área de história da psicologia que estão sendo elaborados junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Todos esses projetos encontram-se ainda em sua fase inicial de planejamento, embora já tenham gerado algumas ações concretas (visitas, conferências etc.).

O primeiro deles envolve uma parceria com a Universidade de Bari (Itália). Para começar, pensamos em promover a cooperação entre docentes para ministrar disciplinas e seminários em ambos os cursos de pós-graduação. Nesse caso, tanto as disciplinas quanto os seminários seriam ministrados em inglês. O objetivo básico é incentivar os discentes brasileiros e italianos a desenvolverem a habilidade de ouvir e debater temas relacionados à história da psicologia em inglês. Em um segundo momento, estamos planejando a cooperação em termos de produção. É provável que organizemos em conjunto um número especial de um periódico italiano, dedicado à história e à filosofia da psicologia, e também um livro didático em inglês para ser usado em ambos os programas de pós-graduação.

O segundo projeto em andamento envolve uma parceria com a Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha), fruto de um projeto de pós-doutorado. Nesta fase atual, foi criado um grupo de estudos e debates em história e filosofia da ciência, envolvendo pesquisadores de vários países. Esse grupo se reúne regularmente (uma ou duas vezes por mês) por meio de webconferência para ler e discutir um conjunto de textos estabelecidos previamente. A partir desses encontros, planeja-se a criação de uma rede internacional de pesquisas na área, envolvendo a elaboração de projetos de pesquisa em conjunto e a realização de eventos e encontros com presença física dos participantes. Em termos de produção imediata, está prevista a produção conjunta de dois artigos internacionais (em inglês) sobre a história da psicologia alemã, envolvendo professores de dois departamentos diferentes. Além disso, já está acertado o envio de um discente brasileiro para fazer doutorado sanduíche sob a orientação de um dos professores.

Finalmente, ainda em fase de planejamento, há uma parceria com a Universidade de York (Canadá). Nesse caso, pretende-se estabelecer uma cooperação entre dois PPGs da mesma área (Teoria e História da Psicologia) com

enfoque, primeiramente, no intercâmbio de discentes. Posteriormente, pretende-se estabelecer uma parceria em termos de um projeto de pesquisa envolvendo docentes e discentes de ambos os PPGs.

Desafios futuros

Gostaria de finalizar essa breve reflexão apontando os principais desafios que as iniciativas de internacionalização devem enfrentar. Em primeiro lugar, é preciso considerar a viabilidade de financiamento. A atual crise política e econômica do Brasil já sinaliza uma redução significativa dessas possibilidades. Como os PPGs brasileiros dependem essencialmente do governo federal, é praticamente impossível implementar qualquer projeto ou programa de cooperação internacional sem o financiamento da CAPES ou do CNPq.

Em segundo lugar, é fundamental enfrentar a barreira da língua. O inglês é hoje a língua internacional da ciência, assim como o latim o foi em séculos passados. Gostemos ou não disso, trata-se de um fato indiscutível, que se coloca no horizonte da vida acadêmica mundial e ainda está longe de dar sinais de enfraquecimento. É preciso, pois, enfrentá-lo. Uma internacionalização dos PPGs, para além de iniciativas individuais e isoladas de poucos docentes, demanda um esforço coletivo de todo o grupo. Para tanto, os PPGs precisam flexibilizar sua estrutura de funcionamento e se adequar às demandas da internacionalização, como, por exemplo, o oferecimento de cursos e atividades em inglês para atrair estudantes estrangeiros. Ainda que alguns deles venham ao Brasil para aprender o português, esse não é o ponto central da internacionalização.

Finalmente, parece-me que é desse esforço coletivo dos PPGs que poderia resultar um nível mais avançado de internacionalização das universidades brasileiras. Assim, a atual assimetria entre os PPGs sofreria uma diminuição sensível, com consequências positivas para a psicologia brasileira em geral, e para a história da psicologia, em particular.

Referências

Almeida, M. H. "A pós-graduação no Brasil: onde está e para onde poderia ir". In CAPES (ed.). *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020*. Brasília, DF: CAPES, 2010, v. 2, pp. 17-28.

Altbach, P. e Knight, J. "The internationalization of higher education: motivations and realities". *Journal of Studies in International Education*, v. 11, n. 3/4, pp. 290-305, 2007.

Bullock, M. "Can we really internationalize psychology? Structure, content and processes". In Alchieri, J. C. Porto, J. B. (eds.). *Conferências do XXXIV Congresso Interamericano de Psicologia*. Brasília, DF: SBPOT, 2013, pp. 151-63.

CAPES. *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020* (2 vols.). Brasília, DF: CAPES, 2010.

Costa, A. L. et al. "Internacionalização da pós-graduação em psicologia: estudo comparativo dos cursos de doutorado no Brasil e na Espanha". *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 11, n. 25, pp. 789-818, 2014.

David, J. L. "Developing a strategy for internationalization in universities: towards a conceptual framework". In: Klasek, C. B. et al.(eds.). *Bridges to the future: strategies for internationalizing higher education*. Carbondale, IL: Association of International Education Administrators, 1992, pp. 177-90.

Feitosa, M. A. "Implicações da internacionalização da educação para a formulação de currículos em psicologia". *Temas em Psicologia*, v. 15, n. 1, pp. 91-103, 2007.

Gao, Y. "Constructing internationalization in flagship universities from the policy-maker's perspective". *Higher Education*, DOI: 10.1007/s10734-014-9834-x, 2014.

Harris, S. "Internationalizing the university". *Educational Philosophy and Theory*, v. 40, n. 2, pp. 346-57, 2008.

Gazzola, A. L. e Fenati, R. "A pós-graduação brasileira no horizonte de 2020". In CAPES (ed.). *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020*. Brasília, DF: CAPES, v. 2, pp. 7-16.

Ilieva, R. et al. "Towards sustainable internationalization of higher education". *Higher Education*, v. 68, n. 6, pp. 875-99, 2014.

Jiang, X. "Towards the internationalization of higher education from a critical perspective". *Journal of Further and Higher Education*, v. 32, n. 4, pp. 347-58, 2008.

Knight, J. "Internationalization of higher education: a conceptual framework". In Knight, J. e Wit, H. (eds.). *Internationalization of higher education in Asia Pacific Countrie*. Amsterdam: European Association for International Education, 1997, pp. 5-19.

______. "Internationalization remodelled: definition, approaches and rationales". *Studies in International Education*, n. 8, pp. 5-31, 2004.

______ e Wit, H. "Strategies for internationalization of higher education: historical and conceptual perspectives". In Knight, J. e Wit, H. (eds.). *Strategies for internationalization of higher education: a comparative study of Australia, Canada, Europe, and the USA*. Amsterdam: European Association for International Education, 1995, pp. 5-32.

Lima, M. C. e Maranhão, C. M. "O sistema da educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva". *Avaliação*, v. 14, n. 3, pp. 583-610, 2009.

Lo Bianco, A. C. "Da globalização inevitável à internacionalização desejável". *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 12, n. 3, pp. 445-53, 2009.

______ et al. "A internacionalização dos programas de pós-graduação em psicologia: perfil e metas de qualificação". *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 23, supl 1), pp. 1-10, 2010.

Marrara, T. "Internacionalização da pós-graduação: objetivos, formas e avaliação". *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 4, n. 8, pp. 245-62, 2007.

Morosini, M. C. "Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal". *Educação em Revista*, v. 27, n. 1, pp. 93-112, 2011.

Pilati, R. "O quão internacional é a psicologia feita no Brasil?". 2013. Disponível em: http://ronaldopilati.org/2013/04/30/o-quao-internacional-e-a-psicologia-feita-no-brasil/.

Stier, J. "Taking a critical stance toward internationalization ideologies in higher education: idealism, instrumentalism and educationalism". *Globalization, Societies and Education*, v. 2, n. 1, pp. 83-97, 2004.

Taylor, J. "Toward a strategy for internationalization: lessons and practice from four universities". *Journal of Studies in International Education*, v. 8, n. 2, pp. 149-71, 2004.

Teichler, U. "The changing debate on internationalization of higher education". *Higher Education*, v. 48, n. 1, pp. 5-26, 2004.

Veiga, S. "Internacionalização da investigação e do ensino em psicologia e educação: demandas Portugal-Brasil". *Estudos de Psicologia*, v. 31, n. 2, pp. 149-58, 2014.

Wit, H. "Benchmarking the internationalization strategies of European and Latin American institutions of higher education". In ______ (ed.). *Measuring success in the internationalisatio*

n of higher education. Amsterdam: European Association for International Education, 2009, pp. 125-35.

Yang, R "University internationalization: its meanings, rationales and implications". *Intercultural Education*, v. 13, n. 1, pp. 81-95, 2002.

Capítulo 5
Intercâmbios internacionais na história da psicologia: O programa de investigação transcultural da IUPsyS no contexto da Guerra Fria

Hugo Klappenbach

As sociedades científicas internacionais são, em si, espaços de colaboração e intercâmbio internacional. No caso da psicologia, é interessante a criação da União Internacional de Ciências Psicológicas (IUPsyS). Em especial, com um olhar centrado no impulso que a IUPsyS deu à psicologia transcultural, resultado precisamente da colaboração internacional entre pessoas de diferentes países e culturas.

A história da *psicologia transcultural* não tem sido uma área muito estudada, e as poucas abordagens históricas do tema costumam reduzir-se a aproximações legitimantes e celebratórias (Adamopoulos e Lonner, 2001; Jahoda e Krewer, 1997). As primeiras abordagens questionadoras surgiram apenas quando a psicologia transcultural começou a ser criticada pela psicologia cultural corrente, que, em grande medida, foi desenvolvida por personalidades que, em seu momento, estavam comprometidas com o desenvolvimento da psicologia transcultural (Cole, 2003; Rattner, 2006; Rattner e Hui, 2003).

No entanto, há um tema que tem sido pouco desenvolvido nessas histórias e refere-se ao contexto político que favoreceu o desenvolvimento de um programa de psicologia transcultural impulsionado pela *International Union of Psychological Science* (IUPsyS). Esse impulso pode ser acompanhado nos primeiros volumes da revista editada pela IUPsyS, a *International Journal of Psychology*. Mesmo os poucos trabalhos que repararam nesse contexto político não o analisaram ou o explicaram:

> The modern era of cross-cultural psychology began shortly after the end of World War II. Its rapid expansion may be attributed to a shared motivation to understand the attendant horrors of the war and to expand the intellectual horizons of

> psychology beyond parochial, nationalistic boundaries. With the increased salience of international perspectives accompanying the cold war, the study of human behavior in cultural context evolved particularly rapidly (Segall et al., 1998, p. 1.102).[1]

O que apresentamos aqui é um esboço apenas inicial, no qual simplesmente perguntamos: por que o IUPsyS interessou-se em psicologia transcultural? Ou o que pode considerar-se quase a mesma pergunta, mas por outro ângulo: por que a revista de uma sociedade internacional de psicologia *em geral* esteve dedicada, em seus primeiros anos, quase exclusivamente à psicologia transcultural? Para esse fim, analisaremos os antecedentes histórico da IUPsyS, especialmente no período e contexto no qual desenvolveu-se o programa de psicologia transcultural que já foi anteriormente apontado por Segall et al. (1998).

Antecedentes da IUPsyS

Em um trabalho clássico centrado nos enfoques historiográficos, Danziger advertia:

> For at least a generation after the Nazi takeover in Germany, psychology outside the United States was of little accoumt and increasingly took its lead from North America. The historical work that bears the stamp of this period quite naturally equated the celebration of certain conception of science with the celebration of psychology as an American science (Danziger, 1994, p. 476).[2]

A situação da psicologia na Alemanha, a partir da ascensão do nazismo (Geuter, 1992) e depois da Segunda Guerra Mundial, facilitou a crescente hegemonia da psicologia estadunidense, a qual pode ser considerada como uma

---

1 N. T.: A era moderna da psicologia transcultural começou logo após o término da Segunda Guerra Mundial. Sua rápida expansão pode ser atribuída a uma motivação compartilhada para entender os horrores gerados pela guerra e expandir o horizonte intelectual da psicologia, para além das fronteiras paroquiais e nacionalistas. Com o crescimento da relevância de estudos que acompanhavam a Guerra Fria em perspectivas internacionais, o estudo do comportamento humano num contexto cultural evoluiu de maneira particularmente rápida.

2 N. T.: Durante ao menos uma geração após o nazismo ter dominado a Alemanha, a psicologia, fora dos Estados Unidos, tinha pouca relevância, permitindo que a América do Norte assumisse cada vez mais a liderança. O trabalho histórico que traz a estampa desse período naturalmente equacionou a celebração de certa concepção de ciência com a celebração da psicologia como uma ciência americana.

das consequências, no plano da cultura e da ciência, da hegemonia militar, política e econômica estadunidense (Zeitlin, 2000). Enquanto no começo do século XX as teorias psicológicas europeias, especialmente a alemã, eram um sinal de prestígio entre os estadunidenses, a partir de 1942, esse quadro inverte-se "American psychological theories became dominant in Europe and in Germany in particular" (Adler, 1991, p. 119).[3]

A *americanização* da psicologia nunca foi absoluta. Primeiramente, porque reconheceu-se limites ao projeto de americanizar a cultura europeia ao final da Segunda Guerra Mundial (Zeitlin, 2000). Em todo caso:

> we can say that America's scientific accomplishments remained an omnipresent point of reference and a constant source of pressure for change in Europe, while U.S. recognition of European achievements was an essential source of scientific credibility and scientific capital (Krige, 2006, p. 269).[4]

Assim mesmo, também houve resistência diante da americanização da vida acadêmica e científica, ao menos no caso da psicologia, em partes, pela psicologia soviética, e, em outras, pela psicologia em língua francesa. Poder-se-ia também mencionar uma terceira resistência por parte da psicanálise. Todavia, as relações entre a psicologia e a psicanálise, neste período que estamos analisando, eram particularmente complexas, e a tendência que começava a ser dominante no campo da psicanálise estabelecia relações de separação entre as duas ciências. No *Seminário 2*, Lacan afirmava "del modo más categórico, la tentativa de una nueva fusión del psicoanálisis en la psicología general"[5] (Lacan, 1854/1992, p. 28). Ainda quando a amplitude do tema excede nossa análise, a psicologia francesa manteve constante, desde o século XIX, suas características distintas. Suas revistas mais destacadas, a *Revue Philosophique*, primeiramente, e a *L'Année Psychologique*, depois, foram veículos da "energy and originality of research done in France and in French-speaking countries"[6] (Nicolas et al., 2000). O próprio Piéron testemunhou o valor de seus trabalhos na

---

3 N. T.: As teorias psicológicas Americanas tornaram-se dominantes na Europa, particularmente na Alemanha.

4 N. T.: podemos dizer que as realizações científicas dos Estados Unidos mantiveram-se onipresentes como ponto de referência e uma constante fonte de pressão para mudanças na Europa, ao mesmo tempo que o reconhecimento das conquistas europeias nos EUA era fonte essencial de credibilidade e capital científicos.

5 N. T.: categoricamente, a tentativa de uma nova fusão da psicanálise na psicologia geral.

6 N. T.: energia e originalidade da pesquisa feita na França e em países de língua francesa.

direção de voltar a localizar a produção psicológica francesa em um lugar de envergadura:

> To a rather large extent my efforts have been successful, and after a period of decline, French psychology is now regaining an honorable place in the international field. Its growth, however, has been slow, and too short of the goal I hoped for to be fully satisfactory (Piéron, 1952, p. 278).[7]

A resistência da psicologia soviética, por assim dizer, não é fácil de reconstruir em poucas linhas. Desde a queda do Muro de Berlim ampliaram-se as controvérsias sobre as características dessa psicologia (Dergam, 1997). Nesse mesmo ano, Fernando González-Rey, que obteve seu doutorado em Moscou, tentou periodizá-la. E, embora em sua reconstrução histórica pudesse reconhecer alguns dos debates que cruzaram a psicologia cubana na década de 1970 e 1980 – como a controvérsia entre os seguidores de Vygotsky e Rubinstein, por um lado, e Luria e seus seguidores, por outro, ou com os encontros e desencontros entre a psicanálise e marxismo –, o trabalho serviu para realçar mais uma vez a complexidade da psicologia soviética, mesmo antes da oficialização stalinista de Pavlov, por volta de 1940 (Gonzalez-King, 2014).

Em qualquer caso, o que importa é que, paralelamente à americanização da psicologia, mesmo nos anos de maior hegemonia da psicologia estadunidense, é possível traçar um *desenvolvimento policêntrico* da psicologia, com características diferentes na França, na então chamada União Soviética, na Inglaterra, que nunca deixou de priorizar o estudo da mente mais que o do comportamento, e as diversas formas de psicologias nativas. Danziger poderia concluir que "primero, existe una evidente heterogeneidade sobre lo objeto de estudio de la psicología; segundo, existe una falta de unidad asociada com a dispersión territorial do tema"[8] (Danziger, 2006, p. 209).

Queremos enfatizar o desenvolvimento relacionado ao programa de psicologia transcultural que, por sua parte, reconhece diferentes orientações. Aqui vamos limitar-nos ao programa promovido pelos IUPsyS.

---

7 N. T.: Em grande parte, meus esforços foram bem sucedidos e, após um período de declínio, a psicologia francesa agora está recuperando um lugar honroso no campo internacional. O seu crescimento, no entanto, tem sido lento, e muito longe do objetivo que eu esperava para ser totalmente satisfatório.

8 N. T.: primeiro, existe uma heterogeneidade evidente sobre o objeto de estudo da psicologia; segundo, existe uma falta de unidade associada com a dispersão territorial do tema.

Os antecedentes da IUPsyS remontam ao primeiro Congresso Internacional de Psicologia, realizado em Paris, de 6 a 10 de agosto de 1889. Embora não haja muitas as investigações históricas sobre esse primeiro congresso, há uma tese de doutorado na Espanha, algumas resenhas publicadas em fontes diversas e alguns poucos trabalhos publicados (Marillier, 1889; Montoro et al., 1984; Nicolas e Soderlumd, 2005; Piéron, 1954, Sabourin e Cooper, 2014). Todos concordam que o impulso para esse congresso surgiu de uma personalidade periférica, Julian Ochorowicz, da Polônia, que publicou em 1881 na *Revue Philosphique* uma proposta para o Congresso Internacional de Psicologia (Ochorowicz, 1881).

Tem-se observado que o *Revue Philosophique* da *France et de l'étranger*, como era seu título completo, é uma das mais importantes conquistas da filosofia francesa (Nicolas e Murray, 1999). Principalmente dedicada à nova psicologia, ocupou um lugar central no desenvolvimento desta:

> Depuis une quinzaine d'années a psychologie est entré dans une ère nouvelle. Cette ère date approximativement de 1878, époque doublement importante pour a psychologie, puisque c'est elle où, em Allemagne, M. Wundt a ouvert le premier laboratoire de psychologie expérimentale, celle aussi où em France M. Charcot a inauguré ses recherches sur l'hypnotisme chez les hystériques. A peu près à a même époque, M. Ribot fondait a *Revue Philosophique*, et donnait ume vive impulsion aux études da psychologie expérimentale em France (Binet, 1894, p. 1).[9]

Para Binet, a *Revue Philosophique* tinha uma envergadura análoga ao trabalho de Wumdt e Charcot. Nesse contexto, a proposta de Ochorowicz incluía um programa completo de psicologia que abarcava: psicologia geral; psicofísica; psicologia fisiológica e patológica; psicologia animal; psicologia criminal; psicologia da arte; psicologia da história; psicologia educacional; etologia; psicologia matemática; e até mesmo história da psicologia (Ochorowicz, 1881).

O Primeiro Congresso Internacional de Psicologia foi organizado por um Comitê nomeado pelo Ministério do Comércio e Indústria na Exposição Uni-

---

9 N.T.: Depois de uns quinze anos, a psicologia entrou em uma nova era. Essa data aproximadamente de 1878, época duplamente importante para a psicologia, uma vez que é a época em que, na Alemanha, Wundt abriu o primeiro laboratório de psicologia experimental, e também em que, na França, Charcot inaugurou suas pesquisas sobre o hipnotismo em histéricas. Mais ou menos ao mesmo tempo, Ribot fundou a *Revue Philosophique*, e deu um grande impulso aos estudos de psicologia experimental na França.

versal de 1889, o qual fez parte das atividades comemorativas da Revolução Francesa (Société de Psychologie Physiologique, 1889; Nicolas e Söderlumd, 2005). É importante destacar o peso que teve o congresso de psicologia francesa das desagregações da personalidade. Charcot foi o presidente do Comitê Organizador, embora aqueles que realmente organizaram esse congresso fossem um dos vice-presidentes, Ribot, e o secretário-geral, Charles Richet, que também foi o secretário da Sociedade de Psicologia Fisiológica (Nicolas e Söderlumd, 2005). Charcot não pôde comparecer, tendo sido as sessões presididas por Magnan, Delboeuf e Bernheim (Marillier, 1889).

Nesse evento decidiu-se por um próximo congresso em Londres, em 1892, sob o nome de Congresso de Psicologia Experimental, e também decidiu-se criar um Comitê Permanente Internacional com personalidades de 10 países:

> Il est institué une *Comitê International Permanent* qui se réumira vers a Noël 1791 pour recueillir les propositions et étudier le programme du Congrès. Ce Comitê se compose de MM. Beaumis, Benedikt, Bertrand, Bernheim, Danilewsky, Delboeuf, Espinas, Forel, Ferrari, Galton, Gley, Grote, Grüber, Herzen, W. James, Lombroso, Marillier, Mumsterberg, Myers, Neiglick, Ochorowicz, Ribot, Ch. Richet, von Schrenck-Notzing, Sidgwick, Sperling. On n'a choisi que des personnes présentes au Congrès pour être assuré de leur acceptation (Marillier, 1889, p. 546).[10]

O Comitê Permanente efetivamente teve sob sua responsabilidade a organização dos seguintes congressos:

Tabela 1 - Congressos Internacionais de Psicologia previos à IUPsyS

1. Paris	August 6–10,1889	Jean Martin Charcot (Acting, Théodule Ribot)
2. London	August 2–6, 1892	Henry Sidgwick
3. Munich	August 4–7, 1896	Carl Stumpf
4. Paris	August 20–25, 1900	Théodule A.Ribot

10 N. T.: Foi criado um Comitê Internacional Permanente que se reuniria por volta do Natal de 1891 para recolher as propostas e estudar o programa do Congresso. Esse Comitê foi composto pelos Srs. Beaumis, Benedikt, Bertrand, Bernheim, Danilewsky, Delboeuf, Espinas, Forel, Ferrari, Galton, Gley, Grote, Grüber, Herzen, W. James, Lombroso, Marillier, Mumsterberg, Myers, Neiglick, Ochorowicz, Ribot, Ch. Richet, Schrenck-Notzing, Sidgwick, Sperling. Foram escolhidos apenas aqueles presentes no Congresso para ser garantida a sua aceitação.

5. Rome	April 26–30, 1905	Giuseppé Sergi (Honorary, Leonardo Bianchi)
6. Geneva	August 2–7, 1909	Theodore Flournoy
7. Oxford	July 26-August 2, 1923	Charles S.Myers
8. Groningen	September 6–11, 1926	Gerardus Heymans
9. Yale	September 1–7, 1929	James McKeen Cattell
10. Copenhagen	August 22–27, 1932	Edgar Rubin*
11. Paris	July 25–31, 1937	Henri Piéron (Honorary, Pierre Janet)
12. Edinburgh	July 23–29, 1948	James Drever Sr
13. Stockholm	July 6–21, 1951	David Katz

Fonte: Montoro et al., 1984.

As dificuldades na comunicação entre os membros do Comitê Permanente levaram a uma reorganização deste. De 1926 até 1937, Edouard Claparède incorporou-se ao Comitê como Secretário Permanente. Entre 1937 e 1948, criou-se um Comitê Executivo integrado por Karl Bühler, Otto Klemm, Charles S. Myers, Henri Piéron e Mario Ponzo. Enquanto existiu o Comitê Executivo, Edouard Claparède permaneceu como Secretário Permanente (até sua morte em 1940). Nesse comitê incorporou-se também um Secretário Assistente, Herbert S. Langfeld, que em 1940 assumiu o lugar de Claparède (Rosenzweig et al., 2000).

Paralelamente, foram-se organizando sociedades de psicologia em diferentes países. Em 1948, durante o Congresso de Edimburgo, sete sociedades nacionais (Bélgica, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália, Suécia e EVA) decidiram fundar uma sociedade científica internacional. Tal instituição se organizou formalmente durante o congresso seguinte, reunido em Estocolmo, em 1951, no qual se agregaram sociedades da Holanda, Japão, Noruega e Suíça às sociedades dos sete países anteriores. Assim, sociedades nacionais de 11 países constituíram a IUPsyS.

Em relação à denominação da sociedade, é interessante o testemunho de Nuttin:

> Concerned about the scientific status of psychology in their countries, all three [Piéron, Michotte and Piaget] felt the need to separate the Union from two tendencies that still threatened scientific psychology in some European countries: (1) certain literary or philosophical forms of psychology, and (2) certain psychotherapeutic practices. English-speaking psychologists allowed themselves to be persuaded, and the Union was formed with the name International Union of Scientific

Psychology/Union Internationales da Psychologie Scientifique (Rosenzweig et al., 2000, p. 62).[11]

Posteriormente à Segunda Guerra Mundial, "la pura y simples necesidad de coordinación global multiplicó las organizaciones internacionales"[12] (Hobsbawm, 1998, p. 429). As Nações Unidas seriam o testemunho mais eloquente dessa tendência, ainda que organizações internacionais muito pequenas e de menor envergadura como a IUPsyS se formassem no mesmo período histórico. E, mesmo não ficando totalmente claro em que medida organizações não governamentais internacionais, como a IUPsyS, poderiam contribuir para a constituição de uma nova ordem internacional, as organizações relacionadas às ciências se multiplicaram depois da Segunda Guerra Mundial (Schofer, 1999).

O primeiro Presidente da IUPsyS foi Henri Piéron; Vice-presidente, F. C. Bartlett (UK); Tesoureiro, David Katz, então radicado e representando na Suécia; Secretário Geral, Herbert Langfeld dos Estados Unidos; e Pró-Secretário Geral, Jean Piaget. Por sua vez, o Comitê Executivo Eleito era composto por: S. Baley (Polônia); J. Germain (Espanha); O. Klineberg (EUA); P. Lersch (Alemanha); A. Michotte (Bélgica); T. H. Pear (Reino Unido); M. Ponzo (Itália); T. Rasmussen (Dinamarca); G. Révész (Países Baixos); e H. Wallon (França).

Em seu primeiro quarto de século, todas as autoridades da IUPsyS foram personalidades de renome dentro da psicologia:

Tabela 2 - Autoridades da IUPsyS em seus primeiros 25 anos

Anos	Presidente	Vice-Presidente	Secretário Geral	Secretário Adjumto
1951-1954	H. Piéron	F. C. Bartlett	H. Langfeld	J. Piaget
1954-1957	J. Piaget	T. Rasmussen	O. Klineberg	J. Germain
1957-1960	A. Michotte	J. Drever	O. Klineberg	H. Duijker

11 N.T.: Preocupados com o estatuto científico da psicologia em seus países, todos os três [Piéron, Michotte e Piaget] sentiram a necessidade de separar a União de duas tendências que ainda ameaçavam a psicologia científica em alguns países da Europa: (1) certas formas literárias ou filosóficas de psicologia, e (2) certas práticas psicoterapêuticas. Psicólogos de língua inglesa permitiram-se ser persuadidos, e a União foi formada com o nome de International Union of Scientific Psychology/Union Internationales de la Psychologie Scientifique.

12 N. T.: Depois da Segunda Guerra Mundial, a pura e simples necessidade de coordenação global multiplicou as organizações internacionais.

Anos	Presidente	Vice-Presidente	Secretário Geral	Secretário Adjumto
1960-1963	O. Klineberg	H. Duijker J. Piaget	R. Russell	G. Westerlumd
1963-1966	J. Drever	P. Fraisse	R. Russell	G. Westerlumd
1966-1969	P. Fraisse	A. Leontiev R. Russell	E. Jacobson	G. Nielsen
1969-1972	R. Russell	A. Luria J. Nuttin	E. Jacobson	G. Nielsen
1972-1976	J. Nuttin	A. Summerfield Y. Tanaka	W. Holtzman	G. de Montmollin

Fonte: Rosenzweig et al., 2000.

Relações internacionais, preocupação pela paz e psicologia transcultural

Nos anos imediatamente posteriores ao final da Segunda Guerra Mundial, o Comitê Permanente participou de diferentes iniciativas que tinham por objetivo a paz Mundial.

Em 1947, o Comitê reuniu-se no México ao Projeto da UNESCO "Tensions Affecting International Understanding" e, no ano seguinte, participou da elaboração do folheto "Mental Health and World Citizenship", auspiciado pela recém-criada *World Federation for Mental Health*. Eduardo Krapf, da Argentina, participou do congresso em Londres a partir do qual se organizou a referida Federação, testemunhando sobre o abandono do antigo campo da higiene mental que daria lugar ao mais moderno da saúde mental (Krapf, 1949). Também Otto Klineberg, sobre quem retomaremos em seguida, deixou seu relato daqueles encontros em Londres e da articulação entre o Comitê Permanente dos congressos, da nova Federação de Saúde Mental e do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO (Klineberg, 1974).

Alguns anos mais tarde, a IUPsyS, já constituída, fez parte do congresso de Copenhagen do espaço "Psychology and International Affairs: Can We Contribute?", que havia reunido a mais antiga organização internacional no campo da psicologia, a *International Association for Applied Psychology*, que convocou a "psychologists everywhere to devote their energies and specific skills to the scientific understanding and reduction of international tensions".[13]

13 N. T.: psicólogos de todo o mundo a dedicar suas energias e habilidades específicas à compreensão científica e redução de tensões internacionais.

Nos Estados Unidos, no começo da década de 1960, verificou-se uma atitude crítica por parte dos psicólogos, a política exterior estadunidense, e, com isso, uma viagem às "investigations of the psychological dimensions of international relations in the nuclear age"[14] (Morawski e Goldstein, 1985, p. 280). Ao mesmo tempo, o campo das relações internacionais começava a profissionalizar-se na área acadêmica:

> After WWII, the field of International Relations was achieving independence from Political Science and was gaining ground as a discipline in US academic and that realist approaches to International Relations emphasizing the importance of systemic variables to understand conflicts (Tomas-Rangil, 2011, p. 26).[15]

Em 1965, a *Swiss Psychological Society* solicitou à IUPsyS que, com urgência, desse início a ações que contribuíssem para evitar guerras, algo que sensibilizava profundamente nos anos da Guerra Fria. Hobsbawm (1998) afirmou que as possibilidades reais de uma guerra nuclear entre o Pacto de Varsóvia e a OTAN eram remotas, mas isso não impedia a existência de uma retórica, especialmente no Ocidente, que enfatizava termos bélicos e apocalípticos.

Nesse contexto, o Comitê Executivo da IUPsyS constituiu o *Working Group*, integrado por Paul Fraisse, Alekséi Leontiev e Otto Klineberg, que redigiu um informe, aprovado pelo próprio comitê, intitulado "An Appeal to Psychologists".

Ao mesmo tempo, na Reunião anual do Comitê Executivo da IUPsyS, realizado em junho de 1965, na Abadia de Royaumont, decidiu-se publicar uma revista dedicada aos estudos transculturais. Na apresentação da revista, o então presidente da IUPsyS reafirmou a habitual frustração que gerava "el estudio experimental del comportamiento humano"[16] (Drever, 1966, p. 1):

> When we attempt to carry out an experimental study of human behaviour we are often frustrated because we can manipulate only a few unimportant variables, and

---

14 N.T.: investigações das dimensões psicológicas das relações internacionais na era nuclear.

15 N.T.: Após a Segunda Guerra Mundial, o campo das Relações Internacionais estava alcançando independência em relação à Ciência Política, ganhando território como disciplina no meio acadêmico dos Estados Unidos com abordagens realistas das Relações Internacionais e enfatizando a importância de variáveis sistêmicas para compreender os conflitos.

16 N. T.: o estudo experimental do comportamento humano.

> because the period over which we can observe their effects is so short. To escape from such limitations we have recourse to animal studies, with a consequent reduction in the range and complexity of the phenomena which are accessible to us. There is an alternative whose value is becoming more and more apparent, namely, to exploit the variables which nature has provided in differences of ecology, culture, and language. This approach is not new, but a more adequate specification of the relevant variables has become possible through the growth of anthropology and linguistics. We can now undertake the study of basic psychological processes, which is our real concern, much better equipped than were our predecessors to assess the long-term effects of complex environmental conditions upon many aspects of behaviour (Drever, 1966, p. 1).[17]

No caso da investigação com sujeitos humanos, as variáveis que podem manipular-se são muito limitadas e o período de observação, muito curto. Com a intenção de superar essas limitações, Drever defendia que poderia recorrer-se à investigação animal, a qual reduz "el rango y la complejidad de los fenómenos" ao estudar. Como uma maneira de solucionar essas limitações, Drever recomenda "explotar las variables que la naturaleza prove en diferencias de ecología, cultura y lenguaje" (Drever, 1966, p. 1). O então presidente da IUPsyS também afirmou que esse tipo de estudo não era novidade, sendo possível uma maior especificidade das variáveis devido ao crescimento experimentado na antropologia e na linguística. Com essa justificativa, a IUPsyS "decided that it was appropriate for a worldwide body such as ours to encourage comparative studies of this kind, and that, as a first step, we should provide a journal in which they might be published"[18] (Drever, 1966, p. 2).

---

17 N.T.: Quando nós tentamos realizar um experimento envolvendo o comportamento humano, somos constantemente frustrados porque podemos manipular apenas um pequeno conjunto de variáveis irrelevantes, e porque o período durante o qual podemos observar seus efeitos é muito curto. Para escapar dessas limitações temos recorrido a estudos com animais, o que gera uma consequente redução no alcance e na complexidade dos fenômenos que nos são acessíveis. Há uma alternativa cujo valor tem se tornado mais e mais aparente, a saber, explorar as variáveis cuja natureza gerou diferenças na ecologia, na cultura e na linguagem. Essa abordagem não é nova, porém uma especificação mais adequada das variáveis tornou-se possível por meio do crescimento da antropologia e da linguística. Podemos agora empreender um estudo de processos psicológicos básicos, o que é nosso real interesse, muito mais preparados que nossos predecessores para acessar os efeitos de longo prazo de condições ambientais complexas em diversos aspectos do comportamento.

18 N.T.: decidiu que era apropriado para um organismo mundial como o nosso encorajar estudos comparativos dessa espécie e, como primeira etapa, providenciaríamos um jornal no qual eles poderiam ser publicados.

O papel desempenhado pela revista da IUPsyS tem sido reconhecido na história da psicologia transcultural:

> La década de 1960 vivió una expansión continua y acelerada, que se reflejaba en el crecimiento de publicaciones: el *Journal of Social Psychology* publicó muchos estudios tempranos transculturales; el *International Journal of Psychology*, dedicado principalmente (*largely devoted to*) a tópicos trans-culturales y trans-nacionais, apareció por primera vez en 1966, para ser seguida en 1970 por el *Journal of Cross-Cultural Psychology* (Jahoda e Krewer, 1997, p. 24; tradução minha).[19]

Uma revisão do primeiro número pode ilustrar as características do programa de investigação transcultural proposto. Por exemplo, León Jakobovits, do *Center for Comparative Psycholonguistics* da Universidade de Illinois, afirmava que:

> This type of analysis is illustrative of the evidence of cross-cultural differences which the researcher can isolate for further study. It should be evident that, as psychologists with only superficial knowledge of the many cultures we study, we cannot offer adequate explanations for results of this nature. Cooperation among social scientists from many fields and from different countries is not only desirable but necessary in the comparative study of culture (Jakobovits, 1966, p. 37).[20]

Por sua parte, Nuttin Jr. propunha:

> It seems to us that a critical replication of the Festinger and Carlsmith study was appropriate for several reasons. In the first place, there is, especially in the study of

---

19 N. T.: A década de 1960 viveu uma expansão contínua e acelerada, que se refletia no crescimento de publicações: o *Journal of Social Psychology* publicou muitos estudos transculturais iniciais; o *International Journal of Psychology*, dedicado principalmente a tópicos transculturais e transnacionais, apareceu pela primeira vez em 1966, e foi seguido em 1970 pelo *Journal of Cross-Cultural Psychology*. (Tradução do original pelo autor).

20 N. T.: Esse tipo de análise ilustra a evidência de diferenças interculturais que podem ser isoladas pelo pesquisador para estudo posterior. Evidentemente, como psicólogos que possuem apenas um conhecimento superficial das diversas culturas que estudamos, não podemos oferecer explicações adequadas para resultados dessa natureza. A cooperação entre cientistas sociais de vários campos e vários países não é apenas desejável, mas necessária, no estudo comparado de culturas.

> the social determinants of human behavior, an increasing interest in cross-cultural research (1966, p. 37).[21]

Sempre no primeiro número, Marcello Cesa-Bianchi publicava os resultados de dois estudos transculturais: um estudo sobre processos de socialização em conformidade social e um estudo sobre estilo de enfrentamento e realização (acadêmica).

> The results will be organized by such variables as age, sex and social class; by cultural variables (defined by ethnic, national and social class variation within countries) and by psychological variables (such as guilt, internalization of adult norms, etc.). Data will be analyzed to determine the extent to which aggressive behavior and compliance toward peers and adult authority is determined and can be predicted from cultural, social and psychological variables built into the design of the study (Cesa-Bianchi, 1966, p. 60).[22]

Inclusive no primeiro número, o próprio Piaget enfatizava a necessidade de desenvolver estudos comparativos interculturais: "En une mot a psychologie que nous elaborons en nos milieux, caracterisés par une certaine culture, une certaine langue, etc., demeure essentiellement conjecturale tant qu'on n'a pas fourni le mattriel comparatif nécessaire à titre de controle"[23] (1966, p. 12).

O *International Journal of Psychology* também foi a via privilegiada para a publicação do Informe "An appeal to psychologists", que haviam preparado Fraisse, Klineberg e Leontiev. Estendemo-nos na citação textual de partes do referido documento por considerarmos que este destaca a posição oficial da IUPsyS.

---

21 N.T.: Parece-nos que uma repercussão crítica do estudo de Festinger e Carlsmith foi adequada por diversas razões. Em primeiro lugar, há, especialmente no estudo de determinantes sociais no comportamento humano, um interesse crescente em pesquisas interculturais.

22 N. T.: Os resultados serão organizados por variáveis, tais como idade, gênero, classe social, variáveis culturais (definidas pelas variações étnicas, nacionais e de classes sociais entre países) e variáveis psicológicas (como culpa, internalização de normas adultas etc.). Os dados serão analisados para determinar em que medida comportamentos agressivos e conformidade perante pares e autoridades adultas são determinados e de que maneira podem ser previstos por variáveis culturais, sociais e psicológicas construídas no projeto do estudo.

23 N. T.: Em uma palavra, a psicologia que desenvolvemos em nossos meios, caracterizada por uma determinada cultura, uma certa língua, etc., permanece essencialmente especulativa tanto que não temos produzido o material comparativo necessário a título de controle.

> Psychologists share with other people of good will a horror of nuclear warfare, and a desire to live in a world of peace and international understanding. They acknowledge with other biological and social scientists the duty to consider the practical implications of their research findings and of the technical knowledge which they have acquired. They bear, however, a special responsibility at this moment in the history of mankind. Their discipline is most directly concerned with man and human behavior: they are *professionally* involved in helping men to realize their potentialities, by facilitating their mental and social development. It is surely reasonable to require psychologists to become professionally concerned also with man's survival (Fraisse et al., 1966, p. 165).[24]

> It is for this reason that the Executive Committee of the International Union of Psychological Science addresses to its thirty national member societies, representing a wide range of geographical distribution and of social and economic systems, as well as to psychologists throughout the world, the following appeal: that they, as *psychologists,* actively direct their professional energies toward reducing the menace of a new war, and toward improving the chances for peace throughout the world (Fraisse et al., 1966, p. 166).[25]

A revista da IUPsyS já destacava, nos estudos comparativos interculturais, a chamada aos psicólogos publicada no segundo número, potencializando ainda mais a perspectiva transcultural da IUPsyS e da revista. No primeiro número do ano seguinte, dessa vez apenas com a firma de Otto Klineberg, publicou-se

24 N. T.: Psicólogos compartilham com outras pessoas de boa vontade um horror à guerra nuclear, e um desejo de viver em um mundo de paz e compreensão internacional. Eles reconhecem, junto com biólogos e cientistas sociais, o dever de considerar as implicações práticas dos resultados de suas pesquisas assim como do conhecimento técnico adquirido. Eles carregam, contudo, uma responsabilidade especial nesse momento da história da humanidade. Sua disciplina é direcionada sobretudo à preocupação com o homem e o comportamento humano: eles estão envolvidos profissionalmente em ajudar os homens a realizar seus potenciais, ao facilitar seu desenvolvimento mental e social. É certamente razoável requerer que psicólogos se tornem profissionais preocupados também com a sobrevivência do homem.

25 N. T.: É por essa razão que o Comitê Executivo da União Internacional da Ciência Psicológica endereçou aos membros de suas trinta sociedades nacionais, representando uma ampla gama de distribuições geográficas e de sistemas sociais e econômicos, assim como a psicólogos ao redor do mundo, o seguinte apelo: que eles, como psicólogos, ativamente direcionem suas energias profissionais para reduzir a ameaça de uma nova guerra, e para aumentar as chances de paz ao redor do mundo.

uma nota na qual já se aludia, sem mediações à posição da IUPsyS, sobre as relações internacionais:

> The Executive Committee also decided that on the occasion of the Moscow Congress a meeting should be arranged for further discussion of possible action by the Union. It was agreed that the meeting should be relatively small (if possible a true Round Table), but as representative as possible. Roger Russell, then the Union's Secretary-General, sent a letter to all national member societies, asking them to suggest the names of participants. In the name of the *ad hoc* Committee, I then wrote to all those whose names had been submitted, inviting them to attend the Round Table, and if possible to prepare a brief statement in answer to the following two questions: 1) What do you regard as the possible contributions of psychology to the improvement of international relations? 2) What kind of research, particularly of a cross-national nature, would you like to *see* developed in the immediate future? (Klineberg, 1967, p. 76).[26]

Nessa mesa-redonda mencionada, foram recebidas 12 propostas por escrito. Klineberg destacava que se conseguiu consenso ainda quando "las principales causas de las tensiones internacionales se encontraban em condiciones objetivas" os psicólogos "tienen a obligação profesional de indicar el papel desempeñado por los factores subjetivos" (Klineberg, 1967, pp. 76-7).[27]

Os números seguintes da publicação voltaram a enfatizar a investigação transcultural. Inclusive, já em 1968, Berry publicou a primeira versão do diretório sobre investigadores dedicados à investigação transcultural que logo seria ampliado e atualizado (Berry, 1968).

---

26 N. T.: O Comitê Executivo também decidiu que, por ocasião do Congresso de Moscou, deverá ser realizada uma reunião para que se discuta a possibilidade de ação pela União. Concordou-se que a reunião deverá ser relativamente pequena (se possível, uma verdadeira mesa-redonda), porém o mais representativa possível. Roger Russel, Secretário Geral da União, enviou uma carta para todos os membros das sociedades nacionais, solicitando sugestões de nomes para participarem da reunião. Em nome do supracitado Comitê, eu então escrevi a todos esses nomes que foram sugeridos, convidando-os também para atender à mesa-redonda, e se possível para preparar uma breve declaração em resposta às duas seguintes questões: 1) O que você considera como possíveis contribuições da psicologia à melhoria das relações internacionais? 2) Que tipo de pesquisa, particularmente de natureza internacional, você gostaria de ver desenvolvida em um curto prazo?

27 N. T.: as principais causas das tensões internacionais se encontravam em condições objetivas, os psicólogos têm a obrigação profissional de indicar o papel desempenhado pelos fatores subjetivos .

Podemos concluir que, em seus primeiros anos, a IUPsyS discutiu a participação em temáticas sociais de relevância, como a saúde mental coletiva, a compreensão entre os povos da terra e a paz mundial. O contexto dessa preocupação foi a Guerra Fria e o *horror da guerra nuclear*, situação central na Europa nesses anos, especialmente a partir da retórica que o Ocidente outorgou ao tema (Hobsbawm, 1998). Em tal cenário, a IUPsyS promoveu intercâmbios científicos e institucionais entre investigadores de diferentes culturas, nacionalidades e linguagens. É possível que um dos resultados mais destacados desses intercâmbios tenha sido o impulso sustentado e defendido para a investigação no campo transcultural. A partir dos primeiros anos da década de 1970, esse impulso se debilitou até chegar a quase desaparecer na segunda metade da década de 1970. Muitos fatores contribuíram para isso, desde a edição de 1970 de uma nova revista sobre a especialidade, o *Journal of Cross-Cultural Psychology*, a aparição de uma nova sociedade internacional dedicada unicamente à psicologia transcultural (*International Association of Cross-Cultural Psychology*), até as próprias críticas surgidas na interioridade dessa ciência. Em particular, a análise da cultura como mais uma variável dos fenômenos psicológicos começou a ser vista como uma séria limitação para a compreensão inteiramente cultural desses fenômenos.

Referências

Adamopoulos, J. e Lonner, W. J. «Culture and psychology at a crossroad: historical perspective and theoretical analysis". In Matsumoto, D. (ed.). *The handbook of culture and psychology*. Nova York: Oxford University Press, 2001, pp 11-3.

Adler, H. E. "The European influence on American psychology: 1892 and 1942". In ______ e Rieber, R. W. (eds.). *Aspects of the history of psychology in America: 1892-1992*. Nova York: The New York Academy of Sciences - Washington: American Psychological Association, 1994, pp. 113-22.

AnÔnimo. "Congrès International de Psychologie Physiologique". *Revue Philosophique da France et de l'étranger*, n. 28, pp. 109-11, 1889.

Berry, J. W. "Directory of Cross-Cultural Psychological Research". *International Journal of Psychology*, v. 3, n. 2, pp. 137-48, 1968.

Binet, A. *Introduction à a Psychologie Expérimentale*. Paris: Felix Alcan, 1894.

Cesa-Bianchi, M. "The development of social attitudes as studied in two cross-cultural research projects". *International Journal of Psychology*, v. 1, n. 1, pp. 59-62, 1966.

Cole, M. *Psicología cultural*. Madrid: Morata, 2006.

Danziger, K. "Does the history of psychology have a future?". *Theory and Psychology*, v. 4, n. 4, pp. 467-84, 1994.

______. "Universalism and indigenization in the history of modern psychology". In Brock, a. c. (ed.). *Internationalizing the history of psychology*. New York: New York Umiversity Press, 2006, pp. 208-25.

Dergam, A. "El presente no es actual. Tres visiones de la psicología post-soviética". *Anuario de Psicología*, n. 74, pp. 99-123, 1997.

Drever, J. "Foreword". *International Journal of Psychology*, v. 1, n. 1, pp. 1-2, 1966.

Fraisse, P. et al. "An appeal to psychologists". *International Journal of Psychology*, v. 1, n. 2, pp. 165-7, 1966.

Geuter, U. *The Professionalization of psychology in Nazi Germany*. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1992.

González-Rey, F. L. "Advancing further the history of Soviet psychology: moving forward from dominant representations in Western and Soviet psychology". *History of Psychology*, v. 17, n. 1, pp. 60-78, 2014.

Hobsbawm, E. *Historia do siglo XX*. Buenos Aires: Crítica, 1998.

Jahoda, G. e Krewer, B. "History of cross-cultural and cultural psychology". In Berry, J. W. et al. (eds.). *Handbook of cross-cultural psychology: theory and method*. Needham Heights, MA: Allyn & Bacon, 1997, v. 1, pp. 1-42.

Jakobovits, L. A. "Comparative psycholinguistics in the study of cultures". *International Journal of Psychology*, v. 1, n. 1, pp. 15-37, 1966.

Klineberg, O. "The IUPS and international relations". *International Journal of Psychology*, v. 2, n. 1, pp. 76-8, 1967.

______. "Otto Klineberg". In Lindzey, G. (ed.). *History of psychology in autobiografphy.* Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, v. VI, pp. 163-82.

Krapf, E. "Las reuniones de Salud Mental de Londres y la fundación de la Federación Mundial de Salud Pública". *Neuropsiquiatría*, v. 1, n. 1, pp. 69-75, 1949.

Krige, J. *American hegemony and the postwar reconstruction of science in Europe*. Cambridge: The MIT Press, 2006.

Lacan, J. *Seminario 2: el yo en la teoría de Freud y en la tecnica psicoanalítica*. Buenos Aires: Paidós, 1992[1954].

Marillier, L. "Le Congrés de Psychologie Physiologique de 1889". *Revue Philosophique de la France et de l'Étranger*, n. 28, pp. 539-46, 1889.

Montoro, L. et al. "A short history of the International Congresses of Psychology". *Revista de Historia de la Psicología*, v. 5, n. 1/2, pp. 245-52, 1984.

Morawski, J. G. e Goldstein, S. E. "Psychology and nuclear war : a chapter in our legacy of social responsibility". *American Psychologist*, v. 40, n. 3, pp. 276-84, 1985.

Nicolas, S. e Murray, D. J. "Théodule Ribot (1839-1916), founder of French psychology: a biographical introduction". *History of Psychology*, v. 2, n. 4, pp. 277-301, 1999.

______ e Söderlumd, H. "The project of an International Congress of Psychology by J. Ochorowicz (1881)". *International Journal of Psychology*, v. 40, n. 6, pp. 395-406, 2005.

______ et al. "L'Année psychologique: history of the founding of a 100-year-old French Journal". *History of Psychology*, v. 3, n. 1, pp. 44-61, 2000.

Nuttin, J. M. Jr. "Attitude change after rewarded dissonant and consonant forced compliance: a critical replication of the Festinger and Carlsmith experiment". *International Journal of Psychology*, v. 1, n. 1, pp. 39-57, 1966.

Ochorowicz, J. "Projet d'um Congre's International de Psychologie". *Revue Philosophique de la France et de l'Etranger*, n. 12, pp. 1-17, 1881.

Piaget, J. "Necessité et signification des recherches comparatives en Psychologie Génétique". *International Journal of Psychology*, v. 1, n. 1, pp. 3-13, 1966.

Piéron, H. In Boring, E. G. et al. (eds.). *History of Psychology in Autobiography.* Worcester: Clark University Press, 1952, v. IV, pp. 257-78.

______. "Histoire succincte des Congrès Internationaux de Psychologie". *L'année Psychologique*, v. 54, n. 2, pp. 397-405, 1954.

Rattner, C. *Cultural psychology : a perspective on psychological functioning and social reform*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2006.

______ e Hui, L. "Theoretical and methodological problems in cross-cultural psychology". *Journal for the Theory of Social Behavior*, n. 33, pp. 68-94, 2003.

Rosenzweig, M., et al. (eds.). *History of the International Union of Psychological Science (IUPsyS)*. Hove: Psychology Press, 2000.

Schofer, E. "Science associations in the international sphere, 1875-1990: the rationalization of science and the scientization of society". In Boli, J. e Thomas, G. M. (eds.). *Constructing world culture: International Nongovernmental Organizations since 1875*. Stanford, CA: Stanford Umiversity Press, 1999, pp. 249-66.

Segall, M. H. et al. . "Cross-cultural psychology as a scholarly discipline". *American Psychologist*, v. 53, n. 10, pp. 1.101-10, 1998.

Tomas-Rangil, T. *The politics of neutrality: UNESCO's Social Science Department, 1946-1956*. Durham, NC: Center for the History of Political Economy, 2011. (Chope Working Paper 2011-8). Zeitlin, J. "Introduction". In ______ e Herrigel, G. (eds.). *Americanization and its limits: reworking US technology and management in post-war Europe and Japan*. Oxford: Oxford University Press, 2000, pp. 1-50.

Zeitlin, J. "Introduction". In ______ e Herrigel, G. (eds.). *Americanization and its limits: re-working US technology and management in post-war Europe and Japan*. Oxford: Oxford University Press, 2000, pp. 1-50.

UNIDADE II

Homenagem a Emilio Mira y López

PARTE III
Mira y López: 50 anos depois

Capítulo 6
Pensar Mira y López: contribuições para a psicologia

Hildeberto Vieira Martins

Este texto objetiva apresentar as contribuições contidas nos trabalhos que fizeram parte da mesa redonda "Mira y López: 50 anos depois", por mim coordenada. Os trabalhos aqui reunidos são o resultado de artigos originalmente apresentados no XI Encontro Clio-psyché: Discursos e Práticas na História da Psicologia, ocorrido entre os dias 01 a 03 de outubro de 2014, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A mesa contou com a participação de importantes nomes do campo da história da psicologia: Annette Mülberger (UAB, Espanha), Hélio Carpintero (UNED, Espanha), Nádia Rocha (FRB, Brasil) e Rosa Falcone (UBA, Argentina). Pode-se afirmar que as análises que os autores dos textos que compõem esse livro fazem do papel fundamental que teve para a história da psicologia a obra intelectual (modelos teóricos, recursos técnicos, projetos institucionais) desenvolvida pela figura polivalente de Emílio Mira y López (1896-1964), que atuou e trouxe significativas contribuições para áreas como a medicina, psiquiatra, psicoterapia e psicologia, convergem para a consolidação do reconhecimento da relevância histórica da produção acadêmica e da vida desse pesquisador. Vários trabalhos já foram escritos sobre Mira y López (Martins, 2014; Jacó-Vilela e Rodrigues, 2014; Rossi et al., 2014; Rosas, 1995; Silva, 1964), mas os textos aqui apresentados enfocam aspectos ainda pouco debatidos da trajetória profissional desse cientista, o que revela a importância de novas pesquisas que discutam a importância do seu legado para a psicologia.

Os autores abordam de diferentes maneiras dois períodos fundamentais da vida desse grande pensador: a sua vida (profissional e intelectual) na Espanha e a sua fase de exílio, mais especificamente, a sua passagem pela Argentina e Brasil. Não obstante, é possível assinalar certos aspectos que entrelaçam as diferentes abordagens realizadas pelos autores sobre um determinado aspecto da extensa e diversificada atuação de Mira y López. A abordagem historio-

gráfica utilizada nos trabalhos apresentados nos parece enfatizar dois pontos capitais de sua trajetória: seu papel como difusor da ciência (psicologia, psicanálise, psiquiatria) e as tentativas de articular política e psicologia por meio de sua atuação profissional. É claro que esses dois aspectos não esgotam todas as questões abordadas pelos referidos autores, como se pode notar na exposição de temas não menos importantes para entender a obra de Mira, como a discussão do papel da psicanálise e da psicotécnica em sua produção intelectual em decorrência da sua adesão ao "credo positivista" que marcou a ciência da época em que viveu. Mas optamos aqui por dar destaque a esses dois pontos na tentativa de demonstrar a proximidade e afinidade discursiva dos textos reunidos nessa mesa redonda.

A mesa foi composta por quatro apresentações. Rosa Falcone, da Universidade de Buenos Aires, com o texto intitulado "Emílio Mira y López. Suas valiosas contribuições à psicoterapia médica durante seu exílio na Argentina (1940-1944)", inicia a exposição de suas ideias tomando como base do desenvolvimento do pensamento e da produção intelectual de Mira y López as duas principais etapas de vida: a sua estada na Espanha e o seu período de exílio. É a partir desse recorte temporal que a autora se dedica a apresentar a passagem (breve) do cientista pela Argentina. Contudo, mesmo breve, esse evento teve um significativo impacto no debate médico e intelectual argentino, principalmente no que tange às questões que giravam em torno das práticas de psicoterapia e ao uso da psicanálise no campo médico. Na tentativa de aprofundar essas questões, a autora revisa os artigos psicanalíticos de Mira y López anteriores a 1936 e em seu livro intitulado *Manual de psicoterapia*, publicado na Argentina em 1942.

Rosa Falcone demonstra como a publicação do *Manual de psicoterapia* está articulada ao movimento de Higiene Mental, bastante importante no círculo psiquiátrico argentino da época. O debate construído por Mira a respeito da higiene mental se dirige mais especificamente para os temas da psicoterapia (e em quem pode exercê-la) e para a assistência aos alienados. E, a partir desses temas, ele enfatiza a importância da especialidade médica na prevenção das doenças mentais. Falcone realça ainda a vasta produção intelectual de Mira y López no curto espaço de tempo em que permaneceu nesse país: entre 1940 e 1944. Mas isso não impediu que a sua influência fosse significativa junto aos círculos universitários e médicos da Argentina. E isso parece ficar evidente se atentarmos para o significativo acervo publicado em solo argentino dos traba-

lhos de Mira, como fica demonstrado no artigo de Rosa Falcone. A autora demonstra ainda como o *Manual* vai servir de veículo difusor de certas ideias e práticas da medicina que ainda não faziam parte da prática e do ensino oficial de medicina na Argentina e na América Latina, e o quanto a obra e a atuação de Mira y López respondem a essa demanda.

A psicanálise ainda era recente na América do Sul quando Mira a utilizou como referencial teórico para discorrer sobre a importância da psicoterapia e do papel do médico no uso e difusão dessa prática clínica. Como Falcone afirma, o *Manual* é resultado de cursos ministrados sobre essa disciplina quando da sua passagem pela Argentina. Segundo ela, esses cursos e a sua repercussão sinalizam para a carência do ensino oficial de psicoterapia nos cursos de }medicina da época. A autora demonstra como a psicoterapia será definida em termos de especialidade médica, em oposição às práticas de charlatanismo, o que aponta para o momento de produção de disputas inerente à formação dos espaços de constituição de um saber científico. Contudo, ela deixa claro que a psicanálise que Mira apresenta é um apanhado de doutrinas psicológicas, o que fez com que a psicanálise descrita por Mira fosse considerada por alguns autores como superficial. Mas, valendo-se de conceitos psicanalíticos, como "pressão", "associação livre", "interpretação dos sonhos" etc., Mira apresentou para o público argentino os recursos que a psicanálise havia elaborado na luta contra o sofrimento psíquico.

Outro aspecto destacado pela autora diz respeito ao papel da psicanálise. Segundo a visão de Mira, esta era uma forma de "compreensão profunda das ações humanas e das suas motivações", o que parece ter contribuído para a sua visão mais ampla dos fenômenos psíquicos. Além disso, ela ressalta como o contato com as obras freudianas possibilitou que a primeira geração de psiquiatras espanhóis (Láfora, Sacristán, Sanchís Banús e o próprio Mira y López) pudesse se libertar da influência francesa por meio da leitura feita dessa recente produção intelectual alemã. Não obstante, ressalta a contradição de certa interpretação de Mira acerca de algumas noções da teoria psicanalítica quando este afirma "que a medicina é o fundamento da prática psicoterapêutica", já que é sabido que o autor vienense caminhou na direção de apontar a medicina como "a principal resistência à psicanálise".

O segundo trabalho, de autoria de Nádia Rocha, da Faculdade Rui Barbosa, da Bahia, intitulado "Emílio Mira y López na mídia impressa baiana: 1946 a 1961", analisa a passagem de Mira y López pela Bahia e a sua atuação como

difusor de temas ligados ao campo psicológico. Pode-se perceber uma significativa aproximação entre o trabalho de Nádia Rocha e de Rosa Falcone, já que ambos discutem o impacto da figura de Mira y López junto às sociedades intelectuais pelas quais passou.

A autora apresenta a pesquisa realizada a partir de um conjunto de matérias publicadas em jornais de Salvador (BA), que compreendem o período de 1946 a 1961. Ela relata que as visitas realizadas por Mira ao estado da Bahia ocorreram nos anos de 1946, 1952, 1955, 1957, 1958, 1959, 1960 e 1961. O material selecionado e analisado foi publicado em oito periódicos diferentes, sendo o jornal *Diário de Notícias* o que concentrou o maior número de publicações analisadas. O que chama a atenção é a quantidade significativa de informações que puderam ser reunidas a partir da análise desses materiais jornalísticos. Os temas das suas apresentações eram os mais variados, abrangendo questões como higiene mental, problemas de aprendizagem, seleção e orientação profissional ou técnicas projetivas. Isso aponta para o caráter eclético da atuação de Mira y López durante toda a sua vida intelectual. O artigo apresenta três tabelas: 1) que descreve as publicações das informações nos diversos jornais baianos (*A Tarde*; *Diário da Bahia*; *Diário de Notícias*; *O Estado da Bahia* etc.) sobre a passagem de Mira segundo uma ordem cronológica (1946-61); 2) que descreve a data da ocorrência, o título das conferências proferidas, além dos órgãos ou entidades promotoras do evento; e 3) que descreve as atividades (conferências, aulas, seminários) preparatórias para a criação do Centro de Orientação Infantojuvenil da UFBA e os órgãos ou entidades promotoras do evento.

A autora ressalta a importância e o impacto dessas passagens de Mira y López pela Bahia ao destacar o conteúdo das informações veiculadas pelos jornais da época. Pode-se ler no jornal *O Estado da Bahia*, de 1946, a informação que Mira era "uma das maiores autoridades científicas mundiais" e que permaneceria por 20 dias no Estado, realizando conferências. E, em 1952, ele é retratado como o "responsável pelo movimento psicotécnico do país" no vespertino *Diário de Notícias*. Um dado curioso, presente em uma nota de rodapé, chama a atenção. Nessa curta passagem pelo Estado, a presença de Mira y López foi noticiada pelo jornal *Momento*, jornal do Partido Comunista Brasileiro da Bahia. Isso parece reforçar que a atuação política de Mira já era conhecida por parte da militância política brasileira de esquerda. Mas, ao que parece, suas visitas e conferências nesse momento de sua trajetória intelectual tinham mais cunho científico que político.

O papel e a importância da psicotécnica no trabalho de Mira y López são destacados pela autora ao sinalizar para o seu papel de destaque na implementação e consolidação do Instituto de Orientação Vocacional (IDOV), criado nos mesmos moldes do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), que já funcionava no Rio de Janeiro desde de 1949. Segundo a autora, as discussões para a criação do IDOV se iniciaram em 1955, mas o início do seu funcionamento só ocorreu em 1959.

A leitura atenta dos títulos dos cursos, conferências e seminários proferidos por Mira mais uma vez demonstram a sua preocupação com a difusão e popularização das ideias e práticas psicológicas para um público diversificado (acadêmicos e leigos). A sua imagem de "romancista da psicologia" parece ter sido fundamental para consolidar o seu papel de especialista e apontar para a importância da psicologia como ferramenta capaz de melhorar o cotidiano da sociedade, seja por meio da seleção mais eficaz dos motoristas de veículos (eliminando da função os "violentos e distraídos"), seja por meio da seleção e orientação infantojuvenil (garantindo a "assistência mental aos menores desajustados" e a compreensão da "dinâmica interpessoal do menor").

O artigo de Nádia Rocha expõe novos dados e nos leva a compreender cada vez mais a importância da atuação institucional de Mira y López e do seu papel de principal difusor dos métodos e da prática da psicotécnica no Brasil.

O texto de Hélio Carpintero, da Universidade Nacional de Educação a Distância (UNED), da Espanha, intitulado "Emílio Mira e sua experiência na URSS (1931)", é fruto de uma leitura da trajetória de Mira y López em que suas ideias e posicionamentos políticos são enfatizados. Tomando como norteador analítico de sua exposição a passagem de Mira y López pela União Soviética, fruto de sua participação na VII Conferência Internacional de Psicotécnica, ocorrida em Moscou, em 1931, Carpintero demonstra como a preocupação de Mira y López com as questões sociais tomam um viés assumidamente de esquerda desde muito cedo. O autor aponta a forma positiva e favorável com que o projeto de "homem novo" presente no projeto soviético marca os textos escritos por Mira sobre a sua experiência a respeito desse modelo revolucionário. O autor descreve ainda como Mira participou da fundação da União Socialista da Catalunha em 1923, o que mais tarde será o núcleo fundador do Partido Socialista Unificado da Catalunha, este criado em 1936. Nota-se que esse prematuro engajamento de esquerda impulsionou a sua adesão aos movimentos de higiene mental espanhol. Essa experiência junto a esses

movimentos seria reproduzida em sua passagem pela Argentina, como aponta o artigo de Rosa Falcone.

O período de análise do artigo de Hélio Carpintero compreende o período profissional de Mira y López que antecede a sua fase de emigração. O autor se propõe a enfocar a passagem de Mira pela União Soviética (década de 1930) e demonstrar como isso está intimamente articulado a sua preocupação com os problemas sociais que marcavam a sociedade espanhola da época, o que pode ser confirmado pela publicação de suas experiências na revista *Justicia Social*, periódico ligado ao partido denominado União Socialista da Catalunha (USC), no qual aborda essa questão. Não menos importante seria a sua participação na fundação desse mesmo partido, em 1923, organização que mais tarde se tornaria o Partido Socialista Unificado da Catalunha (PSUC), no ano de 1936. Carpintero sinaliza para a importância do papel desse movimento político na constituição dos movimentos de higiene mental na Espanha. Esse ponto é relevante, pois Rosa Falcone também apresenta indícios da participação de Mira nos movimentos de higiene mental quando trata da sua passagem pela Argentina.

O trabalho de Carpintero ressalta a participação de Mira y López na criação e manutenção da *Société Internationale de Psychotechnique* (Sociedade Internacional de Psicotécnica), desde 1920, e que levou a sua participação no congresso em Moscou no ano de 1931. Discorrendo sobre os aspectos técnicos, morais e filosóficos do trabalho, Mira apresentou um artigo intitulado "La professiographie" ("A profissiografia"), em que mais uma vez demonstra sua dívida ao campo da psicanálise quando se faz valer de Alfred Adler e de sua psicanálise da vocação. Contudo, o ponto mais relevante dessa visita a Moscou foi o contato direto que ele teve com o modelo soviético e o aspecto ideológico desse sistema político voltado para a elaboração de um projeto de transformação da realidade social. Isso fica evidente nos depoimentos e escritos que resultaram dessa experiência em solo soviético, que realizam uma análise descritiva do cotidiano dos trabalhadores sob esse regime social e tece comentários (elogiosos) sobre a base ideológica da proposta comunista soviética ao citar o papel de Stalin e Lenin na consolidação desse mesmo modelo.

Cabe ainda comentar sobre a interpretação "psicológica" da revolução russa feita por Mira y López a partir da ideia de uma "tipologia etnológica" daquela população baseada em um biologismo evolucionista que cairia em desuso já naquela mesma década. Valendo-se da ideia de "homem primitivo" para

descrever a maior parte da população russa, o referido cientista tenta demonstrar como a revolução será o motor de transformação dessa sociedade. Nesses trabalhos também fica evidente a distinção que Mira estabelece entre os modelos socialista e comunista. Deixando claro que percebe as deficiências do modelo comunista, ele considera que o modelo socialista parece ser o caminho mais justo (segundo ele, "nem burguês, nem proletário") por se aproximar dos critérios científicos, e por isso mais objetivos, capazes de construir soluções melhores para a sociedade. Essa "afinidade ideológica" com o socialismo fará com que Mira não deixe de apontar para as limitações apresentadas pelo regime russo, mesmo que continue a afirmar a sua forte aproximação aos modelos políticos de esquerda.

E, por fim, a apresentação de Annette Mülberger, da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), da Espanha, intitulada "É melhor morrer de pé que viver de joelhos: Emílio Mira y López e a revolução social", discorre sobre como as análises psicológicas de Mira estão marcadas pela ideia do papel da psiquiatria na transformação social. A sua pesquisa se situa no período que antecede a ascensão ao poder do modelo franquista na Espanha, fenômeno que provocará o exílio forçado desse cientista. Por outro lado, Mülberger enfatiza a postura socialista do trabalho científico de Mira em decorrência da forma como esse autor relaciona política e psicologia.

O trabalho de Mülberger mantém uma afinidade temática com a linha de análise apresentada por Helio Carpintero, já que dá destaque ao aspecto político da vida de Mira, esmiuçando a sua importância para a formatação das ideias e projetos sociais desse psicólogo. E, da mesma forma que Carpintero, ela apontará para os usos que o modelo científico tem na obra de Mira y López: ele foi uma ferramenta importante na tentativa de entender e interpretar as complexas relações sociais da maneira mais objetiva possível. Mira é impelido pelo interesse de compreender a relação entre o trabalho científico e a política com o intuito de realizar uma verdadeira revolução social. Por isso sua aproximação com a ideologia socialista e com os princípios do materialismo histórico. Mas, da mesma forma que Carpintero, a autora apontará para os efeitos das ideias evolucionistas na obra de Mira, ideias "herdadas" de seu mestre August Pi y Suñer (da "Escola Biológica Catalã"). A autora também aponta a atuação profissional de Mira como o fator que permite a ele travar contato desde muito cedo com a difícil situação econômica e social de determinada parcela da população catalã, geradora de sua exclusão social.

O artigo de Mülberger dá grande destaque ao ambiente político e intelectual em que viveu Mira y López entre as décadas de 1920 e 1930, reforçando o caráter politizado desse período e o lugar que a medicina teve como mecanismo de intervenção e diagnóstico social. É importante comentar o minucioso trabalho realizado pela autora sobre a rede de relações institucionais (políticas, profissionais e sociais) da qual Mira fez parte nessa época. Articulando sua atuação política com a sua formação profissional, a autora apresenta um quadro bastante claro desse momento histórico da sociedade espanhola e de como um certo "credo socialista" serviu de base para o sonho utópico de transformação da sociedade que acalentou o trabalho profissional desses médicos.

O trabalho de Mülberger percorre de maneira pormenorizada o desenvolvimento das alianças políticas e a participação de Mira na construção de um movimento de esquerda espanhol. Como Carpintero, ela aponta para a relação muito próxima entre a preocupação social e um cientificismo positivista, que tinha como objetivo criar as condições propícias para uma real transformação da sociedade. A pesquisadora aponta a adesão partidária de esquerda precoce feita por Mira ao partido União Socialista da Catalunha (USC), assumindo a organização da seção cultural dessa entidade. A importância daquela organização política também foi referida e discutida no artigo de Helio Carpintero. A autora também faz menção à colaboração e participação de Mira junto ao periódico *Justicia Social*.

O texto esclarece como o início da vida profissional de Mira está ligado a uma grande preocupação com a desigualdade social e aos grupos sociais excluídos socialmente, como a classe trabalhadora catalã. Ao que parece, pode-se ver isso como um fator que favoreceu sua adesão aos movimentos científicos e políticos (de esquerda) que surgiram nas décadas iniciais do século XX. Não parece ser fortuita, portanto, a sua participação política (União Socialista da Catalunha) e científica (psicanálise) de primeira hora aos movimentos sociais que tinham um caráter considerado "revolucionário". E é esse mesmo olhar sobre a classe trabalhadora que parece ter feito Mira y López se interessar cada vez mais pela orientação profissional, bem como aperfeiçoar suas ferramentas na tentativa de construir um "novo homem". A ideia de elaborar um modelo de organização científica do trabalho marcaria o estudo de Mira y López desde o início, o que pode ser constatado pelo comentário que a autora faz da participação de Mira junto ao Instituto de Orientação Profissional de Barcelona (IOP), por meio da sua direção do laboratório psicométrico e da seção experimental a

partir de 1919. Se esse projeto de mediação entre os interesses das classes trabalhadora e patronal – que é o resultado da tentativa de objetificação científica da orientação e seleção profissional pretendido por Mira – fracassou inicialmente, como aponta Mülberger, este será bastante exitoso quando do exílio forçado que o cientista fará a partir da vitória do movimento franquista na Espanha. Mülberger chama atenção para as tentativas de apagamento histórico da obra de Mira na sociedade espanhola sob o jugo franquista, ignorando sua importância e reputação internacional. O resgate dessa história ainda é recente.

Por fim, cabe ressaltar neste texto o instigante debate que a autora apresenta sobre as interpretações e análises de cunho socialista de Mira e o modelo materialista-histórico formulado inicialmente por Marx e Engels, buscando dar intelegibilidade a esse debate a partir de uma perspectiva e de uma abordagem histórica. Tomando como chave interpretativa a constituição da relação entre a ideia de revolução e o olhar médico-psicológico, Mülberger estabelece uma "linhagem" analítica sobre o tema. De Taine a Mira y López, a compreensão do fenômeno da revolução e a sua relação com as massas será tema recorrente no campo médico-psicológico. Gustave Le Bon, Charles Ellwood, William MacDougall e José Ortega y Gasset não são esquecidos por Mira quando este busca uma explicação psicológica para o problema do fenômeno revolucionário. E é também por esse caminho que a autora tenta demonstrar a adesão teórico-política de Mira e a sua ligação na polêmica política dos círculos europeus da época, que opunha socialismo a comunismo ante a pergunta: "evolução ou revolução social?".

A inclinação teórica e política de Mira ao projeto de uma "evolução ideológica do proletariado", a partir de uma orientação técnica conduzida pela ciência e pelos cientistas, colocou-o em uma situação de maior ênfase à cultura que à revolução como mecanismo de transformação e justiça social. Contudo, a autora aponta para a transformação que o conceito de revolução tomou na obra e vida de Mira a partir da década de 1930, época de sua passagem por Moscou, tema que foi mais bem retratado no artigo de Carpintero. Tomando como referência o seu trabalho sobre o "comportamento revolucionário" (presente na obra *Problemas psicológicos atuais*), a autora descreve o ponto de vista psicológico de Mira sobre o problema da revolução e o desenvolvimento da humanidade. E é aqui que o enfoque evolucionista e biológico-individual de Mira substitui a perspectiva histórico-materialista do marxismo. É Mülberger quem afirma: "Em vez de adotar um ponto de vista sociológico e materialista,

Mira estuda a revolução como um fenômeno de massas a partir das coordenadas de uma psicologia individualista". Usando de uma linguagem mais clínica que política, Mira constrói uma tipologia psicológica à maneira kretschmeriana na tentativa de explicar as fases pelas quais passa o indivíduo antes, durante e depois de um processo revolucionário. Isso só corrobora o caráter individualista e evolucionista apontado por Mülberger. Curiosamente, como também aponta a autora, Mira não se valeu nesse trabalho das contribuições de Freud e de outros autores da psicanálise (Reich) sobre esse assunto.

O trabalho de Mülberger fornece novos caminhos de análise da obra de Mira e de sua importância como um difusor e popularizador de ideias e conceitos psicológicos. Ela demonstra ainda como a investigação da atuação política de certos agentes sociais pode ser fundamental para a compreensão dos desdobramentos históricos de seus modelos teóricos. Se, por um lado, a autora aponta as contradições teórico-políticas desse pesquisador, por outro, ela enfatiza que seu posicionamento sempre foi o de tentar corrigir as desigualdades sociais a partir de um olhar crítico (de esquerda) a respeito da sociedade.

Consideramos que os trabalhos aqui reunidos trazem uma grande contribuição para os estudos em história da psicologia. A escolha desses autores demonstra o crescimento e o avanço no campo da história da psicologia e o quanto suas contribuições fomentam novos debates a partir de temas considerados já consagrados. Os autores aqui apresentados nos fornecem novas pistas sobre o papel de Mira y López na construção e consolidação de um saber e de uma prática psicológica que não pode ignorar a investigação e a compreensão das transformações da sociedade na qual se constitui. Valendo-se da reconstrução histórica do papel dos agentes sociais (e do contexto histórico-social), os autores demonstram a relevância da pesquisa histórica como analisador crítico do saber e da prática científica. Isso nos informa sobre a importância do método histórico como recurso fundamental para pensar o lugar da psicologia no que tange ao saber e à prática implicada na transformação social.

Referências

Jacó-Vilela, A. M. e Rodrigues, I. T. "Emilio Mira y López: uma ciência para além da academia". Arq. Bras. Psicol., Rio de Janeiro, v. 66, n. 3, 2014. Disponível em: http://pepsic.bv-

salud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809=52672014000300012-&lng=pt&nrm-iso. Acesso em: 31 maio de 2015.

Martins, H. V. "Uma história da psicologia em revista: retomando Mira y López". Arq. Bras. Psicol., Rio de Janeiro, v. 66, n. 3, 2014. Disponível em: http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/860/902. Acesso em: 01 maio de 2015.

Rosas, P. *Mira y López: 30 anos depois.* São Paulo: Vetor, 1995.

Rossi, Lucía A. et al. "Emilio Mira y López en Argentina". *Revista de Historia de la Psicologia*, v. 35, n. 2, pp. 93-110, jun. 2014. Disponível em: http://www.revistahistoriapsicologia.es/revista/2014-vol-35-n%C3%BAm-2/. Acesso em: 21 maio de 2015.

Silva, A. R. *Arquivo Brasileiro de Psicotécnica*, v. 16, n. 2/3, pp. 5-102, 1964.

Capítulo 7
Emilio Mira y López e a revolução social: "É melhor morrer de pé do que viver de joelhos"[1]

Annette Mülberger
Ana Maria Jacó-Vilela

Introdução

O trabalho como psiquiatra e psicólogo a serviço do indivíduo e da sociedade, nos anos 1930 na Espanha, aos poucos deixava os profissionais insensíveis diante dos problemas sociais e das mudanças políticas daquele momento. Tal como observam Salmón y Huertas (2005), o discurso científico foi uma arma usada por psiquiatras espanhóis na defesa da República durante a Guerra Civil. A ciência não foi apenas sinônimo de progresso técnico e de modernidade, mas também um instrumento de compreensão e intervenção social. Como veremos neste artigo, o trabalho de Mira y López sobre a revolução nasceu a partir da sensibilidade e inquietação, frutos de uma intenção de usar a ciência para entender e interpretar as complexas mudanças sociais.

Emilio Mira y López (1896-1964) é um personagem da história da psicologia e da psiquiatria muito conhecido no mundo hispânico e ibero-americano. É conhecido por ter sido o principal protagonista no acesso da psiquiatria ao ensino universitário espanhol[2] e por sua grande obra publicada, que abarca tanto temas psiquiátricos, como psicológicos e pedagógicos[3]. Se sua

---

1 Lema popular da propaganda do governo republicano na última fase da disputa e que aparece na obra de Mira y López analisada neste teste (1960, p. 188).

2 Em 1933, o Patronato da Universitat Autònoma de Barcelona incluiu, pela primeira vez na Espanha, a disciplina Psiquiatria e Neurologia no currículo dos estudos médicos, tendo sido Mira y López encarregado de sua docência. Assim, Mira foi o primeiro professor de psiquiatria da Espanha, cargo que desempenhou de 1933 a 1939.

3 Existe uma extensa bibliografia acerca da vida e obra de Mira disponível, em grande parte, na página <http://www.bibliopsiquis.com/miraylopez/espanol.html>.

postura socialista não passou inadvertida nas aproximações biográficas que lhe dedicaram, também é certo que não se prestou especial atenção à sua produção psicológica relacionada com a política. O objetivo do presente trabalho é estudar, em seu próprio marco histórico (biográfico, científico e político), o trabalho psicológico de Mira em relação à revolução social[4]. Do ponto de vista historiográfico é interessante verificar como Mira relaciona seu trabalho científico com a política e, concretamente, examinar a concordância dos mesmos com respeito à crença socialista e aos princípios do marxismo histórico.

O contexto catalão e a atividade política e profissional de E. Mira y López (1896-1964)

Mira se formou no ambiente médico catalão, identificando-se com a causa trabalhista e com o catalanismo político[5]. É possível que seu trabalho como médico municipal de assistência domiciliar, que começou em 1918, o tenha ajudado a tomar consciência da difícil situação econômica e social em que viviam os desfavorecidos[6]. Ainda que, por um lado, seus rendimentos[7] lhe permitissem levar uma vida privilegiada, por outro, participou assiduamente, junto com outros intelectuais comprometidos, em instituições dedicadas à formação trabalhista, tais como a Escola Del Treball, o Ateneu Obrer e o Ateneu Enciclopèdic Popular (Iruela, 1993). Nesta última instituição, compartilhou sua atividade com August Pi y Suñer, Joaquim Xirau, Jaume Serra Hunter, Rafael Campalans, Jaume Aiguader e outros.

Representando o que Hobsbawm (1994) denominou de "ciência politizada", Mira não era o único médico que pareceu desenvolver uma sensibilidade diante das graves injustiças sociais naquela época. Assim, observa Granjel (1986) que, desde as décadas finais do século XIX e o primeiro trimestre do século XX, o intervencionismo político dos médicos se acentuava. Entre os psi-

---

4 Consultamos o texto intitulado "Psicología de la conducta revolucionaria", único texto no qual Mira trata de abordar o tema político e social da revolução do ponto de vista psicológico e clínico. Constitui o sétimo capítulo de sua obra *Problemas psicológicos actuales* (1960, pp. 126-72).

5 Segundo Iruela, Mira sentia-se sempre profundamente atraído e identificado com o mundo catalão, ainda que alguns autores, como Galí (1985), opinem o contrário.

6 Sua sensibilidade pelos problemas da população humilde são evidentes nos seus artigos sobre a vida nas barracas de Barcelona publicados no semanário *Justicia Social* (Carrasco Salva e Porta Serra, 1983).

7 Segundo Iruela (1993) e Saíz et al. (2005), Mira conseguiu um alto nível de renda, o que permitiu a ele fazer parte do Círculo Ecuestre e do Rotary Club de Barcelona.

quiatras madrilenos, destacava-se o médico positivista Jaime Vera, membro fundador do Partido Socialista Obrero Español (PSOE) e autor do primeiro documento teórico do marxismo espanhol, publicado em 1884 (León Sanz, 2006). Muitos intelectuais positivistas que também eram militantes socialistas, como Julián Besteiro (1870-1940), Miguel de Unamuno (1864-1936) e José Verdes Montenegro (1865-1939), mostraram uma preocupação social marcada por características das quais González de Pablo (1992) destaca o tom cientificista, o mecanicismo, o determinismo e o darwinismo social de esquerda.

Mira abraçou o socialismo e participou como membro fundador de um partido de esquerda catalão, a Unió Socialista de Catalunya. O partido, nascido em 8 de junho de 1923, depois da retirada do apoio do PSOE ao movimento catalão, tinha entre seus militantes, principalmente, intelectuais que aspiravam reunir forças políticas socialistas e progressistas na Catalunha. Mira formava parte da junta diretiva presidida por Gabriel Alomar como presidente, e Francesc Serra i Moret como vice-presidente, ocupando a seção cultural do partido (Martín i Ramos, 1997). Segundo Iruela (1993) e Cid (1996), a influência ideológica de Rafael Campalans (membro do partido, diretor da Universidad Industrial e um dos socialistas catalães mais prestigiosos daquela época) foi decisiva para o ingresso de Mira na Unió Socialista de Catalunya. No texto aprovado no congresso de fundação, em 1923, Serra fez o seguinte discurso, com o qual tentou definir a linha política do partido:

> Confessamos-nos socialistas, e aplicando este princípio aos assuntos da Catalunha, nos proclamamos socialistas catalães e, por sua vez, os primeiros defensores de sua independência, a qual queremos estabelecer sobre a base segura da socialização de toda riqueza universal (Sobrequés i Callicó, 1983, p. 183, tradução nossa).

Como principal figura teórica do partido, elaborou o manifesto sobre três eixos essenciais que apontam para uma política moderada de esquerda: 1) a adesão ao ideário socialista e a integração desse ideário às reivindicações nacionalistas; 2) a atribuição à ala reformista do movimento trabalhista nacional; e 3) a defesa de uma política moderada e oposição ao uso de violência como arma ofensiva (Martín i Ramos, 1977, p. 160).

Depois de frustradas tentativas de fusão com a Confederación Nacional del Trabajo (CNT) e partidos comunistas, a Unió se dissolveu em 1926. Quando reapareceu quatro anos mais tarde, apoiando os republicanos na luta contra a di-

tadura e Macià, presidente da Catalunha, e seu partido (Esquerda Republicana), Mira permaneceu simplesmente como colaborador do semanário *Justicia Social*.

Em relação à sua orientação política, é de interesse destacar sua colaboração com o Institut d'Orientació Professional de Barcelona (I.O.P.), uma instituição criada na proposta da Diputación para prestar serviço de orientação profissional à sociedade, no nível tanto individual como coletivo, e para dar canal às iniciativas catalãs em matéria de organização científica do trabalho[8]. Mira dirigiu o laboratório psicométrico da seção experimental desde 1919 até o início da Guerra Civil. Apesar do serviço de orientação e seleção realizado, como é mais detalhado em Kirchner (1975), segundo Medina e Rodríguez Ocaña (1992), não se pode falar em termos quantitativos de um alto impacto das tarefas do I.O.P. entre a classe trabalhadora. O feito de ter que mediar entre os interesses dos trabalhadores e o dos patrões foi complicado devido aos conflitos sociais e políticos do momento[9]. Desde seu início, a iniciativa do Instituto se inscrevia como alternativa do capitalismo intervencionista, alinhando-se, por sua vez, com os princípios da legislação de proteção aos trabalhadores. No entanto, no julgamento dos citados autores, a posição institucional do centro fracassou porque não encontrou a colaboração das empresas, por um lado, nem o apoio por parte das associações trabalhistas, pelo outro.

A vida acomodada de Mira em Barcelona foi interrompida com a explosão da guerra civil, momento em que não duvidou em apoiar a causa republicana, colocando-se à disposição do governo catalão[10]. Devido à sua colaboração com o lado perdedor, viu-se obrigado a exilar-se depois da derrota do exército republicano. Tal como veremos, a publicação de seu ensaio sobre a revolução social data desse período de emigração.

O tema da revolução na psicologia

Desde a Revolução Francesa, a ideia de "revolução" adquiriu um lugar de destaque no pensamento político e um significado mais delimitado, referindo-se a uma mudança radical e profunda na ordem social e no governo (Porter e

8 Este trabalho de Mira será a base para a direção que dará ao Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, que organizou e dirigiu de 1947 a 1964 (Jacó-Vilela e Rodrigues, 2014).

9 Segundo Ucelay da Cal (1982), Barcelona foi uma cidade com reputação mundial de foco revolucionário. A luta de classes não desapareceu em nenhum momento, nem nos dias mais otimistas da primavera de 1931.

10 Mira manteve uma amizade pessoal com o então presidente da Generalitat Lluís Companys (Iruela, 1993).

Teich, 1986). Por um lado, o conceito de revolução ficou associado à ideia de progresso, democracia e república, mas, por outro, também se converteu em ameaça ante o perigo de induzir ao terror. Depois da Revolução Francesa e ao longo do século XIX, houve numerosos acontecimentos que foram interpretados em termos revolucionários, fazendo com que, ao se referir a essa época, Georg Forster falasse de um "miasma revolucionário".

Nesse contexto, apareceram as obras de Marx e Engels, que assentaram as bases para a formulação e o desenvolvimento de uma teoria histórica e sociológica baseada na luta de classes. O Manifesto do Partido Comunista, de 1948 (Marx e Engels, 2001), postulava que a revolução burguesa mudou a sociedade, inaugurando novos modos de produção baseados na exploração do homem pelo homem, e previa que, no futuro, o conflito entre trabalhadores e patrões se faria cada vez mais inflamado até desembocar na revolução socialista e na emancipação do proletariado. Segundo a perspectiva marxista, a luta se estenderia por todo o mundo e a revolução iluminaria uma nova sociedade sem classes nem trabalhadores explorados. Nessa visão, a revolução englobaria aspectos tanto políticos quanto econômicos e intelectuais.

No século XX, a chamada Grande Revolução de Outubro de 1917 se converteu no paradigma de revolução social e criou expectativas de estender-se aos demais países, dando lugar a uma nova era da humanidade, tal como haviam preconizado Marx e Engels. Pelo paralelismo que se estabelecia entre Rússia e Espanha, e o início das greves gerais a partir desse momento, os dois anos seguintes foram denominados na Espanha de *bienio bolchevique* (1917-19) (Hobsbawn, 1994). A raiz de tais expectativas ao término da revolução ganhou atrativo nos anos 1930 (Gilbert, 1973), sendo um tema tratado muito frequentemente tanto na imprensa trabalhista e instituições populares, como os ateneus, quanto no âmbito científico, como se pode ver em Brinton (1958).

Mas quando e como se converteu a revolução num tema médico e psicológico? Uma referência obrigatória é sem dúvida a obra de Le Bon (1841-1931). O pensador francês desenvolveu sua doutrina sobre a psicologia das massas ao fim do século XIX (Le Bon, 1980). Nela discutiu sobre o auge da sociedade de massas em seu tempo, vendo a conduta da massa guiada por uma alma coletiva com características psicológicas específicas, como a extrema emotividade. Ao ser pouco reflexiva e muito imaginativa e suscetível, a massa se presta com grande facilidade à manipulação por parte de líderes políticos dogmáticos. Em sua obra posterior, *La Révolution Française et la Psychologie des Révolutions*, Le Bon (1920) empre-

gou sua doutrina sobre a psicologia das massas para explicar o fenômeno histórico da revolução. Em sua perspectiva, as revoluções não derivam de influências racionais, e sim de forças afetivas e místicas. Segundo o pensador francês, podemos encontrar diferentes mentalidades durante o período revolucionário, porque os traços de caráter das pessoas ficam mais evidentes nessas circunstâncias. Na situação da revolução, os sentimentos que normalmente se encontram inibidos, como o ódio, o medo, a ambição, a inveja e o entusiasmo, desatam-se. Assim, podemos encontrar: a "mentalidade mística", que se caracteriza pela atribuição de poderes misteriosos a seres superiores; a "mentalidade jacobina", que mostra características de agitação e inconformidade; e, finalmente, a "mentalidade criminosa", associada a forças violentas e antissociais. Certamente, Mira, à medida que ressaltou o papel emocional e irracional no fundo psicológico da revolução, fez eco a Le Bon quando pensou numa classificação distinta dos tipos revolucionários, adotando uma atitude claramente favorável à revolução. Há que se advertir que Le Bon era um pensador conservador, contrário à revolução e às doutrinas socialistas que classificou de "retrocesso ao passado" e de "contrários a razão" (Le Bon, 1980).

Entre os autores que no princípio do século XX realizaram contribuições relevantes à psicologia das massas, devemos mencionar Mac Dougall (1920), quem, seguindo Le Bon, considerava característico o estado psíquico mostrado pela massa na exaltação emocional junto a uma diminuição da atividade racional e a renúncia às qualidades individuais; e também Freud (1974), que projetou a força libidinal sobre a alma coletiva, sendo esta última, por sua vez, o fator que confere coesão à massa.

Entre os autores espanhóis que Mira cita explicitamente no estudo sobre a revolução social, figuram Eloy Luis Andre (1933), José María Gallegos (1937) e, como não podia deixar de ser, José Ortega y Gasset. O livro deste, *Rebelión de las masas* (1969), publicado pela primeira vez em 1930, a partir de vários artigos anteriores, constituiu uma obra de referência importante para o estudo de Mira. Ortega, mais que fazer uma análise da revolução, realizou uma análise da própria sociedade contemporânea por meio da qual filtrou a imagem de um "homem-massa", que constituiria o protótipo do homem moderno na Europa entre guerras.

A psicologia a serviço da revolução socialista na obra de Mira y López

O exposto anteriormente mostra que o tema da revolução havia preocupado autores como Taine, Le Bon, Ellwood e outros, que desenvolveram explicações científicas do fenômeno da revolução em termos sociológicos, médicos e psicológicos. Nessa linha, o estudo de Mira y López sobre a revolução social abordou um tema político relevante no primeiro terço do século XX.

Mira (1944) voltou a tratar do tema da revolução adotando uma postura favorável. Sua reflexão remonta aos cursos monográficos organizados até 1938 pelo Institut d'Orientació Professional (Kirchner, 1975; Vilanou, 1998). Em um dos últimos cursos, e em uma das circunstâncias realmente difíceis devido à guerra, Mira apresentou seu estudo psicológico da conduta revolucionária em cinco lições[11]. Em sua peregrinação após a guerra civil, o psicólogo catalão visitou Cuba e depois se instalou durante quatro anos na Argentina e no Uruguai (1940-44)[12], onde publicou suas lições sobre psicologia da revolução como capítulos de um seus livros mais populares de divulgação científica, intitulado *Problemas psicológicos actuales*[13]. Como outros socialistas de seu tempo[14], e seguindo com fidelidade o imperativo expresso anteriormente nas páginas de *Justicia Social* de que a cultura possibilita a mudança social, Mira dedicou um grande esforço escrevendo artigos e livros científicos com fins didáticos voltados para um público leigo. A publicação de obras de divulgação, assim como seus cursos didáticos, formavam parte desse esforço por popularizar a ciência e conseguir uma "ilustração popular" para combater a superstição, o irracionalismo e o capitalismo.

No estudo sobre a conduta revolucionária estão presentes traços característicos do enfoque psicológico de Mira: sua perspectiva evolucionista, naturalista e biologizante. Ele define o que considera como "revolução": trata-se de um

---

11 Seguramente ministrou o curso em 1938. Segundo o programa consultado por Sáiz et al. (2005), o capítulo sobre a revolução do livro *Problemas psicológicos actuales* apresenta mais pontos de desenvolvimentos que o curso, ainda que em síntese inclua os mesmos aspectos. Historiadores como Miralles (1979) supõem que Mira havia publicado seu trabalho sobre a revolução social na *Revista de la Universidad de la Habana* em 1939, mas isto não se pode comprovar.

12 Em 1945 e 1946, Mira esteve no Brasil, a convite de várias instituições, para ministrar cursos. Em 1947, veio definitivamente para organizar e dirigir o ISOP (Jacó-Vilela e Rodrigues, 2014).

13 O livro trata também de outros temas, como a dor, a conduta moral, as paixões, os problemas da ciência do trabalho, entre outros.

14 Mira colaborou nesta tarefa com Joaquín Xirau e outros contemporâneos. Segundo Iruela (1993, p. 107) denominou esse esforço de "Psicoterapia social".

estado excepcional, mas natural, comparável a uma crise biológica de crescimento na história da humanidade, que resulta em destruições e construções. Enquanto Ortega advertia sobre o perigo presente na rebelião, podendo acabar em catástrofe, apesar de suas reticências iniciais, Mira agora não duvida de sua necessidade e conveniência da revolução, mostrando uma atitude favorável a seu respeito. Isto, mesmo tendo oportunidade de visitar Moscou em 1931, em plena época stalinista, para participar do VII Congresso Internacional de Psicotécnica[15], três anos antes de que todas as instituições psicotécnicas fossem obrigadas a fechar na União Soviética. É possível que a experiência da ditadura de Primo de Rivera tenha contribuído para essa mudança de opinião. Ademais, o psiquiatra catalão devia ter muito presente a ameaça iminente do fascismo e o fato de que a revolução iniciada em seu país não tinha possibilidade de voltar atrás.

Seu estudo adota um ponto de vista psicológico e estabelece três etapas do desenvolvimento da humanidade, denominadas "ciclos biossociais" (feudalismo, sociedade burguesa e socialismo). Mira usou o conceito de ciclo biossocial para expressar a ideia de que as mudanças psíquicas levam a mudanças sociais[16]. Datas como 1789 e 1917 representam, segundo ele, "pontos nodais em que se inverte a direção e o sentido da corrente afetiva que conduz às aspirações coletivas" (Mira y López, 1944, p. 130).

Assim, Mira explicava a revolução como uma crise existencial do espírito humano, extrapolando um estado afetivo da "alma individual e pessoal" para uma crise da "alma universal". Dessa forma, sua análise da revolução corresponde plenamente ao seu entendimento psicológico (Iruela, 1993), visto que tanto a atividade psíquica como a revolução parecem basear-se em uma reação global, de caráter emotivo. O ciclo psíquico individual, igual à revolução, passa por fases similares, começando com uma tomada de consciência de um desequilíbrio. Com ele, surge um foco da atenção em um nível intrapsíquico de uma suposta "alma universal", que se sente angustiada pela discordância,

---

15 Mira fez a viagem de oito dias a Moscou em companhia de Joaquim Xirau, Rafael Campalans e Joan Roure-Parella. Infelizmente, somente dispomos da impressão que tal experiência causou em Xirau, quem destacou a pobreza e a dor que observou no povo russo (Xirau, 2000). N.E.: sobre os relatos do próprio Mira, ver o capítulo de Helio Carpintero, neste livro.

16 No discurso de Mira, sem dúvida, o termo "psicossocial" seria mais adequado, visto que a psicologia empregava o termo "biossocial" para designar as relações sociais determinadas por fatores biológicos.

cada vez maior, entre seus anseios e suas conquistas, e que, consequentemente, decide desprender-se das superestruturas do aparelho político que o oprimem.

Ainda que essa aproximação ressoe à dialética em forma de conflito entre forças contrárias, Mira substituiu o enfoque histórico-social do marxismo por um enfoque psicológico e biológico-individual. Quando indica que "o homem como ser vivo se encontra em contínua evolução, e ao compasso de suas íntimas transformações altera suas criações" (Mira y López, 1944, p. 130), fica evidente este giro em seu discurso, distanciando-se das coordenadas habituais da sociologia do marxismo histórico. Marx buscava o motor da revolução no nível extrapsíquico, no surgimento de novas forças produtivas que supostamente se chocam com relações de produção antigas. Para Marx e Engels, são as relações sociais, baseadas no trabalho como condição de vida e de subsistência, o que determina a identidade pessoal, dando lugar a uma alienação. Assim, para Marx "não é a consciência do homem que determina seu ser, mas o contrário, seu ser social que determina sua consciência" (Marx apud Fetscher, 1973, p. 39). Como expressa Lênin, referindo-se à psicologia:"O materialismo [...] ao aprofundar a análise até chegar na origem real das ideias sociais do homem (chegou à) conclusão de que o desenvolvimento das ideias depende do desenvolvimento das coisas (e esta) é a única compatível com a psicologia científica" (Lênin, 1963, p. 130, tradução nossa).

A análise de Mira é complexa e não sem contradições quando se compara com as bases do materialismo histórico. Em vez de adotar um ponto de vista sociológico e materialista, Mira estuda a revolução como fenômeno de massa a partir de uma orientação de uma psicologia individualista. Esse enfoque é compartilhado por Le Bon, Mac Dougall, Freud e Ortega, tanto que eles também partiram do pressuposto de que a massa humana, ao estar constituída por um conjunto de indivíduos, tem uma natureza psíquica equivalente à natureza humana individual. Alguns deles ainda assinalam algumas diferenças: ao buscar o fator da coesão entre indivíduos em situação de massa, perguntam-se até que ponto o indivíduo continua sendo indivíduo quando faz parte de uma massa revolucionária. Mira ignora esses problemas e considera que a sociedade está formada por uma alma universal constituída por um agregado de almas individuais.

Resultados a que chega Mira em seu estudo psicológico da revolução

A que resultados chega Mira por meio de sua análise psicológica da conduta revolucionária? Em primeiro lugar, destaca seis características da conduta do indivíduo revolucionário autêntico, que seria o homem que "vive a revolução sentindo-a consubstancialmente em seu ser[...]" (Mira y López, 1960, p. 132). Estas seriam: a) a transcendência do ser (o revolucionário se encontra "fora de si"); b) a adoção da Lei do Tudo ou Nada como norma de atuação; c) o aumento desmesurado da ambição e da consciência do poder; d) a compreensão do tempo e da distância por aceleração da evolução (o revolucionário vive depressa e não tem espera); e) a modificação e frequente inversão da atitude de reação ante as situações habituais; f) a instabilidade e a contradição da ética. Vivendo um momento histórico interpretado como revolucionário, Mira observa e descreve as consequências psicológicas da revolução como vivência em uma pessoa afetada pela mudança social e política radical.

Usando uma linguagem clínica, que aproxima a conduta revolucionária ao desenvolvimento de uma doença, Mira estabelece uma série de fases pelas quais atravessam as atitudes e reações antes e depois da revolução: iniciação, latência, explosão, ascensão, anfibolia[17] e declínio. Por meio de uma abordagem dialética, o referido cientista inclui a evolução da conduta e da atitude afetiva dos revolucionários e contrarrevolucionários em seu esquema, descrevendo o jogo de forças entre tese e antíteses ao longo do processo revolucionário.

Outro resultado do seu estudo consiste na identificação dos tipos psicológicos revolucionários. Com ele, Mira segue uma tradição muito em voga nos anos 1930 na medicina e na psicologia, que tratava de estabelecer a tipologia das pessoas baseando-se em observações acerca do caráter e da personalidade ao modo de autores como Kretschmer em sua obra de 1921 (publicada na Espanha em 1947). Mira, sendo expert em alemão, certamente a conhecia. Usando termos da linguagem comum, ele distingue, entre as pessoas revolucionárias, o idealista místico, o idealista dogmático, o realista organizador e o realista combativo. Diferentes e mais negativos seriam os tipos contrarrevolucionários, entre os que se encontram o crítico, o sabotador e o conspirador. A eles se acrescenta uma terceira força, que consiste no "nefasto influxo dos

---

17 O termo "anfibolia" designa o período incerto de uma febre ou doença. Trata-se normalmente de um momento de prognóstico duvidoso (ver Cardenal, 1920, p. 51). Mira emprega o termo para se referir a uma fase crítica caracterizada pelo vai e vem de opiniões que tem lugar antes do desenlace final da revolução.

pseudorrevolucionários", entre os quais se encontram o pedante, o gângster e, empregando sua autoridade como psiquiatra, diagnostica entre eles o psicopata. Sem dúvida, para Mira esse terceiro grupo (dos pseudorrevolucionários) é o maior estorvo, de acordo com seu lema (seguindo Goethe), que "é pior a hipocrisia que a paixão" (Mira y López, 1960, 1960, p. 11). Enquanto descreve os tipos revolucionários, Mira tem em mente figuras históricas, como Jesus Cristo, exemplo de "revolucionário idealista místico", e Lênin, como "idealista dogmático", não dando exemplos para os tipos psicológicos negativos, como os pseudo e contrarrevolucionários. É importante constar que Mira menciona Lênin com respeito e admiração, descrevendo-o como o "mais perfeito revolucionário de todos os tempos" (Mira y López, 1960, p. 153).

Uma vez mais, Mira não se preocupa em fazer compatível sua tipologia com a teoria marxista, baseada na luta de classes. Tal como assinala Poshnev (1970), sob essa perspectiva, não tem sentido falar de diferenças e tipos de personalidades individuais, dado que são as condições sociais que formam o homem, e, portanto, psicologicamente, só se pode falar de "consciência de classe" ou de "mentalidade proletária ou burguesa".

Seu discurso, em geral, assim como a tipologia de revolucionários que estabelece, mostra sua atitude decididamente favorável à revolução, a qual, como crise, manifesta o verdadeiro modo de ser das pessoas. Ao ficarem desprovidos da rotina, do habitual e, ao se encontrarem em uma sociedade mudada radicalmente, revela-se com clareza o que cada homem leva dentro de si. Em suas palavras: "se evidencia a nudez psíquica de cada pessoa" (Mira y López, 1960, p. 148).

Em relação à causa que provoca a revolução, Mira estabelece a seguinte lei:

> Assim como em uma massa humana se forma um grupo social que sente coibida sua capacidade de satisfazer uma tendência que adquiriu em sua consciência o caráter de permanente necessidade, assegura-se que se engendra um clima psicológico propício para a adoção e uma atitude revolucionária (Mira y López, 1960, p. 147).

Ele indica, em seguida, que o movimento que impulsiona um povo a adotar uma atitude revolucionária visa a assegurar sua liberdade[18] para realizar seus anseios vitais como necessidades orgânicas. Contrariamente ao significado que geralmente associa esstes termos à "fome", discutida por Taine como motivação para a revolução, com o conceito de "anseios vitais", Mira se refere à justiça, cultura, paz e amor, que são considerados como "necessidades orgânicas" pelas pessoas dispostas a se lançarem na aventura da revolução. Mediante essa transformação de ideais em forma de aspirações psicológicas, que são vividas pelo indivíduo como necessidades orgânicas, Mira trata de dar expressão à sua ideia de unidade psicossomática.

Conclusão

A partir do exposto, podemos concluir que o trabalho científico de Mira no estudo da revolução se concentra basicamente em quatros aspectos: a) identificar as características psicológicas de uma pessoa quando vive a revolução; b) estabelecer uma lei psicológica de causa e efeito para explicar a aparição de um movimento revolucionário; c) descrever as fases psicológicas pelas quais atravessam as atitudes e reações antes, durante e depois da revolução; e d) determinar os tipos psicológicos (revolucionário, contrarrevolucionário e pseudorrevolucionário) das pessoas que participam do processo. Com ele, Mira parte da observação indutiva e descritiva típica da ciência positivista, enunciando uma lei de causa e efeito que supostamente permite predizer o advento de uma revolução social. Apesar de defender uma política de esquerda, seu entendimento se encontra claramente inspirado nas ideias de Le Bon e o enfoque aplicado da caracterologia. Curiosamente, ignora em seu trabalho os entendimentos psicanalíticos, não cita a obra de Freud, nem menciona os esforços de Wilhelm Reich (1929, 1933), que tentou unir o enfoque psicanalítico com um entendimento marxista. Partindo da ideia de que a história da humanidade pode ser entendida racional e cientificamente, Mira combina o enfoque evolutivo-biológico com a interpretação dialética. Devemos mencionar aqui que,

---

18 Com certeza não foi casual que Mira reproduzisse em seu ensaio parte da polêmica resposta dada por Lênin à sua própria pergunta sobre a liberdade do povo russo. Lênin argumentou que eles (bolcheviques) não falavam de liberdade, senão da ditadura do proletariado, e terminou sua intervenção com a pergunta: Liberdade para quê? (a respeito, ver Abellán, 1989). Mira, sem dúvida, tem isso claro, e escreve "Liberdade para quê? Para realizar suas necessidades vitais em um momento dado" (Mira y López, 1960, p. 147).

ao combinar esses enfoques, que de entrada podem parecer difíceis de serem compatibilizadas, nosso autor não chega a um resultado estranho. Outros pensadores socialistas relevantessão influenciados em suas teorias pelo enfoque de Le Bon (Moscovici, 1981, pp. 84-5) e do evolucionismo.

Em termos gerais, encontramos no estudo da revolução uma aproximação de Mira às abordagens revolucionárias e uma clara veneração da figura de Lênin, ao passo que vemos um reflexo de um socialismo humanista, pouco de acordo com os princípios do materialismo histórico. No que Mira coincide com o marxismo é buscar a utilidade de sua produção científica. A guerra civil lhe proporcionou a possibilidade única de viver o que considerou uma revolução e mergulhou nela como testemunha, psicólogo e psiquiatra, além de oficial do exército republicano. Seu olho clínico favoreceu uma análise psicológica da revolução que pretende ser uma contribuição prática da ciência. O diagnóstico dos sintomas que acompanham os participantes da revolução, sua classificação em tipos, assim como a descrição das fases do processo e das relações funcionais que nele intervêm, pretendem ajudar a aliviar os sintomas perturbadores sofridos pelas pessoas envolvidas nesse tipo de processo histórico. Apesar das dificuldades e do dramatismo desse momento histórico experimentado pelo nosso autor, seus escritos transmitem um otimismo intransigente. Por meio de processos sociais, como a revolução, e com a ajuda da moderna tecnociência, a humanidade irá progredir. Sem dúvida, sua decepção devia ser imensa quando, pouco depois, viu fracassar a revolução irremediavelmente em seu próprio país.

Referências

Abellán, José Luis. *Historia crítica del pensamiento español*. Madrid: Espasa-Calpe, 1989, t. V.

Brinton, Crane. *Anatomía de la revolución.* Madrid: Aguilar, 1958.

Cardenal, L. *Diccionario Terminológico de Ciencias Médicas.* Barcelona, Salvat: 1920.

Carrasco Salva, Salvador e Porta Serra, Miquel. "Reformismo y organicismo en la socialdemocracia catalana: posiciones ideológicas del Dr. Emilio Mira Lopez (1924-1925)". *Perspectiva Social*, v. 19, pp. 106-20, 1983.

CID, Felip. *La contribución científica catalana a la medicina i cirurgia de guerra (1936-1939).* Barcelona: Fundació Uriach, 1996.

Corbella, Jacint. *Història de la Facultat de Medicina de Barcelona (1843-1985).* Barcelona: Fundació Uriach, 1996.

Fetscher, Iring (ed.). *El Marxismo: su historia en documentos.* Madrid: Biblioteca Promoción del Pueblo, 1973. (Serie P, n. 33).

Forster, Georg. "Revolution und Gegenrevolution im Jahre 1790". *Georg Forster's Sämmtliche Schriften'* Leipzig: Brockhaus, 1843, v. 6.

Freud, Sigmund. *Psicología de las masas.* Madrid: Alianza, 1974.

Galí, Alexandre. *Història de les institucions i del moviment cultural a Catalunya (1900-1936) (Llibre XV).* Barcelona: Fundació A. Galí, 1985.

Gallegos, José María. "La rotación de los grupos sociales y sus sentido". *Revista de Pedagogía y Psicología*, n. 18, pp. 289-303, 1937.

Gilbert, Felix. "Revolution". In: Wiener, Philipp (ed.). *Dictionary of the History of Ideas: studies of selected pivotal ideas.* New York: Charles Scibner's Sons, 1973, v. 4, pp. 156-67.

González de Pablo, Angel. "Cuestión social, salud y enfermedad en el pensamiento médico socialista y positivista: la obra de Enrique Lluria y Despau (1862-1915)". In: Huertas, Rafael e Campos, Ricardo. *Medicina social y clase obrera en España (siglos XIX-XX)*. Madrid: Fundación de Investigaciones Marxistas, 1992, pp. 427-58.

Granjel, Luis. *La medicina española contemporánea.* Salamanca: Ediciones de la Universidad de Salamanca, 1986.

Gundlach, Horst. "Introduction". In: Gundlach, Horst (ed.). *Applied psychology: the seventh congress Moscow 1931.* New York: Routledge, 1998, v. VII, pp. V-XI.

Hobsbawm, Eric. *Historia del siglo XX (1914-1991).* Barcelona: Crítica, 1994.

Iruela, Luis Miguel. *Vida y obra de Emilio Mira y López* (tese). Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 1988.

______. *Doctor Emilio Mira y López: la vida y obra.* Barcelona: Publicaciones Universidad de Barcelona, 1993.

Jacó-Villela, Ana Maria e Rodrigues, I. T. "Emilio Mira y López - uma ciência para além da academia. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, n. 66, pp. 149-60, 2014.

Kirchner, Montserrat. *La psicología aplicada en Barcelona (1916-1936)* (tese). Universidad de Barcelona, 1975.

Klappenbach, Hugo. "Obstáculos de Mira y López en la Argentina". *Acta Psiquiátrica y Psicológica de América Latina,* n. 45, pp. 274-80, 1999.

Kretschmer, Ernst. *Constitución y carácter.* Barcelona: Labor, 1947 [1921].

Le Bon, Gustave. *La psychologie du socialismo.* Paris: Félix Alcan, 1896.

______. *La révolution française et la psychologie des revolutions.* Paris: Ernest Flammarion, 1920.

______. *Psicologia das multidões*. [local]: Editora Delraux, 1980 [1895].

Lenin, Wladimir Ilich. "Was sind die 'Volksfreunde' und wie kämpfen sie gegen die Socialdemokraten?". *Werke*. Berlin: Dietz Verlag, 1963 [1894], v. 1.

León Sanz, Pilar. "Profesión y asistencia médico-farmacéutica en los escritos de Jaime Vera (1859-1918)". *Dynamis*, n. 26, pp. 169-93, 2006.

Luis André, Eloy. *Revolución: prasología del españolismo.* Madrid: Murillo, 1933.

Mac Dougall, William. *The group mind: a sketch of the principles of collective psychology with some attempts to apply them to the interpretation of national life and character.* Cambridge: [editora], 1920.

Martín I Ramos, Josep-Lluís. *Els orígens del Partit Socialista Unificat de Catalunya (1930-1936).* Barcelona: Curial, 1977

Marx, Karl e Engels, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: L&PM Pocket, 2001 [1848].

Medina, Rosa María e Rodríguez Ocaña, Esteban. "La medicina en la organización científica del trabajo. El Instituto de Orientación Profesional (Psicotécnico) de Barcelona (1917-1936)". In: Huertas, Rafael e Campos, Ricardo. *Medicina social y clase obrera en España (siglos XIX-XX).* Madrid: Fundación de Investigaciones Marxistas, 1992.

Mira y López, Emilio. *La Psiquiatría en la guerra.* Buenos Aires: Editorial Médico-Quirúrgica, 1944.

______. *Problemas psicológicos actuales.* 6 ed. Buenos Aires: El Ateneo, 1960 [1939].

Miralles, José Luis. *Las obras psicológicas de Emilio Mira y López* (tese). Universidad de Valencia, 1979.

Moscovici, Serge. *La era de las multitudes: un tratado histórico de psicología de las masas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

Ortega y Gasset, José. *La rebelión de las masas.* 18 ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1969.

Porter, Roy e Teich, Mikulás (eds). *La revolución en la historia:* Barcelona: Crítica, 1986.

Poshnev, B. *Social psychology and history.* Moscow: [editora], 1970.

Reich, Wilhelm. *Dialektischer Materialismus und Psychoanalyse, Unter dem Banner des Marxismus*. Octubre 1929.

______. *Massenspychologie des Faschismus.* Prag: Verlag für Sexualpolitik, 1933.

Sáiz, Milagros et al. "La actividad psicológica de Emilio Mira desde la II República hasta la Guerra Civil española". *Revista de Historia de la Psicología,* n. 26, pp. 165-96, 2005.

Salmón, Fernando e Huertas, Rafael. "Unifying science against fascism: neuropsychiatry and medical education in the Spanish Civil War (1936-1939)". In: Kamminga, Harmke e Somsen, Geert (eds.). *Pursuing the Unity of Science: Ideology and scientific practice between the Great War and the Cold War.* London: Ashgate, 2005.

Sobrequés i Callicó, Jaume. *Catalunya i la segona república.* Barcelona: Edicions d'Ara, 1983.

Ucelay da Cal, Enric. *La Catalunya populista: imatge, cultura i política en l'etapa republicana (1931-1939).* Barcelona: La Magrana, 1982.

Vilanou, Conrad. *Emilio Mira: els orígens del psicopedagogia a Catalunya.* Barcelona: Universitat de Barcelona, 1998.
Xirau, Ramón (ed.). *Joaquín Xirau: obras completas.* Barcelona: Anthropos, 2000, v. 2.

Capítulo 8
Emilio Mira y Lopez na mídia impressa baiana: 1946 a 1961

Nádia Maria Dourado Rocha

Entre os estudiosos da psicologia, Emilio Mira y Lopez (1894-1964), dispensa apresentação. Nascido em Cuba, quando esta ainda era colônia espanhola, saiu por motivos políticos de Barcelona, onde fixara residência, e depois de alguns anos radicou-se no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, onde passou mais da metade de sua vida.

Pessoa extremamente dinâmica, não passava despercebido. Prova disso é o conjunto de recortes de jornais e fotos, ciosamente sob a guarda da sua família, e que se constitui num rico conjunto de dados para um melhor conhecimento do próprio Mira, como também da constituição da psicologia no Brasil.

O acesso a esse material permitiu fazer um recorte da sua presença em Salvador, Bahia.

Nas 2.162 páginas, que às vezes têm até cinco recortes, foram identificadas um total de 93 notícias, de 1946 a 1961. Tais dados são apresentados no Quadro 1. Nele, pode ser verificado que foram publicadas notas em oito jornais de Salvador[1]. Em 24 destes não consta a identificação do veículo ou há registro de forma genérica, apenas "Bahia" ou "Salvador-BA". O *Diário de Notícias* se destaca como o de maior quantitativo de notícias (mais de 25% do total) quanto à regularidade. Os recortes estão organizados em ordem cronológica. Em quatro deles não consta o ano de publicação, tendo sido possível identificá-lo pelo contexto.

1 Em 2014, em Salvador, são três em circulação: *A Tarde*, a *Tribuna da Bahia* e o *Correio* (ex-*Correio da Bahia*), fundados, respectivamente, em 1912, 1969 e 1978.

Quadro 1 – Notícias publicadas sobre atividades de Mira y Lopez em jornais soteropolitanos, de 1946 a 1961

Jornal	**Ano**								**Total**
	1946	**1952**	**1955**	**1957**	**1958**	**1959**	**1960**	**1961**	
A Tarde	4	3	2		4	1		1	15
Diário da Bahia	1	6							7
Diário de Notícias	5	9	2	1	1		1	2	21
Diário Oficial - BA		1							1
Jornal da Bahia					1		1	1	3
O Estado da Bahia	10	3	2						15
O Imperial	1								1
O Momento	6								6
s.inf.			11	1			5		24
Total geral	**27**	**22**	**17**	**2**	**6**	**1**	**7**	**4**	**93**

Mira esteve em Salvador, pela primeira vez, no final de 1946, permanecendo por 20 dias. Em 23 de novembro daquele ano, o jornal *O Estado da Bahia* informava que viria a Salvador "uma das maiores autoridades científicas mundiais".

Em sua estadia, segundo o mesmo periódico, atendendo a convites de várias instituições, entre as quais, o DASP, estavam previstas 17 conferências, apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Dia de realização, promotores e títulos das conferências proferidas pelo Prof. Mira y Lopez no mês de dezembro de 1946 em Salvador-Bahia

Datas	**Promoção**	**Título**
02 e 03	Faculdade de Medicina	Da medicina anatomoclínica à medicina integral
04	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	Técnicas "projetivas" e técnicas "ativas" de exploração pessoal, suas vantagens e inconvenientes
05	Faculdade de Filosofia	Análise estrutural do medo
06	Faculdade de Direito	Provas modernas para a exploração das atitudes e conflitos interpessoais
07, 09 e 10	SENAI	Bases científicas da seleção e orientação profissional
11	Secretaria de Educação e Saúde	Psico-higiene do estudo
12	Associação de Assistência à Infância e à Adolescência	Problemas da psicopedagogia sexual e suas possíveis soluções
13	União sindical dos Trabalhadores	Higiene mental do trabalhador
14	Associação dos Escritores	Psicoterapia da infelicidade
14	Escola Técnica Industrial	Problemas da aprendizagem profissional industrial

Datas	Promoção	Título
16	Associação Brasileira de Apoio ao povo espanhol - ABAPE	A obra de Cultura da República Espanhola
17	Sanatório Bahia	Um plano dinâmico de assistência psiquiátrica – Província de Santa Fé – Argentina
18	Conselho Penitenciário	Conceito atual das motivações delitógenas
18	Associação Bahiana de Medicina; Núcleo de Estudos Médicos da Bahia; Sociedade Brasileira de Cardiologia; Sociedade de Pediatria; Sociedade de Medicina Social e do Trabalho; Sociedade de Tisiologia	Orientação profissional do médico

Fonte: Jornal *O Estado da Bahia*, 28/11/46.

Além destas, houve também uma série de seminários no Conselho Penitenciário, discutindo problemas de atualidade científica de sua especialidade[2].

Um programa intenso e diversificado. Mira foi notícia nos jornais *A Tarde*[3], *Diário da Bahia*, *Diário de Notícias*, *Momento*[4], *O Estado da Bahia* e *O Imperial*, de 23 de novembro a 18 de dezembro daquele ano.

No dia 02 de dezembro, teve início o ciclo de conferências. Segundo a mídia local:

> O professor Mira y Lopez foi, ontem à noite, recebido solenemente na Universidade da Bahia[5], quando da sua visita à Faculdade de Medicina, que é a sede dessa instituição. Tendo à frente o Reitor prof. Edgard Santos e demais membros no Conselho Universitário, a Universidade da Bahia prestou significativa homenagem ao ilustre cientista espanhol que recebeu as saudações de estilo (*O Estado da Bahia*, 03/12/1946).

> Estavam presentes, além do Reitor e membros do conselho Universitário, professores das diversas escolas superiores, diretores de instituições científicas e culturais, convidados, intelectuais, grande número de médicos e estudantes de todos os cursos universitários (*O Estado da Bahia*, 03/12/1946).

2 Não foi localizada informação de quantos dias durou o referido seminário.

3 O único ainda em circulação.

4 Jornal do Partido Comunista Brasileiro na Bahia. Circulou de 1945 a 1957.

5 Em 1950 passou a ser denominada Universidade Federal da Bahia.

Em entrevista concedida no dia seguinte, ele se declarou "surpreendido com a quantidade de moças que havia na faculdade, o que, no seu entendimento, indica o nível de inquietação do sexo feminino e as suas habilidades intelectuais na Bahia" (*O Estado da Bahia*). Além disso, em 06 de dezembro declarou ao jornal *A Tarde* que

> Ao contrário do que pensava, está bastante satisfeito com as nossas atividades culturais, especialmente no que se prende a questões femininas, assinalando que a libertação da mulher, conquistando a sua própria independência, marcha a passos mais largos entre nós.

A mesa da sessão da conferência sobre análise estrutural do medo, realizada na Faculdade de Filosofia, foi composta pela Prof.ª Aniela Ginsberg[6], Abia Reuters, Barros Barreto e Flaviano Silva, além do Prof. Mira, sendo presidida por Hélio Simões, diretor interino da instituição (*O Estado da Bahia*, 06/12/1946).

No dia 12 de dezembro, a Associação de Assistência à Infância e à Adolescência conferiu-lhe título de sócio honorário, o primeiro a ser atribuído pela instituição.

Dois dias após, *O Estado da Bahia* informou:

> O Prof. Mira y Lopez foi alvo hoje de significativa homenagem pela classe médica bahiana que lhe ofereceu um almoço no Bahiano de Tênis o qual foi muito concorrido, vendo-se figuras das mais destacadas dos nossos meios científicos e culturais, que aderiram a esta manifestação de admiração ao ilustre mestre da ciência e da cultura ibéricas que ora visita a Bahia.

No último dia da sua estadia em Salvador, Mira visitou o Hospital Juliano Moreira e declarou: "Não está à altura da Bahia" (*Diário de Notícias*, 18/12/1946).

A última notícia dessa sua estadia foi a seguinte:

> Pelo avião de carreira regressará amanhã, ao Rio, o prof. Mira y Lopez, que aqui conclui a sua importante excursão ao norte em que visitou Recife e Bahia. O em-

6. À época, compondo equipe técnica do SENAI. Em 1948, passou a atuar no ISOP-FGV, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1952, transferiu-se para a São Paulo-SP, onde foi docente da PUC-SP, atuando até 1985.

> barque do ilustre cientista espanhol será muito concorrido, comparecendo intelectuais e professores da Universidade, diretores de instituições culturais e científicas e universitários (*O Estado da Bahia*, 18/12/1946).

Mira retornou em 1952, com patrocínio do Governo do Estado da Bahia, da Reitoria e da Faculdade de Filosofia[7], permanecendo por uma semana, para ministrar, juntamente com Gisele Matos (DASP) e Ester França e Silva (ISOP)[8], o curso intitulado "Técnicas de exploração da personalidade", promovido pelo DASP, bem como proferir três conferências:

- Aplicação da psicologia no campo das atividades estatais;
- Motivação e resultados do exame psicotécnico no ingresso das faculdades universitárias;
- Análise dos erros como fator no aperfeiçoamento da conduta individual.

Além destas, houve outras três atividades:

- 18 de setembro – a convite do Instituto de Pesquisas Psiquiátricas da Bahia, palestra sobre a "Importância dos institutos de pesquisas na luta contra as doenças mentais" (*Diário da Bahia*, 18/09/1952);
- 19 de setembro – "Os testes mentais no exame ortopsiquiátrico", palestra em reunião da Seção de Neuropsiquiatria da Associação Bahiana de Medicina;
- 20 de setembro - a convite da Secretaria de Segurança do Estado da Bahia, participou no Curso Intensivo de Polícia, proferindo a conferência "Determinação da periculosidade de criminosos pelo Psicodiagnóstico Miocinético" (*Diário de Notícias*, 19/09/1951).

Nas notícias, constam relatos de visitas protocolares ao Governador do Estado, Sr. Regis Pacheco, bem como ao reitor Miguel Calmon.

> *Mira y Lopez volta à Bahia*
> O prof. Mira y Lopez, psiquiatra, psicólogo e psicotécnico de renome internacional, criador do teste Miocinético, e de várias outras técnicas de pesquisa de as-

7. *Diário da Bahia*, 17/09/1952.
8. *O Estado da Bahia*, 16/09/1952.

pectos psicológicos da personalidade, e que, atualmente, vivendo no Brasil, vem dirigindo o Instituto de Seleção e Orientação Profissional, da Fundação Getúlio Vargas, do Rio, responsável pelo movimento psicotécnico do país. A ação de Mira y Lopez nos meios científicos brasileiros tem sido profunda e extensa, não só no terreno da pesquisa como na formação de equipes de especialistas que anualmente o ISOP prepara, ao lado de contribuir para que em numerosos Estados idênticos serviços se criem. Autor dos mais lidos, tanto em obras populares, quanto em científicas, Mira y Lopez é, nas primeiras, o que se poderia chamar o 'romancista da psicologia', sobretudo pela sua obra de grande repercussão, 'Los quatro Gigantes de La alma', destacando-se pelo seu estilo e expressão.
Nas obras científicas, a influência de Mira y Lopez em nosso meio é das mais eloquentes, ressaltando-se a autoridade com que sempre é invocada, tanto em matéria de psiquiatria forense como clínica, de psicologia como de técnicas projetivas e expressivas. Há seis anos Mira y Lopez visitou a Bahia pela primeira vez, e deixou raízes profundas nos meios culturais e científicos, pelas suas contribuições sobre a psicologia do medo, como ainda pelo seu Teste Miocinético, em várias palestras para especialistas, no Conselho Penitenciário, realizando ele, a este tempo, a coleta de testes para uma pesquisa, na Penitenciária e na Casa de Detenção. Assim, a sua volta à Bahia é muito significativa, sendo motivo para que reveja a nossa terra e os seus discípulos bahianos possam, mais uma vez, ouvir os seus ensinamentos (*Diário de Notícias*, 17/09/1952).

Em outra entrevista, declarou:

Estou surpreendido com a Bahia. Depois de seis anos que estive nesta terra, logo quando cheguei ao Brasil, fiquei surpreendido, não só pelas melhoras que tenho visto sob o ponto de vista urbano, como também pela intensidade do tráfego nas vias públicas. Isso faz pensar na conveniência da seleção psicotécnica dos motoristas, principalmente de ônibus, para que evite o que tem acontecido, a exemplo de um grande desastre que houve há pouco tempo, aqui nesta cidade. Os motoristas devem ser rigorosamente examinados, a fim de que não se entregue tal função a pessoas violentas ou distraídas (*Diário da Bahia*, 17/09/1952).

Conforme anunciamos, realizou-se ontem na Faculdade de filosofia a conferência do prof. Mira y Lopez sobre "Análise dos erros como fator de aperfeiçoamento".

> A de amanhã, sob os auspícios do Governo do Estado e com a presença do Governador, dos Secretários de Estados e demais convidados, será às 20h30 no auditório da Secretaria de Educação (*O Estado da Bahia*, 17/09/1952).
> Em nome da Congregação da Faculdade, o prof. João Mendonça[9] saudou o conferencista, traçando o seu perfil numa análise segura e brilhante (*Diário da Bahia*, 18/09/1952).

Além de visitas protocolares, a exemplo do que ocorreu em 1946, há relatos de recepções oferecidas em homenagem a Mira e Sr.ª, tanto pelo Reitor Edgard Santos quanto por Renato Bião. Este último, em sua casa de veraneio em Amaralina[10].

Nesse período, a sua estadia foi noticiada nos jornais *A Tarde*, *Diário da Bahia*, *Diário de Notícias*, *Diário Oficial do Estado da Bahia* e *O Estado da Bahia*.

Em maio de 1955, Mira veio pela terceira vez a Salvador, permanecendo por duas semanas, atendendo a convite da Reitoria da Universidade da Bahia, para pronunciar conferências com um amplo programa de atividades, organizado pela Universidade, bem como para colaborar no planejamento de um Centro de Orientação Infantojuvenil, organizado pela Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina. Para tal, ocorreram dez seminários com os especialistas baianos para definição do planejamento do referido Centro.

As aulas e conferências eram abertas ao público em geral. Já, dos seminários, participavam os professores Nelson Pires, João Mendonça e Isaias Alves[11], catedráticos, respectivamente, de Psiquiatria, de Psicologia Geral e de Psicologia Educacional, além de representantes de vários outros setores especializados.

O Centro seria composto de três setores: Psiquiátrica, Educacional e Social, a cargo, respectivamente, da Clínica Psiquiátrica, das cátedras de Psicolo-

---

9 Prof. João Ignácio de Mendonça, psiquiatra, um dos iniciadores do curso de Psicologia da UFBA, o primeiro da Bahia. Seu nome consta do Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: Pioneiros.

10 Estação de veraneio na década de 1950, atualmente é um bairro totalmente urbano.

11 Prof. Isaias Alves de Almeida, advogado, fundador da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, incorporada à Universidade da Bahia, atualmente Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Provavelmente, a primeira pessoa a utilizar testes psicológicos na Bahia. Seu nome consta do Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: Pioneiros.

gia Geral e Educacional e Escola de Serviço Social, unidade esta que não integrava a UFBA[12].

Mira declarou que:

> A Bahia já está suficientemente madura em sua evolução social e cultural para poder colaborar na obra desta projetada clínica, na qual, sem dúvida, convergirão os esforços duma equipe de técnicos que adotará o método de trabalho em equipe para melhor conseguir os resultados visados ou desejados de que, dada a complexidade da problemática existente da criança ou do adolescente da nossa época, é impossível pretender resolver os seus desajustes com a aplicação isolada dum critério ou dum esforço individual por muito inteligente que ele possa ser ou venha a ser (s.inf., 02/05/1955).[13]

Quadro 3 – Programa de atividades com vistas à preparação do Centro de Orientação Infanto-Juvenil da UFBA

Datas	Promoção	Título
03	Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina	Seminário: Análise crítica dos métodos psicoterápicos
	s. inf	Aula no curso de Música Psiquiátrica: A psicotécnica. Suas bases, sua valoração
04	Hospital das Clínicas	Seminário: Planificação de uma clínica de orientação infanto-juvenil
	Faculdade de Medicina	Conferência: Objetivos e organização da assistência mental aos menores desajustados
05	Hospital das Clínicas	Seminário: Tipos principais de comportamento antissocial do menor
	Associação Bahiana de Medicina	Conferência: A escolha do órgão nas neuroses
06	Hospital das Clínicas	Seminário: Princípios gerais da readaptação psicológica:aA formulação do plano psicológico
	Faculdade de Medicina	Conferência: Correlações entre a neurofisiolação no plano psicológico
07	Hospital das Clínicas	Seminário: Síntese crítica dos métodos e técnicas do exame psico-bio-social aplicáveis ao estudo dos menores desajustados

12 O curso de Serviço Social só passou a existir na UFBA na primeira década do século XXI.

13 Recorte de jornal sem identificação do veículo em que foi publicado.

Datas	Promoção	Título
09	Hospital das Clínicas	Seminário: os diversos tipos de teste. Sua aplicação ao menor desajustado
	Hospital Santa Isabel	Visão prospectiva da Medicina
	Hospital das Clínicas	Conferência: Emoções e patologia
10	Hospital das Clínicas	Seminário: O processo de recuperação nos diversos tipos de menores desajustados. A criação da atmosfera pedagógica
	Secretaria de Saúde Pública e Assistência Social	Conferência: A assistência aos doentes mentais
11	Hospital das Clínicas	Seminário: Dinâmica interpessoal do menor, em relação com a família, os companheiros, os mestres e os desconhecidos
	Secretaria de Saúde Pública e Assistência Social	Relações entre a Pediatria, a Psicologia e a Pedagogia
	Faculdade de Filosofia	Conferência: Higiene mental no trabalho
12	Hospital das Clínicas	Seminário: Ludo e ergoterapia, com finalidade de reajuste do menor
	Reitoria da Universidade	Conferência: Problemática existencial do estudante universitário
13	Hospital das Clínicas	Seminário: Normas psicológicas para o pessoal dos serviços de assistência ao menor

Fonte: S.inf, 02/05/1955.

Essa visita foi noticiada por *A Tarde*, *Diário de Notícias* e *O Estado da Bahia*. No material consultado, a próxima notícia é de 1957. Foram dois anos e sete meses sem informação. Em 29 de dezembro, o *Diário de Notícias* anunciou: “A Reitoria vai instalar o I. de Orientação Educacional”[14], e informou que:

> O prof. Mira y Lopez permanecerá nesta capital até o dia 31, retornando ao Rio. Mas, no próximo mês estará novamente entre nós para prosseguimento das providências necessárias à instalação do novo serviço que vai funcionar no edifício da Reitoria e, de acordo com o previsto desde que passe a funcionar normalmente aquele serviço, virá à Bahia mensalmente realizando um trabalho idêntico ao que fez em Minas Gerais.
>
> Sobre o instituto de orientação vocacional, afirmou que um dos pontos mais importantes é o exame de personalidade, que visa evitar que indivíduos com graves defeitos ingressem nos cursos superiores.

14 Embora o título do artigo se refira à Orientação Educacional, o texto do mesmo trata de Orientação Vocacional. Equivalentes aos quatro últimos anos do 1.º grau (antigo ginásio) e ao 2.º grau.

São publicados anúncios do Serviço de Orientação Vocacional da UFBA convidando estudantes do 1.º e 2.º ciclos[15] a comparecerem para a realização de testes.

Decorridos cinco meses, há notícia de outro retorno do Prof. Mira, pela segunda vez em Salvador no ano de 1958, em virtude dos preparativos do Instituto de Orientação Vocacional – IDOV, que teria sede na Reitoria. Informou ele: Estou satisfeitíssimo com o grupo de colaboradores, entre os quais me cabe destacar: o Dr. Norival Sampaio[16], o professor Raimundo Mata[17] e as professoras Alice Costa[18], Gicele Matos[19], Cidália Dias[20] e Maria Constança Vilas Boas[21] (*A Tarde*, 31/05/1958).

Em 13 de dezembro, *A Tarde* noticiou que a equipe do IDOV estava empenhada em concluir a pesquisa piloto para a padronização dos testes de inteligência e de personalidade para os jovens estudantes de nível médio da Bahia e que seriam utilizados para os trabalhos de orientação educacional e vocacional. Além disso, informou que o IDOV passaria a funcionar em imóvel situado à frente da Reitoria.

Mira informou que manteve contato com psicotécnicos de Salvador, visando à constituição da Seção Bahia da Associação Brasileira de Psicotécnica.

Em 1958, ele foi notícia em *A Tarde*, *Diário de Notícias* e no *Jornal da Bahia*.

Há uma lacuna de quase 40 meses, exatamente no período de instalação e início do funcionamento do IDOV, pois a próxima notícia é de 06 de abril de 1961, quando o *Diário de Notícias* informou sobre uma série de conferências em comemoração ao segundo aniversário do Instituto, já sob a direção da prof.ª Alice Costa, e que, no Congresso Interamericano de Psicologia, realizado em 1960, foi apresentado trabalho de pesquisa realizado na instituição.

---

15 Equivalentes aos quatro últimos anos do 1.º grau (antigo ginásio) e ao 2.º grau.

16 Psiquiatra, docente da Faculdade de Medicina da UFBA. Seu nome consta do Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: Pioneiros.

17 Docente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFBA.

18 Docente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFBA.

19 Não foi obtida informação sobre Matos.

20 Única do grupo com formação específica em Psicologia. Docente da UFBA.

21 Não foi obtida informação sobre Vilas Boas.

No conjunto de recortes apresentados pode ser verificado que, em 15 anos, o prof. Emilio Mira y Lopes esteve na Bahia pelo menos em dez oportunidades[22].

Nas notas, frequentemente, Mira era referido de forma reverente e elogiosa. Foram identificadas 64 formas de denominá-lo. Destas, as mais frequentes realçavam o caráter "mundial, internacional ou mesmo universal" dos seus méritos, bem como "ilustre", em 21 e 20 das notícias, respectivamente. Quase metade dos denominativos foi feita em 1946, possivelmente pela necessidade de "apresentá-lo" aos soteropolitanos. Ele foi identificado como psiquiatra (44 vezes), psicologista (12), psicólogo (33), psicotécnico (sete); psicanalista (uma vez) e até como "romancista da psicologia"[23]. Interessante é que, desde 1946, foi denominado psicólogo. O jornal *Diário de Notícias* foi o mais pródigo em elogios (26), seguido por *O Estado da Bahia* (24) e *A Tarde* (17).

Em Salvador, Mira se relacionou com a elite local: acadêmica, política e social. Foi recebido formalmente pelo reitor e pelos dois governadores (Regis Pacheco e Juracy Magalhães, respectivamente). Veio à primeira vez atendendo a convite de 16 instituições[24] de ensino e técnico-profissionais. Aqui, sempre teve agenda muito carregada. Por exemplo, em 1946, durante os vinte dias que permaneceu na cidade, proferiu palestras quase cotidianamente, além de realizar seminário no Conselho Penitenciário, cuja duração não foi explicitada. Já em 1955, durante dez dias, realizou seminários diários na Faculdade de Medicina e várias outras atividades em diversas instituições. A penúltima informação selecionada (que não é um recorte de jornal) é um convite pessoal para jantar com o governador Juracy Magalhães[25], no qual não consta a data precisa (10 de abril de 1961?).

Nas notícias publicadas é possível identificar um percurso de "amadurecimento" para o surgimento do IDOV. A discussão foi iniciada em 1955 com o propósito da UFBA de instalar, na Faculdade de Medicina, um Centro de

---

22. 30/11-19/12/1946; 15-22/09/1952; 01-13/05/1955; 27-31/12/1957; 28-31/05 e 13/12/1958; 21/05/1959; 30/08; 31/12/1960 e 05 a 10/04/ 1961.

23. *Diário de Notícias*, 17/09/1952.

24. Associação Bahiana de Medicina, Associação Brasileira de Amigos do Povo Espanhol; Associação dos Escritores da Bahia; Conselho Penitenciário; Escola Técnica Industrial; Faculdades de Direito, Filosofia Ciências e Letras e Medicina; Inspetoria de Higiene Infantil; Núcleo de Estudos Médicos da Bahia; Sanatório Bahia; SENAI; Secretaria de Educação e Saúde; Sociedade de Medicina Social e do Trabalho; Sociedade de Pediatria; Sociedade de Proteção à Infância e à Adolescência.

25. Mandato de 1959 a 1963.

Orientação Infantojuvenil. Em 1957, o anúncio é para o I. de Orientação Vocacional funcionando na Reitoria. Essa mudança deixa supor uma ação dos catedráticos da Faculdade de Filosofia para a constituição de um órgão vinculado à direção geral da Instituição e mais ligado à sua atividade fim.

É lamentável a inexistência de recortes de 14/12/1958 a 05/04/1961. Esse período de três anos e quatro meses por si só justifica a continuidade desta pesquisa, pois, certamente, trará luz para a constituição da psicologia na Bahia.

Digna de nota é a ação da família de preservar os livros dos recortes dos jornais, que se constituem numa excelente fonte de pesquisa.

Vale frisar que esta análise decorre do material que foi selecionado pelo próprio Mira ou algum familiar seu. Eles residiam na capital federal. Assim, é lícito supor que há grande possibilidade de que não tenham tomado conhecimento ou mesmo não tenha sido possível o acesso ao periódico que publicou alguma notícia em Salvador. Recompor essa história é uma tarefa difícil. Dos sete jornais comerciais da época, apenas o *A Tarde* continua em circulação. Todas as suas edições foram digitalizadas por ocasião do primeiro centenário, com patrocínio, inclusive, do FazCultura, programa da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, que previa duas estações de acesso ao material, as quais atualmente não funcionam. Atualmente, o jornal cobra valores proibitivos para a realidade da maioria dos pesquisadores brasileiros.

É inegável a influência que Emílio Mira y Lopez exerceu no cenário da psicologia baiana. Seu trabalho maior, o IDOV, já foi, inclusive, objeto de tese de doutorado (Rapold, 2006), que entrevistou algumas das pessoas que lá trabalharam, sendo manifesta a admiração pela competência do mestre e a sua dedicação ao trabalho.

Fontes:

A Tarde - 06/12/1946; 11/12/1946; 17/12/1946; 16/09/1952; 17/09/1952; 19/09/1952; 03/05/1955; 13/05/1955; 21/05/1958; 03/08/191958; 17/05/1958; 31/05/1958; 21/05/1959; 07/04/1961.

Diário da Bahia - 12/12/1946; 17/09/1952; 17/09/1952; 18/09/1952; 18/09/1952; 19/09/1952; 23/09/1952.

Diário de Notícias - 04/12/1946; 05/12/1946; 12/12/1946; 18/12/1946; 16/09/1952; 17/09/1952; 17/09/1952; 18/09/1952; 19/091952; 20/09/1952; 20/09/1952; 23/091952; 03/05/1955; 04/05/1955; 29/12/1957; 13/12/1958; 31/12/1960; 05/04/1961; 06/04/1961.

Diário Oficial-BA - 17/09/1952.

Jornal da Bahia - 01/09/1960; 9 e 10/04/1961.
O Estado da Bahia - 23/11/1946; 03/12/1946; 28/11/1946; 05/12/1946; 06/12/1946; 10/12/1946; 10/12/1946; 14/12/1946; 17/12/1946; 18/12/1946; 16/09/1952; 17/09/1952; 19/09/1952; 02/05/1955; 03/05/1955.
O Imperial - 12/12/1946.
O Momento - 04/12/1946; 04/12/1946; 05/12/1946; 07/12/1946; 12/12/1946; 18/12/1946.

Referência

Rapold, Rita. *A psicologia da educação na Bahia: a história do IDOV pela memória de seus personagens* (tese). PUC-SP, São Paulo, 2003.

Capítulo 9
Emilio Mira y López: suas valiosas contribuições à psicoterapia médica durante seu exílio na Argentina (1940-1944)

Rosa Falcone

Contamos com interessantes estudos sobre Mira y López que assinalaram duas etapas do seu pensamento: a de Espanha e a de seu exílio; e dois momentos em sua vasta produção: a obra psicotécnica e a psicanalítica (Carpintero, 1994a, 1994b; Carpintero e García-Ferrero, 1993; Sáiz, 1991, 1986; Sanchez Lázaro, 1985, 1986; Tortosa, 1989; Gracia Gillen, 1995; Klappenbach, 1999; Druet, 2011, entre outros). Na Espanha, Mira foi médico do serviço psiquiátrico de Barcelona (1925), professor de psiquiatria, e catedrático de psicologia jurídica na Facultad de Derecho e de psicologia experimental na Facultad de Ciencias em Barcelona. Iniciou, em 1919, seu trabalho como "orientador profissional" até obter o cargo de Chefe do Laboratório de Psicofisiologia do Instituto de Orientación y Selección Profesional, instituição modelo em seu gênero. Em 1938, participou como chefe dos Serviços Psiquiátricos e de Higiene Mental do exército espanhol republicano na Guerra Civil Espanhola (1936-39). Em seguida, foi à França e à Inglaterra, e, posteriormente, ao continente americano. Em 1940, trabalhou no Mundsley Hospital de Londres. Surgiram dessas experiências as Fichas Profissiográficas elaboradas por Mira y López, as quais contém os requisitos psicofisiotécnicos dos principais trabalhos profissionais. Em Londres, apresentou o resumo de uma de suas maiores contribuições à psicologia: o Teste Psicodiagnóstico Miocinético (PMK), técnica de investigação da personalidade que se impôs ao mundo. Esta é a face de Mira que mais transcendeu.

Na etapa de seu exílio na Espanha, Mira ministrou conferências e cursos na Universidad de la Habana, na Universidad de Santiago de Chile e na Universidad de Montevideo. Residiu na Guatemala e viveu no Brasil entre

1945 e 1964, ano de sua morte. Na Argentina, permaneceu entre 1940 e 1944, após uma curta estadia no Uruguai (Montevidéu), entre abril de 1944 e setembro de 1945, quando se instalou no Rio de Janeiro[1].

Apesar dos poucos anos em que residiu na Argentina, fez carreira docente universitária e ministrou conferências na Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación da Universidad de La Plata, no Colegio Libre de Estudios Superiores da Universidad de Buenos Aires, na Facultad de Medicina da Universidad del Litoral, na Facultad de Filosofía y Letras e na Facultad de Medicina da Universidad de Buenos Aires. Foi Membro Honorário da Sociedad Argentina de Psiquiatría e do Círculo de Médicos legistas de Rosario (Província de Santa Fé, Argentina). Lá foi designado diretor dos Serviços Psiquiátricos e de Higiene Mental, em 1943. Também se destaca na estadia de Mira na Argentina sua entrada no movimento de Higiene Mental. A esse respeito, colaborou na organização da higiene das doenças mentais com Gianfranco Ciampi, na cidade de Rosário, permanecendo próximo da Universidad del Litoral, fundando e dirigindo o Hospital Psiquiátrico da Província de Santa Fé, que ainda leva seu nome.

Seu reconhecido discípulo na Guatemala, Fernando de León Porras, fez uma lista completa das publicações de Mira y López em seus 25 anos de exílio vividos no continente americano. Essa lista concentra mais de quinhentos artigos científicos sobre psiquiatria, psicologia e disciplinas afins em revistas especializadas de toda parte do mundo e escritos em diversos idiomas; prólogos em trinta obras de outros autores; e livros publicados em número de 32, muitos deles com honras de tradução para o francês, o inglês e o português. Fundou importantes revistas especializadas, como a *Revista Catalana de Psiquiatría y Neurología* e os *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, que seguiram ininterruptamente de 1947 à atualidade (Porras, 1964).

No que diz respeito à curta estadia de Mira na Argentina, surpreende a vasta obra publicada. Entre outros, e sem ânimo de ser exaustivo, mencionarmos: *Problemas psicológicos actuales*, Ed. El Ateneo, 1940; *Instantáneas psicológicas*, Ed. Bajel, 1943; *Psicología evolutiva del niño y el adolescente*, Rosario, Argentina, 1941; *El niño que no aprende*, Ed. Kapelusz, 1947; *Manual de orientación profesional*, 1.ª Ed. Kapelusz, 1947, com prólogo de A. Calcagno; *Cua-*

---

1. No Brasil fundou o Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas em 1946. Sobre o percurso de Mira no Brasil, ver também: Jacó-Vilella e Mülberguer (s. d).

tro gigantes del alma: el miedo, la ira, el amor, el deber, Ed. El Ateneo, 1947, edição em português: José Olympio, Rio de Janeiro, 1949; *Psiquiatría básica*, Ed. El Ateneo, 1948, em português: Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1949; *Cómo estudiar y cómo aprender*, Ed. Kapelusz, 1948; *Psicología experimental*, Ed. Kapelusz, 1955; *Guía de la salud mental: normas prácticas de higiene psíquica*, Ed. Oberon 1956, edição em português: Olympio, 1952; *Manual de psiquiatría*, El Ateneo, edição em português: Ed. Científica, 1944; *Compendio de psiquiatría*, Ed. El Ateneo, 1958; *Temas actuales de psicología aplicada*, Ed. Oberon; *Hacia una vejez joven*, ed. Kapelusz, 1961; edição em português: Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1961; *Psicodiagnóstico Miokinético*, Ed. Paidós, 1957; e *Manual de psicoterapia*, Ed. Aniceto López, 1942, edição em português: Ed. Científica, Rio de Janeiro, 1949.

Duas importantes editoras argentinas, Kapelusz e El Ateneo, que se destacaram por difundir temas de psicologia e educação na época, foram as responsáveis por publicar quase a totalidade da obra de Mira na Argentina em primeira mão e, depois traduzidas ao português.

Destacam-se, além da publicação de seus livros, as contribuições realizadas em diversas revistas com ampla circulação em Buenos Aires, tal como o caso da *Revista Psicoterapia*,[2] que, no número de 1937, dedicado ao pensamento espanhol, Mira publicou da Espanha. Sua contribuição levou o título de "Breviario de Higiene Mental" (Mira y López, 1937). O mesmo ocorreu com sua colaboração entre 1952 e 1954, já radicado no Brasil, para a *Revista Latinoameticana de Psiquiatría*, edição bilíngue português-espanhol dirigida por Gregorio Bermann e Claudio de Araujo Lima, na qual publicou um artigo sobre a organização da assistência aos alienados (Mira, 1952), ambos de ampla difusão na Argentina (Rossi et al., 2004).

Depois de sua morte, Emilio Mira deixou gerações de professores, psicopedagogos, psicólogos, psiquiatras e psicotécnicos formados a partir de seu ensino e teorias, expostas não apenas por meio de inumeráveis cursos, como também em mais de trinta livros, alguns dos quais ainda seguem sendo reeditados no Brasil, na Argentina e no México.

---

2. *Revista de Psicoterapia-Psicología Médica-Psicopatología-Psiquiatría-Caracterología-Higiene Mental*, Córdoba, n. 1 y 2, Córdoba, Argentina.

A psicoterapia no campo médico dos anos 1930 e 1940 na a Argentina: a chegada de Mira y López

O primeiro livro de Mira y López editado em Buenos Aires é o *Manual de psicoterapia* (Aniceto López (ed.), 1942), que corresponde ao curso que ministrou sobre a disciplina durante o ano de 1940, na Facultad de Medicina porteña[3]. Seu objetivo foi apresentar um panorama dos métodos psicoterápicos da época, tratando de evitar o defeito de proporcionar uma visão unilateral, em que tomou o movimento freudiano junto com outras doutrinas psicológicas de então, dentre as quais se destacam a psicologia individual de Adler, a psicoterapia de Jung, a psicoterapia psicagógica, a psicoterapia de Shultz e a de Schilder, a psicoterapia existencial de Binswanger etc.

No prólogo no *Manual*, datado de outubro de 1941, Mira se pergunta:

> Por qué no hay lugar para la enseñanza de la psicoterapia. No hay psicoterapeutas como sí hay urólogos, fisiatras, etc. [...]. De ello deriva no sólo el mantenimiento sino el auge de actividades paramédicas de todo género a las que millares de dolientes van en busca del alivio, que no supieron darle los galenos rabiosamente empeñados en la captura del foco lesional (Mira, 1942, p. 7).

Mira sempre combateu o charlatanismo, especialmente de "quienes se aprovechan de la psicología para hacer ejercicio ilegal de la medicina" (Iruela, 1993, p.?). É assim que, com sua chegada à América, afirma que o psiquiatra não deve ignorar as tendências filosóficas, e sim possuir uma grande base psicológica para o tratamento de prevenção da doença mental. O psicólogo deve ter uma base biológica, filosófica e psicológica muito boa para penetrar nos terrenos da psicologia aplicada, da educação e da seleção profissional, do trabalho industrial e da clínica (Mira, 1942).

De acordo com essas falas, Mira (1942, p. 11) inscreve a psicoterapia como uma especialidade médica e a define como "la terapia por la *psique*, es decir acción curativa obtenida mediante el empleo de recursos que obran directamente sobre la persona enferma y no sobre su organismo o cuerpo". Ele supõe tomar posição doutrinária nas denominadas ciências do espírito porque é

---

3. O médico psicanalista argentino Arnaldo Rascovsky escreveu, no primeiro número da *Revista de Psicoanálisis* (publicação da Asociación Psicoanalítica Argentina), uma crítica indignada do livro de Mira y López, acusando-o de apresentar de maneira errônea e superficial a teoria e a técnica psicanalítica.

do homem que se trata. O objeto da psicoterapia é o homem “que sufre o que hace sufrir” (Mira, 1942, p. 11), sendo a finalidade desta suprimir o sofrimento humano, e os da psicoterapia médica, colaborar com a somatoterapia (ou seja, a terapia do corpo) no reestabelecimento da normalidade biológica.

No curso de seu livro, o autor retorna a uma frequente discussão sobre o caráter que deveria ter a normalidade e a anormalidade em relação às patologias, sustentando que não cabe se apoiar nesses conceitos, pois há enfermidades normais (cáries etc.) na medicina atual – normalidade, nesse sentido, é frequência ou norma. Tampouco deve fundamentar-se a anormalidade na existência de sintomas, pois estes mesmos podem faltar em muitos casos; nem no “concepto de morboso en la vivencia de la enfermedad” (Mira, 1942, p. 25). Em suma, vê-se obrigado a admitir que o doente é todo aquele que solicita os serviços profissionais que um médico crê e pode oferecê-lo.

Curiosas cerimônias preenchem as páginas de curas milagrosas que combinam magia com a prática do curandeiro e, mais tarde, a magia transformada em religião, em que a divindade conversa com o espírito doente. No cristianismo, predominaram as curas espirituais com o indubitável caráter sugestivo dos atos de purificação. A época da medicina como ciência natural lançou a primeira classificação das doenças e começou a especificar as áreas de ação da psicoterapia e da somatoterapia (fins do século XVIII). As forças das curas espirituais estavam esgotadas, afirma Mira. No século XIX, ao mesmo tempo que havia um progresso dos conhecimentos psiquiátricos e triunfava a concepção cerebral da mente humana, começou a se formar o edifício da psicologia profunda de Freud (Mira, 1942). A psicanálise e a chamada medicina moral (P. Janet) introduziram uma concepção científica no campo psicoterápico. Compreenderam-se pela primeira vez os mecanismos de cura mental, em que cada tipo de doente necessita de um tipo de psicoterapeuta, um tipo de técnica e uma base ambiental para ser sensível ao influxo curativo. Hoje, afirma Mira, “la psicoterapia se integra a la psicohigiene que ha hecho vincularse a médicos psicoanalistas, pedagogos, sociólogos, juristas, psiquiatras y psicólogos. La psicoterapia se ha hecho predominantemente educadora, correctora y psicagógica” (1942, p. 47).

Contudo, para Mira, o psicoterapeuta médico não deve buscar a classificação diagnóstica para o doente, mas a ampla e integral compreensão dos fenômenos (subjetivos e objetivos, permanentes e acidentais) que o levaram a precisar de sua ajuda. Além disso, deve ver quais são as correspondências que

existem entre eles, estudando as atitudes de reação pessoal do paciente diante do fato mórbido, do ambiente e da sua própria intervenção terapêutica. Então, e apenas então, poderá estabelecer a pauta de modificações que precisa fazer no sujeito, em seu ambiente e em sua relação pessoal com ele mesmo para obter o máximo benefício com a formulação de um plano terapêutico, um plano de vida e um plano social conveniente.

No capítulo II de seu *Manual*, Mira aborda a problemática atual da psicoterapia e ali diz que, hoje em dia, a medicina é integralmente psicossomática, e a psicoterapia ocupa, quando menos, o mesmo alcance que a somatoterapia na atuação médica. O cientista sustenta que a concepção médica se baseia na natureza "psicobiossocial do homem", que permite a recíproca influência ou correspondência entre seus diversos planos funcionais, e das técnicas de que podemos nos valer para conseguir a harmonia entre eles, o ajuste entre o indivíduo e seu mundo. Daí que a psicoterapia transcende a simples ciência natural da medicina, já que deve admitir aspectos existenciais que transbordam às necessidades vitais (Mira, 1942, p. 25). Mira diz haver descoberto o mérito principal da escola psicanalítica, e é "lo que ha hecho factible la comprensión profunda de las acciones humanas y de sus motivaciones, dando entrada a la psicoterapia científica (Mira, 1942, p. 26).[4]

Ressalta no pensamento de Mira o reconhecimento dado à psicanálise freudiana, cujos recursos permitem dedicar-se ao caso individual. Assinala que Morton Prince, Pierre Janet e Sigmund Freud foram aqueles que impulsionaram, nas culturas inglesa, francesa e germânica, o interesse dos especialistas ao novo e fecundo campo da psicoterapia, "más de todos ellos ha sido el último quién ha descollado de tal modo que va a merecer atención exclusiva" (Mira, 1942, p. 107). Então, é possível afirmar que Mira reconhecia perfeitamente a disciplina instaurada por Freud como psicanálise, ainda quando este nome tinha uma multiplicidade de concepções e muitas delas tinham um significado circunstancial. O autor ocupou boa parte de sua produção (anterior a 1936) em elucidar as contribuições realizadas por Freud e se dedicou a divulgar seu método especialmente em seu livro sobre as doutrinas psicológicas (Falcone, 2012; Rossi et al., 2014).

---

4. Todavia, o autor adverte em seus textos que a imensa maioria de psicoterapeutas atuais empregaram o que se chamou de "análise breve" ("short analysis"), seguindo a orientação proposta por Stekel, o qual havia afirmado que bastava poucas semanas de investigação para conhecer com suficiente precisão a arquitetura geral da personalidade.

Vários são os autores que analisaram a incidência da psicanálise freudiana na obra de Mira y López (Carpintero-Mestre, 1988; Gutierrez, 1984; Sanchez Lázaro, 1985-86; Marquez, 2006; Terrazas, 1984; Druett, 2011; García, 1978). Sanchez Lázaro ressalta que Mira pertenceu a uma geração (a de Láfora, Sacristán, Sanchís Banús etc.) que pode e deve ser considerada como a primeira geração psiquiátrica espanhola. Essa geração se libertou da influência francesa que havia marcado a psiquiatria espanhola do século XIX, e esteve atenta a todas as novidades da língua alemã, entre as quais deve incluir-se a psicanálise (Sánchez Lázaro, 1986). Assim como outros médicos de sua época, Mira não se submeteu à análise pessoal, nem teve uma formação especificamente psicanalítica, mas estudou os textos de Freud e de seus discípulos, falou e escreveu sobre psicanálise, e inclusive a aplicou mais ou menos livremente em seus pacientes.

Em seu estudo, Iñaqui Marquez assinala que, quando começou a guerra civil, em 1936, o interesse pela psicanálise estava sendo impulsionado por Mira y López em Barcelona, e Rodríguez Láfora e Sanchís Banús, em Madrid, ainda que somente houvesse dois psiquiatras espanhóis que receberam a formação e o treinamento psicanalítico: Angel Garma (Membro fundador da Asociación Psicoanalítica Argentina) e Ramón Sarró (adjunto de Mira y López), em Berlim e Viena, respectivamente. Ambos eram da geração que havia nascido com o início do século, mais receptiva às ideias freudianas (Marquez, 2006, p. 350).

Não podemos, sem risco de superar a extensão deste trabalho, investigar a técnica e as fases gerais da terapia psicanalítica freudiana estabelecidas por Mira. Não obstante, fazendo uma ligeira síntese, apontamos o que Mira resgata da psicanálise: a exploração e a compreensão do caso; o interrogatório; "a pressão"; a prova das "associações livres"; a "interpretação dos sonhos"; e a "análise dos atos falhos e sintomáticos". Para a dominação e sublimação dos impulsos, valoriza a "la creación, manejo y liquidación de la transferencia afectiva" (Mira, 1942, p. 131). Os princípios gerais da psicanálise freudiana são: a sublimação, a projeção, a racionalização e a teoria da libido.[5] Por último, descreve três fases da atuação psicoterápica: a primeira é a do doente que, de um modo mais ou menos subconsciente, opõe-se por meio de sua resistência

---

5. Não se pode expor com detalhes a exploração e a atuação corretora levada adiante por Mira no que ele denominava "cura psicanalítica", ao menos se resgata a ideia de integração e sucessão de fases bem delimitadas. Ver no apêndice do *Manual de Psicoterapia*, como exemplo, as normas para o emprego das provas de "associações determinadas" e "associações livres" (Mira y López, 1942).

pessoal; em seguida, consegue-se que colabore com o médico na luta contra os sintomas; na terceira, obtém-se a luta contra as causas ou os motivos dos mesmos, e procede a "corregir el perfil de su Destino" (Mira, 1942). Mira recomenda, para superar a primeira fase, falar pouco e escutar muito, explorar mais que interpretar. Na segunda, pôr em jogo as técnicas sugestivas; e, na terceira, recorrer às técnicas psicagógicas.

Nos últimos capítulos de seu *Manual* (IX, XI, XII), Mira desenvolve as vantagens e inconvenientes da utilização do que considera métodos auxiliares à psicoterapia: gminoterapia, ludoterapia, laborterapia ou ergoterapia e a necessidade de sua formulação científica no plano terapêutico geral. Ocupa parte do capítulo XIII no desenvolvimento da psicoterapia, nas síndromes organoneuróticas, na psicoterapia das síndromes obsessivas, psicoterapia de gagueira e dislalias; a psicoterapia dos alérgicos (citando o argentino Emilio Pizarro Crespo, Jorge Thenon e Gregorio Bermann, que vinham trabalhando sobre a neurose obsessiva com artigos divulgados na *Revista Psicoterapia* (1936-37, n. 2-3). Por último, ocupa-se, no capítulo XIV, dos doentes cardíacos, das toxicomanias, da psicoterapia dos estados de tristeza, ansiedade e dor. No seu apêndice, decide o médico geral alguns dos meios que podem servir para adquirir uma correta orientação sobre a estrutura pessoal de seus doentes, já que afirma que "sem diagnóstico acertado não pode fazer terapia efetiva", fornecendo pautas gerais para aplicação do "Psicodiagnóstico miokinético", que julga essencial para a formação dos médicos.

Considerações finais

Para terminar, diremos, como conclusões parciais da indagação realizada, ser indubitável que Mira, ao propor a condição de médico como garantia da prática psicanalítica, terminaria afirmando que a medicina é o fundamento da prática psicoterapêutica, na contramão do que Freud vinha argumentando acerca de que a medicina era a principal resistência à psicanálise. Contrasta a ampla posição de Mira com a firme e fechada posição freudiana, refletida desde suas *Cartas a Fliess*, procurando evitar que a psicanálise fosse considerada uma escola a mais da psicologia.

A doutrina freudiana foi tomada pelo movimento psicanalítico argentino como uma escola psicológica a mais. O enfrentamento com Freud era evidente para quem considerava a psicanálise uma corrente psicológica nova, exclu-

dente de outras e capaz de penetrar no mais além da consciência. Ainda assim, a técnica psicanalítica começava a ser considerada uma ferramenta terapêutica valiosa na compreensão do homem, convertendo-se num recurso esclarecedor para a abordagem psicossomática da medicina.

O curso de Mira y López ministrado na Facultad de Medicina, durante sua viagem de 1940, produziu um impacto na sociedade médica argentina de então, que debatia sobre a importância, a relevância e a efetividade da psicoterapia médica. Mira representa a afirmação da estratégia médica ao assinalar que falta nas faculdades médicas dos países latinos o ensino oficial de psicoterapia. Opera-se um deslocamento das teorias psicanalíticas na compreensão psicossomática do homem.

Para completar a visão da época, recordamos que o *Manual de psicoterapia* de Mira, publicado em seu curto exílio na Argentina, coincide com a fundação, em Buenos Aires, da Asociación Psicoanalítica Argentina (APA, 1942), reconhecida oficialmente como filial da Associação Psicanalítica Internacional. Nesse mesmo ano, aprova-se a especialidade de psiquiatria na Facultad de Medicina de la Universidad de Buenos Aires, pela qual se legitima, ao mesmo tempo, a formação de psicanalistas médicos na APA e a formação universitária de médicos psiquiatras, ambos com a exigência acadêmica de título de médico. Mira y López acompanha esse processo quando afirma, desde as aulas da Facultad de Medicina, que falta o ensino da psicoterapia como uma das tantas especialidades médicas.

O primeiro número da *Revista de Psicoanálisis* (órgão de difusão da APA.) aparecia no começo de 1943, repetindo afirmações que Mira havia pronunciado em seu curso de psicoterapia. A *Revista* inaugurou-se com a publicação da carta de saudação de Ernest Jones dos Estados Unidos. Nessa carta, Jones afirma que a psicanálise nasceu como uma necessidade terapêutica para interpretar e aliviar os sofrimentos de um setor de pacientes. A psicanálise freudiana forneceu suas teorias para a institucionalização da APA. e se converteu numa medicina ampliada que inclui a psiquiatria e a psicanálise.

A discussão que sobrevoa a fundação da APA. está compreendida no seio da afirmação da estratégia médica, já que o interesse pela medicina psicossomática rapidamente substituiu a psicanálise freudiana, propiciando uma hegemonia médica e a exclusão, por muitos anos, dos psicólogos (não médicos) do campo da psicoterapia. Nesse panorama, formou-se a Sociedad de Psicología Médica y Psicoanálisis (1940) dentro da Asociación Médica Argentina, presidida por Juan R. Beltrán (conhecido divulgador argentino da psicanálise).

Essa interpretação permite entender as reflexões do psicanalista Germán García quando diz que, enquanto a APA. fez a passagem de Freud à medicina psicossomática, os desejos de Jones foram satisfeitos (García, 1978).

Por último, uma reflexão final para entender, no ecletismo reinante dos anos trinta em Buenos Aires, a virada produzida a partir da carta de Ernest Jones, que vem representar a aprovação dos Estados Unidos, convertido em um polo de difusão e legitimador dos projetos terapêuticos e preventivos. Nesse país, tem origem o movimento de higiene mental, impulsionado por Clifford Beers, como uma tentativa de reformar as condições da psiquiatria manicomial. Tal movimento levou à organização de ligas em diversos países que promoveram o tratamento psicoterapêutico em consultórios externos a fim de evitar os internamentos. O impulso da psicoterapia havia levado a psiquiatria norte-americana a convidar Janet, em 1904, e logo Freud, em 1909, para a Clark University de Worcester, em Boston. Desse modo, o movimento de higiene mental transladou, posteriormente, dos Estados Unidos à Europa e Argentina, promovendo o uso da "cura psicanalítica" no contexto dos modelos psicoterápicos da medicina. Tudo isso permitiu que a psicologia médica se desenvolvesse e o fizesse no sentido da psicoterapia.

É provável que a importante participação tanto de Rodriguez Láfora como de Mira y López no movimento de higiene mental na Espanha tenha sido um dos fatores que contribuíram para a difusão das técnicas freudianas, que se propagaram rapidamente, não apenas nesse país, como também na Argentina. Pensamos que a estadia de Mira nos Estados Unidos joga a favor dessas afirmações, as quais difunde logo no seu *Manuel de psicoterapia*. De acordo com essa interpretação, encontramos resultado significativo ao retomar o curso ministrado por Mira na Facultad de Medicina Porteña (assim como as conferências de Láfora, em 1923) que indubitavelmente removeram as estruturas reinantes e despertaram o interesse pela psicoterapia no país.

Referências

Carpintero, H. *Historia de la psicología en España*. Madrid, España: Eudema, 1994.

______ e Lafuente, E. "Emilio Mira y López: un psicólogo español entre dos mundos". Video y guía didáctica, UNED. Madrid, 1994.

______ e Mestre, M.V. *Freud en España: un capítulo de la historia de las ideas en España.* Valencia: Promolibro, 1984.

De León Porras, Fernando . "Vida y obra del Profesor Doctor Emilio Mira y López. Sus contribuciones originales a la psiquiatría, la psicología aplicada y la educación". *Revista Universidad de San Carlos*, Facultad de Humanidades de la Universidad de San Carlos, Guatemala, pp. 39-50, 1964.

Druet, Anne-Cécile. "La psychiatrie espagnole et la psychanalyse des années 1910 à la guerre civile: de la presse médicale au discours social". *El argonauta español*, n. 8, 2011.

Falcone, R. "Las prácticas psicoterapéuticas del psicoanálisis y el problema del 'análisis profano' entre 1920 y 1930 en Argentina". *IV Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología*, UBA, n. 3, pp. 24-9, 2012.

García, E. et al. "La tesis doctoral de Emilio Mira y López: las correlaciones somáticas del trabajo mental". *Revista de Historia de la Psicología*, v. 14, n. 3, pp. 139-52, 1993.

García, G. *La entrada del psicoanálisis en la Argentina: obstáculos y perspectivas.* Buenos Aires: Altazor, 1978.

Gracia Guillén, Diego. "Medio siglo de psiquiatría española: 1885-1936". *Cuadernos de Historia de la Medicina Española,* n. 10, pp. 330-4, 1995.

Gutiérrez Terrazas, J. "Apuntes para un estudio de la historia del psicoanálisis en España". *Rev. Asoc. Esp. Neuropsiquiatría*, v. IV, n. 10, 1984.

Iruela, L.M. Dr. "Emilio Mira y López, la vida y la obra. Psiquiatría, psicología y armonía social". Publicación 10 de la *Colección Homenatges*, Universidad de Barcelona, 1993.

Jacó-Vilella, A. e Mulberguer, A. "Es mejor morir de pie que vivir de rodillas: Emilio Mira y López y la revolución social", cópia eletrônica, s/d.

Markez, I. "El joven Garma: de Berlín y Madrid a la organización del psicoanálisis argentino". *Revista Asoc.Esp.Neuropsiq.*, v. XXVI, n. 98, pp. 335-68, 2006.

Mira y López, E. "Estat actual de les diverses escoles i doctrines psicologiques". *Annals de Medicina*, ano XXIV, 1930.

______. *Los fundamentos del psicoanálisis*. Buenos Aires: Ed. Americalee, 1943. Edição em português, Rio de Janeiro: Ed. Científica, 1949.

______. "Breviario de higiene mental". *Psicoterapia. Revista de Psicoterapia-Psicología Médica-Psicopatología-Psiquiatría-Caracterología-Higiene Mental*, Córdoba, Argentina, ano II, n. 4, pp. 5-8, jan-maio 1937.

______. *Manual de psicoterapia*. Buenos Aires: Edición Aniceto López, 1942. Reeditado em versão facsímile, Barcelona, Espanha: Laboratórios Smithkline Beechan, 1997. Edição em português, Rio de Janeiro, Brasil, 1949.

______. "Organización de la asistencia a los alienados. *Revista Latinoamericana de Psiquiatría*, ano 1, n. 4, pp. 5-12, jul. 1952.

______. *Doctrinas psicoanalíticas, exposición y valoración crítica.* Buenos Aires, Kapelusz, 1963.

Klappenbach, H. "Mira y López, en Argentina: obstáculos para su establecimiento definitivo". *Acta Psiquiátrica y Psicológica de América Latina*, v. 45, n. 3, pp. 274-80, 1999.

Revista de Psicoanálisis (1936-37) I (1). Buenos Aires, jul. 1943. Mensajes de cordialidad, de Ernest Jones y Karl Menninger.

Revista de Psicoterapia-Psicología Médica-Psicopatología-Psiquiatría-Caracterología-Higiene Mental, Córdoba, n. 1, pp. 5-19.

Rossi, L. et al. "Emilio Mira y López en Argentina". *Revista Historia de la psicología*. Universidad de Valencia, España. V. 35, n. 2, pp. 93-110, 2014.

Saiz, M. e Sáiz, D. *Personajes para una historia de la psicología en España.* Servicio de Publicaciones de la Universidad Autónoma de Barcelona, Ediciones Pirámide, Madrid, 1996.

______ et al. "Emilio Mira y López: nuevos datos bibliográficos. *Revista de Historia de la Psicología*, v. 12, n. 3-4, pp 211-20, 1991.

Sanchez Lázaro, J. *La interpretación de Freud en la obra del Doctor Mira y López (1921-1936)* (tese de Licenciatura). Universidad Complutense de Madrid, 1985.

______. "El psicoanálisis de Freud en la obra de Emilio Mira y López (1921-1936)". *Revista Asoc. Esp. Neuropsiquiatría*, v. 6, n. 19,pp. 636-49, 1986.

Szekely, B. *El psicoanálisis*. Buenos Aires: Ed. Colegio Libre Estudios Superiores, 1940.

Tortosa, F.et al. "E. Mira y López en la Psicología Internacional". *Revista de Historia de la Psicología*, n. 10, 1-4, pp. 189-200, 1989.

Capítulo 10
Emilio Mira e sua experiência na URSS (1931)[1]

Helio Carpintero

A vida de Emilio Mira y López reúne uma ampla série de experiências que fazem dela uma efetiva representação da história de seu tempo. Nascido em 1896, em Santiago de Cuba, quando essa ilha ainda formava parte do mundo regido pela Espanha, logo teve que abandoná-la para mudar-se para a península, após a guerra hispano-americana, que pôs fim ao império colonial espanhol em 1898.

Mira contemplou de longe a Primeira Guerra Mundial, tendo recebido a influência do novo interesse pela psicologia que esse conflito despertou. Mais tarde, viveu plenamente a Guerra Civil Espanhola, do campo republicano, e, em seu término, exilou-se primeiramente no Reino Unido, depois, no mundo iberoamericano, em meio à agitação produzida pela Segunda Guerra Mundial. Assistiu, de dentro, ao desenvolvimento e à modernização do mundo latino-americano, após reconstruir sua instalação pessoal e profissional no Brasil (Iruela, 1993).

Uma das experiências importantes que teve oportunidade de realizar foi o conhecimento direto da União Soviética, durante os anos 1930, em um tempo em que ali se via a oportunidade única de se estabelecer uma sociedade comunista e igualitária, que atraía os olhares esperançosos de grande parte da esquerda europeia da época.

Notas biográficas

Recordemos brevemente que Mira y López havia nascido, como já dito, em Santiago de Cuba, em 1896, e com sua família se reinstalou em Barcelona, em

1. Os trabalhos citados de E. Mira foram obtidos por meio de matérias da imprensa, que foram feitos com a eliminação dos elementos identificadores da publicação. Isto irá requerer um trabalho de busca posterior.

1903, depois do chamado "desastre de 1898", com a total perda do Império Colonial espanhol. Depois de realizar os estudos de medicina, conseguiu uma vaga de médico municipal em Barcelona, em 1918, e no ano seguinte recebeu a nomeação de chefe do laboratório de psicofisiologia do Instituto de Orientação Profissional, centro estabelecido pela prefeitura da "ciudad condal", com apoio da Mancomunitat da Catalunha (Siguán, 1981; Saiz y Saiz, 1996). Pouco tempo depois, em 1922, doutorou-se em medicina com uma interessante tese sobre os reflexos musculares e os processos de atenção. Daí em diante, sua vida girou em torno da psiquiatria, especialidade da qual foi catedrático em 1933, e também da psicologia.

Recordemos, não obstante, que o ambiente da época, e particularmente o que se vivia na Catalunha, era de uma grande agitação social. Em 1909 havia tido lugar ali a "Semana Trágica", evento de grande violência que comoveu o país. O desenvolvimento industrial e econômico da região determinou uma importante imigração de trabalhadores do resto da península, que se acomodaram em várias favelas, aguçando o sentimento de problema social. Mira, jovem médico, com sentimento profundamente fraterno, escreveu uma série de artigos no periódico *Justicia Social*, denunciando as condições de vida em "Barracópolis", os aglomerados de cabanas e barracas que rodeavam a grande cidade. Tais artigos são a expressão da viva consciência social de seu autor, experiência que, sem dúvida, animou Mira a não desatentar-se dessa faceta humanitária de sua vida.

Também, já na emigração, seu colega Ortega Duran, ao recordar o jovem amigo, escreveu: "Muitas noites [...] escapava para os bairros proletários da grande cidade, onde, nos inesquecíveis Ateneos sindicais... lecionava como um professor e discorria como um companheiro" (Ortega Duran, 1964, pp. 104-5). Ademais, seus interesses políticos de homem de esquerda o levaram a participar, junto com outros amigos e colegas, como Gabriel Alomar, Josep Xirau, Francesc Serra i Moret, da fundação da União Socialista da Catalunha, em 1923, grupo que se transformaria, anos mais tarde (em 1936), no Partido Socialista Unificado da Catalunha, PSUC (Iruela, 1993, p. 89; Mülberger y Jacó, 2007, p. 314). Manteve também grande amizade com um dos líderes socialistas da Catalunha, Rafael Campalans, e apoiaria os movimentos de higiene mental que se iniciaram no país nos tempos da II República.

Para terminar com esta breve revisão biográfica de Mira – centrada toda ela antes de sua emigração –, recordemos que este assumiria durante a guerra civil a chefia dos serviços psiquiátricos da República, apoiando assim o governo com sua experiência e competência médica especializada.

A VII Conferência Psicotécnica em Moscou (1932)

Desde 1920, haviam-se iniciado os trabalhos da *Société Internationale de Psychotechnique*, uma associação que buscava integrar os técnicos em psicologia aplicada e os psicotécnicos que haviam multiplicado sua presença social em virtude da guerra mundial, evento que obrigou diferentes exércitos nacionais a confiarem aos especialistas em psicologia os trabalhos de seleção de pessoal e atenção aos combatentes afetados por transtornos psicológicos como resultado da vivência direta da guerra.

Desde o primeiro momento, Emilio Mira tomou parte nas atividades da nova associação e, em 1921, organizou a II Conferência, em Barcelona, entre os dias 29 e 30 de setembro. Depois da primeira, a de Genebra, em 1920, organizada por E. Claparéde, a personalidade e as conquistas do psicotécnico de Barcelona adquiriram nova reputação internacional, justificando a eleição dessa cidade como sede da nova reunião.

Os congressos foram se sucedendo, e, em 1931, Mira veio a celebrar a VII Conferência Internacional de Psicotécnica em Moscou, cidade que vivia em plena efervescência o processo da revolução soviética, entre os dias 8 e 12 de setembro daquele ano, com a presidência do professor Isaac Spielrein (1891-aprox. 1937), que havia assistido previamente à reunião de Barcelona de 1930. Ali havia apresentado um trabalho sobre "Quelques éléments d'une theoríe de la psychotechnique", em que oferecia uma versão da disciplina fundamentada nas doutrinas de Marx (Spielrein, 1930, p. 322 ss.).

Na cidade de Moscou renovada pelo governo soviético, veio a se reunir um considerável número de especialistas: 160 soviéticos, 100 estrangeiros, e um alto número de convidados: 800 (Petrovsky, 1990). Suas principais áreas temáticas giraram em torno da teoria psicotécnica, os indicadores matemáticos em psicotécnica e a psicotécnica do comércio. Um tema transversal parece ter estado muito presente em todas as sessões: a comparação de uma psicotécnica marxista e outra "burguesa", questão lógica, dado o momento e o lugar de sua celebração.

O artigo de Mira

Entre os trabalhos sobre conceitos gerais da especialidade, o artigo de Mira ocupou-se da "profissiografia" (Mira, 1931a). O autor se declara partidário de estudos com certa especialização em seu objetivo, em lugar do que chama

"profissiografias integrais". Não é o mesmo, diz, fazer este, atendendo ao aspecto técnico do trabalho, que tomar em consideração os aspectos morais ou, inclusive, filosóficos. Ele considera inoportuno que se possa tratar de orientar a profissão de viajante empregando questionários que se faz supor necessárias mais de cem aptidões aos candidatos ao posto. Para evitar isso, o cientista apresenta alguns tipos de profissiografias que aparentemente foram diferenciadas no Instituto de Barcelona: longitudinais e transversais – que seguem a evolução do trabalho ao longo do tempo ou fazem um recorte em momento dado para ver as funções implicadas –; superficiais ou profundas, isto é, descritivas do trabalho externo das tarefas ou orientadas pelas atitudes subjetivas de reação do trabalhador. Mira cita nesse ponto Adler e sua introdução à psicanálise da vocação nesse campo de trabalhos profissionais. A isto há que se adicionar a pluralidade de métodos de estudo. Mas Mira insiste, sobretudo, em primeiro lugar, no estudo de habilidades ou funções gerais (fator G etc.), ao invés de outras mais específicas. Dessas aptidões, em Barcelona, se ocuparam, de suas variadas intensidades, e a forma de sua aplicação em cada caso. E, em segundo, parece-lhe essencial a validação das hipóteses alcançadas, fazendo comparações entre grupos, basicamente um de profissionais, ainda que heterogêneos, e outro de sujeitos profanos no trabalho. Termina afirmando que os muitos dados não se correlacionam com a exatidão do estudo; que em profissões superiores, as habilidades específicas não têm valor de seleção, que grupos de profanos de elite obtêm altos valores mais por sua capacidade de seguir as instruções do técnico que por suas qualidades especiais, e que é melhor validar os dados obtidos ao comparar grupos que ao comparar sujeitos (Mira, 1931a).

Em suma, seu artigo apresentava o *modus operandi* de seu grupo em Barcelona, no qual os aspectos gerais, psicológicos e de personalidade implicavam grande alívio adiante da análise micrográfica de outros grupos.

A visita de Mira a URSS

Mais importante aqui são, para nós, as opiniões que Mira formou na ocasião da viagem sobre o regime soviético e o valor da ideologia comunista. O cientista viajou a Moscou em setembro do ano de 1931, junto a outras personalidades do mundo cultural de Barcelona: o catedrático Joaquim Xirau, o pedagogo Rafael Campalans e o professor Juan Roura Parella, interessado por temas psicológicos (Mülberger e Jacó, 2007).

Pouco depois de seu regresso, em outubro do mesmo ano, concedeu uma entrevista ao periodista Gabriel Trillas (1931) – quem, aliás, o chamava de "Enrique Mira" – que apareceu no dia 14 daquele mês.

A viagem foi primeiramente a Paris, de lá, para Berlim, depois Varsóvia, e, ao fim, Moscou. Começou chamando-lhe a atenção o cartaz de saudação que precedeu sua chegada à estação – "Saúde aos trabalhadores do mundo oprimido" – e os cartazes de Lênin e Stálin, de propaganda da revolução e luta contra o analfabetismo. Mais concretamente, achou que "Moscou é uma cidade que dá a sensação de viver em perpétua festa e em contínuo trabalho". Há trabalho contínuo, descanso e festa em distintos dias para cada caso. Não há tráfego de rodas, salvo carros oficiais, e alguns "carros velhíssimos, frágeis, oxidados, guiados por motoristas tão sujos como velhos que pedem uma quantidade fantástica por viagem e ninguém os toma". Existem excelentes ligações de trens, acrescenta.

O sistema comercial é cooperativo. As pessoas não parecem ricas, mas estão cheias de entusiasmo e fazem largas filas nos armazéns cooperativos, cada qual como lhe foi designado. "As pessoas vestem-se mal e as moradias são escassas, no entanto, há uma sensação enorme de vida, de trabalho e entusiasmo". Mira anota, também, que os turistas estão obrigados a gastar dez dólares diários, senão o governo os cobra depois.

Em relação ao mundo do trabalho, conta que os sovietes mantêm a cooperação entre trabalhadores e camponeses, recordando que Lênin se equivocou ao pensar em reconhecer que a "terra era para os agricultores", coisa que o governo logo retificou.

O cientista também crê que se cumprirá o "plano quinquenal", observando que os bolcheviques suprimiram a classe média, a burguesia, e, com eles, perderam técnicos, os quais é necessário trazer do estrangeiro. Além disso, acreditam mandar nos russos, enquanto estes estão mais seguros de mandar naqueles. Mas, com um pouco de tempo, "a maquinaria da URSS funcionará maravilhosamente", acredita Mira.

Finalmente, Mira estende suas opiniões sobre Lênin, quem teve erros já superados, pondo a política por cima das qualidades espirituais e dos "princípios". Foi um homem "eminentemente prático". Com sua ação diretora, "salvou-se a nova Rússia e com ela a revolução".

Outras opiniões aparecem no artigo intitulado "De uma viagem à URSS" (Mira, 1931b), cuja localização não nos foi possível – o recorte de que nos valemos tem suprimidas as possíveis indicações de origem.

Aqui reaparece a emoção que lhe produziu a saudação do mundo russo aos visitantes com a famosa frase: "trabalhadores de todos os países, uni-vos", reiterando sua impressão da alegria da gente na vista do trem e recordando conversas amistosas com os russos sobre a revolução.

Mira ainda acrescenta: "E agora os direi [...] o segredo de porque a enorme transformação que levou a velha Rússia à moderna União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi possível: tornou-se possível porque contou com uma sólida doutrina revolucionária aplicada por alguns cérebros geniais – Lênin e Stálin – infiltrada em oito milhões de homens dispostos a todo momento se sacrificarem em proveito da comunidade social, trabalhando dia e noite sem parar nem sequer para comer, com vistas a superar rapidamente o caos inerente ao

A visão que ele tem é clara: cada membro do partido "produz a impressão de um iluminado [...] não há alguém que se aproveitou dos demais um mínimo de sua situação circunstancial de privilégio político dentro do país para gozar de uma comodidade ou de um benefício acima dos demais camaradas 'sem partido'". E, como modelo, menciona o mundo particular onde vive Lênin, um "ambiente franciscano", de fervor religioso, mas "da religião que religa e une os homens, e não a pseudo-religião ocidental".

Seguindo por esse caminho, Mira afirma que agora a santidade tem que ser buscada no partido comunista, antes que em outros lugares, porque "a URSS é um povo livre que vive de acordo com as leis naturais da evolução do espírito, defendendo a liberdade, igualdade e a fraternidade, e sentindo a 'irmandade amorosa que os habitantes da URSS sentem por todos os homens que querem viver decentemente".

E o psicotécnico que há em Mira aparece para agora acrescentar: todos os habitantes da União Soviética chegam lá onde se permite suas possibilidades psicológicas, e, portanto, não há frustração derivada da situação social injusta dominante nas sociedades ocidentais. Definitivamente, acrescenta: "Catalães, nos inclinemos ante o espírito da nova Rússia" e a tomemos por modelo.

Esses textos não necessitam de comentário. Falam por si mesmos. O psiquiatra catalão, de orientação fortemente de esquerda, encontra no mundo soviético a realização paulatina e entusiasta dos ideais da revolução. E, apesar das limitações circunstanciais, vislumbra um novo estado mais justo, incomparável com os estados ocidentais não comunistas.

Uma aproximação psicológica

Encontramos o recorte de uma conferência pronunciada por Mira em Reus (Tarragona), em 6 de fevereiro de 1932 (Mira, 1932a). Tampouco há dados que permitam identificar o periódico onde se publicou (um resumo mais breve, com o título de “La conferencia del Dr. Mira”, apareceu no periódico de Reus “*Les Circumstancies*" (*sic*), de 7 de fevereiro, coincidente com o resumo que trazemos a seguir (Mira,1932b)).

Interessa-nos porque a conferencista intitulou sua exposição de “Aspecto psicológico da revolução russa” e, nela, propõe uma visão da população russa de uma tipologia etnológica que não carece de interesse. Essa população, segundo Mira, estava constituída por três tipos de gente: os mongóis, homens da estepe, basicamente guerreiros; os eslavos, povo dos bosques, camponeses, que seriam granjeiros e agricultores; e um terceiro tipo, que havia surgido da mistura desses grupos e que se tornaram comerciantes. Os eslavos constituíam, segundo ele, 80% da população, com 10% para os mongóis, e outro tanto para comerciantes.

“A psicologia dominante do homem russo é a do homem primitivo”, na qual o forte impõe a tirania, que é o que fizeram os czares com o resto da população, conduzindo à revolução. Quando esta se produziu, eliminaram-se os comerciantes, diz o orador; os guerreiros opuseram-se aos camponeses, e então tornaram-se favoráveis à industrialização; e os camponeses queriam, acima de tudo, a propriedade das terras. Em oposição a esses grupos, interveio Lênin, que impôs as cooperativas industriais e agrícolas como modo de solução. Também necessitou de técnicos, e os obteve graças à implantação dos planos quinquenais, em que se promoveu o contrato de especialistas estrangeiros para resolver os problemas de transformação do país.

Essa alteração modificou a situação. “A revolução serviu para destruir a classificação entre homens bons ou maus [...] todos somos bons e maus”. A Rússia, assim, é um país de vários tipos, onde contrasta o camponês abúlico com o operário industrial inquieto e também com o soldado asiático; um país, diz, onde há 17 aparelhos de raios X ao mesmo tempo que há o melhor laboratório de anatomia do mundo. E termina dizendo que espera a “terceira fase da revolução”, que será “mais amorosa, mais humana”. A dureza da situação não escapa de sua vista, mas sua confiança no futuro é completa.

Socialista ou comunista

Finalmente, Mira publicou no periódico *Justicia Social* (1932c) um artigo intitulado "Socialismo i Comunismo", que saía após um prévio resumo de páginas de uma conferência sua, em que acrescentou alguns detalhes que não carecem de interesse. Refere-se, por um lado, ao "antagonismo entre socialistas e comunistas", e detalha que é "unilateral", porque os primeiros "se encontram unidos [...] ideologicamente aos segundos, quem por sua parte criticam sistematicamente" aqueles.

Mira vai além. Interessa-se pelas possibilidades de "transplantar de um povo ao outro os mesmos remédios", e a isto considera "antibiológico". Por isso não crê que se possam transplantar os remédios russos a outros países, como, por exemplo, o nosso. Este é tão distinto da Rússia "como a noite do dia". E detalha: a "Rússia é um povo semiasiático, em que a iniciativa individual é a exceção e o conformismo fatalista é a regra". Enquanto nós somos individualistas, "levamos cada um de nós um deus no corpo, e somos inimigos sistemáticos da autoridade, da ordem e da organização". Por isso estamos sempre envoltos em lutas interiores. Ademais, acrescenta, na Rússia não há classe média, enquanto em nós esta ocupa um lugar importante.

Aos russos, as medidas da revolução os levam "a todo gás" a um futuro de bem-estar. Mas Mira não deixa de ver que a Rússia atual é o país "em que havia mais pobres e em que as condições gerais de vida da população eram, ainda, muito duras" (falta de liberdade de exposição de ideias, sujeição imperativa ao Estado constituído, e governado por uma massa minoritária, militarismo exagerado, higiene rudimentar – por falta de técnicos sanitários etc.).

O cientista acrescenta ainda que, enquanto os comunistas apenas admitem os técnicos quando se submetem à sua política, os socialistas buscam, por sua vez,

> inspirar suas finalidades no parecer justo – nem burguês, nem proletário – dos homens de ciência, que são os que, definitivamente, podem conhecer mais que ninguém a solução melhor para cada um dos múltiplos problemas que a renovação social da estrutura social comporta e delineia.

E termina com uma declaração explícita do apreço dos socialistas catalães atuais, que se sentem mais próximos da ideologia comunista que de nenhuma outra das atuantes na Catalunha.

Assim, junto a essa declaração pessoal de afinidade ideológica com que as últimas linhas convergem, há um interessante reconhecimento das limitações do regime russo, bem como a convicção de que cada país deverá encontrar suas soluções próprias, sem buscar copiar o que outras sociedades e outras culturas conseguiram em condições diferentes das que se dão no país que busca se reformar. A partir de certo biologismo, que defende a individualidade de cada sociedade, Mira contempla o modelo russo como um extraordinário estímulo que incita a criar, com originalidade, novas soluções para os problemas sociais do nosso país. A admiração de seus outros textos aparece aqui moderada por um realismo cheio de sentido.

Conclusão

Os breves textos comentados mostram a posição absolutamente positiva e favorável à ideologia e a realização concreta que encorajava a revolução russa. Seu apreço pelo novo sistema, o movimento que impulsionava a aparição de um "homem novo", como se dizia naqueles dias, aparece unido a um sentido fortemente crítico das instituições e do funcionamento das democracias ocidentais, além de ser também muito crítico com o papel histórico da religião e da Igreja.

É interessante ver que sua curiosidade o levou a buscar informações que iam mais além do apresentado nas campanhas publicitárias, e não deixou de ter sensibilidade para perceber as limitações e os defeitos da vida implantada pela revolução. Diante do valor ideal daquela enorme construção histórica, Mira teve juízos positivos e esperanças no futuro. Mas sua convicção na individualidade irredutível de cada povo o advertiu da inutilidade de copiar fórmulas estrangeiras para os problemas próprios. E esse sentido realista também o deixou ver, em meio à paixão revolucionária, os defeitos e limitações que ainda continuavam afetando a sociedade russa.

A mentalidade do homem de esquerda, sem dúvida, encontrou na experiência russa muitos motivos de reafirmação e esperança. Com Mira, coincidiam inumeráveis pessoas do ocidente, que viam o progresso revolucionário na Rússia como uma chama de esperança para os homens com sensibilidade social, obrigados, não obstante, a criar suas próprias soluções com originalidade.

Não obstante, a valoração última de toda aquela experiência podia talvez extrair-se de sua eleição do mundo latino-americano para reconstruir sua vida

depois do exílio na Espanha. Deixou o mundo soviético e buscou na comunidade hispânica um marco hospitaleiro e promissor, onde seguiu dando alento aos ideais de justiça. Talvez tenha deixado para trás o brilho e a esperança das realizações revolucionárias que a história foi pondo em seu lugar.

Referências

Iruela, L. M. *Doctor Emilio Mira y López: la vida y la obra*. Barcelona, Espanha: Universidad de Barcelona, 1993.

Mira, E. "La professiographie". *7ème Conference International de Psychotechnique, Moscou*. Moscou, URSS: D'Etat de la Literature Economique et Sociale, 1931a.

______. *D'un viatge a la URSS*. [s.l.], 1931b.

______. *Conferencia del Dr. Emili Mira "Aspecte psicologic de la revolució russa"*. [s.l.], 1932a.

______. "La conferencia del Dr. Mira". *Les Circumstàncies*, Reus, 7 fev. 1932b.

______. "Socialisme i comunismo". *Justicia Social*, 1932c**.**

Mülberger, A. e Jacó Vilela, A. "Es mejor morir de pie que vivir de rodillas: Emilio Mira y López y la revolución social". *Dynamis*, n. 27, pp. 309-32, 2007.

Ortega Duran, J. "Emilio Mira, el hombre". *Actas del Primer Encuentro sobre Información Ocupacional.* Departamento de Orientación y Selección Profesional - Universidad de Oriente, Venezuela, pp. 99-105, 1964.

Petrovsky, A. *Psychology in the Soviet Union: a historical outline*. Moscow, URSS: Progress Publish, 1990.

Saiz, M. e Saiz, D. (1996). "Emilio Mira y la psicotecnia". In ______ e ______ (eds.). *Personajes para una historia de la psicología en España*. Madrid, Espanha: Pirámide, 1993, pp. 375-98.

Siguán, M. *La psicologia a Catalunya*. Barcelona, Espanha: Edicions 62, 1981.

Trillas, G. *El doctor Mira nos cuenta sus impresiones de la URSS*. [s.l], 1931.

UNIDADE III

Discursos e práticas na história da psicologia

PARTE IV

Modos de pensar e fazer psicologia através da história

Capítulo 11
Modos de pensar e fazer psicologia através da história

Nádia Maria Dourado Rocha

A psicologia é múltipla, disso quase todos sabemos. Desde a antiguidade podem ser verificadas as mais diversas preocupações com o comportamento. São exemplos disso textos publicados antes mesmo da instalação formal da psicologia em Leipzig.

Um bom referencial para avaliarmos a diversidade histórica da psicologia é o livro de Richard J. Herrnstein e Edwin.G. Borin – *A souce book in the history of Psychology*, editada pela Harvard University Press em 1966, que tem versão brasileira publicada pela Herder/USP em 1971, com tradução do Prof. Dr. Dante Moreira Leite.

Nesse livro, prestes a completar cinquenta anos da edição original, é apresentada uma seleção de 116 trabalhos datados de 350 a.C. a 1926, organizados em 15 capítulos, a saber:

Quadro 1 – Classificação de Herrnstein e Boring (1971) de textos relevantes para a história da psicologia, com a quantidade dos mesmos, bem como a data do mais antigo e do mais recente

Tema	N	Antigo	Recente	Amplitude em anos
1. Percepção visual de tamanho e distância	3	1638	1838	200
2. O reflexo	8	1662	1896	234
3. Associação	12	-350	1896	2.246
4. Especificação sensorial	14	-350	1896	2.246
5. A imagem retiniana e a orientação de objetos percebidos	5	-300	1897	2.197
6. Psicofísica e mensuração sensorial	7	1760	1905	145
7. Psicologia comparativa	4	1882	1906	24
8. Evolução e diferenças individuais	10	1859	1912	53
9. Teorias nativistas e empiricistas de percepção	6	1781	1912	131
10. Funcionalismo	4	1890	1913	23
11. Aprendizagem	8	1885	1917	32
12. Isomorfismo psicofisiológico	4	1878	1920	42

Tema	N	Antigo	Recente	Amplitude em anos
13. Relação com os objetos	8	1709	1923	214
14. A natureza da Psicologia	14	1650	1923	273
15. Localização cerebral	9	1650	1926	276

Tais dados são apresentados no quadro 1. Nele pode ser verificado que:

- "Associação" e "Especificação sensorial", ambos de 350 a.C., cujo autor é Aristóteles (385 a.C.-322 a.C.), são as categorias com textos mais antigos. Os mais recentes, de ambas, datam de 1896. O da primeira é de Wilhelm Wundt (1832-1920), e o da segunda, de Edward Bradford Titchner (1867-1927). Assim, seus textos abrangem 2.246 anos;
- "Percepção visual de tamanho e distância" foi a última categoria a ser iniciada, em 1638, com texto de René Descartes (1596-1650). Seu texto final, publicado em 1838, é de Charles Wheatstone (1802-1838). Esses textos têm uma distância de 200 anos;
- "Localização cerebral", tem a publicação mais recente, com texto elaborado por Henry Head (1861-1940) e publicado em 1926.

Verifica-se também uma amplitude de variação de 23 a 2.246. Ou seja, a diferença em anos entre o texto mais antigo e mais recente de cada categoria.

O Prof. Joseph Brozek apresenta outra categorização de trabalhos em psicologia (Campos apud Brozek e Massimi, 1998, p. 19):

1. Fenômenos anormais, como o vício, a embriaguez e o suicídio;
2. Desenvolvimento (criança, velhice);
3. Atividades de aprender e ensinar;
4. Adaptação a formas diferentes de esforço (estresse);
5. Personalidade;
6. Pecados e pecadores;
7. Trabalho humano;
8. Fenômenos sociais e políticos, como o caráter nacional, partidos públicos, ação de aprender línguas, visando à paz entre aos povos.

Uma segunda forma de avaliar nossa diversidade é analisar livros publicados e teses defendidas no século XIX.

Inicialmente lembramos o livro *Essai sur la psychologie comprenant la théorie du raisonnement et du langage, l'ontologie, l'esthétique et la dicéosyne*, de 1826, cujo autor é o filósofo e político português Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846). Merece ele destaque por ter sido escrito para participar de um concurso promovido pela Kongelige Danske Videnkabernes Selskab (Real Academia de Ciências e Letras da Dinamarca), cujo tema foi: "Quelle est la véritable notion de la Psychologie, et quelle est la relation de cette science avec celles qui s'y rapportent? Doit-on admettre la distinction que des savans ont voulu établir entre la psychologie empirique et la psychologie rationelle?"

Quadro 2 – Exemplos de títulos publicados em países europeus no século XIX, com primeira edição anterior a 1879

País	Ano	Autor/Título
França	1825	P. J. Jacquier (?-?) - *Elemens de psychologie, d' idéologie de logique ou art de penser*. Paris: Chez Raymond, 1825.
França	1834	Hippolyte Royer Collard (1802-1850) - *Des temperaments considérés dans leurs rapports avec la santé*. Paris: J. B. Bailliere, 1834.
França	1846	Édouard Séguin (1812-1880) - *Traitement moral hygiène et éducation des idiots et des autres enfants arriérés*. Paris: J. B. Baillière, 1846.
França	1849	Louis Rufin Szafkowski (?-?) - *Recherches sur les hallucinations au point de vue de la psychologie*. Montpellier: Louis Castel, 1849.
França	1852	Adolphe Garnier (1801-1864) - *Traité des facultés de l' ame: comprenant l' histoire des principales théories psychologiques*. Paris: L. Hachette, 1852
França	1855	Albert Lemoine (1824-1874) - *Du sommeil au point de vue physiologique et psychologique*. Paris: J. B. Baillière, 1855.
Inglaterra	1855	Herbert Spencer (1820-1903) - *The principles of psychology*. 3 ed. London: Williams and Norgate, 1881.
França	1856	Edouard Cournault (?-?) - *De l' ame; essai de psychologie expérimentale*. Paris: Didier, 1856.
Inglaterra	1858	Daniel Noble (1810-1885) - *The human mind in its relations with the brain and nervous system*. London: John Churchill, 1858.
Rússia	1863	Ivan Setchenoff - *Études psychologiques*. Paris: C. Reinwald, 1881. (Original publicado em 1863).
França	1868	P. J. Grenier (?-?) - *Étude médico-psychologique du libre arbitre humain*. Paris: A. Delahaye, 1868.
Inglaterra	1868	Alexander Bain (1818-1903) - *Mental and moral science: a compendium of psychology and ethics*. London: Longmans, Green and co., 1868.
Alemanha	1876	Ludwig Buchner (1824-1899) - *La vie psychique des bêtes*. Paris: C. Reinwald, 1881 (tradução).

O Quadro 2 nos apresenta uma relação de títulos publicados na Alemanha, França, Inglaterra e Rússia, cuja edição inicial aconteceu antes da instalação do primeiro laboratório de Psicologia em Leipzig. Ela já aponta a diversidade que se constituirá posteriormente. Consta dela a referência de textos sobre temperamentos, psicopatologias, sono, vida psíquica dos animais, relações psicossomáticas, uma história das principais teorias psicológicas, bem como o primeiro texto sistemático sobre a deficiência mental.

À época, a defesa de uma "These" era condição necessária à conclusão do curso de Medicina. Na Faculdade de Medicina da Bahia[1], no período de 1845 a 1879, foram localizadas 26 teses lá apresentadas que demonstram uma preocupação com fatores psicológicos, a exemplo de:

> 1845 - Polycarpo Cesario de Barros - *As proposições sobre a influência da Música na medicina*;
> 1852 - Joaquim Marcellino de Britto Junior - *Breve dissertação sobre a hypochondria*;
> 1853 - Julio Cezar da Silva - *Breves considerações sobre a natureza de algumas affecções nervosas e de seu tratamento*;
> 1873 - Manoel Ludgero d´Oliveira Campos - *Em que consistem os temperamentos*;
> 1857 - Cid Emiliano de Olinda Cardozo - *Influencia da civilisação sobre o desenvolvimento das affecções nervosas*;
> 1859 - Luiz Carneiro da Rocha - *Tratamento das moléstias mentaes*;
> 1874 - João Carlos Balthascar da Silveira - *Influencia dos climas sobre a intelligencia humana*;
> 1876 - Antonio Gonçalves Ramos - *Accidentes nervosos do alcoholismo*.

Aqui também encontramos uma variedade. A tese mais antiga, cujo título remete à questão psicológica, e não medicamentosa, é realmente interessante. Há predominantemente questões ligadas à psicopatologia: afecções nervosas ou doenças mentais, alcoolismo, temperamentos e inteligência.

É evidente que esses textos carecem de fundamentação teórica, mas são importantes para mostrar uma preocupação presente desde o início do século XIX, sobre vários temas e em vários países.

---

1 Desde 1946, integra a Universidade Federal da Bahia.

Essas pequenas listagens, meramente ilustrativas[2], nos indicam dois pontos: 1) antes mesmo da constituição "oficial" da psicologia científica, já havia uma preocupação entre os intelectuais e médicos[3] com esse assunto, em alguns países, inclusive no Brasil; 2) a variedade de temas que, já àquela época, interessava aos estudiosos.

Com relação a modos de fazer, e diante da dificuldade de esgotar todas as possibilidades, lembremo-nos das posturas clássicas do Behaviorismo, Gestalt, Psicanálise e Psicodrama, todas cuja consolidação ocorreu ao longo do século passado.

Lembremo-nos também de que a regulamentação da nossa profissão ocorreu em 27/08/1962, e, ainda, de mais indicadores de uma diversidade de periódicos, programas de pós-graduação, associações científicas e especialidades.

No portal da PePSIC[4] estão arrolados 96 títulos de periódicos, publicados em alguns países da América Latina. Entre eles estão alguns de caráter geral, a exemplo de *Psicologia: Ciência e Profissão*, *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia* e *Temas em Psicologia*. Outras têm um recorte temático: *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, *Revista Brasileira de Orientação Profissional* e *Revista Psicologia Política*. Ainda outro grupo tem uma vinculação teórica: *Revista Brasileira de Psicodrama*, *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* e *Estudos de Psicanálise*.

No site da CAPES[5], sob o título Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos, constam 77 programas de pós-graduação. Entre estes há 40 com o título "simples" de "Psicologia". Os demais assumem uma especificidade, tais como: "Análise do Comportamento", "Neurociência Cognitiva e Comportamento", "Psicanálise: Clínica e Cultura e Psicobiologia" e Psicologia Social.

O Fórum de Entidades Nacionais de Instituições de Psicologia congrega, atualmente, 23 instituições. Entre estas estão: o próprio Conselho Federal de Psicologia – CFP[6], órgão máximo de orientação e fiscalização profissional no nosso país;

---

2. Não se pretende aqui esgotar esse assunto, fazendo levantamento exaustivo da produção em vários países. Os livros e teses relacionados integram, respectivamente, os acervos da Subgerência de Obras Raras e Valiosas da Biblioteca Pública do Estado da Bahia e da Biblioteca Gonçalo Muniz da Faculdade de Medicina da UFBA.

3. Digo médicos, porque a relação de temas a serem trabalhados pelos doutorandos era composta anualmente na primeira reunião da Congregação da Faculdade de Medicina.

4. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_alphabetic&lng=pt&nrm=i. Acesso em: 22 jul. 2015.

5. Disponível em: www.capes.org.br. Acesso em: 22 jul. 2015.

6. Disponível em: www.cfp.org.br.

a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia[7] – ANPEPP, que congrega pesquisadores doutores de todo o país; e a Federação Nacional de Psicólogos[8] – FENAPSI. Também aqui se encontram associações de caráter, digamos, geral, tais como as já referenciadas, e aquelas que são específicas, seja de temas. Cabe ressaltar que o FENPB não representa todas as instituições nacionais. A ausência mais evidente provavelmente seja a SBP – Sociedade Brasileira de Psicologia[9], fundada em 1971 como Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SPRP).

Por meio da Resolução 13/2007[10], o Conselho Federal de Psicologia reconheceu as seguintes especialidades, que não são condição para o exercício profissional, indicando a diferenciação já possível em nosso exercício profissional:

1) Psicologia Escolar/Educacional;
2) Psicologia Organizacional e do Trabalho;
3) Psicologia de Trânsito;
4) Psicologia Jurídica;
5)Psicologia do Esporte;
6) Psicologia Clínica;
7) Psicologia Hospitalar;
8) Psicopedagogia;
9) Psicomotricidade;
10) Psicologia Social;
11) Neuropsicologia.

Os dois textos desta seção tratam também desta diversidade. O trabalho de Fernando Lacerda Júnior, da Universidade Federal de Goiás, tem como título "Totalidade, individualidade social e ideologia: três contribuições da tradição marxista à história da psicologia". O de Maria Andrea Piñeda, da Universidad Nacional de San Luís, apresenta-nos a "Reconstrução historiográfica de culturas psicológicas".

Lacerda afirma que pretende destacar, a partir de referências associadas aos pensamentos de Karl Marx (1818-83) e Georg Lukács (1885-1971), algumas con-

7. Disponível em: http://www.anpepp.org.br/.

8. Disponível em: http://www.fenapsi.org.br/. Acesso em: 22 jul. 2015.

9. Disponível em: http://www.sbponline.org.br. Acesso em: 22 jul. 2015.

10. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf. Acesso em: 22 jul. 2015.

tribuições da tradição marxista que podem orientar certas formas de pensar e fazer história da psicologia. Discorre ele sobre três das quatro articulações que considera possíveis entre o marxismo e os estudos históricos: totalidade, individualidade social e decadência ideológica. Ao concluir, afirma que a abordagem marxista pode realizar concomitantemente três análises: histórica, sistemática e da função social.

Já Piñeda nos apresenta o relato da institucionalização da história da psicologia no seu país natal, desde a inclusão deste conteúdo como disciplina nos cursos de graduação em Psicologia, ao aumento das pesquisas especialmente nas universidades estatais, o apoio institucional à participação em programas de pós-graduação, o incremento da participação de pesquisadores em eventos específicos da área, tanto em nível nacional quanto internacional, e a participação em redes internacionais de intercâmbio. Segundo a autora, esses fatos resultaram na criação, em 2014, da Sociedade Argentina de História da Psicologia. Mas ainda há muito a fazer. Por exemplo, há poucos periódicos específicos. Piñeda finaliza, tecendo considerações sobre como construímos uma história cultural crítica da psicologia.

Esse pequeno resgate nos permite concluir que efetivamente há uma grande diversidade no pensar e fazer psicologia, que nos acompanha desde a mais remota preocupação com os fatores psicológicos. É quase lugar comum localizarmos tal preocupação nos antigos gregos, bem antes da época cristã, atravessando mais de 23 séculos de nossa história e, como tudo indica, está se aprofundando cada vez mais. Que sejamos competentes para dar conta dela.

Referências

Brozek, J. e Massimi, M. (orgs.). *Historiografia da psicologia moderna: versão brasileira*. São Paulo: UNIMARCO/Loyola, 1998.

Herrnstein, R. J. e Boring, E. G. *Textos básicos de história da psicologia*. São Paulo: USP/HERDER, 1971.

Capítulo 12
Totalidade, individualidade social e ideologia: três contribuições da tradição marxista à História da Psicologia[1]

Fernando Lacerda Júnior

Introdução

Analisar modos de pensar e fazer História da Psicologia supõe o estudo dos seus fundamentos teórico-metodológicos. Trata-se, portanto, de abordar uma problemática que é objeto de inúmeras reflexões e polêmicas. Tal como a psicologia se constituiu como uma área marcada pela diversidade teórica, a história da psicologia também é uma área marcada por diferentes concepções ontológicas, epistemológicas e metodológicas. Pode-se facilmente encontrar estudos históricos profundamente divergentes entre si: desde trabalhos (normalmente introduções ou manuais) que buscam provar que a psicologia é uma ciência herdeira dos grandes pensadores da Grécia Clássica (como o texto de Wetheimer, 1977) até trabalhos que criticam essa abordagem por ser fundada em uma concepção teleológica e celebratória de história, na qual o estado presente da psicologia é visto como o clímax de um processo que começou nos primórdios da humanidade (Ferreira, 2008; Harris, 2009; Richards, 2010). Assim é possível identificar diferentes pressupostos gerais que guiam os diversos modos de pensar e fazer história da psicologia: a história dos "grandes homens", a psicohistória, a perspectiva multifatorial, a história social, a microhistória, etc. (Brozek e Massimi, 2002; Campos, 1996; Massimi, Campos e Brozek, 1996).

Não sendo um estudioso da história da psicologia, mas alguém que realizou estudos históricos para compreender a emergência de teorias autodenomina-

---

1 O presente trabalho contou com o apoio financeiro oferecido pelo CNPq por meio da chamada MCTI/CNPQ/Universal 14/2014.

das críticas na psicologia, pretendo destacar, a partir de referências associadas aos pensamentos de Marx e Lukács, contribuições da tradição marxista[2] que podem orientar certos "modos de pensar e fazer história da psicologia"[3].

Há diversas articulações possíveis entre marxismo e estudos históricos em psicologia. Essa diversidade pode ser facilmente identificada quando sublinhamos quatro tipos de trabalhos: 1) estudos que utilizaram teorias, concepções ou categorias marxistas para identificar a relação entre a gênese da sociedade burguesa e o processo de constituição da psicologia como projeto científico autônomo (Parker, 2007; Yamamoto, 1987); 2) estudos que analisaram contribuições metodológicas do marxismo para a história da psicologia (Antunes, 2005; Buss, 1978; Campos, 1996); 3) pesquisas que analisaram a gênese histórico-social de propostas psicológicas de base marxista (Calviño, 2013; Carone, 1991; Tuleski, 2010); e 4) pesquisas que analisaram a relação entre conceitos psicológicos e contextos sócio-históricos específicos com a finalidade de identificar como a psicologia expressa concepções ideológicas sobre a relação indivíduo e sociedade (Holzkamp, 1991 [1985]; 2013 [1988]; Osterkamp, 1991 [1986]; Sève, 1979).

No presente capítulo, destacarei como três categorias – totalidade, individualidade social e decadência ideológica – podem contribuir para se refletir sobre os modos de pensar e fazer a história da psicologia. Trata-se de um recorte bem específico que não esgota as diversas possibilidades de articulação entre psicologia e marxismo. Em outros trabalhos, destaquei como as análises marxistas sobre os condicionamentos sociais do processo de conhecimento podem

---

2 Tradição marxista é o termo utilizado por Netto (1985) para descrever um diversificado campo de ideações teórico-políticas que, de diferentes maneiras, refere-se à obra de Marx. Assim, na tradição marxista não existe um desenvolvimento unívoco e linear de ideias que começam com Marx, mas disputas e elaborações teóricas caracterizadas por profundas divergências sobre o legado marxiano. Dessa forma, o termo marxismo pode contribuir para confusões, já que, a rigor, não existe um marxismo, mas marxismos. Neste trabalho, quando se utiliza o termo "marxismo", está se levando em conta a advertência destacada.

3 Pressupõe-se que o texto marxiano ainda seja válido para a compreensão do mundo contemporâneo. É uma tese polêmica, mas que pode ser justificada. A vigência do marxismo pode ser justificada historicamente ou ontologicamente. A defesa da atualidade histórica do marxismo parte do argumento de que uma das principais contribuições de Marx foi compreender a lógica do capital, isto é, uma processualidade que ainda rege a sociedade atual e, por isso, a teoria crítica proposta por Marx é atual (Netto, 2011). A justificativa ontológica argumenta que a filosofia marxista só pode ser questionada quando a centralidade ontológica do trabalho (a necessidade de seres humanos transformarem intencionalmente a natureza para satisfazerem suas necessidades e, nesse processo, construírem novas objetivações) no ser social deixar de refletir o movimento do real (Lessa, 2007). Nessa perspectiva, descarta-se a hegemonia ideológica (o fato do marxismo estar presente ou não na vida cotidiana de círculos políticos ou acadêmicos) como critério de avaliação da atualidade de uma teoria.

explicar o subjetivismo hegemônico na psicologia crítica contemporânea (Lacerda Jr., 2015) e refleti sobre como as análises lukacsianas e marxianas sobre emancipação política, ontologia do ser social e historicidade podem contribuir para uma análise crítica da psicologia (Lacerda Jr., 2016).

Em primeiro lugar, a utilização da perspectiva da totalidade como ponto de referência que permite avaliar a realidade e o significado de cada fenômeno singular é um fundamento que possibilita superar as polêmicas entre abordagens externalistas e internalistas em história da psicologia, além de estabelecer como exigência metodológica o estudo da dialética singular-particular-universal. Em segundo lugar, a proposta de individualidade social, isto é, a afirmação da intrínseca sociabilidade da individualidade humana possibilita uma nova angulação no processo de análise do valor das teorias psicológicas dominantes. Finalmente, a noção de decadência ideológica permite analisar a relação da psicologia com o irracionalismo e o agnosticismo formalista, problematizando como o horizonte social e a instrumentalidade ideológica das ciências modificam o conhecimento produzido pela psicologia. Na exposição de cada um dos temas, serão destacados alguns exemplos concretos na história da psicologia.

Totalidade

O que define o marxismo não é a tese de que a luta de classes é o motor da história ou a tese de que a economia é o fator determinante para os fenômenos psicológicos, sociais e culturais. Argumentações desse tipo não surgiram no pensamento marxiano, mas nas leituras mecanicistas feitas por correntes políticas que predominaram após a morte de Marx e Engels (Löwy, 2013 [1984]; Netto, 1985). Assim, seguindo a contribuição de Lukács (2012 [1968]), entende-se que o que singulariza o pensamento marxista diante de todas as outras abordagens é a perspectiva da totalidade (ver também Netto, 2011). A obra marxiana "em toda verificação de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social e, com base nela, sopesa a realidade e o significado de cada fenômeno singular" (Lukács, 2012, p. 296).

Assim, Marx elaborou as bases ontológicas para a teoria do ser social compreendido como um complexo de complexos, isto é, uma unidade constituída por "diversos complexos heterogêneos e heterogeneamente movidos" (Lukács, 2012 p. 360). Em outras palavras, a totalidade é um "complexo de comple-

xos" dinâmico e heterogêneo ou, usando as palavras de Marx (1982 [1857], p. 14): "O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso".

Isolar o objeto específico da totalidade é apenas o início do processo de investigação científica. É a elaboração de uma abstração pelo sujeito com a finalidade de começar a pesquisa. Trata-se de uma abstração porque nenhum objeto existe como parte isolada do todo: isolar a parte do todo é um movimento do pensamento, por isso, uma abstração efetivada pelo sujeito que busca apreender as determinações específicas do objeto estudado. A elaboração teórica não pode ser reduzida à apreensão de objetos singulares ou particulares, pois, na materialidade concreta, o objeto só existe como síntese de múltiplas determinações. Como a parte só efetivamente existe um complexo macro e dinâmico, é necessário fazer o chamado caminho "de volta" proposto por Marx (1982): articular a parte abstraída com a totalidade, uma vez que "todo fato deve ser visto como parte de um complexo dinâmico e em interação com outros complexos" (Lukács, 2012, p. 338).

Afirmar a perspectiva da totalidade não é afirmar que a parte é um mero epifenômeno ou uma causa do todo. Adotar a perspectiva da totalidade não significa enquadrar objetos na totalidade eliminando sua singularidade. Se o ser social é um "complexo de complexos", então a parte possui uma autonomia relativa, uma legalidade própria, é uma parte movida *e* movente. A ênfase na existência de uma estrutura econômica global que determina a vida social atual não infirma as processualidades específicas que garantem autonomia relativa às partes específicas.

Uma história da psicologia que parte dessa concepção afirma a importância dessa disciplina compreender a história da ciência a partir da história da práxis humana (Campos, 1996). No entanto, se é uma efetiva perspectiva *dialética* da relação da psicologia com a totalidade, então não se faz história da psicologia com abordagens unilaterais, sejam elas internalistas ou externalistas.

A perspectiva da totalidade demanda pesquisas históricas ("externalistas") e sistemáticas ("internalistas"), isto é, exige apreender tanto as determinações sócio-históricas quanto as propriedades particulares e singulares do objeto de estudo. Esta é, precisamente, a proposta de Antunes (2005) para a história da psicologia a partir de uma perspectiva marxista. De acordo com a autora, a pesquisa histórica precisa integrar e articular três níveis de análise: a) o nível interno – o estudo da Psicologia em suas múltiplas e singulares manifestações,

isto é, a análise de conceitos, definições, coerência teórico-metodológica etc. realizada no interior do conhecimento e das práticas especificamente psicológicos; b) o nível da fundamentação filosófica – o estudo de concepções gerais sobre o ser humano e a sociedade mais amplo do que as formulações presentes na ciência particular e que foram determinantes em seu devir concreto; e c) o nível da totalidade – o estudo do movimento geral da sociedade e da concretude material e espacial das ideias científicas e filosóficas presentes na psicologia.

Um belo exemplo sobre os resultados investigativos obtidos pela articulação entre o objeto específico e a totalidade está na obra de Jacoby (1977) sobre a amnésia social. O autor foi capaz de problematizar o significado histórico da emergência de "novas" teorias sobre a subjetividade por meio da análise crítica de correntes neofreudianas e de teorias humanistas justamente porque analisou os movimentos e as transformações da sociedade em que elas surgiram. Sua crítica ao culto da subjetividade livre articulou o objeto singular (teorias humanistas na psicologia) com a totalidade (o capitalismo em uma fase de generalização do fetichismo da mercadoria).

Ao invés de tomar as teorias humanistas como teorias críticas porque elas simplesmente se apresentavam como novas e revolucionárias, o autor angulou seu objeto de estudo (novas teorias sobre a subjetividade) a partir da relação com a sociedade em que o culto da subjetividade isolada emergiu. Ao realizar isso, o autor identificou o contraste entre, de um lado, concepções em que a subjetividade encontra em si mesma seu início, meio e fim e, de outro, a permanência de uma sociedade que aprisiona e manipula os espaços mais íntimos do indivíduo. Assim, Jacoby (1977) critica humanistas e existencialistas norteamericanos porque afirmam que o indivíduo tem um impulso pela busca de segurança, mas ignoravam que a "insegurança" se manifesta em uma sociedade competitiva. Ao identificar tamanho contraste, o autor conclui que, apesar da aparência, as teorias humanistas não são alternativas, mas novas formas de racionalizar a ordem social. Para o autor, os humanistas "defendem o *status quo* como se este fosse a revolução" (Jacoby, 1977, p. 68).

O estudo da psicologia no Brasil, a partir da perspectiva da totalidade pode, por exemplo, investigar, partindo de certos objetos (obras, trajetórias e processos de institucionalização específicos), o processo pelo qual a psicologia brasileira reproduziu determinações gerais (certas concepções dominantes sobre a natureza humana ou a centralidade da individualidade isolada). Mais ainda, essa investigação deve centrar-se na elucidação e apreensão de media-

ções particulares: como o próprio processo de importação de certas teses pode ter modificado ou não as ideias importadas ou, ainda, como a modernização conservadora ou o período de autocracia burguesa (a ditadura civil-militar) modificou e marcou a psicologia brasileira, suas preocupações, seus limites e suas possibilidades.

Individualidade social

Possivelmente, a crítica da oposição entre indivíduo e sociedade foi uma das contribuições mais amplamente difundidas do marxismo à psicologia. A crítica ao individualismo e à conversão de uma forma historicamente específica de existência humana em condição universal de *toda e qualquer* existência humana[4] foi objeto de inúmeras críticas à psicologia elaboradas por marxistas. Sève (1979), por exemplo, afirma que "metamorfosear em problemas psicológicos as contradições econômicas, é um dos clássicos truques de prestidigitação da ideologia burguesa" (p. 24). Da mesma forma, Parker (2007) afirma que o principal problema da psicologia é psicologizar fenômenos políticos, reforçando divisões de gênero, classe e raça por meio do refinamento do senso comum e de explicações falsas sobre a natureza humana. No Brasil ou na América Latina, é impossível imaginar a crítica realizada à psicologia social dominante sem relembrar a importância do marxismo para aqueles que destacaram a busca por uma "nova concepção" de homem para a psicologia social (Lane, 2001 [1984])[5].

Essas críticas fundamentam-se na rejeição marxiana de toda e qualquer abordagem que universalize manifestações particulares da relação indivíduo-sociedade. O autor rejeita a abordagem que busca compreender o mundo atual por meio do recurso especulativo a um suposto "estado de natureza" que explica a suposta perenidade do indivíduo isolado na história humana. Para o autor, este é um procedimento que toma como ponto de partida precisamen-

---

4 Retomando a crítica de Macpherson (1964, p. 45): "O postulado de desejo inato de todos os homens por poder sem limites é manifestamente sustentável apenas para homens que já vivem em uma sociedade universalmente competitiva".

5 Vale lembrar, também, exemplos da América Latina. Martín-Baró (2004 [1983]), por exemplo, usou a concepção marxiana de classe social para afirmar que as relações sociais estruturais são as mais determinantes na relação indivíduo-sociedade e, por isso, não podem ser ignoradas pela Psicologia Social. De forma muito próxima, Montero (1980) também partiu da concepção marxiana para afirmar que: "Todos os problemas [psicossociais] são problemas de classe" (p. 318).

te aquilo que deveria ser o ponto de chegada[6], ou seja, é uma abordagem que toma o indivíduo constituído na sociedade burguesa não "como um resultado histórico, mas como ponto de partida da História (Marx, 1982 [1857], p. 4).

Essa crítica é fundamental. Teses que afirmam que a ação humana é limitada por um "individualismo possessivo" (Macpherson, 1964) ou uma essencial "individuação individualista" (Tonet, 2013) são parte importante do pensamento moderno. Marx rompe com essa concepção oferecendo uma nova e radical concepção de ser humano. Ao não tomar o "individualismo possessivo" como início, meio e fim da história humana, o autor apresenta uma nova concepção ontológica de essência humana: "a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais" (Marx, 2007 [1845], p. 534). Por isso, Marx afirma que estuda indivíduos determinados socialmente e chama de ficção inútil as tentativas de enxergar no passado uma antecipação da sociedade burguesa. Como os seres humanos são radicalmente sociais, o processo de humanização é caracterizado por uma vida cada vez mais determinada socialmente[7].

Para a história da psicologia, há, pelo menos, duas contribuições diretas da categoria "individualidade social". A primeira delas é a de oferecer um novo marco para a avaliação e classificação das diversas teorias psicológicas. Por exemplo, Holzkamp (2013 [1988]) destacou que, apesar de existirem múltiplas teorias na história da psicologia, é possível apreender um denominador comum que liga todas as teorias: a afirmação da oposição entre indivíduo e sociedade. O autor elenca diversos exemplos: a) as teorias positivistas que enxergam o indivíduo como organismo abstrato que é afetado por certos "estímulos" ambientais; b) as teorias humanistas sobre a tendência natural à autorrealização que

6 "Não nos desloquemos a um estado primitivo imaginário. Um tal estado primitivo nada explica. Ele simplesmente empurra a questão para uma região nebulosa, cinzenta. Assim o teólogo explica a origem do mal pelo pecado, isto é, supõe como um fato dado e acabado, o que deve explicar" (Marx, 2004 [1844], p. 80).

7 Na teoria psicológica, essa tese se manifestou de diferentes maneiras. O exemplo mais conhecido é o trabalho de Vygotsky (1994 [1930]) que, a partir da obra de Marx, chegou à conclusão de que toda miséria e toda limitação humana resultam de processos sociais, ou seja, são processos que podem ser modificados e superados porque foram produzidos por um ser essencialmente histórico e social. De forma congruente com Vygotsky, Holzkamp (2013) articulou o sofrimento com a sociabilidade humana. Segundo o autor, os seres humanos não são apenas seres que vivem em certas condições, mas são seres que produzem as condições em que vivem. O processo de individualização depende da participação, individual e coletiva, na produção e reprodução das condições de vida. Por isso, a relação entre indivíduo e sociedade é bilateral: "os seres humanos não meramente vivem sob certas condições, mas necessitam controlar as condições de suas vidas" (Holzkamp, [1985]). Consequentemente, o sofrimento humano é produzido somente em condições sociais que fazem com que a autodeterminação da vida individual seja regida por outros.

afirmam uma teoria da subjetividade livre de circunstâncias sociais; c) abordagens interacionistas que focalizam abstratamente a construção de significados, eliminando os aspectos sociomateriais da produção simbólica; e d) a psicanálise que destaca o antagonismo irreconciliável entre indivíduo e sociedade, ao afirmar a universalidade do recalque e outros processos psíquicos ou culturais.

Nota-se, portanto, uma nova forma de se classificar as teorias psicológicas: as que tomam uma postura unilateral na relação indivíduo-sociedade e as que buscam apreender o caráter bilateral dessa relação. Em outras palavras, por trás da diversidade conceitual, há a mesma concepção ontológica que afirma a impossibilidade de um processo de determinação reflexiva entre indivíduo e sociedade. Assim, a categoria individualidade social possibilitou que Holzkamp não reproduzisse a confusão entre determinações gerais do indivíduo (o seu caráter sócio-histórico, a permanente dialética entre teleologia e causalidade no nível individual etc.) e formas específicas de individualidade, tais como o já citado "individualismo possessivo".

Há uma segunda contribuição da categoria individualidade social que pode ser explicitada a partir de Holzkamp (2013 [1988]). Para o autor, uma abordagem capaz de levar até as últimas consequências a sociabilidade da individualidade, mais do que explicar que somos indivíduos na medida em que participamos da produção e reprodução de nossas condições sociais, pode revelar as bases sócio-históricas das teorias que explicam unilateralmente a relação indivíduo-sociedade. Ao compreender a sociabilidade da vida individual, nota-se que toda tentativa de abordar unilateralmente a relação indivíduo-sociedade é expressão de condições sociais que impossibilitam ou obstacuizam, no nível imediato, a participação do indivíduo no processo de determinação da produção e reprodução das condições sociais. Tal situação cria a aparência de que há uma oposição essencial entre indivíduo e sociedade.

Assim, a categoria individualidade social possibilita, de um lado, a análise de correntes teóricas da psicologia a partir de seus fundamentos comuns (ou da convergência de concepções ontológicas) e, de outro, facilita a identificação do solo sócio-histórico, que é o ponto de partida das teorias psicológicas dominantes. Há, portanto, uma categoria que possibilita a problematização da gênese histórica e teórica das diferentes formas como a relação entre indivíduo e sociedade foi abordada na psicologia.

Decadência ideológica

Finalmente, destaca-se, aqui, como a análise marxista do processo de decadência ideológica pode contribuir para os estudos da história da psicologia. A análise de Lukács (2010 [1965]) sobre o processo de decadência ideológica é uma importante contribuição para se pensar como os processos societários condicionam e limitam o processo de conhecimento. Para o autor, o processo de decadência ideológica da burguesia começa após o encerramento do seu ciclo heroico. Este começou com o processo de contestação do Antigo Regime e elaboração de um projeto de sociedade que contribuiu para explicitar o papel do sujeito na história[8]. É nesse período que aparecem formulações destacando o papel da razão e do sujeito, o humanismo e o historicismo (Coutinho, 1972).

Na fase heroica, uma burguesia revolucionária se apresentava como representante de interesses profundamente progressistas, como as belas promessas de liberdade, igualdade e fraternidade, e de um projeto político de contestação da ordem feudal. No entanto, entre 1830 e 1848, quando ocorreram as primeiras crises econômicas e surgiram as primeiras manifestações políticas independentes do proletariado, explicitou-se uma importante mudança que estava em curso desde 1789: a burguesia era a classe dominante.

A mudança de posição da burguesia impactou todos os elementos que constituíram o seu projeto revolucionário. O papel da razão e do sujeito, o humanismo e o historicismo, além de diversas outras conquistas do projeto revolucionário burguês, passaram a ser combatidos ou ganharam interpretações completamente distintas. O papel da razão na história passou a ter limites claros (em geral, identificados como limites naturais), e o humanismo converteu-se em individualismo (Coutinho, 1972; Pinassi, 2009).

Nos campos da ciência e da filosofia, deixou-se de priorizar a "reprodução do concreto por meio do pensamento" (Marx, 1982 [1857], p. 14), pois as novas prioridades para a ciência são ditadas pelo processo de valorização do capital e pela necessidade de legitimação e a manutenção do estado existente das coisas.

8 O processo de transformação do mundo social que ocorreu entre a crise do Regime Antigo e as primeiras revoluções burguesas foi acompanhado pelo aparecimento de novas concepções ideológicas, ideias filosóficas e manifestações estéticas. Figueiredo (2007) destaca a intensidade dessas transformações fazendo referência à "multiplicação das vozes", que deu abertura à liberdade individual. O processo de desintegração da sociedade vigente, fechada, criou espaços para a liberdade individual. De forma congruente, Pinassi (2009) ressalta como o início da crise do feudalismo e o movimento renascentista destacaram uma nova forma de se conceber a relação entre o mundo e a subjetividade: "De todas as grandes e decisivas conquistas do humanismo renascentista, a mais importante foi, sem sombra de dúvidas, afirmar a positividade racional do homem frente à construção de seu próprio destino" (p. 42).

Inaugura-se, então, o período de decadência ideológica caracterizado por uma mudança dramática:

> Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policias. O lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial (Marx, 2013 [1873], p. 86).

Segundo Lukács (2010 [1965]), a decadência é caracterizada por três elementos: a) evasão da realidade – a existência de uma tendência à mistificação ou à evasão do confronto do pensamento com o movimento da realidade; b) ausência de problemas substancialmente novos – além de não apresentar novas questões, o pensamento decadente preocupa-se somente com o que é importante para o desdobramento histórico-social do capitalismo; e c) aceitação e reprodução das deformações produzidas pela divisão social do trabalho, ou seja, aquilo que é historicamente específico é convertido em parte "natural" ou condição "universal" da humanidade.

A função social fundamental da decadência ideológica é a de garantir a reprodução social da ordem vigente e fazer com que o processo de conhecimento esteja pareado com o processo de valorização do capital. Isto se manifesta das mais diferentes maneiras no pensamento burguês: empobrecimento ou negação da razão, fragmentação e especialização das ciências etc. O que importa ressaltar é que as distintas manifestações particulares da decadência ideológica, ao longo da história, possuem um solo comum.

A decadência ideológica não é uma decisão consciente da burguesia em produzir distorções ou compreensões falseadoras sobre o real, mas um condicionamento posto pela posição objetiva que a burguesia passou a ocupar nas formações sociais regidas pelo capital. Ao tomar o poder, a aproximação da burguesia à totalidade social se dá a partir de uma posição muito parcial: os imperativos do processo de reprodução do capital. Dessa posição, a aspiração de conhecer a totalidade concreta e apreendê-la pela razão é, gradativamente, abandonada e trocada por aproximações que só conseguem apreender aspectos cindidos e fraturados da realidade social.

Partindo dessa tese, Löwy (1989) afirma que o projeto de conhecer e transformar a totalidade passa a pertencer a outra posição social. Segundo o autor,

o conhecimento que contribui para a emancipação humana encontra sua condição de possibilidade na atividade de se transformar a realidade. Assim, são os grupos e classes revolucionários que buscam construir um "reino de liberdade" que portam as melhores oportunidades de se gestar um conhecimento geral, crítico e transformador.

As discussões de Lukács sobre a decadência ideológica apresentam duas possibilidades de investigação. De um lado, a importância de identificar o significado histórico do surgimento de certas ciências independentes no interior de um complexo processo de transformação da ciência, da filosofia e da arte que ocorreu desde 1848. De outro, oferece indicações sobre as condições que catalisam a emergência de saberes críticos nas ciências existentes. Conduzindo essas possibilidades para o campo da história da psicologia, chega-se a três linhas de investigações: a) em primeiro lugar, se há decadência ideológica, então não cabe apenas investigar a origem da psicologia (ou a origem de certos projetos de psicologia), mas também o sentido de sua origem; isto é, qual o seu significado *histórico*; b) em segundo lugar, há a necessidade de se identificar as relações entre tendências da decadência ideológica e os diversos projetos de psicologia; e, finalmente, c) a decadência ideológica pode contribuir para se identificar e analisar as condições sociais necessárias para a catalização de projetos críticos de psicologia.

Em outras palavras, a decadência ideológica sublinha a importância de identificar o significado histórico da psicologia no interior de um complexo processo de transformação da ciência, da filosofia e da arte que começou no século XIX. Assim, Parker (2009) apresentou questões, pelas quais, toda análise marxista da psicologia teria que passar: Por que a psicologia existe? Por que existe um domínio da atividade intelectual que faz parecer que uma disciplina particular pode revelar as razões da ação humana?

Por outro lado, a análise do processo histórico-social de decadência ideológica também pode oferecer indicações sobre as condições necessárias que catalisam a emergência de saberes críticos na psicologia. Parker (2007) aponta para esse tema quando defende a tese de que certos projetos de psicologia só existiram porque surgiram processos anticapitalistas no século XX. De acordo com o autor, lutas sociais revolucionárias constituíram as condições de possibilidade para a emergência de teorias como a Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky (após a Revolução Russa), a Psicologia Crítica de Holzkamp (após as rebeliões de 1968) ou a Psicologia da Libertação de Martín-Baró (que emer-

ge durante a insurgência da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional). Assim, momentos históricos de insurgência da classe trabalhadora, novas alianças de psicólogas e psicólogos com setores da classe trabalhadora ou outros setores oprimidos na sociedade burguesa, bem como a busca por emancipação humana, são condições importantes das quais partem diversos projetos de crítica e reconstrução teórica da psicologia, a partir da perspectiva da emancipação humana (ver também: Lacerda Jr., 2015; 2016).

Considerações finais

Uma análise marxista da história da psicologia pode oferecer diversas contribuições. Neste capítulo, exploraram-se algumas possibilidades a partir da análise de como três categorias – totalidade, individualidade social e decadência ideológica – podem guiar os modos de se fazer história da psicologia.

De forma sintética, pode-se afirmar que uma abordagem marxista na história da psicologia deve realizar, de forma simultânea, três análises: a) a histórica – um estudo sobre a sociedade em que se gestaram as teorias e práticas psicológicas que são objeto de pesquisa; b) a sistemática – o estudo sobre as categorias teóricas ou as práticas sociais da psicologia em sua imanência, isto é, a análise "interna" das ideias psicológicas; e c) a da função social – o estudo que confronta as ideias e práticas psicológicas com a realidade social que condiciona, gesta e é movida por ideias e práticas psicológicas.

Nessa perspectiva, a análise marxista da psicologia busca compreender como relações reais e efetivas entre indivíduo e sociedade articulam-se com o processo de gênese e desenvolvimento das ideias e práticas psicológicas. Trata-se de compreender tanto as condições sociais que engendraram o eclipse de certas teorias psicológicas e o fetiche de outras quanto de compreender o que as teorias psicológicas expressam sobre a nossa vida cotidiana.

O estudo marxista da história da psicologia busca ir além da reiteração de que as teorias ou as práticas psicológicas são socialmente construídas. Cabe ao historiador descrever e explicar a vinculação entre necessidades e práticas sociais vigentes e a hegemonia de concepções que afirmam que há algo natural ou inerente à vida humana. Assim, o marxismo busca interrogar como conflitos sociais, ideologias dominantes e formas históricas de individualidade se expressam na psicologia ao mesmo tempo que busca problematizar a forma pela qual o complexo de ideias e práticas psicológicas condicionou ou

determinou conflitos sociais, ideologias dominantes e formas históricas de individualidade. Trata-se de realizar estudos históricos sobre a psicologia com a finalidade de desvelar o quanto é limitada a concepção de homem dominante no mundo burguês e, assim, dar alguma contribuição para a constituição de uma alternativa para além do capital.

Referências

Antunes, M. A. M. "Materialismo histórico-dialético: Fundamentos para a pesquisa em história da psicologia". In Abrantes, A. A. et al. (orgs.). *Método histórico-social na psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2005, pp. 105-17.

Brožek, J. e Massimi, M. (ed.). "Curso de introdução à historiografia da psicologia: apontamentos para um curso breve - parte segunda: da descrição à interpretação". *Memorandum*, n. 2, pp. 103-9, 2002.

Buss, A. R. "The structure of psychological revolutions". *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v. 14, n. 1, pp. 57-64, 1978.

Calviño, M. "Pensando en una psicología marxista: Contribuciones para el reconocimiento y la construcción". *Alternativas Cubanas en Psicología*, v. 1, n. 1, pp. 8-24, 2013.

Campos, R. H. de F. "Em busca de um modelo teórico para o estudo da história da psicologia no contexto sociocultural". In ______ (org.). *História da psicologia*. Rio de Janeiro: ANPEPP, 1996, pp. 125-45. (Coletâneas da ANPEPP, n. 15).

Carone, I. "De Frankfurt à Budapest: os paradoxos de uma psicologia de base marxista". *Psicologia USP*, v. 2, n. 1-2), pp. 111-20, 1991.

Coutinho, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

Ferreira, A. A. L. "O múltiplo surgimento da psicologia". In Jacó-Vilela, A. M. et al. (orgs.). *História da psicologia: rumos e percursos.* 2 ed. Rio de Janeiro: Nau, 2008, pp. 13-46.

Figueiredo, L. C. M. *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*. 7 ed.). São Paulo: Escuta, 2007.

Harris, B. "What critical psychologists should know about the history of psychology?". In Fox, D e Prilleltensky, I. (orgs.). *Critical psychology: an introduction*. 2 ed. Los Angeles: Sage, 2009, pp. 20-35.

Holzkamp, K. "Societal and individual life processes". In Tolman, C. W. e Maiers, W. (orgs.). *Critical psychology: contributions to an historical science of the subject*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991 [1985], pp. 50-64.

______. "Basic concepts of critical psychology". In Schraube, E. e Osterkamp, U. (orgs.). *Psychology from the standpoint of the subject: selected writings of Klaus Holzkamp*. New York: Palgrave Macmillan, 2013 [1985], pp. 19-27.

______. "The development of critical psychology as a subject science". In Schraube, E. e Osterkamp, U. (orgs.). *Psychology from the standpoint of the subject: selected writings of Klaus Holzkamp*. New York: Palgrave Macmillan, 2013 [1988], pp. 28-45.

Jacoby, R. *Amnésia social: uma crítica à psicologia conformista, de Adler a Laing*. Trad. S. S. Gomes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

Lacerda Jr., F. "Marxism, critical psychology, and human emancipation: identifying catalysts for building critical social theory". In Tuleski, S. (org.). *Liberation psychology in Brazil*. New York: Nova Publishers, 2015, pp. 41-54.

______. "Marxismo e psicologia: notas críticas sobre epistemologismo, emancipação e historicidade". In Oliveira, I. F.; Paiva, I. L.; Costa, A. L. F.; Coelho-Lima, F. e Amorim, K. (orgs). *Marx hoje: pesquisa e transformação social*. São Paulo: Outras Expressões, 2016, pp. 255-275.

Lane, S. T. M. "A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia". In Lane, S. T. M. e Codo, W. (orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001 [1984], pp. 10-9.

Lessa, S. *Para compreender a ontologia de Lukács*. 2 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

Löwy, M. "Stalinist ideology and science". In Ali, T. (org.). *The stalinista legacy: its impact on Twentieth-century world politics*. Chicago: Haymarket Books, 2013 [1984], pp. 168-84.

______. *Método dialético e teoría política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Lukács, G. *Marxismo e teoria da literatura*. Trad. C. N. Coutinho. São Paulo: Expressão Popular, 2010 [1965].

______. *Para uma ontologia do ser social I*. Trad. C. N. Coutinho, M. Duayer e N. Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012 [1968].

Machpherson, C. B. *The political theory of possessive individualism: Hobbes to Locke*. Oxford: Oxford University Press, 1964.

Martín-Baró, I. *Acción e ideología: psicología social desde centroamerica I*. San Salvador: UCA Editores, 2004 [1983].

Marx, K. "Introdução à crítica da economia política". Trad. E. Malagodi e J. A. Giannotti. In ______. *Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro - o rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1857], pp. 3-21.

______. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. J. Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004 [1844].

______. "Ad Feuerbach". Trad. R. Enderle, N. Schneider e L. C. Martorano. In ______ e Engels, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007 [1845], pp. 533-6.

______. *O capital: crítica da economia política – livro I*. Trad. R. Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013 [1873].

Massimi, M. et al. "Historiografia da psicologia: métodos". In Campos, R. H. de F. (org.). *História da psicologia*. Rio de Janeiro: ANPEPP, 1996, pp. 29-56. (Coletâneas da ANPEPP, n. 15).

Montero, M. "La clase social: sus derivaciones psicosociales". In Salazar, J. M. (org.), *Psicología social*. D. F., México: Editorial Trillas, 1980, pp. 295-329.

Netto, J. P. *O que é marxismo?* São Paulo: Brasiliense, 1985.

Netto, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Osterkamp, U. "Personality: self-actualization in social vacuums?". In Tolman, C. W. e Maiers, W. (orgs.). *Critical psychology: contributions to an historical science of the subject*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991 [1986], pp. 160-79.

Parker, I. *Revolution in psychology: alienation to emancipation*. London: Pluto Press, 2007.

______. "Critical psychology and revolutionary marxism". *Theory & Psychology*, v. 19, n. 1, pp. 71-92, 2009.

Pinassi, M. O. *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

Richards, G. *Putting psychology in its place: critical historical perspectives.* 3 ed. London: Routledge, 2010.

Sève, L. *Marxismo e teoria da personalidade*. Trad. E. L. Godinho. Lisboa: Livros Horizonte, 1979, v. 1.

Tonet, I. *Método científico: uma abordagem ontológica.* São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

Tuleski, S. C. *Vygotski: a construção de uma psicologia marxista*. 2 ed. Maringá: EDUEM, 2010.

Vygotsky, L. S. (1930/1994). "The socialist alteration of man". In Veer, R. van der e Valsiner, J. (orgs.). *Vygotsky reader*. Oxford: Blackwell, 1994 [1930], pp. 175-84.

Wertheimer, M. *Pequena história da psicologia*. Trad. L. L. de Oliveira. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

Yamamoto, O. H. *A crise e as alternativas da psicologia*. São Paulo: Edicon, 1987.

Capítulo 13
Reconstrução historiográfica de culturas psicológicas

María Andrea Piñeda

Nas últimas décadas, a história da psicologia na Argentina tem experimentado um importante desenvolvimento. Numerosos indicadores demonstram sua progressiva institucionalização na educação, na pesquisa e na extensão universitária.

Alguns exemplos são: a incorporação de conteúdos de história da psicologia nos currículos de graduação em Psicologia (Resolução 343/09 do Ministerio de Educación de la Nación e sua modificação parcial, a Resolução 800/2011). Além disso, o crescente número de projetos de pesquisa, pelo menos, em universidades estatais, como: a Universidad de Buenos Aires (UBA), a Universidad Nacional de La Plata (UNLP), a Universidad Nacional de Rosario (UNR), a Universidad Nacional de Mar del Silver (UNMP), a Universidad Nacional de Córdoba (UNC) e a Universidad Nacional de San Luis (UNSL);[1] e teses de pós-graduação concluídas e em curso nesse campo, com um aumento gradual de formação de recursos humanos inserindo-se em bolsas oficiais e subsídios de Ciência e Tecnologia (ex-CONICET, Agencia Nacional de Promoción Científica y Tecnológica, UBACyT etc.).

A participação da comunidade Argentina de historiadores da psicologia em reuniões científicas nacionais e internacionais também aumentou. Os Encontros Argentinos de História da Psicologia tornaram-se um espaço destacado de vinculação e intercâmbios. Estes acontecem anualmente desde 1999 em vários centros acadêmicos da Argentina, publicando suas atas de textos completos, que fornecem uma visão geral do estado do campo em nosso país. Em todos os congressos de psicologia, organizados por universidades nacionais, há abundantes sessões de história. Além disso, grande parte dos especialistas locais foram integrando-se a redes internacionais de trabalho e intercâmbio. Um

1. Disponível em: <http://historiapsi.weebly.com/proyectos-de-investigacioacuten.html>

exemplo disto é a Rede Iberoamericana de Pesquisadores em História da Psicologia (RIPHP) e o Grupo de Trabalho sobre a História da Psicologia da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP-GT). Com participação regular em reuniões especializadas, como os Encontros Clio-Psyché (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil), as Jornadas Chilenas de História da Psicologia e sessões nesse campo, nas reuniões da Sociedade Interamericana de Psicologia. Alguns historiadores da psicologia locais já participaram do International Congress of Psychology (International Union of Psychological Science), da International Conference on Applied Psychology (International Association of Applied Psychology, que conta com a 18th Division on History of Psychology), e alguns membros dessa comunidade Argentina também ingressaram em Cheiron: Annual Meeting of the International society for the History of the Behavioral and Social Sciences.

Essa intensa atividade recentemente deu seus frutos na iniciativa de criação da Sociedade Argentina de História da Psicologia, cuja petição foi votada por unanimidade na última reunião de especialistas nesse campo, realizada em La Plata, em outubro de 2014.

No entanto, revistas especializadas nacionais não proliferaram. Desde *Cuadernos Argentinos de Historia de la Psicología* (UNSL), que manteve três volumes, em meados de 1990, houve apenas a *Revista Argentina de Historia de la Psicología* (UBA), como iniciativa para desenvolver uma revista especializada. Porém, revistas de universidades públicas e privadas publicam artigos de história da psicologia, como é o caso das revistas de universidades públicas: *Anuario de Investigaciones* da UBA, *Revista de Psicología* da UNLP, *Perspectivas en Psicología* da UNMP, *Tesis* da UNC e *Fundamentos en Humanidades* da UNSL; e privadas: *Revista de Psicología* da Pontificia Universidad Católica Argentina, *Revista de Psicología y Psicopedagogía* da Universidad del Salvador e *Psicodebate* da Universidad de Palermo. Assim como revistas de algumas sociedades científicas: *Revista Argentina de Ciencias del Comportamiento (RAAC)* da Asociación Argentina de Ciencias del Comportamiento, *Psiencia* da Asociación para el Avance de la Ciencia Psicológica. Além disso, em nível internacional, destaca-se o papel de autores argentinos em edições especiais da história da psicologia que surgiu pelo esforço coletivo internacional da RIPHP e do GT da SIP (*Revista Interamericana de Psicología*, *Pesquisas em Psicologia*, *Universitas Psychologica*, *RACC*) e outras publicações de várias equipes de investigação, tais como: Dagfal, 2009, 2011; Fabris, 2007; García et al., 2014. Do ponto de vista de ex-

tensão universitária e de comunicação pública da ciência, também se avançou na construção de museus de história da psicologia a partir de esforços coletivos. Entre esses, podemos citar: Museo de Psicología Experimental Horacio Piñero da UBA, Museo de Psicología da UNC e Museo de Historia de la Psicología da UNSL. As universidades também promoveram a organização de arquivos especializados nesse tema.

No entanto, esses indicadores de crescimento disciplinar, por vezes, podem ser contrastados com certos sentimentos de marginalidade no campo psicológico, e, em geral, no campo científico mais amplo. A história da psicologia é marginal dentro de uma ciência marginal (Bayer, 2005). Poderíamos nos perguntar: "Nos departamentos e faculdades de Psicologia, organismos oficiais de promoção da ciência ou nas sociedades científicas de psicologia do país, que lugar ocupa a história da psicologia?", "Na pesquisa, extensão, nas comunidades mais amplas de psicólogos e da sociedade em geral, qual o impacto que nossas atividades de docência têm causado?".

Especialmente no contexto de crises sócio-cultural e econômica, aprofundam-se as questões sobre a relevância social da história da psicologia no desenvolvimento do país. Sem dúvida, a maneira como essas questões serão pensadas irá desempenhar um papel na distribuição dos orçamentos, subsídios e taxas que refletem na valorização social das comunidades acadêmicas e da legitimação de interesses de alguns grupos sociais. Pode a história da psicologia dar a sua contribuição, pelo menos, no campo da formação de psicólogos? Tem algo a dizer sobre as políticas acadêmicas e de desenvolvimento de uma psicologia científica socialmente relevante? Quem são os interlocutores de nosso trabalho ou para quem fazemos a história da psicologia?

A resposta a essas questões não é sem valor para o acadêmico em formação que projeta sua vida, sua carreira e suas opções de emprego, e que acaba afetando o seu sentido de competência. Isto, de certa forma, também está relacionado com o crescimento potencial da comunidade de historiadores da psicologia e do desenvolvimento futuro dessa área do conhecimento (Danziger, 2005).

Como historiadores, temos produzido abundante literatura sobre o que tem sido a psicologia Argentina em diferentes períodos. E alguns desses trabalhos permitiram-nos refletir sobre as relações de poder dentro do campo disciplinar (cf. Garcia, 2014; Klappenbach, 2001; Rossi et. al., 2001; Polanco e Miranda, 2014). Temos também contribuído para compreender as re-

lações de poder entre a psicologia e a sociedade e como se estabeleceram os novos objetos científicos (cf. Macchioli de 2014; Ostrovsky, 2014). Por exemplo, fora analisada a sua utilidade para o planejamento estatal no início do século XX, na construção da identidade nacional e na organização das instituições públicas, com base na ideia de ciência e progresso (cf. Falcone, 2012; Klappenbach, 2013; Rossi, 2012), ou durante o desenvolvimento industrial do peronismo pós-guerra (cf. Klappenbach, 2005), e, em última análise, a identificação de interesses entre a psicologia Argentina dominante e os interesses sociais mais amplos. Demonstramos o auge das pesquisas psicológicas de primeira linha, nesses períodos, e a deterioração que os processos de formação de recursos e o financiamento das estruturas de desenvolvimento da pesquisa psicológica foram sofrendo desde a organização das graduações em Psicologia.

Nesse contexto, documentamos o progressivo deslocamento da investigação básica e aplicada aos centros externos e o esvaziamento da capacidade investigativa dos departamentos e faculdades de Psicologia (Piñeda e Jacó-Vilela, 2014). Questionamos a matriz disciplinar que foi configurando-se na formação de psicólogos (cf. Dagfal, 2014; Ferrero e Altamirano, 2011; Klappenbach, 2012; Scherman, 2014) e a reprodução social de modelos tendenciosos que provaram eficácia na resolução de alguns problemas da vida privada, mas têm pouco valor social para compreender e atender aos outros planos da vida: escola, indústria, comunidade etc. (Piñeda, 2012). Podem esses estudos históricos lançar luz sobre o presente e o futuro da psicologia argentina?

Definições de finalidade, utilidade e impacto social dos estudos históricos sobre a psicologia dependem de outras definições mais básicas de ordem ontológica, ética, política, epistemológica, teórica e metodológica, cujas premissas requerem explicação.

Que ciência, por quem, para quê e para quem?

Entendemos que as ciências são produções sociais e, portanto, fazem parte das culturas e promovem cultura. A partir dessa perspectiva, não podemos perder de vista o impacto cultural que a ciência, como resultado de certas culturas, tem sobre os grupos humanos que não pertencem à elite das comunidades científicas, e quais são os processos de comunicação pública da ciência,

também chamados de democratização, ou alfabetização científica (Cazaux, 2008; Daza, 2007).

Como ciência, a psicologia é o objeto de estudo histórico. Isso pode ser pensado a partir da tripla perspectiva da história do sujeito de estudo da psicologia, ou da disciplina, ou mesmo dela em sua relação com outras disciplinas ou campos sociais mais amplos.

Mas a perspectiva sócio-cultural e crítica da história implica reconhecer a riqueza da natureza multiforme do campo psicológico. Onde têm predominado histórias das *mainstreams,* modelos dominantes ou histórias de autoridade, torna-se necessário descobrir uma variedade de programas científicos e desvendar-lhes várias linhas de continuidade e ruptura, enquanto descreve-se como foram culturalmente validados (cf. Klappenbach, 2006).

Nesse sentido, uma história crítica apontará para a visão da pluralidade, situada no tempo e no espaço, para desafiar visões ortodoxas, desnaturalizar objetos científicos e tornar as relações de poder visíveis dentro da disciplina e as relações mútuas de impactos entre psicologia e sociedade.

Na maioria dos casos, são os psicólogos-historiadores que escrevem essas histórias. O que significa dizer, acadêmicos que pesquisam a história de sua disciplina como uma especialidade desta, seja fazendo-a como amadores ou profissionalmente (Massimi, 1996; Harris, 1999). Seus interlocutores têm variado: outros historiadores da psicologia, acadêmicos de outras disciplinas interessados em abordagens interdisciplinares ou outros psicólogos.

Danziger (2005) chamou a atenção para essa questão, afirmando que, se o nosso trabalho como psicólogos historiadores orientara-se apenas aos dois primeiros grupos, poderia ser insatisfatório do ponto de vista da história e da psicologia. O primeiro grupo de interlocutores é muito reduzido. O grupo de estudiosos de outras disciplinas (historiadores de outras especialidades, sociólogos, antropólogos, jornalistas etc.), nos supostos estudos interdisciplinares, possivelmente tenha mais que dizer que nós a respeito de contextualizações, ideologias disciplinares, mitologias e identidades profissionais. Portanto, seria conveniente que nossos estudos históricos estejam orientados, em primeiro lugar, para contribuir para a comunidade de psicólogos. Nossa contribuição crítica poderia lançar luz questionando o determinismo e as ortodoxias das tradições intelectuais e o complexo aparato de pressuposições implícitas ou supostos subjacentes nas práticas sociais (modelos teóricos, métodos, ferramentas, classificações, interpretações, influências sociais, coerções

etc.) que as comunidades de psicólogos exercem sobre outros. Primeiramente, trata-se de fazer visíveis tais práticas e reconhecê-las como sociais e, portanto, não universais. A tarefa é defini-las como instituições sociais, em um determinado contexto, que têm uma estrutura interna de distribuição de poder e divisão do trabalho, e da função social em relação ao valor que tem para outros grupos sociais. Tais práticas sociais, quando se estendem por um longo período de tempo, a repetição de uma maneira não aleatória, definem padrões que podem ser estudados historicamente. Tornam-se "objetos psicológicos" que não são naturais, nem eticamente ou teoricamente neutros (Danziger, 1979, 2001, 2005).

Ao conceituar a história dos objetos psicológicos, Danziger (2001) não sustenta a divisão cartesiana entre sujeitos e objetos, mas entende que os objetos psicológicos estão sempre em relação dialética constante, ligados a pessoas (interesses, projetos, preferências, resistências etc.) e práticas sociais (institucionalizada, antagônica) em um determinado contexto. Nesse sentido, o autor refere-se aos objetos discursivos (classificações, conceitos, metáforas etc.), que são objetos que têm uma existência independente em um domínio discursivo compartilhado por numerosos sujeitos e têm em si uma história (emergem, mudam, morrem, ressurgem com outras formas). Mas, além da história do autor, podem ter parte de sua história (Ex.: O texto de um autor sobre instinto pode ser parte de sua história intelectual, mas também da história de um objeto discursivo). Visualizar a mutabilidade de objetos psicológicos é questionar o *status quo* de estruturas institucionalizadas e práticas discursivas, investigando o que está subjacente à persistência destes (Danziger, 2001). Como é que um domínio completo dos fenômenos (p.ex., sonhos, átomos, monstros, cultura, auto) torna-se, ou deixa de ser o objeto de investigação científica? A partir dessa pergunta, Daston (2000) analisa que os objetos científicos podem ser ao mesmo tempo tanto reais como históricos, e têm implicações para a experiência cotidiana, tanto quanto os objetos cotidianos. Estes são ideias que afetam a vida (p.ex., erguem monumentos e definem políticas em um governo). Portanto, tais conceitos foram ligados ao "realismo internalista" de Hilary Putnam (Talak, 2004).

Acreditamos que as categorias de objetos psicológicos ou objetos discursivos aproximam-se do conceito de "ferramentas culturais" no sentido vygotskiano. Ou seja, aqueles registros de sistemas simbólicos socialmente criados, que servem como organizadores de experiência (Corral, 2003) que enlaçam su-

jeitos e práticas em uma comunidade, instituição e dada cultura. Para os nossos estudos históricos da psicologia, as ferramentas são os testemunhos das culturas científicas e profissionais, cuja validade ou sua falta interpelam o presente e as tradições consolidadas. Portanto, sua análise permite a reconstrução das estruturas político-institucionais de seus atores, os interesses intelectuais de suas comunidades e as relações de poder configuradas (cf. Piñeda, 2014).

É nesse ponto que se encontra a possibilidade do impacto social da historiografia. O simples reconhecimento da historicidade de objetos psicológicos ou ferramentas culturais já constitui uma contribuição para a psicologia, porque essa análise crítica, que é implícita ou explicitamente política (Harris, 1999), contém um potencial de transformação.

Inspirada por postulados danzigerianos, Bayer (2005) enfatizou que o papel do historiador crítico da psicologia é compreender a dimensão política da história. Ou seja, seu papel é ajudar a produzir um *insight* sobre as relações de poder que produzem marginalização e, assim, promover a transformação social. Isto implica uma reflexão sobre quem e o que se transforma (O sujeito de nossa disciplina, a própria disciplina, sua relação com outras disciplinas ou instituições?), para trabalhar na cautelosa desestabilização dos limites disciplinares e das margens sociais. A partir dessa perspectiva, torna-se socialmente relevante conhecer uma história cultural que mostre que existem abordagens alternativas para ortodoxias dominantes. Torna-se crucial que, no currículo de formação de graduação de psicólogos, seja estudada a história cultural da psicologia, e que a mesma seja gerida por pessoas dedicadas à história, e não por aqueles cujo principal interesse reside em outra área. Situar a ciência em suas circunstâncias contribui para a compreensão das relações de poder e para desnaturalizá-las, facilitando a possibilidade de transformação. Por exemplo, lança luz sobre como as instituições podem exercer pressão e sua autoridade na disciplina, resistindo à mudança; ou como a psicologia trabalha na cultura contemporânea e quais as suas matrizes de produção. Logicamente, enquanto o historiador crítico leva sua contribuição transformadora, ao questionar a autoridade da comunidade científica, gera uma cisão profunda nela. Mas, por outro lado, corre-se o risco de se transformar a história em um elemento ornamental da disciplina, reproduzindo o discurso da autoridade. No melhor dos casos, se produziria uma história crítica para ser ouvida por um grupo composto inteiramente por historiadores. Portanto, neste trabalho, temos de procurar a convergência entre os interesses dos cientistas (profissionais e estudantes), psicólogos e historiadores (Bayer, 2005).

Se o trabalho do historiador da psicologia capta esses interesses, que ao mesmo tempo atendem aos de outros grupos da sociedade em geral, é possível atingir um impacto social respeitável. Além disso, contribui também para que a psicologia e a história da psicologia não ocupem lugares academicamente marginais, e sim ganhem representação nas discussões mais amplas da cultura.

Em suma, a história da psicologia, a partir de uma perspectiva sócio-cultural, visa a clarificar os processos que acompanharam, promoveram ou obstaculizaram o desenvolvimento da psicologia em determinados contextos. Ao situar seus objetos em circunstâncias específicas, é, ao mesmo tempo, uma história institucional e material. De fato, na compreensão histórica dos problemas, procura-se o estudo das atividades, artefatos e expressões de homens e grupos, que revelam ou ocultam relações que se formaram no campo disciplinar. Na reconstrução de narrativas e ideias, questiona-se inclusive o conceito de homem cunhado pelas ortodoxias dominantes, enfocando as forças sociais que se formaram (Brock, 2005).

Entre as forças sociais a considerar nos estudos culturais, cobram grandes interesses as relações internacionais entre os diferentes centros de produção de psicologia, nos quais se joga o problema da cultura autóctone *vs*. a globalização da cultura nas práticas disciplinares da psicologia. A internacionalização na institucionalização da psicologia e o policentrismo (Danziger, 2005) são complementares desde a história sócio-cultural.

Se a compreensão da psicologia como uma construção sócio-cultural destaca a pluralidade de perspectivas, põe em evidência visões alternativas para a dominante. Nesse caso, a historiografia crítica também descentraliza os olhares em relação às perspectivas ocidentais, revendo a controvérsia "centro-periferia". A partir daí, analisa-se qual foi a resposta dos psicólogos do terceiro mundo para as psicologias importadas, que relevância social tiveram essas importações no processo de *indigenização* da psicologia e quais foram as contradições entre essas formas autóctones ou tradicionais de compreender o homem e seu mundo. Uma história policêntrica crítica mostra a diversidade de vozes dos diferentes centros, não isoladamente, mas analisando a relação entre eles (Brock, 2014; Staeuble, 2005).

Como construímos uma história cultural crítica da psicologia?

Em nossa própria prática historiográfica estudamos a psicologia argentina. Na última década, temos nos interessado especialmente desde o período pos-

terior a sua profissionalização à história mais recente. Investigamos sistematicamente os processos de formação de psicólogos de diferentes universidades de nosso país (Calabresi, 2011; Klappenbach, 2009; Piñeda, 2004, 2007a), e as estruturas de poder dentro das graduações de Psicologia, e em relação a outras instituições estatais (Klappenbach, 2003, 2012; Piñeda, 2012; Piñeda e Jacó-Vilela, 2014), associações profissionais e científicas (Piñeda, 2007b, 2010), grupos estudantis (Calabresi e Polanco, 2008) e também a indústria editorial (Klappenbach, 2001). Indagamos sobre as práticas de ensino e definição de conteúdo (González, 2012; Piñeda, 2014b; Mariñelarena-Dondena, 2012; Vázquez Ferrero, 2009) as práticas de pesquisa (Piñeda, 2012) e de serviços à comunidade a partir da universidade (Piñeda, 2007b, 2010).

Pensamos que a sofisticação teórica corresponde ao uso correto de variedade de recursos metodológicos, técnicas para a coleta, processamento e interpretação e, especialmente, a construção de fontes que garantam a solidez das premissas firmemente estabelecidas, ou evidência empírica (Harris, 1999; Klappenbach, 2014). Assim, buscamos a reconstrução racional, plausível e provisória do mundo-cultura-passado – outros, com a compreensão de que a pretendida objetividade do historiador é também parte de um processo histórico e culturalmente situado (Mills, 2000). Ao longo da trajetória em busca das referidas fontes confiáveis, temos nos voltado cada vez mais para a análise de todos os objetos materiais que fazem parte do patrimônio institucional, demarcando uma particular cultura organizacional, uma idiossincrasia, objetivando discursos, e refletindo práticas e relações de poder.

Especialmente, temos trabalhado com programas de cursos dos vários currículos de graduação em Psicologia, os quais analisamos bibliometricamente, e também qualitativamente, em suas características e conteúdos. Interessamo-nos, além disso, pelas coleções editoriais e publicações periódicas, como objetos da indústria editorial e seu impacto sobre a definição do conteúdo curricular (Klappenbach, 2001). Mais recentemente, voltamo-nos para o estudo de aparelhos de laboratório de psicologia e instrumentos de avaliação psicológica (testes mentais) de fabricação estrangeira e sua introdução no mercado nacional e nas comunidades de psicólogos mediante a indústria editorial (Piñeda, 2014).

Nesse sentido, pensamos a categoria *indústria cultural* como utilidade conceitual e metodológica, com alguns reparos e distinções que analisaremos (Mato, 2007).

A palavra "indústria" refere-se ao caráter relativamente estruturado e padronizado de produtos, serviços, práticas e procedimentos de trabalho, entrelaçados de interrelações de trabalho e fluxos econômicos entre os atores locais, regionais e internacionais. Em seu sentido original, refere-se a todos os ramos de manufatura, mas, hoje, ele tem se expandido para todas as atividades econômicas, incluindo os serviços culturais, tais como os de cooperação internacional para o desenvolvimento. Entende-se que a indústria produz e circula significados, dispositivos de sentido, políticas e processos tecno-sociais de produção. Portanto, Mato (2007) analisa que destacar o atributo cultural de algumas indústrias e consumo (p.ex., publicações impressas e eletrônicas, rádio, cinema, vídeo, fotografia, música, espetáculos, televisão, internet, publicidade, entretenimento, turismo) prejudica o estudo de outras indústrias e consumo (p.ex., roupas, alimentos, brinquedos, automóveis, cooperação internacional), que raramente são incluídos nos estudos a partir de perspectivas culturais. Argumenta, ainda, que todas as indústrias e consumo são culturais porque eles são funcionais a uma necessidade e resultam sócio-simbolicamente significativos. Ou seja, são adquiridos e utilizados pelos consumidores não só para satisfazer uma necessidade, mas também para produzir sentido de acordo com seus valores, representações e interpretações do mundo. Em todo caso, Mato propõe estudar os ramos específicos da indústria e analisar as suas articulações com outras indústrias. Metodologicamente, trata-se de estudar os produtos do ponto de vista da embalagem, publicidade e marketing associados. Mas, acima de tudo, interessam os usos que diferentes tipos de usuários fazem desses produtos e seus vínculos com outros tipos de usos e indústrias. Vincula-se o estudo de indústrias específicas ao estudo de outras dimensões da experiência social em contextos específicos. Assim, tendo em conta os seus circuitos e modalidades de comunicação e agentes específicos. Por exemplo, no estudo cultural da indústria farmacêutica, será ampliada a sua relação com outros setores da saúde e sua relação com os médicos, escolas de medicina, laboratórios farmacêuticos, fundações e agências de financiamento à pesquisa, publicações científicas e divulgação etc. Formulam-se questões de investigação que podem ser respondidas em termos de modos de produção (Mato, 2007).

Assim, acreditamos que o estudo cultural das indústrias enriquece a história cultural da psicologia. Esse conceito reflete a mesma dialética das relações de poder que descrevemos entre sujeitos-comunidades, práticas e objetos discursivos ou os sujeitos e experiências sociais mediadas por ferramentas. Ao mesmo tempo, abre novas perspectivas metodológicas. Ao aludirem direta-

mente a produtos concretos padronizados em seus formatos, processos de produção e distribuição, acrescentam a vantagem metodológica de orientar sobre os indicadores desses processos de produção, significados culturais e relações de poder que eles entranham. Além disso, esse aporte interdisciplinar amplia o espectro de interlocutores e o público interessado, fornecendo outros canais de incidência a nossos estudos históricos da psicologia.

Referências

Bayer, B. “On cultural history as transformation: or, What’s the matter with psychology anyway?”. In A. Brock, A. et al. (eds.). *Rediscovering the history of psychology: essays inspired by the work of Kurt Danziger*. New York: Kluwer Academic Publishers, 2005, pp. 119-40.

______. “Introduction”. In ______ el al. (eds.). *Rediscovering the history of psychology: essays inspired by the work of Kurt Danziger*. New York: Kluwer Academic Publishers, 2005, pp. 1-18.

______. “What is a polycentric history of psychology?”. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 14, n. 2, pp. 646-59, 2014.

Calabresi, C. “La primera carrera de psicología en Mendoza”. *Psiencia: Revista Latinoamericana de Ciencia Psicológica*, v. 3, n. 2, pp. 74-81, 2011.

Cazaux, D. “La comunicación pública de la ciencia y la tecnología en la ‘sociedad del conocimiento’”. *Razón y Palabra*, v. 13, n. 65, 2008. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199520724004#.

Dagfal, A. *Entre París y Buenos Aires: la invención del psicólogo (1942-1966)*. Buenos Aires: Paidós, 2009.

______. *Psychanalyse et psychologie: Paris, Londres, Buenos Aires*. Paris: Campagne Première, 2011.

______. “Breve historia de la Psicología en la ciudad de La Plata (1906-1966)”. *Universitas Psychologica*, v. 13, n. 5, pp. 15-31, 2014a.

______. “La identidad professional como problema: el caso del ‘psicólogo-psicoanalista’ en la Argentina: 1959-1966”. *Psicologia em Pesquisa*, v. 8, n. 1, pp. 97-114, 2014b.

Danziger, K. “Concluding comments”. In Brock, A. et al. (eds.). *Rediscovering the history of psychology: essays inspired by the work of Kurt Danziger*. New York: Kluwer Academic Publishers, 2005, pp. 207-32.

______. “The historiography of psichological objects”. *Talks on psychology and history*. 2010. Disponível em: http://www.kurtdanziger.com/Paper%207.pdf.

Daston, L. *Biographies of scientific objects*. Chicago: Lorraine Daston, 2000.

Daza, S. “Comunicación pública de la ciencia y la tecnología en Colombia: ¿políticas para la democratización del conocimiento?”. *Signo y Pensamiento*, v. 16, n. 50, pp. 100-25, 2007.

Falcone, R. “Psicología en Argentina: impronta europea y carácter nacional”. *Revista Interamericana de Psicología*, v. 46, n. 1, pp. 87-98, 2012.

Fabris, F. *Pichón Rivière, un viajero de mil mundos*. Buenos Aires: Cúspide, 2007.

Ferrari, F. J. “Georg Nicolai en Córdoba, Argentina (1922-1927): aportes para un estudio de recepción de las ideas de Pavlov en Sudamérica”. *Universitas Psychologica*, v. 13, n. 5, pp. 15-28, 2014.

Ferrero, L. e Altamirano, P. “Antecedentes de la psicología en Córdoba: demandas de los sectores industrial y educacional que propiciaron la formación de la carrera”. *Revista Tesis*, n. 2, pp. 3-20, 2011.

García, L. “Henri Wallon en castellano: jalones argentinos de un itinerario transnacional (1935-1976)”. *Universitas Psychologica*, v. 13, n. 5, pp. 15-25, 2014.

______ et al. *Psicología, niño y familia en la Argentina: 1900-1970: perspectivas históricas y cruces disciplinares*. Buenos Aires: Biblios, 2014.

González, E. “La enseñanza de la psicoterapia de la Tercera Fuerza en la UNLP”. *Revista de Psicología (Segunda época)*, n. 12, pp. 55-69, 2012.

Klappenbach, H. “Dos editoriales en los comienzos de la profesionalización de la psicología en Argentina”. *Memorandum*, n. 1, pp. 61-71, 2001.

______. “La globalización y la enseñanza de la psicología en la Argentina”. *Psicologia em Estudo*, v. 8, n. 2, 3-18, 2003.

______. “History of professional guidance in Argentina”. *Orientación y Sociedad*, n. 5, 2005. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/pdf/orisoc/v5/en_v5a03.pdf

______. “Recepción de la psicología alemana y francesa en la temprana psicología argentina”. *Mnemosine*, v. 2, n. 1, pp. 75-86, 2006.

______. “Informes sobre la formación universitaria en psicología en Argentina.1961-1975”. *Revista Interamericana de Psicología*, v. 46, n. 1, pp. 181-92, 2012.

______. “French ideas in the beginnings of psychology in Argentina”. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 13, n. 3, pp. 1.204-19, 2013.

______. “Acerca de la metodología de investigación en la historia de la psicología”. *Psykhe*, v. 25, n. 1, pp. 1-12, 2014.

Macchioli, F. “La inclusión de los padres en el cuadro de la situación analítica. Familia, disciplinas psi y valores en la Argentina de los cincuenta”. *Universitas Psychologica*, v. 13, n. 5, pp. 15-25, 2014.

Mariñelarena-Dondena, L. “La formación en psicología positiva en la Universidad de Palermo”. *Revista Argentina de Ciencias del Comportamiento*, v. 4, n. 1, pp. 21-30, 2012.

Massimi, M. "Historiography of psychology: old and new paths". *Cuadernos Argentinos de Historia de la Psicología*, v. 2, n. 1/2, pp. 95-107, 1996.

Mato, D. "Todas las industrias son culturales: crítica de la idea de 'industrias culturales' y nuevas posibilidades de investigación". *Comunicación y Sociedad (Nueva época)*, n. 8, pp. 131-53, 2007.

Ostrovsky, A. E. (2014). "La historia de la psicología en clave crítica. Juicios y prejuicios en el análisis de la psicología de la 'mujer universitaria' en Argentina a comienzos del siglo XX". *Cuadernos de Psicología*, v. 16, n. 1, pp. 201-12, 2014.

Piñeda, M. A. "Plácido Alberto Horas, los cursos de Psicología I y II y los inicios de la carrera de psicología en San Luis". *Revista de Psicología*, v. 3, n. 5, pp. 89-97, 2007a.

______. "Recepción e impacto del psicoanálisis en San Luis en los inicios de la profesionalización de la psicología". *Revista Universitaria de Psicoanálisis*, n. 7, pp. 247-62, 2007b.

______. "Inicios de la psicología como ciencia del comportamiento en San Luis (Argentina)". *Revista Argentina de Ciencia del Comportamiento*, v. 2, n. 1, pp. 24-33, 2010.

______. "Psychology publications by professors at Argentine Psychology programs: 1958-1982". *Interamerican Journal of Psychology*, v. 46, n. 1, pp. 111-22, 2012.

______. "Psicología experimental francesa y cultura científica en los inicios de la carrera de psicología de la Universidad Nacional de Cuyo (San Luis), Argentina". *Psicologia em Pesquisa*, v. 8, n. 1, pp. 66-76, 2014a.

______. "Modelos de psicologia e perfis de psicólogos na UBA e na UNLP. Incidência de publicações e editoras em cursos introdutórios a psicologia: 1957-1982". In Jacó-Vilela, Ana Maria e Portugal, Francisco Teixeira (org.). *Clio-Psyché: instituções, história, psicología*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2014b.

______ e Jacó-Vilela, A. M. "Ciencia psicológica y profesionalización en Argentina y Brasil: 1930-1980". *Universitas Psychologica*, v. 13, n. 5, pp. 15-32, 2014.

Polanco, F. e Lopes Miranda, R. "Recepción del conductismo en Argentina y Brasil. Un estudio comparativo, 1960-1970". *Universitas Psychologica*, v. 13, n. 5, 2014.

Rossi, L. "Construcción de la identidad en Argentina". *Revista Interamericana de Psicología*, v. 46, n. 1, pp. 143-6, 2012.

Scherman, P. "Inicios de la psicología en Córdoba: entre una ciencia del alma y un proyecto profesional". *Universitas Psychologica*, v. 13, n. 5, pp. 15-23, 2014.

Staeuble, I. "De-centering western perspectives: psychology and the disciplinary order in the first and third world". In Brock, A. et al. (eds.). *Rediscovering the history of psychology: essays inspired by the work of Kurt Danziger*. New York: Kluwer Academic Publishers, 2005, pp. 183-206.

Vázquez-Ferrero, S. "Cursos iniciales de la carrera de psicología de la UNSL. Un análisis bibliométrico". *Revista Psiencia*, v. 1, n. 2, pp. 48-52, 2009.

PARTE V

Encontros e desencontros entre a psicologia e outros saberes ao longo da história

Capítulo 14
Encontros e desencontros entre a psicologia e outros saberes ao longo da história

Lucia Rossi

Lijtmaer apresenta um caso ressonante: uma comunidade religiosa de origem belga que se radica no México da década de 1960. Como uma proposta inédita, ele mostra seu caráter original vanguardista, diferente, fora de todo cânone, admirada e suspeitada. É a Teologia da Libertação, com projeto fora de todos os estandartes previstos, alcançando grande ressonância, repercussão e visibilidade. Trata-se de uma experiência exótica situada no México em um momento de grande abertura, e, portanto, dificilmente enquadrável. Esta situa-se fora do habitualmente aceito e reconhecido tanto das ordens religiosas mexicanas como das outras ordens permitidas pela Igreja em geral. Assim, situada à margem do permitido pela Igreja, solicitou a Roma seu reconhecimento como tal, desafiando na forma, nas maneiras, em suas procedências. Desafiou a Igreja, mas envolveu a comunidade toda.

Procederemos, então, por partes.

No nível grupal, da comunidade, surpreendeu com um feito. Seu líder, sacerdote belga, impressionou o grupo que o seguia com suas alucinações, determinando tanto a maneira de conceber sua religiosidade como o comportamento peculiar desta comunidade. Tal situação dificilmente enquadrável, por momentos, tornou-se suspeita por bordear o estado psicopatológico em sua dimensão tanto individual quanto grupal e institucional. Em determinado momento solicitaram a intervenção de um grupo de psicanalistas com formação grupal kleiniana. É esse riquíssimo material gravado das sessões o que apresenta Lijtmaer. A experiência transcorreu em um momento de descontinuidade.

No nível religioso, a proposta disruptiva e revolucionária da irmandade belga e de seu líder consistiu em uma leitura direta da Bíblia. O responsável pelo culto fala dirigindo-se de frente para a congregação, dando as costas ao altar e a uma série de detalhes que recordam o funcionamento dos cultos protestan-

tes, entre outros detalhes que provocarão a investigação eclesiástica rigorosa em que a Igreja, finalmente, baseando-se em motivos religiosos (exclusivamente?), considerou vulneráveis seus princípios fundamentais e em fronteira com a dimensão herética.

Como vemos, segundo a perspectiva em que se aborde, isso gera consultas a psicanalistas grupais, além de inquietudes nas autoridades religiosas. Mas se constata também que essas inquietudes a respeito do nível religioso se apoiam na consulta aos psicanalistas pelo funcionamento grupal. Estas constituem duas dimensões nitidamente demarcadas.

É interessante o desenlace: a comunidade segue funcionando com suas mesmas características, prescindindo de consulta com os psicanalistas grupais e com o líder intacto quanto às suas alucinações que impactam o comportamento do grupo e fora da Igreja, que finalmente não os aprova como ordem religiosa. A comunidade segue funcionando fiel a seus achados religiosos não convencionais, laicos e com hábitos de convivências frouxos e abertos entre seus integrantes.

Um dos assistentes a apresentação de Lijtmaer, o professor Rubén Ardilla, comenta ao final que, quando era jovem e estudava psicologia experimental em uma universidade americana nos anos 1960, chegou ao conhecimento de todos essa experiência exótica tão famosa, e um grupo de estudantes decidiu viajar ao México para visitar a comunidade, ávidos para conhecer diretamente essa experiência controversa desafiante, e tirar suas próprias conclusões. Vimos então que era tão admirada e famosa – ao ponto de transcender fronteiras – como se suspeitava: os paradigmas de liberação incluíam a dimensão religiosa e política na Teologia da Libertação. Além disso, essas novas propostas e novos desenhos incluíam a permissividade e a liberação sexual próprias dos anos 1960; e, com isso, a suspeita da permissão da homossexualidade estava presente. Os visitantes buscavam ver com seus próprios olhos, esquadrinhar essas novas propostas e tirar suas próprias conclusões a respeito do funcionamento comunitário religioso.

Essa irmandade, que seguiu funcionando igualmente, ainda que sem legitimação da Igreja, terminando como uma irmandade laica, gozou de bastante aceitação e admiração por parte da comunidade circundante – mesmo tendo gerado efeitos inquietantes, como hoje em dia. Na época, todo o mundo estava muito pendente do comportamento tão inusitado desse grupo, de seus achados e de seu modo de encarar seus problemas.

Essa foi uma excelente maneira de apresentar os materiais do professor Lijtmaer em um esforço que inclui o respeito às fontes, como resgatar o genuíno do comportamento peculiar dessa pequena comunidade, sem tornar opaco, resgatando a originalidade de suas propostas de uma leitura psicanalítica estrita.

II

A professora Boarini planeja incluir a evolução e as mudanças nos novos paradigmas de saúde mental do pensamento contemporâneo como proposta chave na formação do psicólogo. Busca simultaneamente articular e relacionar a um psiquismo em evolução com a mobilidade e a mudança de paradigmas. Esse duplo movimento – mudança de paradigmas e mudança na concepção do estado psíquico como eixo na formação do psicólogo – aponta para a dinamização das categorias taxonômicas que tendem a instalar-se, fixando seus enfoques e suas consequências e criando categorias com aspectos estigmatizantes.

Para esclarecer essa consideração, a professora Boarini constrasta os usos atribuídos à psicologia na década de 1920. Educadores e higienistas coincidiam no Brasil em uma visão naturalista e classificatória da conduta. Quando os professores avaliavam seus alunos de educação primária, enfatizavam suas características individuais – as provas psicométricas estão dispostas assim – organizando comportamentos e desempenhos infantis em grupos de categorias hierárquicas que constituem mapas sociais fixos, inertes, condenatórios e com efeitos estigmatizantes. Digo no Brasil porque, na Argentina, na época à qual se refere a professora Boarini, vivia-se o período conservador de 1900 a 1920, que, um pouco antes, era um período de democracia de participação restrita, taxonomizando a situação da criança. Os antecedentes estavam descritos em folhas de cor amarela, verde ou vermelha, para fins de adoção, segundo o desempenho e as origens da criança: precaução – educabilidade restrita; adotável; periculosidade, pouco recomendável para adoção. Essas classificações definiam e naturalizavam uma situação, fixando-a e definindo um destino para a criança. Na década de 1920, na Argentina, começou um período de democracia ampliada que inaugurou fichas psicológicas no âmbito educativo forense, em que se incluíam diagnósticos e prognósticos, sobretudo, um tratamento possível, datas de alta e derivação institucional pertinente. Ou seja, moviam-se as categorias institucionais e aparecia o vocabulário para indicar o diagnóstico,

o prognóstico e o tratamento, surgindo variáveis temporais, sobretudo, "altas" e remissões, circulação por instituições.

Por que todo este jogo atento a resgatar a mobilidade? Porque, hoje, a integração de múltiplas perspectivas é chave quanto ao que incluem e destacam em relação à subjetividade e aos coletivos sociais. A inclusão social de todos os atores confere à interação social um lugar primordial: o sujeito é colaborador corresponsável da construção discursiva. O diálogo participativo abre para uma psicologia uma dinâmica de construção social.

Assim, o sujeito é redescoberto numa dimensão complexa, redefinido numa nova dimensão que alcança a intersetorialidade. Essa tendência contemporânea tão significativa tende a integrar inclusão social, enfoque de direitos, interdisciplina e intersetorialidade.

A mobilidade conceitual paradigmática envolve uma nova ideia de subjetividade em contexto social: complexa, construtora de discursividade social, diálogo, definida pela interação. Aberta a múltiplas dimensões participantes, construtores corresponsáveis com função dinâmica em um contexto social móvel.

A professora Boarini insiste nas novas tendências paradigmáticas que repensam a subjetividade em complexidade como construtora participante da discursividade social. E o social aparece como em construção permanente. Ela insiste que essas tendências tomem parte significativa na formação de psicologia.

Capítulo 15
O lugar da psicologia na prática intersetorial

Maria Lúcia Boarini

Discutir os *Encontros e desencontros entre a psicologia e outros saberes ao longo da história,* tema desta mesa redonda, nos estimula a pensar em intersetorialidade, conceito em voga na atualidade. É nessa direção que encaminharemos nossas reflexões. Na perspectiva da intersetorialidade, entende-se que a intervenção coordenada de diferentes instituições sociais, tais como a educação, assistência social, justiça, cultura, lazer, etc., conjugará diferentes saberes que resultarão em atenção e cuidado além dos muros institucionais e da dependência de uma única especialidade. Ao evitar a fragmentação do conhecimento e a consequente articulação entre sujeitos de setores diversos, a orientação é a integralidade do cuidado e efeitos mais significativos para a população em geral. É dessa forma que o termo intersetorialidade comparece nos mais variados eventos que tratam de políticas públicas em trabalhos acadêmicos, em cursos de capacitação, e aqui destacamos, em especial, os cursos que tratam da saúde e da educação.

Todavia, há que se considerar que o uso do termo intersetorialidade não é apenas questão de inovação na linguagem, mas também se constitui em determinação legal, e o campo da saúde, bem como da educação, são exemplos disso. Para limitar nossas ilustrações, vamos referir, apenas, a Lei n.º 8.080/1990, que instituiu o Sistema Único de Saúde e "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", e, em seu **Art. 12**, determina:

> Serão criadas comissões intersetoriais de âmbito nacional, subordinadas ao Conselho Nacional de Saúde, integradas pelos Ministérios e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil.

> **Parágrafo único**. As comissões intersetoriais terão a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (grifo nosso).

Também o Decreto n.º 6.286/2007, que instituiu o Programa Saúde na Escola, em seu **Art. 2,** tem como um dos seus objetivos "promover a saúde e a cultura da paz, reforçando a prevenção de agravos à saúde, bem como fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e de educação" (grifo nosso). Em outras palavras, é possível constatar que a palavra de ordem é a atuação na perspectiva da intersetorialidade e, como corolário, temos a necessidade do trabalho em rede exercido por profissionais de diferentes especialidades. E, mais recentemente, o Decreto n.º 7.508/2011, que regulamenta a Lei n.º 8.080/1990, determina, no Art. 5º, que as regiões de saúde entendidas como "espaço geográfico contínuo constituído por agrupamento de municípios limítrofes" devem conter, entre outras ações e serviços, a atenção psicossocial.

Como assinalamos anteriormente, a intersetorialidade vem ocupando um importante espaço nas discussões e proposições realizadas em eventos de abrangência nacional em solo brasileiro, haja vista que foi tema principal da *IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial* realizada em Brasília, em 2010. Nesse evento, a justificativa para "a convocação da intersetorialidade foi a crescente complexidade, multidimensionalidade e pluralidade das necessidades [...] o que exigiu a construção de estratégias inovadoras e intersetoriais de cuidado". Chama a nossa atenção o fato de essa ter sido a primeira vez que uma Conferência de Saúde Mental trouxe uma abordagem intersetorial, com a presença de parceiros da Secretaria Especial de Direitos Humanos, do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, do Ministério da Cultura, do Ministério do Trabalho e Emprego, da Educação, da Justiça, entre outros (Brasil, 2010).

Diante do exposto, deste ponto em diante, deteremo-nos em algumas ponderações. Iniciamos por questionar a quantificação ou "a crescente" complexidade das necessidades sociais. Não há dúvida de que os tempos são outros e as necessidades também. De fato, se fizermos um recorte no campo histórico-social, vamos constatar que o crescimento das cidades e o êxodo rural deram um novo tom às relações sociais, produzindo outros e novos paradigmas. A urbanização multiplica ou desdobra-se em novas necessidades. Porém, tal fato não pode ser quantificado como portador de maior ou menor complexidade. Em

outras palavras, toda sociedade vive as facilidades e dificuldades do seu tempo, o que significa que a complexidade é própria do viver, em especial, do viver em sociedade. Se assim não é, como explicar as tragédias e comédias gregas que relatam “os embates mais relevantes travados na Antiguidade Clássica” (Klein, 2006, p. 9)? Como explicar o lugar de honra que essas produções gregas do século VIII a.C., ou mesmo antes desse período, ocuparam na literatura internacional e inspiraram importantes pensadores da sociedade ocidental a se empenharem em desvendar “os mistérios” das relações humanas. A despeito da falta de certezas, inexoravelmente, a sociedade humana vive a alegria e a dor de sua época e a percebe como uma “crescente complexidade” ou a mais complicada, tal como entendemos em nossos dias. Esta é uma comprovação histórica.

Em nossa leitura, reconhecemos a trama complexa de diferentes ordens na qual a sociedade contemporânea está emaranhada. Reconhecemos, também, que o vigor alcançado pelas especialidades e a pseudo-autossuficiência de alguns serviços e de seus profissionais, que observamos na atualidade, em geral, perdem de vista essa complexidade. É exatamente tal mudança de olhar que a intersetorialidade busca superar ao promover a horizontalização das relações intra e interinstitucionais, permitindo que os diferentes saberes e fazeres se ocupem das diferentes demandas e ofereçam suas contribuições na busca de respostas.

Outro ponto a considerar é que, embora tudo pareça ser criado em um toque de mágica, instantaneamente, sobretudo em tempos da virtualidade, não podemos perder de vista que tudo e todos somos frutos de um longo e silencioso processo de construção. Desde que o homem foi se organizando socialmente, a interdependência é a marca da sua trajetória social e dos saberes produzidos subsequentemente. Porém, essa relação, em geral, não é levada em conta. O homem é explicado, é entendido como se vivesse em uma redoma de vidro, vê e é visto por todos, mas nada lhe toca, a não ser os profissionais de vários campos de saber que assumem a responsabilidade de uma determinada parte de seu corpo e de sua psique. Tomando como exemplo o setor da saúde, em nossos dias, existem as equipes multiprofissionais, porém cada especialidade cumpre a sua função esquartejando as queixas que lhe são apresentadas. Na sintonia da velha tradição cartesiana, fundamentada na dualidade entre a matéria orgânica (matéria viva) e a matéria inorgânica (matéria inanimada), separa-se o corpo da “alma”.

Seguindo o exemplo, o psicólogo limita-se a cuidar do que é considerado psicológico, e os demais profissionais cuidam do corpo, como se fossem duas entidades que correm em paralelo. Tal qual o modelo industrial taylorista[1], cada profissional segue cumprindo sua função, sua tarefa, em atividades repetitivas e descoladas do universo relacional da pessoa atendida. Perde-se de vista que "[...] não pode haver operação no homem que não tenha por agente a alma e o corpo intimamente unidos", como apregoava o médico Francisco de Melo Franco (1757-1823), nos longínquos idos de 1754 (Franco, 2008). Alheio a essa questão, o psicólogo, bem como os demais profissionais, pode perder (ou de fato perde) o lugar social ocupado por essa pessoa e as implicações de outros saberes daí decorrentes. É a instauração do reino da especialidade e dos especialismos que limita a complexa tarefa de análise do todo em prol do aprofundamento de um determinado saber. E, nesses termos, a avaliação do profissional, via de regra, também segue esquartejada, não obstante, no final das contas, o veredito é o mesmo: o indivíduo é o único responsável por sua dor, seu mal-estar, sua impossibilidade e, claro, para tudo isso, já temos medicamentos, basta seguir rigorosamente as instruções de uso. O fenômeno da farmacologização da vida é uma vereda relevante do assunto em pauta, mas por ora não vamos prosseguir.

Neste momento, seguiremos tocando no ponto nevrálgico da formação do psicólogo, quiçá de tantos outros profissionais que militam no campo da saúde e da educação. Em sua formação profissional, o psicólogo vai concebendo o desenvolvimento e a formação do psiquismo (nos seus aspectos cognitivos, afetivo-emocionais, psicomotores...) como algo natural, com tempos e padrões mais ou menos fixos, vulneráveis apenas aos estímulos ou desestímulos do ambiente social próximo, sem levar em conta as possibilidades e limites da sociedade na qual a pessoa está inserida. Essa questão nos faz lembrar Campos (1991, p. 33) que, em suas reflexões sobre Saúde Pública, afirma a necessidade de se pensar em "uma nova consciência sanitária, capaz de identificar as 'necessidades' do processo histórico contemporâneo". Tal linha de pensamento pode ser aplicada a questão do desenvolvimento do psiquismo. Descolar a construção do psiquismo das várias determinações do seu processo de constituição, do seu tempo histórico-social, é tornar essa pessoa mera receptora do

---

1. Frederick Winslow Taylor (1856-1915), engenheiro mecânico, desenvolveu um conjunto de métodos conhecido como "taylorismo", cujo objetivo é o aumento da produtividade e, para tanto, há necessidade do controle sobre o trabalhador e dos seus "tempos de movimento".

seu desenvolvimento. Nessa linha de raciocínio, não é de se estranhar que o psicólogo se entenda como autoridade para avaliar e medir as diferentes facetas do desenvolvimento humano e adote ferramentas que mensuram e classificam as pessoas que fogem ao padrão estabelecido como regra de normalidade. E a queixa escolar é um exemplo emblemático da situação que estamos apontando. Via de regra, o aluno é "tratado psicologicamente" sem considerar o intrincado *script* da produção do fracasso escolar tão claramente desvelada na literatura especializada, há décadas.

É bom lembrar, contudo, que essa maneira de ser e agir não é uma invenção de nossos dias. Grosso modo, localizamos o embrião dessa forma de ser e agir ao longo da história da humanidade, lá pelos idos do século XVIII, no estertor da sociedade feudal, abrindo caminho para a consolidação da organização social sob a égide do capitalismo, quando a ciência vai ocupando o lugar da religião. Observar, esquadrinhar e experimentar, mantendo rigorosamente a neutralidade, passaram a ser as palavras de ordem. Interpretar as relações humanas a partir de pressupostos organobiológicos passa a ser o determinante na produção de novos saberes ou na redefinição dos já existentes, como é o caso da psicologia, por exemplo. É sob tal perspectiva que a psicologia, em meio a outros saberes, entra em solo brasileiro pela porta da educação escolar primária (atualmente, ensino fundamental) e pelas mãos dos médicos higienistas nas primeiras décadas do século XX. Algumas professoras eram preparadas para mensurar e classificar os alunos que apresentavam mau desempenho ou mau comportamento escolar, tendo como ferramenta principal a avaliação psicométrica. Com essa capacitação, a professora recebia a denominação de psicologista que, décadas mais tarde, deu origem à profissão do psicólogo. Assim, os caracteres individuais vão fincando suas estacas no modo de pensar e fazer da psicologia, afinado com o que ocorria na sociedade moderna. O tempo passou e, como diz a sabedoria popular, "muita água rolou embaixo da ponte". Porém, o verbo compartilhar ainda é pouco usado em nossos dias e os saberes, raramente se encontram e muito timidamente dialogam com a sociedade. Esse cenário talvez explique por que precisamos de legislação e eventos de abrangência nacional para apontar a necessidade de atuação na perspectiva da intersetorialidade. Tal situação nos faz retornar aos idos do século IV a.C. e lembrar o velho e sábio filósofo grego Aristóteles, ao afirmar que "[...] aquele que não pode viver em sociedade, ou que <u>nada precisa por bastar-se a si próprio,</u>

não faz parte do Estado; é um bruto ou é um deus" (Aristóteles, s.d. p. 21, grifo nosso).

Enfim, vivendo em uma sociedade de "brutos" ou de "deuses", o fato é que a interdependência social vai se constituindo, não obstante a ignorância dos fatos. Como afirma Campos (1991, p. 31), para que "[...] a Saúde Pública atue de maneira eficaz, deve dialogar com o meio ambiente, fábricas, urbanização, produção de drogas químicas e alimentos; enfim, sobre uma série de aspectos nevrálgicos à organização da vida moderna [...]". E o referido diálogo parece ser a dificuldade da psicologia e do psicólogo enquanto estes seguirem buscando um lugar exclusivo para o homem multifacetado; enquanto não olhar este homem como construtor e receptor dos avanços e mazelas da sociedade em que vive, como tradutor de seu tempo histórico-social. Assim pensando, atuar na perspectiva da intersetorialidade não depende de orientações legais; não depende apenas de uma rede de estruturas físicas, embora esse seja um tópico facilitador, mas depende principalmente do diálogo e da corresponsabilidade de todos os dias e de todos que compõem os serviços e as instituições, sejam eles profissionais ou usuários.

Enfim, retomando o mote que deu título a nossa apresentação, respondemos que o lugar da psicologia na perspectiva da intersetorialidade é o lugar de TODOS NÓS.

Referências

Aristóteles. *A política*. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint S.A., s.d.

Brasil. Sistema Único de Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Relatório Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial.* Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/relfinal_IV.pdf. Acesso em 22 abr. 2015.

______. *Decreto n.º 6.286, de 5 de dezembro de 2007*. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 22 abr. 2015

______. *Decreto n.º 7.508, de 28 de junho de 2011*. Regulamenta a Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providên-

cias. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm. Acesso em: 22 abr. 2015.

______. *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 22 abr. 2015.

Campos, G. W. de S. *A saúde pública e a defesa da vida*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

Franco, F. de Melo. *Medicina teológica*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

Klein, L. "Apresentação". In Nagel, L. H. *Dançando com os textos gregos: a intimidade da literatura com a educação*. Maringá: Eduem, 2006.

Capítulo 16
A experiência psicanalítica no mosteiro beneditino de Ahuacatitlán Cuernavaca-Morelos, no México (1961-1967)[1]

Juan Alberto Litmanovich

Introdução

Há alguns anos comecei a pesquisar uma experiência inédita, que passou do escândalo ao silêncio, ocorrida em um mosteiro beneditino do antigo povoado de Santa Maria de Ahuacatitlán, Cuernavaca-Morelos (México). Em 1950, o Prior de origem belga, Gregorio Lemercier, fundou seu terceiro mosteiro no México, chamado "Senhora da Ressurreição". Impunha-se a regra do silêncio de São Benedito e foi citado como exemplo por Thomas Merton (autoridade superior monástica da Ordem dos Trapistas, nos Estados Unidos). Desde 1958, o Prior começou a "chamar" psicanalistas por problemas que ele viu na vida afetiva e na vocação religiosa dos monges e, logo, em si mesmo. Entre 1961 e 1967, consolidava a experiência convocando dois psicanalistas, os médicos Gustavo Quevedo (México) e Frida Zmud (Argentina), ambos membros da Associação Psicanalítica Mexicana (APM) e da Associação Psicanalítica Argentina (APA), e pertencentes à Associação Psicanalítica Argentina (IPA), não católicos, para analisar seus monges (posteriormente, incorporou-se o Dr. José Luis González Chegoyán). O Vaticano acompanhou a experiência e interveio: o Prior compareceu diante do Santo Ofício, que, mais tarde, proibiu-o de toda relação com a psicanálise. Lemercier e a maioria dos monges abandonaram seus hábitos para fundar, em 1966, uma nova comunidade ecumênica secular chamada "Emaús". A imprensa nacional e internacional fez eco do

---

1 Traduzido do espanhol por Dayse de Marie Oliveira.
A pesquisa apresentada faz parte do doutorado em História do Departamento de História, Universidade Iberoamericana-México, que realizei entre 1998 e 2008.

conflito em meio ao Concílio Vaticano II (1962-65). Um evento único e singular foi escrito na história da psicanálise e da Igreja Católica.

Meu interesse principal centrou-se no espaço clínico gerado naqueles anos, mais precisamente, em como e em que universo se deram a leitura e a intervenção de Gustavo Quevedo sobre os monges, seu estilo e sua formação. Minhas fontes principais para esta pesquisa foram: os arquivos escritos por Frida Zmud da oralidade de Quevedo, no momento das sessões dos grupos focais, e as entrevistas realizadas com protagonistas daquela experiência. Reuni os textos publicados por eles e outros pesquisadores que abordaram o tema, assim como as notas de imprensa, que floresceram a partir de 1965. Nas olimpíadas culturais do México, em 1968, dez dias depois do massacre de Tlatelolco "em meio a um país exaltado", foi apresentada a obra de teatro *Pueblo rechazado*[2], do jornalista e escritor Vicente Leñero.

A cidade de Cuernavaca foi cenário internacional, não somente por esse acontecimento inédito. Lá viveram, além de Lemercier, Erich Fromm e Ivan Illich. O bispo de Cuernavaca era, na época, Dom Sergio Mendez Arceo.

Este texto somente intenta descrever os pontos chave de uma pesquisa muito mais ampla. Eu me detenho no período anterior à chegada da psicanálise e das grandes inovações que o precedem, a crise e a entrada dos analistas e a intervenção do Vaticano, assim como o do julgamento do Prior e a criação de Emaús.[3]

O leitor não encontrará aqui quaisquer conclusões ou discussões teóricas. Mais do que encerramentos, tenho a intenção de trazer, na medida do possível, as coordenadas dessa história.

Lemercier e sua alucinação (1960)

Nosso ponto de partida é a experiência que Lemercier viveu no 4 de outubro de 1960 em sua cela no mosteiro. Sabemos delas por duas versões dadas

---

2 A obra de teatro está dividida em dois atos. O primeiro se centra na figura (não há nomes próprios, mas lugares) do Prior: seus pensamentos, suas emoções encontradas; a "atração mística", a entrada do analista e o *monitum* de 1961; o segundo ato trata da defesa da psicanálise no Concílio e o juízo de Roma (o Bispo ocupará um lugar fundamental).

3 Outras duas grandes partes da pesquisa — que ficam fora desta entrega — são, em primeiro lugar, o trabalho realizado com os arquivos *Frida Zmud* (sessões de grupo dos Solemnes, por um lado e Trienales y Novicios juntos pelo outro. Sessões transcritas por Frida Zmud da oralidade dos monges e de Quevedo, desde 1961 até 1964) que redefiniram meu centro para o "universo" — o homem, o estilo e a técnica — de Gustavo Quevedo; y, em segundo lugar, o desenvolvimento do Kleinismo nos anos 50 e 60 em Buenos Aires e México e a apropriação do mesmo por Quevedo y Zmud.

por Lemercier tanto no seu livro *Dialogues avec le Christ: moines en psychanalyse* (Paris, setembro de 1966) como na revista *Life* em espanhol (23 de outubro 1967). A primeira versão foi escrita por ele. A segunda foi o resultado de uma entrevista com o correspondente das revistas *Time* e *Life*, Bernard Diederich. Em sua cela, Lemercier vê uma infinidade de raios de todas as cores. Uma série de rostos humanos lhe aparece, detendo-se em um rosto belo, de grande bondade. Lemercier fala com Deus com dois sentimentos opostos: um é eufórico; o outro, de derrota. Cito o primeiro depoimento de 1966:

> Na noite de 04 de outubro de 1960, estava deitado de costas, acordado em minha cama. De repente, vi diante de mim uma multidão de relâmpagos, de todas as cores. Era um espetáculo extremamente bonito. Tinha os olhos muito abertos e um grande gozo enorme com esses fogos de artifício, que gostaria que se prolongassem indefinidamente. Virei-me no meu lado esquerdo. Então apareceu na parede de minha cela como uma pequena tela sobre a qual vi uma rápida sucessão de rostos humanos. Este caleidoscópio se deteve sobre um belo rosto, de uma grande bondade. Naquele preciso momento eu gritei "Meu Deus! Por que não me falas assim?". E imediatamente, comecei a chorar com extrema violência, invadido por uma profunda consciência de ser amado por Deus. Eu queria dizer a ele que o amava, mas isso não me parecia importante. Queria lhe dizer que poderia fazer comigo o que quisesse, mas estava com medo que me levasse a sério. Tinha o profundo sentimento de não merecer esse amor por causa de meus pecados. E tudo se resumia a um sentimento de derrota, de domínio de Deus sobre mim, e ao mesmo tempo de grande alegria. Isso durou muitas horas [...].

Até aqui, Lemercier descreve o fato, a vivência, "o sentimento" que persiste por várias horas. No segundo momento desse primeiro relato, posterior à "experiência", escreve Lemercier:

> [...] Quando eu já não aguentava mais, telefonei para o psicólogo amador [Mauricio González de la Garza][4] que não mora longe e veio para me fazer companhia. No dia seguinte, temendo ficar louco — eu que um homem duro, seco, cere-

---

4 Em 1958, Lemercier enviava a dois de seus monges um psicanalista frommiano e, mais tarde, apoiava-se em Mauricio González de la Garza (e Dolores M. de Sandoval), literato recluso no monastério para fazer sua tese de Filosofia e Letras sobre o pensamento político de Walt Whitmann. Foi analisado durante cinco anos por Santiago Ramírez. Amante da arte freudiana, difundia-a largamente.

> bral, de modo algum inclinado para o maravilhoso, extremamente cético em relação a qualquer misticismo ou pseudo-misticismo —, aconselhado pelo psicólogo amador, fui ver novamente o presidente da Associação Mexicana de Psicanálise, o mesmo que poucos meses antes tinha me dissuadido a me analisar [...]. Depois de ter-me ouvido em silêncio, ele me diz simplesmente: 'conheço seu trabalho no mosteiro. Além de sua forte personalidade e da ajuda de sua religião, é conveniente ter uma ajuda mais técnica para confrontar os problemas de seu mosteiro: entre na psicanálise' (Lemercier, 1968, pp. 21-2).

Se compararmos esse testemunho com a versão posterior a 1967 (Revista *Life*), a primeira parte não será essencialmente diferente. Vejamos a segunda parte:

> O que eu não sabia era que tinha um câncer no olho esquerdo que foi diagnosticado posteriormente; o olho foi retirado e me recuperei completamente. Mas na manhã seguinte de minha alucinação, perplexo e perturbado pela experiência, eu fui ver o meu amigo Dr. Santiago Ramirez, presidente da Associação Psicanalítica Mexicana. Ele me escutou e aconselhou a que me submetesse à psicanálise. Após vários meses de sessões individuais, ele percebeu que poderia ser útil para o grupo de monges a psicanálise de grupo. Assim, em junho de 1961, o Dr. Gustavo Quevedo, que me tratava de forma individual, começou a terapia coletiva com cinco membros do meu mosteiro (Lemercier, 1967, p. 54).

Não aponto contradições. A versão 1967 omite declarações que fez em 1966. A frase, "Eu queria dizer-lhe que poderia fazer de mim o que quisesse, mas eu estava com medo de que me levasse a sério", o momento em relação ao seu temor e o novo chamado ao psicólogo amador não se encontram. Em 1967, não fala de "consciência profunda", mas de "se sentir tomado por um profundo sentimento de ser amado por Deus" e de uma "sensação de fracasso", anoto.

Lemercier se declarou homem cerebral e, cético perante experiências místicas, temia ficar louco. Uma "vivência" que o confrontava com algo irracional. Poderíamos dizer que ele não acreditava nisso, "qualquer misticismo", mas se tratava de um homem de fé. Um homem com uma doutrina e constituição que tinha seus próprios mecanismos de direção de consciência. Lemercier já tinha, dentro de si, a necessidade de fazer intervir – já tinha ido para Santiago Rami-

rez –, para dar lugar a outro saber que desse conta de suas preocupações. A experiência alucinatória se somava na forma de "grito de urgência" – outra forma de chamado, o qual é necessário diferenciar dos anteriores. Mas não é qualquer somatório. Trata-se agora de uma pausa pessoal definida pela experiência em sua cela. Ele entra com seu corpo e alma – isto é, abre as suas crenças – ao chamado da "nova ciência": a psicanálise. Por que então se constitui como nosso ponto de partida se ocorre dez anos após a fundação do mosteiro? Porque o nome de Gustavo Quevedo aparece na experiência do mosteiro e pelo que *representa esta quebra*. Lemercier recorrerá de forma pessoal a um psicanalista. Ele marcará um antes e um depois no mosteiro. Será a terceira chamada à psicanálise.

As primeiras inovações (1942-50): litúrgica, bíblicas e arquitetônica

Situemos os pontos centrais da história. O cruzamento entre a experiência psicanalítica e o mosteiro é difícil de entender, caso não precisemos em que contexto entra a psicanálise. Voltemos para trás. É necessário destacar os movimentos inovadores que foram se formando desde a chegada ao México de Gregorio Lemercier, em 1944, com os dois monastérios beneditinos anteriores à fundação de Santa Maria da Ressurreição – assim como o que foi a diocese na cidade de Cuernavaca. Referimo-nos, essencialmente, à recepção da ***renovação litúrgica***, ocorrida na Europa.

O primeiro mosteiro São Benedito do Mar, fundado em 1942, em Guaymas, Sonora, foi projetado com os irmãos que conhece entre 1932 e 1938, na Abadia Benedictina de Mont-César[5], Bélgica. Referimo-nos a Thomas d'Aquin Chardome (especialista em paleografia do canto gregoriano), também belga, e o mexicano Ignacio Romerovargas Yturbide – que realizou estudos em liturgia, Sagrada Escritura e História Monástica. Com o apoio econômico da família Yturbide – uma das mais ricas famílias sobreviventes do Porfiriato –, compraram e se mudaram, em 1944, para a antiga fazenda chamada *La Granja*, lugar próximo ao anterior. Lemercier, especializado em liturgia, chega ao México dois anos depois. As condições climáticas do lugar não eram as ideais para o cultivo – as geadas e furacões do Pacífico levavam a perder as colheitas – e à vida contemplativa. Permaneceram nesse local até 1946.

5 Lemercier nasceu em 1912 em Lièje, Bélgica, e morreu em 1987 em Cuernavaca, México. Em 1928, estudou com os missionários um ano de Teologia em Louvain (importante centro de difusão e estudo em psicanálise (Lemercier, 1968, p. 11).

Nesse ano o padre Hildebrando, junto com Gregorio Lemercier, realizou a *segunda fundação monástica*, chamada Monte Cassino, obtendo permissão fiscal para se estabelecerem na diocese de Cuernavaca, Morelos, um imenso terreno de 15 hectares, a 15km da cidade, em pleno monte, próximo de Tecoloxtitila e de Santa Maria de Ahuacatitlán, onde havia oito postulantes. Nesse local, semeavam-se milho, feijão, morangos, rosas e pêssegos e "Não tinha luz elétrica nem água [...] trazida do povoado de Santa Maria [...]" (Lucci, 2000, p. 40).

Lemercier viajou a Roma para insistir com o Papa Pio XII, com a ajuda do Abade Primado dos Beneditinos, Bernardo Kaelin, em uma nova, a *terceira fundação*. Ao final de 1949, Lemercier transferiu o monastério para Santa Maria de Ahuacatitlán, a 12km de Cuernavaca. Em 14 de janeiro de 1950 recebeu o estatuto canônico de seu monastério Santa Maria da Ressureição – este havia ressuscitado – da Sagrada Congregação de Religiosos:

> O superior seria o Abade Primado; não dependeria de nenhuma congregação beneditina nem do abade fundador de Conception; podia ter noviciado e admitir noviços na profissão para o novo monastério; o Pe. Gregorio era o superior imediato; manter-se-ia seu monastério e a comunidade *sui generis* com as múltiplas características que os definiam e os diferenciavam dos demais monastérios da Ordem (González, 1996, p. 33).

A nova fundação se iniciou com um só monge sacerdote e seis jovens postulantes, aos quais foi imposta a regra beneditina primitiva. A propriedade chegou a ter uma extensão de 13 hectares. Em 27 de outubro de 1959, tornou-se um convento, do qual o ex-frei beneditino Juan Lucio, autor do livro autobiográfico *Recuerdos de un monasterio,* fez parte desde 1948. Ele nos fala das inovações implementadas. Segundo suas palavras,

> Desde Guaymas já se tinha uns cadernos mimeografados [salmos traduzidos], os que nós usamos em Monte Cassino. Era uma mudança e ao mesmo tempo uma inovação e um modo de ser; ou seja, para eles [os três fundadores] era o comum, o natural. Porém, ao chegar ao México, como não existia qualquer tipo de comparação, porque não existiam os outros dois monastérios, então tampouco se podia dizer que era uma mudança, *era uma inovação*. Em Guaymas já se fazia a missa em espanhol e de frente à comunidade. [...] Os três vinham com essa vontade, com

> essa espécie de renovação que, para aqui, para o México, era algo pouco usual, inusitado. Havia Bíblias em espanhol, como a "Vulgata".[6]

No monastério *Beuron*, Alemanha, onde se fundou a ideia de que se deve traduzir a Bíblia nas línguas vernáculas, e que contagiou a França com Dom Guéranger, teve início a reforma litúrgica: "Tudo era um mundo novo para nós, que tínhamos estado em uma piedade franciscana, anquilosada e fora de época" (Lucci, 2000, p. 72). Para o arquiteto Frei Gabriel Chávez de la Mora[7], em alguns monastérios do centro da Europa, a liturgia não foi uma mudança:

> [fui] voltar às fontes [...]. A liturgia nos primeiros três séculos foi sempre a língua do povo, foi em aramaico, e logo em grego, depois em latim, [...] Sobretudo chegando ao século XVI na Espanha, que é de onde nos vem o modelo de Catedral espanhola. A liturgia simplesmente para os clérigos [...] Quando conheci a Catedral do México ela estava construída com essas divisões, mas também estavam em Guadalajara, Morelia, Puebla, etc. A liturgia era deles.[8]

No monastério de Santa Maria de Ahuacatitlán, continua-se com a tradução do Breviário Monástico:

> O Padre Gregorio tinha se dado a tarefa de completar tudo o que se chama o Breviário Monástico, para todos terem as rezas de acordo com a época do ano. Foi uma tarefa gigantesca, pois tinha que traduzir primeiro, gravar em estêncil, depois imprimir e encadernar [...] era a primeira vez na história da igreja católica que se traduzia o Breviário Monástico, o que causou grande efervescência, pois isso implicava uma mudança e uma renovação dentro de um contexto não somente monástico, como também religioso e social (Lucci, 2000, p. 72).

Para Frei Gabriel Chávez de la Mora, implicou um processo de atualização de textos e vocábulos mexicanos com "o melhor espanhol". Em relação ao Breviário Monástico, comentou que se tratava de tomar a Bíblia e "adaptá-la para

---

6 Entrevista com Juan Lucio (Giovanni Lucci), Cuernavaca, 4 de janeiro de 2005.

7 Frei Gabriel Chávez de la Mora (1929), entrou no monastério em 5 de maio de 1955.

8 Entrevista com Frei Gabriel Chávez de la Mora, Abadía Benedictina do Tepeyac, Estado de México, 7 de janeiro de 2001.

o que o Breviário descreve para a oração diária. Ali vêm a reza e as horas, inclui salmos, lições e responsos. Cada dia era diferente e, se tomavam da Bíblia, tinham que escolher, logo escrever e imprimir".[9]

Alejandro Chao Barona (ex-frei Jerónimo)[10] discordava das fontes de Juan Lucio. Para ele, foi a partir do ano de 1955 que começaram as traduções dos salmos, não antes: "o que trouxeram os monges da Europa foi essencialmente a teologia baseada na cristologia. Isso vem dali; ainda líamos os salmos em latim". Porém, concordaram os três entrevistados com o ocorrido no monastério de Santa Maria de Ahuacatitlán: *a relação com a Bíblia sofreu uma grande transformação*, "assim começou com a Bíblia como com a liturgia, o que fazíamos no monastério passou para a Catedral".

A Bíblia se lia todo dia, conta Frei Gabriel. As orações consistiam no canto de 150 salmos que se extraíam desta e se distribuíam ao longo da jornada. As leituras eram na missa, no refeitório, na cela, lia-se em voz alta por todo o refeitório,

> em todos os lados nos encontrávamos com a presença da Bíblia. O rosário, jaculatórias e devoções, haviam ficado de lado: nem a oração do anjo da guarda, nem as invocações das almas benditas, nem nenhum santo, por poderoso que fosse, para nenhum deles havia uma oração, exceto em seu dia. Somente Cristo, princípio e fim, a presença da Virgem entrava como mãe de Cristo e co-redentora, mas muito levemente.[11]

Precisamente, nas primeiras críticas "nos diziam que éramos protestantes"[12] e não faltaram informes a Roma de oficiantes sobre esses rumores (González, 1989, p. 88).

Eram quatro horas diárias da *Lectio Divina*, leituras obrigatórias para cada monge.

---

9 Entrevista com Juan Lucio, op. cit.

10 Alejandro Chao Barona esteve no monastério desde o ano de 1955, ou 1956, até 1964. Posteriormente seguiu sua análise e formação como psicanalista com Gustavo Quevedo fora do monastério. Atualmente é coordenador da UNICEDES, Unidad Central de Estudios para el Desarrollo Central, na Universidad Autónoma del Estado de Morelos (UAEM).

11 Entrevista com Alejandro Chao Barona, Cuernavaca, 4 de janeiro de 2005.

12 Entrevista com Frei Gabriel Chávez de la Mora, op. cit.

> As leituras – de acordo com Juan Lucio – eram dadas por ele (Lemecier), também Alejandro (ex-Frei Jerónimo), que se especializou na Bíblia, e outro irmão, Frei Pedro, que veio de Jalisco, Guadalajara, e entrou na comunidade já sendo sacerdote; ele dava outras aulas sobre a Bíblia.[13]

O mesmo ex-frei Jerónimo se dedicou a aprender o hebraico, o grego e o latim para favorecer as traduções ao espanhol. Dom Sergio Méndez Arceo deu a autorização para que se consiga e se leia a Bíblia em castelhano. Em 1955, chegavam às bibliotecas do BAC (Biblioteca de Autores Cristãos) coleções que ampliavam as traduções. Os padres se preocuparam em trazêlas, como fizeram com a biblioteca de San Andrés.

Há duas inovações que são próprias do México e isto é fundamentral. A primeira é *a missa de frente* e não de costas, como era na tradição, que canonicamente foi aprovada no Concílio Vaticano II. A segunda grande inovação que se diferenciou dos monastérios europeus foi a *igualdade entre irmãos,* a não diferenciação no trabalho entre os que já haviam feito votos monásticos e os que ainda não (postulantes). Havia uma igualdade "fraterna". Na Europa, os leigos faziam as tarefas mais duras e os Solenes se dedicavam ao estudo e à contemplação.

A presença de Dom Sergio Méndez Arceo

A chegada do Bispo Monsenhor Sergio Méndez Arceo (1907-1993) à diocese de Cuernavaca[14], em 29 de abril de 1952, marcou um período que não passará inadvertido: é um chamado ao *aggiornamento* da Igreja. As leituras bíblicas começaram a ser proclamadas em espanhol, ao mesmo tempo que se insistia no apreço da Escritura Sagrada. Promoveu-se um importante avanço bíblico quando ainda muito poucos católicos liam a Santa Bíblia. Em setembro de 1962, Cuernavaca já havia distribuído dez mil Santas Bíblias e trinta mil Novos Testamentos. Na celebração de um grande Congresso Bíblico, em que assistiram sacerdotes e leigos de sete arcebispados e bispados "pela primeira vez se convidou protestantes a um evento oficial. Então os ataques choveram mais fortes e frequentes contra Dom Sergio" (Beltrán, 1978, p. 282).

---

13 Entrevista com Juan Lucio, op. cit.

14 De todos os bispos mexicanos, ele era o único historiador. Formou-se com o padre Letunia, jesuíta espanhol, fundador da Faculdade de História Eclesiástica.

> Dom Sergio foi o receptor idôneo para esta renovação, foi quem começou a estar de acordo com essa forma de aproximação com o povo. Começou o seu processo de adaptação do Sacramento, da língua, da missa (a *Missa Panamericana* – com música de Mariachis e instrumentos nativos – como a mudança mais radical da liturgia) e toda uma série de leituras. Dom Sergio a toma daqui, do monastério. [15]

As inovações sucedidas em sua diocese abarcam

> Desde a transformação na decoração do interior da catedral de Cuernavaca [...] passam pelas sessões do Concílio Ecumênico em Roma (1962 a 1965) e pelas repercussões internacionais da introdução da psicanálise na abadia beneditina de Santa Maria da Ressureição e o trabalho do Centro de Formação Intercultural de Documentação (CIDOC), fundado pelo Monsenhor Iván Illich (1926-2002) (Suárz, 1970, p. 9).

Iván Illich "via Lemercier com desconfiança [...] parecia-lhe que era um homem superficial, não era um homem de profundidade, interessava-lhe a liturgia, que é uma festa e uma exibição [...]". [16] Em fevereiro de 1969, Lemercier declarava ao periódico *Excelsior* que nunca havia realizado com Illich conversas sobre temas do espírito ou da religião. Tiveram contato em não mais de dez ocasiões, de forma eventual. "Não sei por que me querem dar uma personalidade que não tenho. Illich é mais interessante que eu. Ele não está interessado na psicanálise. Eu sim, profundamente". (*Noticiário Automex-Excelsior*, México). Quando Lemercier estava morrendo,

> O único que chamou foi a Illich [quem] olhava com reticência 'enfiar' a psicanálise sem pensar no que estava se fazendo, deixando de lado uma análise histórica da construção do monastério. [Questionava] terem introduzido um profissional para administrar o futuro das almas no monastério [...]. Tudo o que era administrar, controlar, ele não gostava, não lhe aproximava [...]. Ele [Illich] não tocou a psicanálise. Molestava-o a forma de fazer uso da psicanálise.[17]

---

15 Entrevista com Juan Lucio, op. cit. Sua atual casa fica a poucas quadras do monastério.

16 Entrevista com Vicente Leñero, México, 22 de junho de 2005.

17 Entrevista com Javier Sicilia, diretor de la *Revista Ixctus, Espíritu y Cultura*, Cuernavaca, 15 de julho de 2005.

Este Centro deu a possibilidade de contar, entre 1960 e 1965, com teólogos modernos e preparados. Erich Fromm também viveu em Cuernavaca, tendo algum contato com Lemercier.

> Toda essa etapa se distingue pelos ataques que foi e é objeto o bispo de Cuernavaca por parte dos setores mais tradicionais da Igreja mexicana [...] Algumas de suas opiniões foram mal interpretadas nas sessões do Concílio. Certos bispos o chamam de irreverente à Santíssima Virgem [...] ao mesmo tempo recebe a simpatia de não poucos cristãos que buscam um novo rosto da igreja, mais evangélica e coerente com a finalidade de Cristo (Beltrán, 1978, p. 283).

Em 1970, declarou-se publicamente partidário do socialismo "por ser mais de acordo com os princípios evangélicos".

Em *Testimonio sobre Don Sergio,* Enrique Dussel (2002, p. 29) afirma que a abertura crítica do bispo aos não crentes transformou-o num grande evangelizador do nosso século, e o levou a dialogar, a trabalhar junto e a apreciar fraternalmente o movimento socialista. Esteve presente, em 1972, no *Encuentro de Cristianos para el Socialismo,* em Santiago do Chile, onde conheceu Salvador Allende e apresentou sua solidariedade. Desde esse momento, tem igual abertura para Cuba, Fidel e membros do Partido Comunista e do governo cubano. Dom Sergio era uma ponte entre a Igreja e o movimento socialista. Sabia muito bem que, durante mais de dois séculos, Cuernavaca foi o "caminho para o extremo Oriente", já que os missionários e comerciantes saíam do México, passavam por Cuernavaca, chegavam a Acapulco (o mais importante porto transpacífico até 1810) e viajavam às Filipinas, ao Macau português, na China, e ao distante Japão dos franciscanos crucificados de cabeça para baixo, cujo martírio foi representado nas paredes descobertas da catedral de Cuernavaca (Dussel,2002).

A renovação arquitetônica

A *terceira renovação,* a arquitetônica, virá se somar ao novo movimento litúrgico e bíblico com a chegada de Frei Gabriel Chávez de la Mora, em 5 de maio de 1955, quando tinha a idade de 25 anos.[18] Em agosto de 1956, ele fez

---

18 Chávez de la Mora pertence à primeira geração da Escola de Arquitetura da Universidade de Guadalajara (1948).

seus votos monásticos, depois de realizar seu ano de noviciado. Iniciou trabalhos de artesanato com temas religiosos que começaram a ocupar um lugar muito importante no monastério. Utilizava prata gravada e recortada, serigrafia, impressos sobre madeira, pergaminhos; incursionava no campo dos esmaltes, cerâmicas e ourivesaria, primeiras vestimentas litúrgicas, desenhos de objetos de lâminas de ferro com soldas e ceras, assim como novos desenhos de vários alfabetos. As "Oficinas Monásticas" vão tendo mais importância como fonte de ingresso ao monastério do que as iniciais tarefas agrícolas, apícolas e avícolas que existiam desde sua fundação (Pozo, 2005, p. 32). Em 1957, encarregam-no da construção da Capela, para dar mais lugar aos fiéis e realizar, com as instalações adequadas, a missa de frente, ficando pronta nesse mesmo ano. Foi desenhada na forma circular, com a luz central que destaca a centralidade do novo espaço litúrgico. É um retorno ao velho ideal do espaço centralizado, que se conhece com o qualificativo de *cristocêntrico*, e que foi perdido nas Igrejas paleocristãs (embora guarde semelhanças com disposições do século V e VII, no Ocidente e no Oriente) destinadas a recordar o martírio dos primeiros santos, e perseguidas em vão durante o Renascimento. Poucos sabem que "Frei Gabriel pensou cada detalhe a partir de um programa litúrgico e iconológico de grande complexidade. Anos depois, expressou o significado e a razão de ser de todos e cada um dos elementos [...]" (Pozo, 2005, pp. 35-6 e 40).

Com a fundação do Centro Emaús em junho de 1966, cria as "Oficinas Emaús" (iniciadas no monastério), pequena empresa que dá ocupação e ingressos a membros do Centro, gerando uma grande demanda e se expandindo para lugares como a principal loja da Cidade de México, situada na Rua de Hamburgo na Zona Rosa, e outros centros comerciais. No final de 1967, Chávez de la Mora se muda para outra comunidade beneditina (provisionalmente estabelecida no Colégio Tepeyac, Colonia Lindavista), e dedica tempo para alimentar com seus desenhos as atividades das Oficinas Emaús, "que tiveram produções relevantes, tais como a realização numismática das medalhas que se outorgaram aos atletas nos XIX Jogos Olímpicos, celebrados no México, em 1968" (Pozo, 2005, pp. 44-5).

A transformação da Catedral

Entre 1955 e 1957, já estava em marcha a renovação arquitetônica. Em 30 de abril de 1957, começou a transformação do espaço interior da Catedral de Cuernavaca. Frei Gabriel Chávez de la Mora "apresentou um projeto que ia ao

encontro das aspirações do bispo. O projeto possuía a qualidade de ser moderno na concepção das novas formas e na concepção litúrgica do espaço sagrado. A adaptação se dava seis anos antes do Concílio Vaticano II."[19] Do projeto, participou o arquiteto Ricardo de Robina.

A transformação da Catedral em Cuernavaca iniciou o mal-estar "dos guardiães da tradição", que consistiu em

> Despossuí-la de retábulos e acúmulos. No lugar, eles deixaram os muros limpos e dourados, em alguns dos quais apareceu a superfície dos afrescos originais do século XVII [encontraram lá, sem saber que existiam, as pinturas sobre o martírio de São Felipe no Japão], antes cobertos por várias camadas de cal e tinta (Suárez, 1970, p. 12).

Os princípios que os nortearam nas mudanças da Catedral giraram em torno do "respeitar todo o valor histórico e artístico; fazer uma adaptação funcional litúrgica tipicamente moderna e orientar a piedade popular". O acondicionamento litúrgico estava orientado a dar o relevo único ao altar. Quase todas as imagens dos Santos desaparecem e se conservaram a imagem do Crucifixo e da "Santíssima Virgem em seu ministério da Assunção, titular da Igreja e Patrona da diocese". No dia de cada santo, colocavam-se quadros e letreiros que ilustravam sua vida, evitando-se cair em exageros e privilegiar "que glorifiquem a nosso Pai que está nos céus" (Méndez Arceo apud Suárez, 1970).

João XXIII incentivou a transformação da catedral e autorizou, com certa cautela, as bíblias que eram distribuídas pelos evangélicos. Em 1963, depois de sua morte, Méndez Arceo escreveu

> Estes procedimentos enérgicos e decisivos conturbavam muitas pessoas de reta intenção, mas muito apegados a métodos legalísticos e burocráticos, que não refletem o momento, que é um mundo de profunda transformação, que deve ser impregnado de cristianismo em seu caminho, sem ficarmos atrás, antes bem assegurando o amanhã [...] João XIII mudou, em seus poucos anos de Pontificado, a face de sua Igreja [...] os não cristãos contemplaram com êxtase o novo e genuíno

---

19 *Revista Monografías de Arte Sacro*, n. 14, dedicada à Catedral de Cuernavaca, México, out. 1985, p. 17.

> rosto do cristianismo, que recobrou a frescura primitiva da mensagem evangélica (Méndez Arceo apud Suárez, 1970).

O espaço interior da Catedral de Cuernavaca oferecia, então, a missa de cara para o povo.

Em um texto analítico sobre o monastério e a psicanálise, Dr. Barona sublinha a influência da teologia que Lemercier absorveu em Louvain, "a qual ensinava e compartilhava Dom Gregorio, acerca do papel central da cristologia no pensamento doutrinal da Igreja [...] que se mostrou no arranjo da catedral de Cuernavaca" (Barona, 2002). Assim, sobre sua visão das três primeiras e fundamentais mudanças (prévias à psicanálise), refletia:

> Quando se faz uma abordagem, uma revisão teológica, centrada na cristologia, ou seja, o que importa é Cristo, o importante não é a Virgem, nem os Santos, de tudo o que é o cristianismo, então se dá como uma revisão dos conceitos que tinham sobre Cristo [...] Aqui no México, pelo sincretismo que inventamos entrava a Tonanzin (deusa Asteca, N. do T.) na marra, era a Virgem. Esse é o elemento que eu acredito que primeiro desencadeou tudo [...]. Em segundo lugar, creio que desencadeia toda uma reflexão sobre a liturgia na direção daqueles que não falavam latim. Não existia a tradição do latim, junto com as leituras bíblicas, a revisão da Bíblia, a reflexão sobre a Bíblia. Esses são os três elementos que creio serem fundamentais: Cristo, retirar a Virgem; a liturgia que se faz em língua Vernácula, e depois viria o elemento do trabalho, a reflexão que se faz sobre a Bíblia, que depois vai ser o elemento social muito importante, ou seja, as comunidades eclesiais de base que constrói Méndez Arceo começam a se reunir para a leitura da Bíblia, e de lá surge a Teologia da Libertação.[20]

Dias despois da morte de Lemercier – aos 75 anos, numa terça-feira, 28 de dezembro de 1987 –, a revista *Proceso* foi a única publicação no México que deu voz, na seção de Cultura, a essa morte, com o seguinte título: "Lemercier, que comoveu a Igreja, morreu em silêncio"[21]. Sergio Méndez Arceo celebrou a missa do adeus definitivo na capela de Santa Maria de Ahuacatitlán. Não é de se surpreender, das várias entrevistas realizadas pelos repórteres, as palavras de Méndez Arceo voltaram a ocupar um lugar central. Nessa ocasião, afirmou que

---

20 Entrevista com Alejandro Chao Barona, Cuernavaca, 4 de janeiro de 2005.

21 Revista *Proceso*, n. 585, 11 de janeiro de 1988.

> a renovação litúrgica chegou ao México por esse monastério; a psicanálise chegou depois, quando Lemercier viu a necessidade de experimentar a psicanálise por si mesmo. Havia outros aspectos pelos quais o monastério criava conflitos. Por exemplo, a profunda renovação litúrgica, que não era benvinda talvez em igrejas particulares do México, inclusive a muitos de seus irmãos beneditinos de outra congregação.

O delegado apostólico se empenhou para que se fizesse uma visita ao monastério feito pelo padre Zimmerman, prior de Tepeyac,

> cujo relatório foi amplamente favorável, como o foi também a visita do Abade primado, uns meses antes. Eu o considero um monastério exemplar. Falei para o Papa: 'não há muitos monastérios assim no mundo inteiro [...] a *psicanálise não foi o principal, mas o que mais chocou.* Foi um estrondo essa desconfiança geral à psicanálise. Eu falei disto no Concilio, *como se a psicanálise não destruísse necessariamente o religioso no homem, quando é estudar o religioso.* Também falei de Darwin, da evolução. E não falei de Marx, cujo método já é aceito pela sociologia e cuja influência não está ligada necessariamente ao ateísmo.[22]

A transformação da Catedral foi, então, um ponto de chegada dessas inovações. A psicanálise "cai", "entra" no monastério previamente a procura da psicanálise "fora" do monastério e por motivos pontuais, com relação a dois monges que Lemercier manda analisar com o Doutor Francisco Garza, psicanalista frommiano. O que levou Lemercier a chamar a uma técnica distinta da direção de consciência? Iniciava-se um quarto tempo inovador na "cimeira" de Lemercier e da experiência monástica com todo o respaldo do Bispo de Cuernavaca. A imprensa não apresenta um interesse sobre o monastério até esse momento. Chegamos a 1958. O que aconteceu? Quiçá "algo" tenha sido quebrado tempos depois no monastério, ou talvez Lemercier tenha se atrevido a se deter e "ver" em que consistia o equilíbrio monástico.

22 Sergio Méndez Arceo, *Ibíd.*, p. 46 (grifo nosso).

Crise e psicanálise (1958-60)

O memorando que, em 1960, Lemercier enviou aos abades beneditinos sobre a experiência dos primeiros dez anos de vida do monastério revela um ponto de "maturidade" monástica, acreditando ter chegado ao sucesso. Ele se apoiou fundamentalmente nos elogios que, em 1953, Thomas Merton colocou no texto *The Silent Life*. Este mencionava o monastério como exemplo para toda a América Latina e o animava a continuar em frente:

> A primeira aparição do 'Beneditismo Primitivo' neste continente foi no México quando Dom Gregorio Lemercier fundou seu monastério [...] Esta pequena comunidade constituída completamente por índios mexicanos[23] (exceto seu superior) é um dos experimentos mais notáveis e valentes na história monástica moderna. Lutando contra desesperadas dificuldades, vivendo em condições muito primitivas em verdadeira pobreza e simplicidade, dependendo do trabalho de suas mãos e da providência de Deus, os monges de Cuernavaca estão mais próximos de são Benedito do que em qualquer outro lado do Atlântico (Lemercier, 1968, p. 18).

Porém, ele mesmo se questionava, cinco anos depois, por não terem atendido às críticas de seu memorando. Na carta de 4 de agosto de 1960, o padre Lucien O. C. S. O., de Sainte Marie du Mont, perguntou a si mesmo se não exageraria Lemercier o papel de Abade, dado que "aparentemente ultrapassava em muito desde o ponto de vista cultural, ao conjunto de seus monges. Isto deve tê-los levado a se apoiarem no senhor, fazendo abstração de qualquer outra consideração".

Paul Gordan, O. S. B., de Beuron, em carta fechada, de 13 de abril 1960, impactou Lemercier. A experiência não lhe pareceu ter sido concluída. O tema da paternidade era central e ainda tinha coisas a dizer: "É possível que num país onde, todavia, há uma tradição ainda viva da família patriarcal, não seja sensível ainda à nossa crise de paternidade". Já não se encontravam *pais* capazes de exercer sua paternidade sobre filhos adultos, e filhos adultos dispostos a se submeterem a um pai. "O padre carismático não pode virar institucional. Fica, pois, o superior, ou também a fraternidade". A solução se encontrava

---

23. Na maioria, camponesa. Mas, no monastério, existiram diversos atores com formações culturais muito distintas. Famílias também, com distintos níveis socioculturais.

nessa direção, "[...] pois a paternidade do Abade é a paternidade de Cristo no monastério, portanto, a paternidade d'Aquele que é o primogênito entre muitos irmãos" (Lemercier, 1968, pp. 18-20).

Ambas as cartas apontavam para o "lugar" do Abade como paternidade: uma, desde o ponto de vista cultural (referido aqui ao saber, "mais culto"); a outra, ao afeto paterno, lugar onde as identificações produzem as crises que se habitam. Que fez Lemercier com isto? Onde o colocou? Censurava-se por não ter feito caso disso. "Lemercier via o efeito equilibrante da vida monástica graças à paternidade espiritual." No memorando, ele descreveu a neurose como o fracasso da relação pai-filho, que pode ser compensado e se complementar até sua plenitude, pela relação que se estabelece no monastério entre o pai espiritual e seu filho. Tomou as palavras de "seu" amigo psicanalista (doutor Francisco Garza, que tinha recebido os dois primeiros monges enviados por Lemercier), quem lhe afirmava o mesmo efeito equilibrante da psicanálise na vida monástica. "Me equivoquei duramente", dizia. A ausência de uma técnica rigorosa conduziu a esse magro resultado; foi um sucesso provisório.

No transcorrer de 1960, foi se encontrando com irmãos que "manifestavam sintomas cada vez mais sérios de problemas psicológicos profundos, que não tinham sido detectados no momento de sua entrada no monastério". Ele acreditava ter os talentos suficientes para enfrentar a situação: "Pouco a pouco, tive que passar toda minha atenção do alimento à pessoa, do objetivo ao subjetivo. Interessei-me cada vez mais pela psicoterapia". E aceitou os serviços de "um amador e uma pessoa que tinha recebido uma certa formação de analista, mas que não eram nem médicos nem membros da Associação de Psicanálise". Passou o ano de 1960 com a ilusão de ter encontrado a solução ao equilíbrio requerido para a vida monástica. Utilizando uma técnica sem poder controlá-la ou julgá-la, encontrou-se à mercê dos amadores: "tinha subestimado a gravidade do problema". Meses despois, há um fato que transtornou e deu um giro à experiência no monastério: "a experiência assombrosa; a experiência alucinatória; alucinação; visões...", distintas maneiras com que Lemercier nomeou o ocorrido em 4 de outubro de 1960. Em seguida, foi a Santiago Ramírez, pela segunda vez, e *s*e iniciou, se consolidou já, o quarto tempo (de inovações) com a psicanálise 'oficial'."

Lemercier refletia sobre um elemento "essencial — o único — da vida monástica: o monge é essencialmente um eunuco". As relações afetivas dos monges eram tratadas somente na tradição monástica para prevenir abusos ameaçadores e "devido a certo puritanismo que impregna o pensamento de

muitos cristãos". O resultado produziu uma atmosfera equívoca, com ambiguidades. Imediatamente agregou o ponto da severidade da crise:

> Contra esta situação já havia desejado reagir em 1959-60, como dizia no memorando de 1960, e precisamente foi este esforço o que provocou a crise de 1960. O 'tomar consciência cada vez mais do papel que tem o amor fraterno no monastério' o levou a uma crise muito séria devido ao desconhecimento das realidades psicológicas profundas, recobertas pelas palavras sobre os 'eunucos pelo reino dos céus' (Lemercier, 1968, p. 35, grifo nosso).

Somente a psicanálise penetrou no problema, descobrindo as repercussões profundas que há em cada indivíduo e na comunidade.

> Para ativar ao máximo essa tomada de consciência temos escolhido, para dirigir o grupo dos nove candidatos, uma psicanalista mulher, a doutora Zmud, membro da Associação Mexicana de Psicanálises e braço direito do doutor Quevedo na fundação da Associação de Psicoterapia de Grupo [...] (Lemercier, 1968, p. 36).

Aceita que seu comportamento é autoritário e que domina literalmente o monastério: "a direção espiritual mudou em um tom completo [...] é menos uma direção que um despertar da consciência e dos talentos espirituais de cada um dos irmãos [...]". Não se exclui de tomar posições, "sobretudo em tempos de crise". Existe uma completa liberdade de expressão nas "reuniões do capítulo e todas as decisões de alguma importância se discutem e se decidem em comum" (Lemercier, 1968, pp. 38-9).

A frase "tomar consciência cada vez mais do papel que tem o amor fraterno no monastério", encerra o nó da crise. Foi o único momento em que Lemercier explicitou ou se aproximou do tema mais claramente. No entanto, segue essa obscuridade. A que se refere com o amor fraterno? Devemos rapidamente dizer "sobre a problemática sexual dos monges ou dos postulantes"? O ponto é como e qual era o amor fraterno para Lemercier. É precisar, "cheirar", como gesto histórico, ir na direção da "cabeça" de Lemercier. O certo, até agora, que para ele se vira "crise". Mas, me permitam perguntar: O que é crise para Lemercier? Um desequilíbrio. Mas o que é um desequilíbrio para Lemercier nesse tempo? O tema está no centro. Toca-lhe, convoca-o e o leva a seus monges. Porém, o que mais? Desde ele, nada mais. A paternidade espiritual e o amor fraterno no centro de seus combates pessoais. Nesse texto, faz menção quando decide expulsar Mauricio González de la Garza: "isto não se fez sem sérias difi-

culdades que influenciaram no comportamento posterior de certo número de irmãos submetidos à terapia do amador" (Lemercier, 1968, p. 23)[24].

Alejandro Chao Barona desenvolveu o que significa o Abade. Ele representa na terra, simbólica e objetivamente, o Padre Celestial. Reconhece qual é o caminho para cada um na experiência monástica,

> Daí que o monge se abandone sem críticas a sua direção. O Abade é o dono do monastério no sentido mais material do termo, mas também é o dono da alma do monge no sentido mais espiritual do termo, portanto a obediência, o silêncio e o abandono dos bens e prazeres terrenos aos quais, por votos solenes, compromete-se o monge [...] No caso do Abade, pode entrar em jogo uma série de mecanismos psíquicos enquanto realiza a direção espiritual: pode alucinar ou sentir que efetivamente os monges são seus filhos e portanto entrar em competição com a mãe carnal. O celibato e a vida consagrada a Deus não borram nem a sexualidade nem as fantasias que a acompanham (Barona, 2002).

Essas palavras mostram a crise "da paternidade" de Lemercier no monastério. A confrontação e a ruptura de Mauricio González de la Garza com Lemercier – e mais tarde com Méndez Arceo –, depois de ter tido um lugar fundamental outorgado pelo próprio prior, teriam um efeito chave no interior do monastério – os documentos das sessões de grupo confirmam essa "tensão".

É importante precisar mais sobre os psicanalistas do monastério. Gustavo Quevedo Bazán nasceu na cidade de México, em 16 de junho de 1915, e morreu em 15 de agosto de 1968. Viveu em Buenos Aires desde finais de outubro de 1951 até 19 de dezembro de 1959, para obter sua formação como psicanalista – chegou despois de Santiago Ramírez, José Luis González Ch., Avelino González e José Remus. Em dezembro de 1951, iniciava sua análise didática com Lucio Raskovsky – se analisou depois em grupo. Em 1957, foi aceito como Membro Aderente e, três anos depois, como titular da Associação Psicanalítica Argentina (APA). Retornou ao México em 1960, convertendo-se em membro da Associação Psicanalítica Mexicana (APM) e dedicando cada vez mais tempo ao trabalho de grupos (ver "Obituario", doutor Agustín Palacios, setembro de 1968, APM; México). Gustavo Quevedo, Frida Zmud (1922-86) e José Luis

24 Mauricio González de la Garza (Nuevo Laredo, Tamaulipas, 1923) terminava de escrever seu livro *El Padre Prior*, publicado mais tarde em 1971 (México, editorial Diógenes). Escrito como novela autobiográfica, todos os personagens são apresentados como reais e os fatos verídicos.

González Ch. – Celaya, Guanajuato, 19 de agosto de 1917, que entrou no monastério em 1966 com a finalidade de analisar os noviços candidatos a monges – tiveram formação na Associação Argentina de Psicoterapia de grupo (pertencente à APA) promovida por Marie Langer, Emilio Rodrigué e León Grinberg. Assistiram aos seminários do doutor Enrique Pichon Riviere, na década de 1950, onde surgiu a ideia de fundar junto à Frida Zmud, o que, logo em seguida, desde 1967, seria a Associação Mexicana de Psicoterapia Analítica de Grupo (AMPAG). Desde seu nascimento, a AMPAG manteve uma relação ambígua com a APM (Associação Psicanalítica Mexicana) e foi contemporânea à experiência que aqui pesquisamos.[25]

O Vaticano em Cuernavaca e a fundação de Emaús (1961-67)

Em 17 de janeiro de 1961, Lemercier começava sua análise com Quevedo, que durou quatro anos, com três longas interrupções. Nos primeiros meses de sua análise, em 8 de março, descobriram um câncer no olho que foi extirpado no dia seguinte, em 9 de março de 1961. Em junho do mesmo ano, os psicanalistas foram convidados por Lemercier para fazerem psicanálise de grupo[26] com seus monges. As sessões eram feitas duas vezes por semana, às quartas e aos sábados, com uma hora e meia de duração ou duas, quando eram uma vez por semana. Em geral, as sessões aconteciam fora do monastério, na casa de Frida Zmud e Gustavo Quevedo, que estavam muito próximas ao monastério. Também aparecem muitos dados sobre sessões na cidade do México (casa de Frida Zmud). A análise era paga pelos monges com o ingresso que obtinham de seus trabalhos no monastério (artesanais essencialmente). O grupo de Solemnes era formado por cinco integrantes e o grupo de Trienales e Novicios, por seis monges. O monastério teve menos de 60 membros. A maioria passou pela experiência da psicanálise. A análise de grupo "se realiza com um máximo de oito membros, que podem ter um grau de cultura muito diferente desde um universitário até um semianalfabeto" (Lemercier, 1965) Esses espaços

25 Ver Fernando M. González e José Antonio Carrillo (1988). Em abril de 1968, Quevedo era expulso desta associação por várias acusações. A experiência no monastério, e ainda mais Quevedo, se encaixou no meio das batalhas de legitimações pela "verdadeira psicanálise".

26 Nesta abordagem, "a convicção era a de que o grupo era uma unidade [...] lia-se todo o tempo o inconsciente; era fazer a intervenção do grupo, não do indivíduo" (entrevista com Agustín Palacios, México, 26 de setembro de 2003). O analista representava um "Eu forte" capaz de manter a coesão do grupo.

eram os únicos "novos" momentos em que se rompiam a regra de silêncio e a de conjunção de grupo, proibida segundo a regra de São Benedito. Existiam outros espaços de circulação da palavra, as reuniões comunitárias, onde se praticava a "correção fraterna", que consistia na exposição de falhas e defeitos de cada indivíduo suscetíveis de captar tensões na vida da comunidade.

> Nesse contexto [...] não havia momentos de divagar ou apenas ficar ociosos, não havia rádios, não havia televisão [...] periódicos praticamente não. O Padre nos dava notícias porque também havia reuniões comunitárias todos os dias, as quais se chamavam junta capitular [...] e nesse contexto inserir psicanálise de grupo não é nada fácil [...]. Saímos de lá e seguimos juntos e juntos [seguimos] na cozinha e na oficina. Portanto, é uma ferramenta espiritual muito séria, eu a considero um complemento a toda esta vivência e assim foi tratada, como complemento pedagógico".[27]

A obrigação ou não de participar da psicanálise de grupo era ambígua e contraditória. Não era um regulamento formal, mas havia uma forte pressão do padre, uma convicção de sua parte, para que falassem de seus conflitos, de sua vocação religiosa. Sua crença na psicanálise era muito clara. Frida Zmud relata mais detidamente esses processos no grupo de Postulantes que analisou no monastério durante sete anos – exposto pela primeira vez publicamente no Congresso Internacional de Psicanálise na Baviera, em 1971). Que razões, que fantasias os tinham feito chegar [os monges] ao monastério? Que buscavam na realidade, e na fantasia, para terem tomado a decisão? Que encontraram realmente?". O mundo externo acabava sendo uma ameaça. A fantasia correlativa consistia em "supor que o claustro-monastério, visto como o materno, dar-lhes-ia segurança, e evitaria a eles qualquer enfrentamento". O prior ocupa o lugar de mãe-pai que os faz tolerar seu não nascimento e o que "permaneceram dentro". Os irmãos mais velhos cuidam deles, assim têm segurança e confiança. Por outro lado, a participação de Frida Zmud acentuava a angústia: "eu, mãe, madre, diante do prior, esforçava-me em fazê-los nascer, como uma parteira que se empenha em obrigá-los a sair", num processo regressivo "completamente mutante". Zmud concluía seu texto com uma convicção, resultado da longa experiência com o trabalho analítico de grupos:

27 Entrevista com Chávez de la Mora, Abadía Benedictina do Tepeyac, Estado do México, 7 de janeiro de 2001.

alcançando regressões terapêuticas ao serviço do eu até os núcleos mais profundos do psiquismo, poderia se obter verdadeiras mutações que conduzem à progressão através do penoso esforço elaborativo.

> Se consigo o título de pessoa, de homem, terei a liberdade para escolher meu futuro, meu destino. Se fico aqui (claustro materno) será por minha autêntica vocação; se saio (renascer) sei que poderei me orientar sozinho, e me abrir caminho por minha própria iniciativa (Zmud, 2006 [1971]).

Uma consequência das visitas regulares da Congregação de Religiosos, em junho de 1961, foi a publicação de um *monitum* ou advertência do Tribunal do Santo Ofício no *L'Osservatore Romano*. O *monitum* reprovava a absoluta necessidade de uma formação psicanalítica que preceda

> À recepção das ordens sagradas ou que os candidatos ao sacerdócio ou à profissão religiosa devam se submeter a pesquisa e exames psicanalíticos propriamente ditos. O que vale também quando se trata de se assegurar da aptidão requerida para o sacerdócio ou a profissão religiosa.

Assim mesmo, os sacerdotes, os religiosos e as religiosas não poderiam consultar o psicanalista sem a permissão do Ordinário por uma "causa grave". Essa advertência, para Lemercier, não se aplicava ao seu convento, já que tinha sido elevado a um claustro conventual, gozando de autonomia e sendo ele mesmo Ordinário do monastério. Nas palavras de Lemercier, "tenho a responsabilidade absoluta do que aqui se faz [...]. Não dependo de autoridade. Nunca pedi permissão [ao Bispo], ainda que por respeito e afeto o tenha colocado a par de nossas atividades". O texto somente fazia referência aos professores e à permissão que, em "causas graves", como Ordinário, podia Lemercier outorgar. Para ele, "qualquer desequilíbrio psíquico" era causa grave e frequentemente se "agravava" com o tempo.

Roma seguia os passos de Cuernavaca. Reduzir o religioso a um problema de neuroses era visto como uma possível ameaça. Em 1962, Lemercier, no marco do Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, fazia circular pelos corredores do Vaticano um documento sobre a psicanálise e a igreja que o jornalista Henri Fesquet fez referência num artigo publicado no *Le Monde* (3 de novembro de 1962). Em 1963, Beno Gut, Abade primado dos be-

neditinos, emitiu um ditame positivo da experiência psicanalítica e propôs que se praticasse antes do noviciado. Os monges que já estavam em análise tinham permissão, "com a ressalva de que terminem o mais rápido possível". A Congregação de Religiosos de Roma ficou insatisfeita com o informe e enviou um visitante apostólico extraordinário entre abril e maio de 1964. O visitante adoeceu e não pode mandar seu informe que favorecia a experiência. Na sua despedida, em 2 de maio, disse a Lemercier: "encontrei um espírito monástico muito bom. Que siga assim sempre para cima". Em setembro de 1964, Lemercier ia ao Concílio Ecumênico como conselheiro teológico do bispo de Cuernavaca. Antes de regressar de Roma, recebeu uma chamada telefônica: deveria permanecer ali sem voltar ao monastério. Uma nova visita apostólica estava a caminho na ausência de Lemercier. Alegou então que devia regressar ao México, pois tinha que visitar o médico a cada três meses, escrevendo três cartas da Bélgica (onde foi visitar seus familiares) em dezembro de 1964, e, não tendo recebido resposta, regressou ao México em 30 de dezembro, instalando-se na capital. A Congregação de Religiosos não concordou com a proposta do visitante sobre o regresso de Lemercier ao monastério: "Que não apenas não volte ao convento como também não tenha a mais mínima relação epistolar com a comunidade". Em abril de 1965, Lemercier escreveu outra carta a Roma, oferecendo-se para ir "discutir o caso ou voltar ao monastério". Sem resposta, em 20 de maio de 1965, voltou ao seu posto de prior conventual, inquirindo à Congregação de religiosos: "como eu havia pedido permissão para voltar ao convento e não tive resposta, considerei que quem cala outorga". Em setembro de 1965, regressou a Roma como conselheiro do bispo, "e outra vez se colocou à disposição da Congregação de Religiosos". Em 12 de setembro de 1965, no jornal *Le Monde*, da França, Lemercier publicava um texto "Um monastério beneditino em psicanálise", mobilizando ainda mais o cenário. Em 16 de outubro de 1965, enviou uma carta a Roma solicitando uma entrevista. Dois dias depois, recebia uma resposta: seu caso estava sendo tratado pelo Santo Ofício, por isso, o silêncio. Em 9 de outubro de 1965, o cardeal Ottaviani, secretário do Santo Ofício, comunicava-lhe a decisão de Roma: com base no *monitum* de 1961, davam uma "advertência grave" a Lemercier para que regressasse imediatamente à Bélgica. Ele deveria deixar seu papel de conselheiro privado do bispo de Cuernavaca no Concílio e romper toda relação com o monastério mexicano: "Privar-se-lhe-ia da voz ativa e passiva no caso de de-

sobediência" (Suárez, 1970, p. 83). Em 12 de novembro de 1965, compareceu diante do Santo Ofício:

> Num cômodo de grossas paredes, o comissário – inquisidor – estava sentado diante de uma grande mesa, elevada sobre um estrado, e, tendo na mão um grande maço de papéis – o expediente – pediu as gerais a Lemercier, que estava sentado em um lado: o dos acusados [...] 'nego-me a responder se não há resposta à minha carta na qual peço a anulação do decreto'. 'Isto não se faz', respondeu o comissário. Lemercier disse: 'Sinto muito', levantou-se de sua cadeira e foi embora. O cardeal Ottaviani convidou-o para uma nova entrevista de 'irmão para irmão'. O Papa recebeu a petição feita por Lemercier e nomeou uma comissão especial com três cardeais: Roverti, italiano; Heard, escocês; e Albareda, espanhol (Suárez, 1970, p. 84).

Lemercier regressou ao monastério, confiando que a decisão seria favorável.

Enquanto esperava em Roma (de setembro de 1965 a março de 1966, provavelmente), ficou convencido de que "devia fazer algo novo". Em 25 de abril de 1966, o Centro Psicanalítico Emaús (povo rejeitado) abriu suas portas a poucas quadras do monastério. Oficialmente, foi inaugurado no sábado, 18 de junho de 1966. O "ecumenicamente humano" nascia ao lado do mundo religioso.

Em setembro de 1966, Lemercier viajou a Roma devido a uma nova fase de litígio com a Cúria. Em fevereiro de 1967, Monsenhor Fausto Vaillanc, diretor do escritório de imprensa do Vaticano, emitiu declarações com grande repercussão na imprensa (Vaillanc, 1967) sobre a dupla investigação que Roma havia iniciado: a Congregação de Religiosos estava examinando os "experimentos psicanalíticos" (como ele os denominava) a partir do aspecto disciplinar, e a Sagrada Congregação para a doutrina da fé examinava os "aspectos doutrinários". Ele sublinhava a presença do "pessoal fundamentalmente feminino". Frida Zmud foi a única mulher escolhida conscientemente por Lemercier: O Prior afirmava:

> A visão central de Freud, que associa toda vida e todo amor até sua origem no sexo – redescobrindo as grandes intuições bíblicas do Gênesis até o Cântico dos Cânticos, passando pelos Profetas – colocava-nos no dever de não nos deixar deter por considerações de farisaísmo em tudo que se refere ao sexual, sobretudo para monges cujo sentimento religioso reveste precisamente a forma de uma rejeição do sexo na sua realidade biológica. Essas considerações nos levaram a escolher uma mulher

para ser a psicanalista dos novos candidatos nos primeiros períodos de sua análise, colocando-os assim, desde o princípio, diante do seu desconhecido (Lemercier, 1965).

Em 18 de maio de 1967, a comissão de cardeais revogava o decreto do Santo Ofício: "Paulo VI [...] aceitou minha apelação, retirou o assunto das mãos do Santo Ofício" (Lemercier, 1967, p. 56). Entre outras disposições,

> Repreende-se severamente P. Lemercier a que não mantenha em público, nem em privado, a teoria ou a prática psicanalítica que ele mesmo reconhece como psicanálise propriamente dita, em sentido estrito, sob pena de suspensão *a divinis* pelo mesmo fato, reservada essencialmente à Santa Sé.

Também se proibia a Lemercier "sob ameaça de reposição infligida pela Santa Sé, que exija, a partir de então, dos candidatos à vida monástica, seja em forma de convite ou somente por sugestão, uma prévia formação psicanalítica, seja no Centro Psicanalítico *Emaús*, seja em outro lugar" (Lobo, 1968, p. 3). Dito de outro modo, "proibiu-se que se aplique a psicanálise aos membros da comunidade conventual e que Lemercier se submeta a ela. Mais ainda: Lemercier, embora restituído, não poderia falar do tema, nem em público nem em privado" (Suárez, 1970, p. 101). Lemercier voltou ao México em 28 de maio de 1967. Um mês despois, em 12 de junho 1967 – no quase aniversário de 17 anos de vida do monastério –, conheceu-se o documento "Lemercier e a família *Emaús*", no qual se renunciava aos votos monásticos por meio da dispensa jurídica, cortando os vínculos que os ligavam às estruturas monásticas (Confederação Beneditina e Congregação de Religiosos), para poder criar uma comunidade nova, "absolutamente original pela importância dada à consciência pessoal".

A "nova comunidade ecumênica" foi aberta a qualquer ideologia, raça ou crença religiosa. Méndez Arceo refletia sobre 17 de junho de 1967, expressando sua preocupação: "Irmãos, estou concretamente preocupado pelo perigo de que a psicanálise tenha engendrado uma confiança excessiva e chegara a constituir uma nova panaceia, substituta da religião, com a qual a mesma psicanálise dentro de qualquer esfera religiosa sairia prejudicada". A psicanálise era, aos olhos do Bispo, como uma nova religião. O conflito ficou impregnado pela renúncia de votos: "problema de vocação ou da instituição? No total, havia no convento 24 beneditinos. Entre eles, três sacerdotes. Dois destes, Frei

Gabriel e Frei Juan, querem se manter no sacerdócio [...]". Lemercier expressava que a decisão fora motivada pela comunidade e pela Cúria Romana. Frei Benito Verber (1923), foi um dos poucos monges que se opôs à psicanálise (segue hoje sua vida monástica). Em relação à liturgia, pensa que "se desenvolveu muito bem, uma liturgia muito viva. Não voltarei a ver na minha vida, [...] Viver a oração, era vivida com muito respeito: era compreendida". Mas o monastério "fracassou por presunção, estava tudo tão bem que o superior quis deslocar Deus da glória e se colocar no lugar dele. Tudo está bem, tudo está bem e eu, eu, eu, e não Deus através de mim".[28]

O novo centro oferecia "aos jovens que padecem de desordens psiconeuróticas um lar no qual podem se submeter livremente a um tratamento de psicanálise de grupo em condições ótimas de sucesso". A autonomia econômica se apoiava nas oficinas artesanais. Numa projeção de futuro: "O marco de vida no CPE deve permitir a cada paciente afrontar seu próprio eu na análise de grupo que lhe permita a consolidação de sua vocação humana e a preparação a uma vida social madura e criadora". No futuro, deixará de ser um "monastério na psicanálise para voltar a ser um monastério apenas". É um trabalho em que "a psicanálise deixa de ser privilégio de ricos". Convida-se também aos que desejarem entrar na vida monástica que passem "neste Centro um tempo de prova [...] não terão mais que reestruturar e afiançar sua vocação." Durante a criação de Emaús, Lemercier conheceu Graciela Rumayor e, em 21 de julho de 1968, casam-se. No Emaús, as diferenças entre Lemercier e Quevedo – um, diretor administrativo, e o outro, técnico; os psicanalistas no começo foram Frida Zmud e José Luis González Ch. – são evidentes e irreversíveis. Lemercier começou a viver como uma "invasão" de espaços do psicanalista no centro. Quevedo sonhava com vários centros *Emaús* em distintos setores sociais. Foram 13 anos de vida, de 1966 a 1979.

Epílogo

O escritor Vicente Leñero, quem seguiu muito de perto toda a história do monastério e com uma distância mais crítica à sua visão de *Pueblo rechazado*, atualmente, pensa o seguinte:

28 Entrevista com Frei Benito Verber, Monasterio Benedictino de Ahuatepec, Cuernavaca, 24 de março de 2005.

> A desdemonização da homossexualidade. Eu penso que se há algo no monastério, algo forte no monastério, é que desdemoniza a homossexualidade. É muito bonito ver que eles podem falar da sexualidade. [...] Por isso, Quevedo permitiu e sustentou um espaço onde eles pudessem falar do tema. Isso me parece fundamental! [...] Nesse momento, entra Quevedo (pelo menos como leio a Mauricio González de la Garza), onde de imediato aquilo se transforma numa área de liberdade, quase de um erotismo místico, isso surpreende. Enfrenta um problema da Igreja que agora se sente brutalmente forte [...]. Quevedo era um homem livre. Tem algo ali de Quevedo que permite supor uma experiência assim.[29]

Situamos num ponto o início de nosso caminho neste texto. Deitado Lemercier no divã, era enviado por Quevedo, a propósito de suas alucinações ou "experiência avassaladora", a procurar um oftalmologista. Essa intervenção lhe salva a vida literalmente, ao diagnosticar, dias depois, um câncer no olho. Não é pouco para que a transferência (conjugo aqui a suposição ao saber – Lacan – e esse amor – Freud) caminhe sobre o doutor Quevedo, na vida e, me animaria dizer, o destino do monastério. Uma experiência que poderia ser mística (como tantas nesse contexto) introduz (talvez por medo) a dimensão de outro discurso: a psicanálise. O Prior de um convento – que abria e apoiava as inovações nomeadas anteriormente – colocava-se nas mãos de uma tecnologia leiga e, ademais, trazia esta ao interior do monastério, ao invés de escolher as próprias tecnologias de direção de consciência que tem a Igreja. Um experimento que sacudiu e foi silenciado por ambas as instituições: a psicanalítica e a católica.

Que essa ruptura, em Lemercier, quisera, fique aberta.

Referências

Barona, A. C. "Monasterio y psicoanálisis: reflexiones sobre la experiencia psicoanalítica do Monasterio Benedictino de Nuestra Señora de la Resurrección". In Congreso de pensamientos y movimientos socio religiosos en América Latina. Cuernavaca, out. 2002.

Beltrán, L. L. *Diócesis y bispos de Cuernavaca (1875-1978)*. México: Editorial Jus, 1978.

Carrillo, J. A. "Un convento en psicoanálisis y os orígenes de AMPAG. Diálogo socioanalítico con José Luis González Ch". *Revista de Análisis Grupal*, 1988.

29 Entrevista com Vicente Leñero, México, 22 de junho de 2005.

Dussel, E "Su tío masón le ayudó a ser libre". In Chávez, L. Rentería (ed.). *Va por ti el compromiso: testimonios sobre Don Sergio Méndez Arceo*. México: Ediciones Dabar, 2002.

González, M. P. *La Abadía del Tepeyac: 50 años glorificando a Dios – Año Jubilar 1996*. Burgos: Pol. Ind. Villalonquejar, 1996.

Lemercier, G. "Un monasterio benedictino en psicoanálisis. *Le* González, F. M. (1989). Notas para una historia del psicoanálisis en México". In SUÁREZ, A. (coord.). *Psicoanálisis y realidad*. México: Siglo XXI, 88. *Monde*, 12 set. 1965. Reproduzido no *El Día*, México, 21 set. 1965.

______. Entrevista a Bernard Diederich. *Life* em espanhol, 23 out. 1967.

______. *Diálogos con Cristo*. Barcelona: Ediciones Península, 1968.

Leñero, V. *Pueblo rechazado*, *Revista de la Universidad de México*, v. XXII, n. 9, maio 1968.

Lobo, I. "Prólogo". In Lemercier, G. *Diálogos con Cristo*. Barcelona: Ediciones Península, 1968.

Lucci, G . *Recuerdos de un Monasterio*. Cuernavaca-Morelos: Universidad Autónoma del Estado de Morelos, 2000.

Pozo, A. G. *Gabriel Chávez de la Mora*, Colección Monografias de Arquitectos del siglo XXI. Guadalajara: Secretaría de Cultura Jalisco/Universidad de Guadalajara, 2005.

Suárez, L. *Cuernavaca ante el Vaticano*. México: Grijalbo, 1970.

Vaillanc, F. (1967, fevereiro). "Investiga la Comisión de la fe lo do psicoanálisis. Mujeres están realizando experimentos con monjes". *El Sol de Toluca.* México, fev. 1967.

Zmud, F. "Sublimación y creatividad en una comunidad religiosa". *Grupo, Revista de Psicoanálisis*. México: Universidad Autónoma de Nuevo León, 2006 [1971].

UNIDADE IV

Depoimentos

Capítulo 17
Depoimento de Gregorio Baremblitt

Entrevistadores:
Igor Teo Rodrigues
Maira Allucham Goulart Naves Trevisan Vasconcellos

Maira: Boa noite. Vamos dar início ao primeiro depoimento do evento, com o professor Gregorio Baremblitt. Estamos aqui entrevistando ele, eu, Maira Allucham, psicóloga graduada pela PUC-Minas, mestre em Psicologia pela USP-Ribeirão Preto e atualmente doutoranda na UERJ, no Programa de Psicologia Social, desenvolvendo pesquisas no Programa de Estudos em História da Psicologia Clio-Psyché, sob orientação da professora Ana Jacó.

Igor: E eu, Igor Teo, graduando em Psicologia na UERJ, bolsista de iniciação científica no Clio-Psyché, desenvolvendo pesquisas em história da psicologia também com a professora Ana Maria Jacó-Vilela.

Gregorio Baremblitt é médico psiquiatra, livre docente autorizado pela Universidad Nacional de Buenos Aires, na Argentina; analista institucional; esquizoanalista e esquizodramatista; saiu da Associação Psicanalítica Argentina com o grupo Plataforma, por motivos políticos, durante a ditadura militar; fundou no Rio de Janeiro e em São Paulo o Instituto de Psicanálise Grupos e Instituições (IBRAPSI), o Instituto Félix Guattari de Belo Horizonte e a Fundação Gregorio Baremblitt de Minas Gerais; escreveu numerosos livros e artigos e organizou vários congressos internacionais.

Então, agora, passo a palavra a ele para contar um pouco de sua formação na Argentina e depois dar prosseguimento a esta entrevista.

Gregorio Baremblitt: Boa tarde, amigos. Agradeço muito às autoridades, aos professores e ao Clio-Psyché pela oportunidade de falar para vocês, sendo que me parece que dispomos de pouco tempo. Como gostaria muito de conhecer as vossas inquietudes, eu vou reduzir a exposição o máximo possível

para dar espaço a um diálogo com vocês. O que pretendo falar é do processo da chamada Reforma Psiquiátrica, particularmente no eixo da Argentina, Uruguai e Brasil. Na Argentina, quase cem anos atrás, já havia algumas figuras críticas aos chamados transtornos mentais. Temos algumas obras famosas, como a de José Ingenieros, e toda uma história do fim do século XIX e começo e transcurso do século XX, com algumas figuras muito inspiradas. Só que o processo na Argentina é muito peculiar, porque até 1940 tinha hospícios, tinha manicômios, tinha aqueles tratamentos truculentos clássicos. Só que, entre 1940 e 1945, começaram a chegar a Buenos Aires refugiados da Segunda Guerra Mundial, e já haviam chegado antes refugiados do franquismo, republicanos, com ideias interessantes, críticas, com respeito a esse campo. Só que, a partir de 1940-45, chegaram à Argentina, de Espanha, dois grandes psicanalistas: Cárcamo e Garma. E se reuniram com algumas figuras argentinas, fundando a Associação Psicanalítica Argentina. Essa Associação Psicanalítica teve umas três gerações de fundadores, que realmente agruparam pessoas bastante talentosas, cultas e com uma ideologia, digamos, democrática. Liberal, não no sentido atual, mas no sentido antigo de liberal. Também chegaram figuras revolucionárias mitológicas, como, por exemplo, Enrique Pichòn Riviere e Marie Langer. Ainda assim, continuou existindo a linha clássica da psiquiatria em todo o país, mas, especialmente em Buenos Aires, dois grandes hospícios, com os tratamentos (e o "alojamento") que vocês conhecem que são dados nos hospícios. Começaram também a existir as faculdades de psicologia, públicas e privadas. Havia uma tensão entre psiquiatras (organicistas) que não se davam bem com os psicanalistas. Os psicanalistas não se davam bem com os psiquiatras, e psiquiatras e psicanalistas não se davam bem com os psicólogos. Sendo que os psicólogos tinham muita vocação para serem psicanalistas, porque a carreira e a Associação Psicanalítica tinham muito prestígio. Essa situação, abreviando ao máximo, teve algumas nuances interessantes. Uma mudança se iniciou porque três membros muito importantes da Associação Psicanalítica resolveram dar aula na Faculdade Nacional de Psicologia, coisa que foi muito mal vista pelos didatas da Associação, que reservava a psicanálise exclusivamente para aos pioneiros, membros e candidatos da sua organização. Era uma formação aristocrata, cara, elitista. Por outro lado, essa entrada da psicanálise na psicologia fez com que as faculdades tivessem mais alunos, mais participação social etc. Essa dupla influência de psicanalistas progressistas e psicólogos progressistas teve algum peso na psiquiatria. De-

pois de uma situação muito complexa desse jogo de forças, fundou-se na Argentina, numa localidade próxima a Buenos Aires, um hospital, o hospital de Araoz Alfaro, de Lanús. Esse hospital reunia gente progressista de todas as orientações. Esse hospital acabou reunindo todas as tentativas de humanização e modernização em saúde mental. Depois apareceram hospitais gerais que tiveram uma prática similar numa ala de seus prédios. Nesse estado de coisas, eu, particularmente, me havia formado psiquiatra, estava terminando a carreira docente acadêmica, e me formei na escola do grande psiquiatra argentino, Pichón-Riviere, que foi mestre de muitas gerações *psy*. Pichón criou uma psicologia social de corte psicanalítico, marxista e com influências estrutural-funcionalistas; também inventou os grupos operativos (que tiveram uma enorme difusão América Latina e Europa, especialmente pelo trabalho de Armando Bauleo e Hernán Kesselman, dois de seus discípulos mais conspícuos). Naquela época, havia um grande fervor político na Argentina, porque anos antes houve um golpe militar e estávamos em plena ditadura. Dentro da Associação Psicanalítica, formou-se um grupo, o Plataforma, que era uma espécie de filial argentina de um movimento mundial com muita inspiração freudo-marxista. O grupo Plataforma saiu da Associação Psicanalítica em dissidência por questões políticas, teóricas, técnicas, éticas etc. Sair da Associação Psicanalítica Argentina não era um movimento fácil, porque, fundamentalmente, entrar era muito cobiçado e difícil. Era muito idealizado o que se ensinava lá e estar dentro e fazer a carreira era caríssimo. Então, sair sem receber as retribuições dessa carreira era uma demonstração de grande desprendimento. Ademais, estar dentro dessa organização burguesa e "neutra" era certa proteção política, porque o regime militar se dava mais ou menos bem, ou indiferentemente, com a Associação Psicanalítica e com a psicanálise. Não tão bem com a faculdade de psicologia (sociologia e outras, que começavam a revoltar-se) e foram duramente reprimidas ou fechadas. Mas, o regime se dava bastante bem com os psiquiatras clássicos.

Por essa época, muitos de nós, psiquiatras e psicanalistas de esquerda, já militávamos ativamente na saúde mental de sindicatos, movimentos políticos etc. Foi, então, que saímos da Associação e fundamos uma sociedade chamada Plataforma Argentina, da qual eu fui encarregado da docência e pesquisa. Era uma associação fraterna entre colegas que tinham uma mesma ética, que entre si trocavam, ensinavam, analisavam, militavam politicamente etc. Depois, surgiu outro grupo de inspiração similar chamado Documento. Aí, co-

meçou um movimento muito importante em saúde mental, que culminou na fundação do Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental, que compreendia os assistentes sociais, os psiquiatras e os psicólogos (muitos deles, psicanalistas). Essa associação feita em plena ditadura militar era muito perigosa e, não obstante, chegou a ter três mil filiados. Fundou-se um centro de pesquisa em saúde mental que pensava diferentemente o que era a saúde mental e o profissional deste campo, assim como o que era a saúde e a doença, e o que poderia se oferecer como prevenção, atenção e restituição da saúde em geral e a respeito. Isso se difundiu muito e, então, a ditadura militar caiu pesadamente em cima de tudo isso. O grupo Plataforma se dissolveu, aquele hospital moderno de Lanus foi banido. Desceu um helicóptero dentro do hospital, o diretor já estava refugiado na Venezuela, e já havia perdido seus dois filhos. Estava na direção, lá, meu primo, Valentin Baremblitt, que era um bom psiquiatra e psicanalista, que foi preso, torturado e exilado. Então, o hospital foi completamente desmontado e remontado em forma clássica. O Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental sofreu graves perdas, houve uns seis psiquiatras desaparecidos, e outros tantos psicólogos também. Os hospícios e a rede de serviços voltaram ao seu funcionamento tradicional. Na Associação Psicanalítica, um ou outro membro desapareceu, mas deve ter sido um erro da repressão, porque não tinham verdadeiramente militância política. Aí começou uma debandada geral, e muitos de nós que tínhamos trabalhado em Buenos Aires e no interior e no exterior do país, em Rosário, em Montevidéu, Caracas, Nicarágua, Cuba e alguns aqui já no Brasil, sobretudo no Rio Grande do Sul, nos exilamos. Tivemos que sair clandestinamente do país.

Aqui no Brasil, na década de 1960-70, e estando aqui entre vocês, numa reunião de historiadores, não sou eu que vou dizer como foram as coisas, porque não as conheço muito detalhadamente. Mas minha impressão é que tinha o panorama parecido com o argentino. Tinha figuras, colegas, pessoas inquietas (e militantes estudantis e profissionais), que já faziam críticas severas aos conceitos clássicos da saúde mental. Houve experimentos isolados no país. E também houve (entre outras) duas visitas importantes nesse período: uma de Jorge Lapassade e outra de Michel Foucault. Foucault passou por várias partes do país, inclusive Rio de Janeiro, e tinha um núcleo de gente que os trouxe que queria iniciar um movimento generalizado, crítico, de reforma. Saíram duas revistas da editora Vozes sobre a revolucionária Análise Institucional. Os editores eram Marco Aurélio Luz, Chaim Katz e Célio Garcia, que continuaram

sua luta, tentando fazer o que fosse possível. Mas a impressão que eu tenho é que não foi nada fácil o que conseguiram fazer. Tinha também figuras brilhantes e críticas, tais como Helio Pellegrino, Eduardo Mascarenhas, Sérgio Arouca, Gilberto Velho e tantos outros.

Quando tive que exilar-me, em princípio, eu quis ir para a Venezuela, onde já tinha trabalhado com bastante aceitação, mas a marinha venezuelana não me deixou entrar. Nesse momento, eu não tinha para onde ir. Tomei o avião de volta e parei no Rio de Janeiro, onde tinha alguns amigos. Eles não estavam numa situação muito melhor que a minha. A partir desse momento, eu fiquei morando num país no qual não tinha residência, não tinha revalidado meus títulos, não dominava a língua, não tinha dinheiro etc. Estava quase clandestino e vivia da coordenação de alguns grupos de estudos que tinha. E aí conheci um mineiro, psicólogo, psicanalista, filósofo e ex-militante político, Chaim Katz, e um personagem carioca que sempre lembro com muito carinho, Luiz Fernando de Melo Campos, que era bacharel em Direito, psicólogo e psiquiatra. Vendo como estava o panorama do monopólio psicanalítico (igual ao argentino) e a necessidade imperiosa de uma reforma psiquiátrica, encontramo-nos os três, e tivemos a estranha ideia (como diagnosticam os psiquiatras: ideia fixa, sobrevalorizada ou delirante, a nossa ideia pode ser diagnosticada em qualquer dessas categorias) de iniciar uma luta para a democratização do sistema de saúde mental e de seus agentes. Eu tinha recebido na minha casa em Buenos Aires, muitos anos antes disso, a visita de David Cooper (criador, junto com Ronald Laing, da antipsiquiatria). Fizemos reuniões importantes, com José Bleger, Marie Langer, Emilio Rodriguez, Eduardo Pavlovsky, Miguel Matrajt, Rafael Paz e muitos outros. Isso teve influência, anos depois, na ideia “delirante” que nós tivemos em 1977, no Rio de Janeiro, de iniciar nossa luta pela reforma psiquiátrica chamando um congresso em que estivessem presentes as máximas figuras contemporâneas da reforma psiquiátrica no mundo. Era uma ideia delirante por vários motivos. Primeiro, porque estávamos em plena ditadura militar, que via muito mal esse tipo de iniciativa. Nós já tínhamos recebido ameaças, perseguições, “visitas” domiciliares etc. Segundo, porque não tínhamos um centavo. Questão complicada. Terceiro, porque eu era ilegal no país. Como antecipei nesta exposição, era um prófugo político. Fomos convencer aos donos do famoso hotel Copacabana Palace para que nos cedessem seus salões por uma semana. O Copacabana Palace todo mundo conhece: caríssimo, elegante, aristocrático. Até hoje, não sabemos por que acei-

taram nossa proposta sem adiantamento de dinheiro nem garantias. Além de não termos um centavo, não tínhamos pessoa jurídica. Respondíamos como pessoas, e eu nem respondia. E começamos a ligar para todas as pessoas que considerávamos pioneiras na Reforma, e conseguimos a aceitação do convite nada menos que por Franco Basaglia, Félix Guattari, Robert Castel, Thomas Szasz, Howard Becker, Irving Goffman, Shire Hite (que fez um relatório geral da sexualidade nos Estados Unidos). Ademais, convidamos a todas as figuras militantes dessa reforma psiquiátrica incipiente de toda América Latina. Argentina, Uruguai, México, Espanha... e os melhores do Brasil. Contávamos, para pagar tudo, com a assistência do público, e, como não tínhamos dinheiro, não tínhamos como fazer propaganda. Tivemos certo apoio da Associação Brasileira de Psiquiatria e do CNPq. A questão é que aconteceu. E veio muita gente de todos os lugares imagináveis. O pagamento das inscrições dessa quantidade de gente nos permitiu pagar todas as dívidas. E, para dar continuidade a isso, Luiz Fernando de Melo Campos e eu fundamos uma instituição chamada Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições (IBRAPSI). Ela tentava recolher inspiração dessas grandes figuras convidadas, com uma organização de formação, exercício e pesquisa, acessível e democrática para os novos trabalhadores da saúde mental. Essa fundação coincidiu com o começo no país de um forte movimento de trabalhadores da saúde mental e da reforma psiquiátrica. Esse movimento já não se deteve nunca, e o estado avançado da reforma psiquiátrica no Brasil deve muito a esse começo.

O IBRAPSI teve ramificações em diversos estabelecimentos, estados, cidades e países. Trabalhou em movimentos políticos, sindicatos, bairros, hospitais, manicômios e outros estabelecimentos desse tipo, e se potenciou mutuamente com o movimento brasileiro de trabalhadores de saúde mental. Esse movimento teve um de seus momentos mais importantes com a impugnação e a intervenção de uma clínica psiquiátrica clássica em Santos, que foi uma baliza no movimento de Reforma Psiquiátrica no Brasil. Pouco tempo depois, o IBRAPSI fez outro congresso, no qual convidamos algumas figuras que nos faltou convidar no Simpósio de 1978: René Lourau, Gerard Mendel, Armando Bauleo, Eduardo Pavlovsky... e, novamente, grandes figuras brasileiras. Fizemos um livro desse congresso, *O inconsciente institucional*, e quase diria que, com esse segundo encontro, conseguimos trazer para Brasil os pioneiros da Reforma no mundo. O IBRAPSI formou cinco turmas de terapeutas – analistas institu-

cionais – esquizoanalistas e esquizodramatistas. Organizou cinco congressos, publicou cinco livros e realizou dezenas de intervenções institucionais.

Depois, a luta antimanicomial se generalizou no Brasil e um deputado mineiro, Paulo Delgado, encampou a luta, propondo uma lei que proibisse a construção de hospícios. Essa lei era a equivalente à que Franco Basaglia tinha conseguido um tempo antes na Itália. Basaglia, depois do Simpósio do IBRAPSI, voltou várias vezes ao Brasil para ajudar o movimento. Uma delas foi num congresso em Belo horizonte, onde estive com ele e com Robert Castel numa mesa redonda, a partir da qual fomos ao Hospício de Barbacena, capitaneados por Basaglia, numa visita histórica, junto com a imprensa e um grande público partidário da luta antimanicomial. Depois de nosso simpósio, Guattari, Castel e outros célebres convidados voltaram muitas vezes ao Brasil, e contribuíram muito para a aprovação da Lei Delgado e a Reforma Psiquiátrica do país. Esse movimento, que talvez tenha tido um começo disperso no início da década de 1970, atingiu força a partir do final dessa década. Aí, começa o movimento forte no Brasil. Essa lei demorou dez anos para ser regulamentada, anos de luta, de fracasso, remissões, vitórias. Hoje, o movimento é mundial e não se pode dizer que não houve interessantes resultados. Em boa parte da Europa e nas Américas, teve interessantes efeitos, e se montaram redes de saúde orientada em princípios democráticos, igualitários etc. (cada uma com modalidades próprias de cada lugar, cultura etc.). Atualmente, há queixas porque, em diversos lugares (incluindo o Brasil), não houve uma total realização do projeto antimanicomial; aconteceu certa recuperação das forças de direita, reacionárias e manicomiais. Há outras queixas também, como, por exemplo, contra a medicalização exclusivista da saúde mental, o abuso medicamentoso etc. Mas é sabido que, com a dominância do neoliberalismo, isso está acontecendo no mundo inteiro. Sabemos que esses retrocessos acontecem sempre, em todos os campos, mas que tem passos que são irreversíveis, e eles têm sido dados.

Creio que cabe acrescentar que, a partir do ano 1990, fundei em Belo Horizonte duas organizações: uma fundação que leva meu nome e o Instituto Felix Guattari. As duas organizações realizaram uma produção muito similar à do IBRAPSI e tiveram a honra de ajudar a instituir a Fundação Gregorio Baremblitt na cidade de Uberaba (MG) que, por sua vez, instituiu o primeiro Centro de Assistência Psicossocial de Minas Gerais, tipo de estabelecimento que é uma peça fundamental nas redes atuais da saúde mental no Brasil. Faz alguns

anos, funciona também na cidade de Frutal (MG) o Instituto Gregorio Baremblitt, com igual inspiração.

Como se dizia nos tempos heroicos, ***a luta continua.*** Muito obrigado.

Maira: Voltando à questão desse Simpósio de 1978, tem um fato importante que o Gregorio, numa pré-entrevista que fizemos com ele, contou pra nós, que foi o sumiço das gravações do congresso, porque era pleno período de ditadura no Brasil. Acho que o Gregorio ainda pode contar um pouco sobre essa parte da história desse congresso, para vocês conhecerem os bastidores deste.

Gregorio Baremblitt: É um fenômeno interessante. Embora eu não seja nada entusiasta lacaniano, vou comparar com a carta roubada, porque resulta que o nosso simpósio tinha traduções simultâneas, porque havia pessoas que falavam inglês, outras francês, outras italiano e outras espanhol. Algumas traduções ficaram todas gravadas, não todas porque a tradução simultânea era caríssima. Só que, quando o congresso se encerrou, todas as fitas que tinham sido gravadas no evento desapareceram, e isso, claro, nos causou muita tristeza. Elas desapareceram, não havia forma de encontrá-las. Só que, uns quatro anos atrás (2011), inesperadamente, elas reapareceram na casa de um dos nossos amigos, que as aceitou e as trouxe de imediato a BH. Foi uma coisa estranhíssima e interessantíssima, e, cabe dizer, sinistra. Só que, de novo, nós estávamos com dificuldades econômicas, e isso estava gravado em fitas. Então houve que passá-las a DVDs e traduzir algumas que não tinham sido traduzidas. Novamente, isso era caríssimo, não havia condições para nós. Porém, queridos amigos nossos do Conselho Federal de Psicologia contribuíram para que a organização nos fizesse a honra de mandar realizar essa tarefa para nós. Por isso, e por muitas outras colaborações, estamos todos infinitamente gratos a eles. E interessante ter sido o Conselho de Psicologia, e não o de Psiquiatria que tenha feito esse trabalho. Atualmente, estamos em um processo de escrever e corrigir os resultados e será publicado, em algum momento, a princípio, virtualmente, e depois, se for possível, digitalmente, será publicado. É um fenômeno interessante, não conseguimos saber qual era a intenção da pessoa que se apropriou desse material. Mais curioso ainda é que todas as minhas intervenções foram apagadas da gravação. A vida está cheia de mistérios. Mas, acho que esse livro vai ser de grande valor, não obstante a produção bibliográfica da reforma psiquiátrica, em psicologia, em psicossociologia,

junto com uma grande publicação universitária, está sendo, a meu ver, fabulosa. Uma produção brasileira extraordinária. De qualquer maneira, quero que a publicação desse livro seja de interesse não apenas histórico, porque a posição de seus pioneiros era uma posição duríssima, extrema, que na atualidade hesita um pouco. Como quer que seja: sempre é bom voltar aos pioneiros para recarregar as forças e seguir em frente. Obrigado.

Igor: Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Gregorio, gostaria que ele falasse um pouco sobre a escolha dele pela área institucional, a esquizoanálise e, mais recentemente, o trabalho que ele tem no esquizodrama.

Gregorio Baremblitt: Bem, tive uma formação médica psiquiátrica, e depois fiz parte da carreira psicanalítica, da qual me retirei, fiz formação com Pichon-Rivière na Escola de Psicologia Social desse mestre e fiz uma pós-graduação em Sociologia e também a formação na carreira docente para ser livre-docente autorizado. Tive sempre uma militância política de orientação marxista. A Argentina é um país muito estranho, e Buenos Aires especialmente. Eu sempre digo que a metade da cidade de Buenos Aires se analisa com a outra metade. Então, logicamente, uma corrente mais ou menos progressista não poderia não ser senão freudo-marxista, de diversas modalidades. Havia um ou outro anarquista, um trotskista perdido, mas eram todos freudo-marxistas. Então, a linha de Plataforma era esta – e esta era a minha inspiração. Acontece que, em 1972, saiu a tradução em espanhol do *Anti-Édipo*, de Deleuze e Guattari. Eu comprei e li por curiosidade, e esse livro fabuloso (assim como *Mil platôs*) me causou um verdadeiro processo de "dependência", do qual não consigo me livrar até hoje. Formei assim um grupo de invenção para uma prática de esquizoanálise à que denominei esquizodrama. Então, segui trabalhando, estudando, e, digamos, se a fundação do IBRAPSI inclui a psicanálise, (grupos e instituições) nada mais era que um semblante, porque se tinha que falar de psicanálise, pois não era hostilizado pela ditadura do general Figueiredo. Mas, nós já tínhamos uma forte inspiração guattariana. E tínhamos intelectuais simpatizantes que nos ensinaram muito. E, bem, começamos a ensinar e estudar esquizoanálise. Mas, naquela época, fizemos uma grande amizade, justamente nesse segundo Simpósio de 2002, com René Lourau, que nos visitou várias vezes, e nós o visitamos em Paris,onde conhecemos os colaboradores deles. Então, foi assim que também nos aproximamos da Análise

Institucional. E fizemos uma mistura do nosso freudo-marxismo, análise institucional, esquizoanálise e esquizodrama. E há uma série de leituras e propostas técnicas que eu fiz e meus companheiros também que se formam somando ao esquizodrama. Bom, a compatibilidade de todas as coisas continua sendo duvidosa, mas, é o que fazemos. E o tema esquizodrama é muito divulgado na América Latina, América Central, Espanha, Itália e até, em algum momento, na Suíça. E seguimos fazendo isso enquanto podíamos. O CAPS de Uberaba, por exemplo, atende quatrocentos pacientes com esquizodrama. Seguimos escrevendo, publicando em proporções modestas, e temos a satisfação de ver que essa orientação tem tido sucesso em diversos centros universitários do país que, atualmente, a meu ver, é um dos grandes produtores e praticantes dessa orientação. Coisa que nos satisfaz, pois achamos que contribuímos de alguma forma para que isso aconteça.

Igor: Nós passaremos agora às perguntas da plateia, para quem desejar fazer alguma pergunta ao Gregorio, e iremos passando a palavra.

Ouvinte: Muito obrigada pelo seu depoimento tão importante para a vitória da esquizoanálise na psicologia na América Latina. Tenho muitas perguntas, porém a que quero saber mais é uma pergunta sobre o seu testemunho a respeito da socioanálise e da esquizoanálise...

Gregorio Baremblitt: Muito obrigado pela pergunta que toca aspectos sensíveis da minha história pessoal. Bem, meu primeiro psicanalista era um renunciante da famosa associação psicanalítica, porque era reichiano, era freudo-marxista. Analisei-me um bom tempo com ele e me submeti a todos aqueles procedimentos reichianos. E, para dizer a verdade, eu acho que me fizeram bastante bem. Só que, naquela época, todos precisavam entrar na Associação Psicanalítica, e eu quis entrar nessa organização tendo um analista que estava fora dela. Como era de supor, não me aceitaram. Porque era tudo assim, mafioso. Então, naquela época, chegou de volta da Inglaterra e dos Estados Unidos Emilio Rodrigué, mais conhecido como Baiano, porque tempos depois ele foi para a Bahia e ficou lá para sempre. Então entrei em um grupo de terapia com ele e, naquele momento, pedi a ele uma hora de análise didática, que era muito difícil de conseguir, e ele me concedeu. Então, como já me analisava com ele, entrei facilmente na Associação Psicanalítica e comecei mi-

nha formação. O Emilio Rodrigué, quando estava fazendo a carreira psicanalítica na APA, brigou com seu analista Arnaldo Raskovsky, foi para Londres, onde se analisou com Paula Heimann, e supervisionou seus casos com Melanie Klein e Bion. Depois, passou um tempo e em uma comunidade terapêutica dos Estados Unidos, o Austin Riggs Center. Era um escritor de contos e novelas e escreveu uma biografia novelada de S. Freud. Era um homem muito interessante, livre, muito bem-informado e de bom coração e senso de humor. Então, fui me analisando com ele até que se foi formando o Plataforma. Um belo dia (inesquecível para mim), durante uma sessão de análise didática, ele me disse: "Gregorio, vamos parar por aqui. Levante-se e vamos escrever juntos o manifesto de Plataforma, porque estou farto da Associação Psicanalítica". Então, adorei essa ideia e exclamei: "Vamos fazer juntos isso", e fizemos. Assim se fundou o Plataforma. Esse final de minha análise já coincidia com minhas críticas aprendidas com um filósofo argentino León Roszitchner, freudo-marxista, assim como de minhas leituras de Deleuze e Guattari, René Lourau e Robert Castel. Então, minha análise, a partir desse momento, transformou-se em um encontro autoanalítico recíproco meio deleuziano, meio guattariano, meio institucionalista. Depois de meu exílio, tive que apelar, no Rio de Janeiro, a um colega analista (Roberto Curi), pois andava muito mal de ânimo. Mas ele era um analista com um extraordinário senso de humor, que não levava muito a sério as ortodoxias. Em Buenos Aires, eu havia estudado parte da obra de Lacan com Masotta, que foi um introdutor das ideias de Lacan na Argentina. Junto com ele e outros fui fundador da Escola Lacaniana de Buenos Aires, porém fiquei apenas uma semana e depois fui embora, porque já suspeitava dos princípios e fundamentos dessa escola. Escrevi em português um livro humorístico composto por aforismos chamado *Lacantroças*. Este já foi traduzido e publicado em espanhol. Logo depois escrevi um livro que foi publicado em espanhol pela editora Madres de Plaza de Mayo chamado *Psicanálise e esquizoanálise*, no qual faço uma comparação crítica entre ambas, e que agora já foi traduzido e está em processo de edição em português.

O que conservo de minha análise? Certa atitude respeitosa de escutar e, sobretudo, o contato humano com pessoas valiosas. Igualmente, à leitura da obra freudiana, cheia de méritos, e um estudo paciente da obra de outros continuadores, entre eles Melanie Klein, Wilhelm Reich, Jacques Lacan, junto uma formação ampla que me ajudou a não cair em nenhum tipo de fanatismo e que me levou a algumas conclusões teóricas e clínicas que, espero, se-

jam singulares. Mas, fundamentalmente, o que me lembro é do encontro com pessoas de enorme valor, psicanalistas. Por exemplo, Marie Langer, que tinha estado em cinco guerras e militou pela esquerda nas cinco. O Rodrigué, coitado, que, quando voltou a Buenos Aires, todos fascinados pela sua formação, o nomearam presidente da Associação Psicanalítica, presidente da Associação dos Trabalhadores da Saúde Mental etc. Em plena ditadura militar, ele estava literalmente em uma vitrine para ser morto, e ele aceitava porque era um sujeito amável, que, apesar de não ter uma orientação política determinada, era valente, inteligente, e gostava da luta contra a injustiça. Meu contato com ele foi muito enriquecedor para mim. Com meu analista reichiano Alberto Tagliaferro, com León Roszitchner, com José Bleger, com Luiza Álvares de Toledo e com tantos companheiros que sofreram sérias consequências com a formação do Plataforma, que foram amigos, mas também combatentes, muito importantes para mim. Então, minha relação com a psicanálise tem o mesmo valor para mim que minha relação com grandes autores de outras disciplinas. Mas meu coração pertence à análise institucional e à esquizoanálise.

Ouvinte: Uma alegria te reencontrar, Gregorio. Eu tive o prazer de organizar, em 1982, no Hospital da Lagoa (no qual o Luiz Fernando participou pelo IBRAPSI), um simpósio chamado "A inserção da psicanálise no social". Esse encontro foi motivado, principalmente, porque Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas denunciaram a presença de torturadores dentro da Associação de Psicanálise do Rio de Janeiro. Por outra parte tratamos a questão de que os psicanalistas davam as costas à realidade da grande questão nossa que era à assistência no que era o INPS. Nós apelidávamos esse sistema de "infelizmente não posso servir". Eu tinha feito psicanálise, tinha uma carreira de médico clínico, atendi uma trocadora que morava na Rocinha e que o marido traiu, ela tentou suicídio tomando raticida, eu fiz a lavagem gástrica, todos os cuidados na emergência, mas não tinha onde botar essa pessoa em psicoterapia. Nós encontramos discursos de Freud em Budapeste, em 1918, dizendo que um dia o pobre terá o mesmo direito à assistência psicológica do que hoje tem à tuberculose. A pergunta é: em sua opinião, e com respeito a uma atenção pública eficiente, por que regrediu tanto a psicoterapia de grupo, que teve uma efervescência na década de 1970 e levantou aquela discussão acerca de se a psicoterapia de grupo é ou não psicanálise? Entre outras razões, o motivo era de que a terapia de grupo era uma democratização do acesso a esse serviço elitista.

Em 1982, nós conseguimos reunir 17 instituições e divulgamos pela imprensa onde se podia fazer psicanálise ou psicoterapia em grupo de forma acessível economicamente: serviços, clínicas, universidades; esses serviços (entre eles, o IBRAPSI) tiveram um grande auge, mas depois começaram a decair muito. Hoje, o problema da insuficiência da assistência em saúde mental se "soluciona" porque se tem tornado uma relação de mercado que os planos de saúde dominam. Eu sou médico, trabalho em uma clínica de acupuntura e ganho cinco dólares por cada paciente de convênio que atendo, mas, como atendo muita gente em menos tempo, dá para equilibrar. Mas, eu acho que a psicoterapia de grupo devia ter uma nova efervescência. Gostaria de saber na sua preocupação institucional, focalizando o modelo do Sistema Único de Saúde, como você interpreta essa depressão de uma grande potencialidade de democratização do campo freudiano-psicológico, por meio da psicoterapia de grupo ou psicanálise de grupo, por que saiu de moda, e como podemos fazer para que essa linha se levante, até para ocupar um campo de mercado, porque é muito difícil, hoje, conseguir assistência psicológica que, hoje, ou fica muito elitizada na assistência privada, ou se faz precariamente na saúde pública.

Gregorio Baremblitt: Eu gostaria de estar bem seguro de que entendi toda a pergunta, mas, se a compreendi, eu acho que dada a minha idade atual, eu tive uma longa e felizmente heterogênea trajetória. Formei-me em 1961, e, antes disso, também já trabalhava em grupos de estudo. Então, em diversos países e diversos momentos, protagonizei ou acompanhei processos de auge e trajetórias de queda dos trabalhos com grupos. É preciso lembrar que, desde aquela época, o grupo não era patrimônio de nenhuma orientação especial, porque tinham os grupos que vinham das teorias e aplicações em psicologia social de Lewin, de Parsons, da psicossociologia americana e da teoria da comunicação. Tinha também as modalidades grupalistas que vinham de distintas orientações do psicodrama. Uma grande e original concepção de trabalhos de grupo foram os grupos operativos de Enrique Pichón Riviere e, desde então, existiu a grande contribuição psicanalítica, que foi a de Langer, Grimberg e Rodrigué. Também na Argentina, na década do se publicaram muitos números de uma revista que eu considero importantíssima, *O grupal*, na qual houve numerosos artigos de alto nível, entre elas, as de Armando Bauleo, Hernán Kesselman, Eduardo Pavlovsky, Juan Carlos Debrassi e muitos outros que é impossível elencar. Fundou-se uma Sociedade Psicanalítica de Grupo que teve

uma atuação interessante, mas que sempre foi considerada pela APA como um conjunto de segunda categoria. No Uruguai, Chile, México e outros países da América Latina, as trajetórias do grupalismo foram bastante parecidas. Aqui no Brasil, houve uma forte corrente grupalista que começou no Rio Grande do Sul e depois floresceu no Rio de Janeiro (por exemplo, na Clínica Katerine Kemper); em São Paulo, o grupalismo se desenvolveu muito (por exemplo, no Sedes Sapientia); e em Belo Horizonte houve um forte movimento de grupo operativo. Sou consciente de que estou omitindo uma surpreendente quantidade de iniciativas e organizações grupalistas. Em todas partes houve auges e houve quedas. Eu acho que, efetivamente, o fato de a extensão do atendimento psicoterapêutico e, muitas vezes, institucional e comunitário terem nos grupos um instrumento privilegiado provocou a concorrência de todo tipo de técnicas individuais tornadas baratas pela sua curta duração. Mas também é verdade que sugiram correntes grupalistas francamente destinadas a otimizar a força de trabalho em benefício dos patrões e das corporações. Eu tenho a impressão de que um grande contribuinte e um grande prejudicador do grupo foi a inspiração psicanalítica, porque, por um lado, as contribuições da psicanálise ao grupalismo foram interessantes, algumas muito determinantes, só que o problema é o mesmo de quando perguntam a um cidadão jovem se prefere "um carro esportivo com dois lugares ou um sedan com seis?". Ele sempre vai preferir o esportivo como expressão do individualismo competitivo e exibicionista. Então, em certa decadência do grupalismo, teve certa ingerência o problema da hierarquia aristocratizante e plutocrática da psicanálise individual, que, entre outras coisas, é um símbolo de *status*. Por certo, isso ocorre cada vez menos, porque, neste momento, cada um que quer pode ser psicanalista e pode se dizer assim. Só que o auge de certas correntes psicanalíticas atuais favorece mais que nunca a análise individual, porque, incluso, explicitamente considera o grupo como uma formação imaginária que não propicia o que eles entendem por cura. Agora, eu "pessoalmente" já trabalhei muito com grupos com orientação psicanalítica na rede pública, acho que não é muito recomendável revigorar no sistema público de saúde mental a orientação psicanalítica de grupos. Há muitas outras contribuições que podem vir a enriquecer enormemente esse dispositivo e podem ser usadas de maneira harmônica, eclética e positiva junto com muitos outros recursos. Essas propostas são muito eficientes clinicamente e são capazes de juntar uma ética microrrevolucionária com uma teoria e uma técnica coerentes – e isso faz com que mais difi-

cilmente sejam recuperados e absorvidos pelo burocratismo de Estado e pela insuficiência e, às vezes, desonestidade da rede pública. As abordagens grupais, em muitos aspectos, são valiosas e favorecem muito a singularização e a ressocialização. Os grupos de adolescentes infratores da lei, os das crianças abandonadas, o com dificuldades de aprendizado e conduta na escola, os chamados grupos de risco em geral, assim como os grupos de mulheres, os de alcoólatras anônimos, tem dezenas de tipos de grupos que podem ser de grande resultado. É importante que tenhamos um leque de escolhas éticas, teóricas e técnicas possíveis para coordenar cada grupo, de maneira tal que propiciem em cada conjunto as forças revolucionárias curativas, inventivas etc. Não me parece que se deva insistir muito em entronizar uma orientação só. Obrigado.

Igor: Por questões de tempo, estaremos encerrando agora. Nós agradecemos a presença de todos, especialmente a Gregorio Baremblitt que veio e respondeu nossas perguntas e trouxe seu depoimento. Boa noite e até amanhã.

Capítulo 18
Depoimento de Arrigo Leonardo Angelini

Entrevistadores:
Dayse de Marie Oliveira
Julio Cesar Cruz Collares da Rocha

Dayse: Boa tarde a todos. Muito obrigada pela presença de vocês. Em nome do Clio-Psyché e de nossos colegas, nós agradecemos imensamente a oportunidade de termos o professor Arrigo Leonardo Angelini aqui conosco, na sessão de depoimentos. Agora, convido Júlio Rocha, que vai fazer uma brevíssima apresentação do professor.

Júlio: Boa tarde. Vou fazer a apresentação do Professor Arrigo Leonardo Angelini antes de começar o depoimento dele. Arrigo Leonardo Angelini nasceu no dia 28 de setembro de 1924, no Estado de São Paulo, graduou-se em Pedagogia pela USP em 1944, doutor em Psicologia Educacional em 1953 e Livre-docente em 1954. Dirigiu o Instituto de Psicologia da USP, notabilizando-se nas áreas de psicologia da educação e psicologia transcultural, com mais de cem publicações entre artigos, livros e capítulos publicados em diversos países. Foi membro de diversas associações de psicologia no Brasil e no mundo. Participou de momentos importantes, como na criação da Lei do Psicólogo, e da criação do Sistema Federal de Psicologia e foi o primeiro presidente do Conselho Federal de Psicologia. Atualmente, preside a Academia Paulista de Psicologia. É com muita honra que recebemos e, com a palavra, o professor Arrigo Leonardo Angelini.

Arrigo Angelini: Muito obrigado a todos, uma boa tarde. Inicialmente, quero agradecer o convite para participar deste XI Encontro do Clio-Psyché, na palavra da pessoa da Ana Maria Jacó, que é extraordinária presidente e professora da UERJ. Eu fui solicitado a fazer um depoimento sobre a psicologia, notadamente, a sua evolução em São Paulo. Então, eu vou falar da minha po-

sição como professor de psicologia da Universidade de São Paulo, onde ingressei no final da década de 1940, e, por quarenta anos, permaneci nessa Universidade, com apenas duas saídas para o exterior: uma para ser professor visitante da Universidade [Cenrtal] de Venezuela, em Caracas; e a outra, como professor visitante da Universidade do Texas, nos Estados Unidos.

Eu vou começar esse depoimento com uma pequena história, uma realização que houve na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo. Organizou-se em julho de 2003, portanto há onze anos, um congresso de avaliação psicológica. O Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica resolveu fazer um congresso, e, nesse congresso, a Comissão Organizadora convidou alguns psicólogos considerados pioneiros nesse ramo de avaliação psicológica. Eu fui um dos convidados. Na sessão solene de abertura do congresso estava a professora e psicóloga Eda Marconi Custodio, que é professora da USP e também da Metodista de São Paulo, encarregada de fazer uma saudação à minha pessoa. E ela, então, comentou alguns trabalhos que eu vinha fazendo, que eu tinha feito, sobre avaliação psicológica. E, além disso, ela disse que eu era o psicólogo que recebera o registro número 1 do Conselho Estadual de Psicologia, quando o Conselho começou a registrar os psicólogos. E foi uma homenagem que o Conselho me fez me dando o número 1. Muito bem, depois da sessão solene, quando falaram vários oradores, houve um coquetel de confraternização, e nesse coquetel havia um grupo de estudantes, de moças, do curso local de psicologia, que conversavam animadamente. E uma delas disse: olha, de fato, a psicologia no Brasil é muito recente, porque o psicólogo número 1 ainda é vivo! Pois é, e passaram-se 11 anos e ainda estou vivo, felizmente. Então posso falar um pouco de como foi a psicologia, como se desenvolveu, qual foi a evolução da psicologia, principalmente em São Paulo, onde eu me localizava.

A psicologia no Brasil, não só no Brasil, como também no mundo inteiro, teve seu início com o famoso laboratório de [Wilhelm] Wundt, em Leipzig na Alemanha, em 1879. Portanto, já na segunda parte do século XIX. E, embora antes de Wundt, antes do primeiro laboratório, alguns filósofos e antropologistas já fizessem pesquisa de base experimental em psicologia. Eram sobretudo estudos de psicofisiologia, ou então, como chamavam, de psicofísica, em que se estudavam os órgãos do sentido, tempo de reação, e por aí afora.

No Brasil, a psicologia começou no ensino de psicologia nas escolas normais. Nas tradicionais escolas normais, existentes no estado de São Paulo, e também no estado do Rio de Janeiro – parece que a primeira Escola Normal

foi aqui em Niterói –, primeira escola Normal onde se estudou psicologia, e estas escolas, às vezes, organizavam laboratórios de psicologia, ainda na tradição Wundtiana. A primeira Escola Normal onde se instalou um laboratório, curiosamente, foi num grupo escolar da cidade de Amparo, em 1909. Porém, a principal escola e laboratório foi em São Paulo, na Escola Normal da Praça, que era uma Escola Normal que ficava na Praça da República, por isso tinha esse nome: Escola Normal da Praça. E, nessa escola, foi fundado por Clemente Quaglio, em 1912, um laboratório de psicologia experimental. Para esse laboratório foi convidado um psicólogo italiano de nome Ugo Pizzoli, que chegou ao Brasil em 1913, trazendo consideráveis aparelhos da tradição de Wundt. Aí instalou-se este laboratório, que foi reorganizado posteriormente pelo professor Lourenço Filho, que foi um grande educador, em 1920. E o que se fazia nesse laboratório? Exatamente aquelas pesquisas de senso e percepção, de órgãos do sentido, de antropologia física, e por aí afora.

Outros laboratórios foram depois criados, mesmo aqui no Rio de Janeiro, pelo Lourenço Filho, que se transladou de São Paulo para o Rio, em 1932, e também tivemos laboratórios em outros estados, como em Belo Horizonte, com a Helena Antipoff. E o que se fazia nesses laboratórios? Essas pesquisas. Então a psicologia que era estudada nas escolas normais, além do trabalho teórico de ensino da psicologia, havia preocupação já com a pesquisa. Já naquele momento, naquele momento histórico.

Na primeira metade do século XX, nós vamos verificar que havia três vertentes da psicologia: a vertente da educação, através do ensino nas escolas normais, através da aplicação na educação; a vertente do trabalho, através de instituições do trabalho; e a vertente da clínica, em instituições clínicas que já eram estabelecidas em nosso meio.

Tudo isso acontecia antes da fundação da Universidade de São Paulo, em 1934. Curiosamente, a universidade no Brasil foi fundada muito tarde. Só no século XX, nós tivemos universidades, embora houvesse escolas superiores de medicina, de direito, até de agricultura, fundadas no século XIX. Mas não havia ainda a organização de uma universidade, que só ocorreu em 1934, como eu disse. E isso quando se compara, quando se verifica o que aconteceu em outros países da América Latina, é uma coisa impressionante. Porque, desde 1551, já tínhamos a Universidade de San Marcos, no Peru, e tínhamos a Universidade Nacional Autônoma do México. Na Argentina, aqui ao lado, a Universidade de Córdoba foi fundada em 1613, no século XVII. A Universidade de

Buenos Aires é de 1921. A Universidade da Colômbia, em que está nosso companheiro [Rubén] Ardila, só foi fundada em 1867. Então, é por que a educação vai muito mal no Brasil. Porque as universidades só foram fundadas no século XX. Imagine. É verdade que agora existe uma proliferação de universidades no Brasil, fundadas pelo ex-presidente Lula, que fundou universidade em todo canto, agora, que já não existe mais professores habilitados para todas essas instituições. Mas isso já é outro problema.

A fundação da Universidade de São Paulo partiu de um empreendimento do governo do estado de São Paulo, o Armando de Salles Oliveira, apoiado pelo jornalista, pelo jornal O Estado de São Paulo, de Júlio de Mesquita Filho, que tiveram a ideia de criar a Universidade de São Paulo, reunindo as escolas previamente existentes, já fundadas até no século anterior, e criando uma escola nova, que foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A intenção dessa faculdade era de ser uma escola de cúpula, uma escola que se dedicasse ao ensino e à pesquisa nas mais variadas ciências, filosofia, ciências e letras – como seu próprio nome indica. Então, o governo do Estado de São Paulo teve a ideia de contratar professores estrangeiros, principalmente franceses, que vieram aqui para iniciar os estudos nas mais diferentes áreas do conhecimento humano e formar pesquisadores, formar discípulos, e formar aqueles que deveriam continuar o seu trabalho pioneiro. Isso, a partir de 1934, então vieram o que ficou sendo conhecido como a "missão francesa" na Universidade de São Paulo. Vários professores. Professores de renome, muito jovens ainda, mas depois se tornaram ainda mais conhecidos, em todas as áreas, como Roger Bastide na sociologia, Lévi-Strauss, que foi um grande intelectual francês, e eles começaram então os cursos na Faculdade de Filosofia.

A Faculdade de Filosofia criou, na ocasião, 55 cátedras. As cátedras eram ocupadas por um catedrático e uma série de assistentes e instrutores. A cátedra era um cargo que era ocupado por uma única pessoa. Quer dizer, poderia haver apenas um catedrático para cada ramo do conhecimento e, com o objetivo de desenvolver a área, criar continuadores. Foram criadas as 55 cátedras na Faculdade de Filosofia, para dizer que ficou sendo uma espécie de mini-universidade já dentro da universidade. Entre essas 55 cátedras, somente uma de psicologia, que seria destinada ao curso de Filosofia e Ciências Sociais. Posteriormente, uma segunda cátedra foi a de Psicologia Educacional. Como é que ocorreu isso? Havia na Caetano de Campos, na Escola Normal Caetano de Campos, um curso de nível universitário, de educação, um curso destina-

do ao aperfeiçoamento de professores. De nível universitário. No curso, então, lecionavam expoentes de várias disciplinas: Fernando de Azevedo, em Sociologia, e Milton da Silva Rodrigues, em Estatística, Antônio Ferreira Almeida Junior, em Biologia. Então, havia esse curso de nível superior na área de Educação. Esse Instituto de Educação Caetano de Campos ficou sendo uma instituição complementar da própria universidade até 1938. Em 1938, esse instituto foi absorvido pela Universidade de São Paulo, e os professores desse instituto foram transferidos, já na categoria de professores catedráticos, para a Universidade de São Paulo.

E aí, eu queria fazer um parêntese aqui para falar de dois professores, ou duas professoras, melhor dizendo, na área de psicologia que estão ligadas à história da psicologia em São Paulo. Uma é a professora Annita de Castilho e Marcondes Cabral. Essa professora Annita inicialmente foi aluna de Lourenço Filho. Que depois se transferiu para a Universidade de São Paulo nessa cadeira de psicologia criada. Porém, na Universidade de São Paulo, para começar os estudos de psicologia, foi contratado um professor francês, Étiénne Borne, que ficou dois anos aqui, 1934 e 1935. E quem o sucedeu foi outro professor francês, Jean Maugüé, que ficou de 1935 a 1944. Eu cheguei a ser aluno desse professor Maugüé, não propriamente na área de psicologia, mas na área de história da filosofia, pois ele dava as duas matérias. Depois de Maugüé, que ficou até 1944, em 1945, foi contratado o professor Otto Klineberg, conhecido psicólogo da Universidade de Columbia, e que permaneceu em São Paulo durante dois anos. Klineberg deu um impulso muito grande à psicologia em São Paulo. Ele funcionou como um papel de catalisador para reunir as pessoas interessadas em psicologia e em ciências afins. E, no próprio ano de 1945, em que ele começou, conseguiu reunir um grupo de pessoas interessadas em psicologia, e criar uma sociedade de psicologia em São Paulo, que foi a Sociedade de Psicologia de São Paulo, em 1945. O primeiro presidente dessa sociedade recém-criada, os que se reuniram para criá-la, que eram os professores de psicologia e psicólogos que trabalhavam em instituição de trabalho, quiseram homenagear a figura de Roberto Mange; Mange foi um engenheiro suíço que se transferiu para o Brasil e se naturalizou brasileiro. Ele era engenheiro e professor da Escola Politécnica de São Paulo, mas era também psicólogo e se dedicava à psicologia industrial. Ele foi um grande estimulador da psicologia industrial em São Paulo, e começou aplicando psicologia para a seleção de trabalhadores no antigo Liceu de Artes e Ofícios e, posteriormente, ele participou da fundação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

(SENAI) em São Paulo e também, na mesma época, do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, um centro mantido pelas estradas de ferro existentes no país – que, naquele tempo, funcionava, mas, hoje, já não funciona mais –, que reunidas, mantinham o centro para selecionar e formar trabalhadores para as oficinas ferroviárias, além de todo o pessoal das ferrovias, das estações e até dos escritórios. Eu cursava o terceiro ano da Faculdade de Filosofia, em 1945, e fui convidado para participar do serviço de seleção do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional. E, nesse serviço, nós fazíamos não só a seleção do pessoal para os cursos de oficina, mas também a pesquisa, construindo testes novos, ou então aferindo testes de outras procedências – americana, sobretudo –, e um dos grandes trabalhos que fizemos ali foi a aferição do teste das habilidades primárias de [Louis Leon] Thurstone que, como se sabe, foi o autor da teoria da inteligência dos fatores primários. Então fizemos uma verdadeira aferição desse teste, num tempo em que não havia, evidentemente, computadores, então todos os cálculos estatísticos foram feitos à mão. [pausa] Vamos apressar a história. A professora Annita de Castilho e Marcondes Cabral sucedeu Otto Klineberg, em 1947, e, até 1968, ela dirigiu a cátedra de Psicologia. Annita Cabral deu um grande impulso à psicologia no Brasil, porque ela era muito preocupada em criar sociedades de psicologia. Ela participou da criação da Sociedade de Psicologia de São Paulo, em 1945, e foi até primeira-secretária. Depois foi a presidente da sociedade por duas ou três vezes. Eu também presidi a Sociedade em duas oportunidades. E ela também se preocupava muito em expandir a psicologia nos cursos onde ela aparecia como disciplina apenas, que era o curso de Filosofia e o de Ciências Sociais. Depois, com a vinda do Instituto de Educação para a Universidade de São Paulo, então, a psicologia passou a ser ensinada também no curso de Pedagogia, que foi iniciado em 1938. Então, nós tínhamos duas cátedras: uma para os cursos de Filosofia e Ciências Sociais e outra para os cursos de Pedagogia e para a formação do licenciado, isto é, da pessoa que teria um diploma que lhe daria o direito ao magistério secundário. Então, a professora Annita teve a ideia, além da Sociedade de Psicologia de São Paulo, em 1954, de fundar uma Sociedade Brasileira de Psicologia, cuja admissão o indivíduo deveria ter o título de doutor. Porém, àquela altura, eram poucos os doutores no Brasil. Então, a sociedade não foi para frente porque tinha meia dúzia de doutores, demonstrando que ela teve uma aspiração muito grande para uma realidade que não comportava, mas depois vieram outras sociedades, como a Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto etc. Retornando à história da professora Noemy da Silveira Rudolfer, que

foi assistente de Lourenço Filho no Instituto de Educação, quando o Instituto de Educação foi transferido para a Universidade de São Paulo, ela e os demais professores do Curso Superior do Instituto de Educação também foram transferidos. Então, criou-se a seção de Pedagogia da Universidade de São Paulo. Quando eu fazia o terceiro ano do curso de Pedagogia, a professora Noemy me indicou para ser o seu primeiro assistente, e eu então assumi a posição de assistente, lecionando, desde logo, Psicologia da Adolescência e Psicologia da Aprendizagem, e eu participava também das pesquisas que eram realizadas nessa cátedra. É importante indicar que as primeiras pesquisas no Laboratório do Pizzoli eram voltadas para a Antropologia física, a Psicofísica e a Psicofisiologia, depois, as pesquisas passaram a ser aquelas de interesse para a educação: pesquisas com crianças e adolescentes, psicologia de matérias escolares etc. A partir dos primeiros formados por essa nova Universidade, os que passaram a trabalhar nos institutos e nas organizações onde se aplicava a psicologia eram já os formados ou em Pedagogia ou em Filosofia, porque já tinham várias disciplinas de natureza psicológica. Então puderam já ser aproveitados e faziam a sua complementação profissional no próprio ambiente de trabalho. As instituições, como o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional ou as de atividades de ensino de psicologia, não faziam apenas a aplicação dos conhecimentos psicológicos, também faziam pesquisa, porque, às vezes, não tínhamos instrumentos psicológicos nacionais, necessitando pesquisar, criar novos testes ou aferir os testes vindos do exterior. Em 1953, a professora Annita Cabral, que era muito preocupada em desenvolver a psicologia, propôs à Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a criação de um curso de graduação em psicologia, pois não havia até então uma graduação, o que havia eram disciplinas de psicologia em cursos de Filosofia, em cursos de Pedagogia, mas não um curso de graduação da própria psicologia. O processo tramitou por muito tempo, até que foi aprovado na Congregação, até se transformar numa lei estadual no ano de 1957 e, em 1958, começou então a graduação em psicologia. Nessa altura, eu já havia substituído a professora Rudolfer, que se aposentou. Então o cargo de professor catedrático foi colocado em concurso, e eu, que fui assistente da professora, me inscrevi no concurso junto com dois outros candidatos. Fui aprovado em primeiro lugar e assumi a cátedra de Psicologia Educacional da Faculdade de Filosofia. Nesse curso, que foi proposta de Annita Cabral e que foi criado em 1957, e começou a funcionar em 1958, eu passei a ser o coordenador do curso, no que eu resolvia os problemas de ensino, problemas administrativos etc. A essa altura, por volta de 1958, final da

década de 1950, os que trabalhavam com psicologia em São Paulo, em escolas, como professores, em entidades do trabalho, em entidades clínicas, resolveram que era necessário regulamentar a profissão de psicólogo no Brasil, porque quem trabalhava com psicologia era designado professor, ou assistente técnico, ou psicologista, mas não havia a regulamentação oficial, isto é, uma lei que regulamentasse a profissão de psicólogo. Até que surgiu no Congresso Nacional um projeto de lei que recebeu o parecer de um deputado chamado Lauro Cruz, que começou a discussão sobre como seria a regulamentação. O que se discutia então? Discutia-se desde o nome do profissional, se seria psicotécnico ou seria psicólogo. Qual seria a designação do profissional? Discutia-se também, no projeto, a função do psicólogo. Qual seria a função do psicólogo? O que o psicólogo poderia fazer? Isso criou uma dificuldade com a área médica, porque já se fazia psicologia clínica, já se fazia psicoterapia, porém os médicos achavam que esses eram termos médicos, que o psicólogo poderia fazer, mas sob a supervisão do médico. Daí criou-se um impasse, e o projeto não ia para frente. Até que o grupo de São Paulo resolveu fazer o seguinte: vamos fazer uma proposta para ver se passa essa lei que cria a profissão de psicólogo. Se notarem o texto da lei agora, vão verificar que entre as funções do psicólogo não está a função de clínica ou de psicoterapia, não existem as palavras "psicoterapia" ou "psicologia clínica". Por quê? Porque nós resolvemos substituir essas palavras por "uso de métodos e técnicas psicológicas para solução de problemas de ajustamento". Então, com essa expressão, ficou subtendido que poderia ser feita a psicologia clínica, e, com essa solução, foi possível aprovar o projeto de lei que recebeu o parecer de um médico, que era deputado no Congresso Nacional. Então, em 27 de agosto de 1962, foi aprovada a lei no Congresso e, depois, submetida ao presidente da república que sancionou a lei em 27 de agosto de 1962, sem as expressões "clínica" e "psicoterapia". Hoje, os estudantes de psicologia perguntam: Por que a lei não fala que o psicólogo pode fazer psicoterapia? E não fala. Ela fala que pode usar métodos e técnicas psicológicas para solução de problemas de ajustamento, o que é a mesma coisa. [pausa] Agora eu queria falar da importância da Sociedade Interamericana de Psicologia para o desenvolvimento da psicologia na América Latina e no Brasil. Em 1951, um grupo de psicólogos e psiquiatras que compareceu ao quarto Congresso Internacional de Higiene Mental no México se reuniu e resolveu propor uma Sociedade Interamericana de Psicologia, e essa sociedade, entre outras coisas, faria os congressos interamericanos, e o primeiro congresso foi feito na República Dominicana dois anos depois, em 1953, e essa sociedade desempenhou e vem de-

sempenhando um papel importantíssimo para o congraçamento dos psicólogos da América Latina, principalmente, mas com a participação também dos norte-americanos e dos canadenses. Ela teve, e está tendo, uma importância muito grande para o desenvolvimento da psicologia na América Latina. Naquela ocasião, era mais fácil os psicólogos latino-americanos se comunicarem com os Estados Unidos ou com a Europa do que uns com os outros na América Latina, porque as comunicações eram muito precárias, e a própria sociedade, no começo, sofreu desse problema, isto é, não havia, nos primeiros anos, o correio eletrônico, a correspondência era muito precária, e organizar um congresso na América Latina era muito difícil, pois não havia computador, não havia celular, não havia coisa nenhuma. Logo, era muito difícil o congraçamento dos psicólogos latino-americanos, mas, mesmo assim, eu presenciei os primeiros 17 congressos interamericanos, que foram realizados entre 1953 e 1979, e, de lá para cá, já aconteceram outros 17 congressos, totalizando 34 congressos interamericanos, e o próximo será na cidade de Lima, em 2015. Eu acredito que essa sociedade realmente criou condições para o desenvolvimento da psicologia na América Latina.

Júlio: Professor, como foi a campanha para criação do sistema do Conselho de Psicologia e qual foi a sua participação nessa tarefa?

Arrigo Angelini: Depois da lei 4.119/27, de agosto de 1962, havia necessidade de uma nova lei que criasse os conselhos: o conselho federal e os conselhos regionais de psicologia. O que são os conselhos? São os órgãos que orientam e fiscalizam a profissão e estabelecem o código de ética da profissão. Nós tínhamos a profissão aprovada, mas não tínhamos os conselhos onde os psicólogos deveriam, como ainda devem, se registrar. Então, além da campanha que fizemos para que fosse criada a profissão, agora a campanha era para que fossem criados os conselhos, e isso só ocorreu nove anos depois da lei, em 1971. Mas criados os conselhos por lei, eles não eram instalados, não eram organizados, porque a instalação dependia de uma providência do Ministério do Trabalho, e o Ministério do Trabalho não tomava providência. Então, nós fizemos várias reuniões, uma campanha enorme entre as sociedades de psicologia existentes na época para pressionar o Ministério do Trabalho para que convocasse os psicólogos para estabelecer os conselhos. Isso só foi possível em 1973, que o ministro do trabalho, que chamava Julio Barata, convocou as sociedades de psicologia existentes para que, reunidos, votassem um primeiro Con-

selho Federal de Psicologia, Conselho Federal esse que depois deveria criar os Conselhos Regionais. Isso ocorreu no dia 27 de dezembro de 1973, numa reunião em Brasília, no Ministério do Trabalho. Lá foram aprovados os primeiros conselheiros e eu tive a honra de ser o primeiro presidente do Conselho Federal de Psicologia, e, já no ano seguinte, em 1974, eu instalava os oito primeiros Conselhos Regionais, que são os órgãos onde o psicólogo formado em Psicologia tem que se registrar para poder exercer a profissão de psicólogo. Então, essa é a história, a campanha que fizemos para criar e regulamentar a profissão de psicólogo no Brasil.

Júlio: Ok, professor. E, sobre a reforma do estatuto da USP em 1970, foi criado o Instituto de Psicologia. Como é que foi essa criação do Instituto? O que aconteceu com o Instituto a partir daí?

Arrigo Angelini: Agora eu vou me referir a uma outra campanha. Eu, professor da Universidade de São Paulo de Psicologia, de uma disciplina do curso de Pedagogia, ocorreu o seguinte: no ano de 1968, ocorreu na França um movimento estudantil cuja intenção era a democratização nas universidades. Os estudantes queriam participar ativamente dos destinos e das decisões da universidade. Esse movimento estudantil da França teve uma repercussão aqui no Brasil, e, em São Paulo, que os estudantes queriam participar de todas as decisões da universidade. A universidade tinha seus professores, tinha sua congregação, tinha o conselho universitário composto de professores catedráticos da universidade, mas os estudantes não tinham voz, não tinham participação nos destinos da universidade, e eles exigiam essa participação. Esse movimento estudantil teve um mérito que a própria universidade resolveu fazer uma reforma na USP para atualizar alguma coisa e para incluir a representação estudantil nos diversos colegiados da universidade, não só estudantil, mas também dos funcionários da universidade. Isso, em 1969. Durante o ano todo houve reuniões do conselho universitário em que se discutia esse assunto, mas discutia-se também uma divisão daquela famosa faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em vários institutos porque aquela faculdade começou a sofrer um problema de gigantismo. Imagina uma escola que deve cuidar da Filosofia, de todas as Ciências, de todas as Letras, da Educação, da Sociologia, das Ciências Humanas, das Ciências Naturais, então era uma verdadeira universidade, só não tinham as escolas profissionais de Engenharia, Medicina e de Direito, o resto

estava tudo na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Então, criou-se um gigantismo da escola. Aí, nessa reforma, foram propostas novas unidades da universidade: Instituto de Física, uma nova unidade; Instituto de Química, uma nova unidade; Instituto de Matemática, uma nova unidade; Instituto de Biologia; e assim por diante. E, aí, eu pensei: "por que não um Instituto de Psicologia? Por que não?". E eu fiz uma proposta. Aí, chegou o problema. No Conselho Universitário, evidentemente não havia nenhum professor de psicologia, mas discutia-se se deveria haver esse Instituto de Psicologia. Então, houve uma resistência no Conselho Universitário. Diziam: "não, mas começa a criar tanto instituto, cada disciplina quer um instituto, quer uma escola, como é possível? Ah, vamos colocar a Psicologia na Faculdade de Educação". Aí, eu dizia: "Não, a Psicologia não é só Psicologia Educacional. Tem Psicologia Clínica, tem a Psicologia Experimental, tem a Psicologia Social". "Ah, bom, tem a Experimental, então vamos colocá-la no Instituto de Biologia". Eu digo: "Não, a Psicologia não é só uma ciência biológica, ela também é uma ciência social". Bom, e, com essa discussão toda, quando o Conselho foi decidir se deveria haver o Instituto de Psicologia, que eu havia proposto sem pertencer ao conselho, eu propus de fora. Houve uma votação e havia 25 professores presentes, e nós ganhamos por um voto: 13 a 12. Por um voto foi criado o Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, que hoje é uma referência como escola de psicologia, que eu instalei, fui o primeiro diretor e fui duas outras vezes diretor. O Instituto tem uma repercussão internacional especialmente pela sua biblioteca, nós temos talvez a melhor biblioteca. Não sei como andam as bibliotecas daqui, mas é considerada a melhor biblioteca do Brasil em psicologia e uma referência também para as bibliotecas de psicologia das universidades latino-americanas, de modo que, pela repercussão que tem todos os seus trabalhos, participações em congressos etc. E aí é que nós tivemos essa solução que você solicita.

Júlio: Professor, no Instituto de Psicologia criado, houve um incidente no qual o professor teve que acolher a professora Annita Cabral na sua cátedra. O professor poderia falar sobre isso?

Arrigo Angelini: A professora Annita Cabral, a quem me referi há pouco, que tinha grande entusiasmo de criar cursos de psicologia, ela criou um curso de Psicologia Clínica e quis criar a Sociedade Brasileira de Psicologia etc. Ela

tinha uma particularidade, porque, em 1974, ela fez um doutoramento e, na Universidade de São Paulo, nós temos cinco categorias de professores. Nós temos o professor auxiliar de ensino, o mestre, o doutor, o adjunto e o catedrático. São posições que a pessoa alcança mediante concurso. Então, você entra, faz o seu doutorado. Muito bem, depois do doutorado, tem que fazer um novo concurso de títulos e provas e tese para ser livre docente. E, depois, do livre docente para adjunto, ele tem que fazer um novo concurso. Aí não é de provas, é só de títulos e, depois, de adjunto para catedrático, tem que fazer um concurso de cinco provas: prova prática, prova oral, prova escrita, uma aula e uma tese e prova de títulos. E a professora Annita não fazia essa carreira. É o que se esperava de um professor universitário: que progredisse na carreira, não ficasse só como doutor ali parado como mestre. E ela tinha essa dificuldade e não se inscrevia. E os seus assistentes, era uma cátedra, tinham vários assistentes. E os assistentes também ficavam limitados porque o assistente também fazia o doutorado e, depois, se fizesse a livre docência, ele tomava o lugar da professora. Ele teria o título maior que a professora. Chegou a um ponto em que os assistentes começaram a criticar a professora porque não permitia o acesso à carreira, e ela começou a ter um ambiente desfavorável no seu departamento. Até que os assistentes pediram que ela se desligasse, porque era professora contratada para reger a cátedra, não era catedrática, e era um contrato de três anos. A cada três anos precisava renovar o contrato, e era uma dificuldade para renovar o contrato porque ela não fazia o concurso e não tinha outros títulos etc. Então, chegou a um ponto em que os assistentes pediram que ela se desligasse do departamento dela, e eu, vendo essa situação, a convidei para passar para o meu departamento como assistente. Ela passou, trabalhou um certo tempo e, depois, se aposentou e, após algum tempo, se tornou professora de uma universidade particular.

Ana Maria Jacó-Vilela: Professor Arrigo, é um prazer imenso ter o senhor aqui conosco, essa memória fantástica que é a própria psicologia viva, pulsante e entusiasmada. Eu queria pegar o primeiro gancho dessa pergunta do Júlio [Rocha] e falar da Dona Annita Cabral, que também é uma figura fantástica, um grande personagem da nossa história e queria que o senhor fosse um pouco mais preciso. Pelo que eu sei, não foram "os" assistentes da dona Annita que pediram que ela saísse, foram "alguns" assistentes. Alguns assistentes queriam

que ela saísse, alguns gostariam que ela continuasse. É isso? O senhor sabe dizer quem queria que ela saísse e quem queria que ela ficasse?

Arrigo Angelini: Bem, eu não posso saber exatamente o que acontecia dentro do departamento, mas o que transpirava era isso. Aconteceu o seguinte, foi até um problema de desenvolvimento de área da Psicologia porque a Annita era de psicologia social, e ela até fez um estágio nos EUA, filiou-se ao gestaltismo, sua tese era da Gestalt, e o departamento se desenvolveu muito na parte experimental. Porque, em 1961, a Universidade contratou o professor americano Fred Keller, que foi aluno de [Burrhus Frederic] Skinner. Fred Keller foi para o departamento de Psicologia e também carregou consigo vários alunos que fizeram cursos nos EUA nessa área. Então, essa área tomou um impulso muito grande, e a social ficou com a Annita e mais algum ou outro assistente. Naturalmente havia os que apoiavam a Annita e havia os que queriam que ela saísse, ela não progredia na carreira.

Ana Maria: Tinha também o problema de abordagem teórica, talvez.

Arrigo Angelini: Também.

Ana Maria: E também tem uma história que os alunos chegaram a pedir o afastamento dela. O senhor sabe sobre isso?

Arrigo Angelini: Não sei se os alunos ou os assistentes. É provável. Diga-se de passagem, a professora Annita, com tudo que ela contribuiu para a psicologia, era uma pessoa de difícil trato. Então, ela se "abespinhava" com qualquer coisa. Quando a gente ia conversar com ela, precisava sempre estar com o pé atrás. Tem uma história que eu acho que é folclórica. Vou contar essa. No curso de Filosofia, tinha um professor, o João Cruz Costa, que ele era muito crítico, era muito gozador. Gostava de fazer pilhéria com tudo. Numa dessas oportunidades em que a Annita viria a ser recontratada ou não e tal na congregação da faculdade, ele teria feito qualquer brincadeira com ela, que ela na reunião seguinte da congregação disse que foi armada com um revólver, dizendo que se ele fizesse mais uma brincadeira com ela, ela ia passar fogo no Cruz Costa.

Ana Maria: Por isso que era Dona Annita. Professor Arrigo, eu tenho mais uma pergunta para fazer para o senhor. O senhor, que foi do Conselho

Federal de Psicologia, sabe que a gente passou 17 anos com um determinado grupo político dirigindo o Conselho Federal de Psicologia. E esse grupo veiculou uma notícia que fez, digamos, os corações e mentes dos psicólogos, de que o Conselho Federal de Psicologia, na década de 1970, teria dado o título de psicólogo aos presidentes ditadores, ao General Médici e, quem sabe, também ao General Geisel, ao que se diz, como agradecimento à Lei 4.119, que eu acho bem esquisito, porque a lei foi lá do tempo de João Goulart. Fico pensando que deve ter sido mais pela questão da regulamentação dos conselhos. Ao mesmo tempo, a gente andou procurando algum documento que comprovasse isso e até hoje não obtivemos nenhum documento. O senhor sabe alguma coisa a respeito?

Arrigo Angelini: Não, não tenho ideia. Se houve essa ideia, se houve essa decisão do Conselho, teria sido numa diretoria após a minha.

Ana Maria: Sim, com certeza. Depois.

Arrigo Angelini: Aí eu não tenho conhecimento. Uma coisa, que até eu já falei com o Júlio [Rocha], o Conselho Federal de Psicologia foi instaurado, foi aprovado em plena ditadura militar. Então as pessoas me perguntavam, às vezes, se o Conselho tinha sido instalado para atender às exigências do governo militar. Se teria alguma influência do governo militar na organização e no funcionamento do Conselho. Eu devo dizer que, absolutamente, não houve coisa nenhuma. Pelo menos como primeiro presidente, na primeira gestão, nós trabalhamos com inteira independência, sem qualquer pressão política, sem qualquer outra influência da ditadura sobre o funcionamento do Conselho. Porque nós estávamos muito preocupados em organizar o Conselho, em funcionar, em fazer o código de ética, em tocar para frente. Não com política e, diga-se de passagem, na primeira diretoria do Conselho havia um deputado federal, que era o Clóvis Stenzel, e ele comparecia, mas nunca falou nada sobre política, sobre influência política, nem fiquei sabendo qual era a posição dele politicamente, porque nós só discutíamos problemas da profissão.

Ana Maria: Tem uma outra história também que esse grupo político da psicologia veicula que o decreto-lei que cria os conselhos só foi possível porque a Amália Lucy, filha do Geisel, teria pedido ao Geisel. Mas, enfim...

Arrigo Angelini: Mas só foi possível o quê?

Ana Maria: Só foi possível porque a Amália Lucy, filha do Geisel, teria solicitado ao pai que assinasse o decreto.

Arrigo Angelini: Não, mas quem assinou o dos Conselhos foi o Médici, não foi o Geisel.

Ana Maria: É, eu sei. Eu estou falando isso em público para veicular, inclusive, como as informações são colocadas.

Hugo Klappenbach: Muito agradecido por seu depoimento. Tenho muitas perguntas, mas farei duas: uma é que você mencionou, e nós recordávamos o seu trabalho sobre o papel da SIP no desenvolvimento da psicologia na América Latina, reeditado por Ana Jacó faz alguns anos, e então a pergunta é se você conheceu Eduardo Krapf, primeiro presidente da SIP, e o que se lembra dele. E, em segundo lugar, tenho ideia que você esteve em algum momento em contato, se não mesmo pessoalmente, com Plácido Horas, e recorda algo que pode comentar agora?

Arrigo Angelini: Plácido Horas participou muito dos congressos interamericanos e, também na Argentina, nós tivemos participação muito assídua e frequente do nosso amigo Ardila, Rubén Ardila, da Colômbia, Geraldo Amorim, da Argentina, Horácio Rimondi, Nuria Cortada de Kohan, que faleceu recentemente... A sociedade foi realmente um estímulo muito grande para a congregação de profissionais da América Latina. É um trabalho excelente.

Helio Carpintero: Sou Helio Carpintero. Professor Angelini, você foi uma pessoa fundamental na psicologia do Brasil, então eu gostaria de saber...

Arrigo Angelini: Como eu trabalhei em psicologia educacional, a preocupação era a aplicação da psicologia à educação. Não somente a aplicação da

psicologia da educação, mas a realização de pesquisas dentro da própria psicologia educacional. Então, a pesquisa que fosse de interesse para a educação, eu participava. Por outro lado, é curioso também saber que a escola constitui o laboratório também do psicólogo geral. Até conta-se, como uma espécie de piada, que a psicologia americana não é uma psicologia universal, é uma psicologia do estudante de *college*, porque os sujeitos da pesquisa psicológica geralmente são alunos dos professores de *college*, então esta não é uma psicologia universal, nem americana é, porque é do estudante de *college*. Aí é que vem a história, que essa manhã também se discutiu aqui, da pesquisa intercultural. Quer dizer, a partir de meados do século passado, em 1960, os psicólogos começaram a perceber que estavam fazendo uma psicologia etnocêntrica, centrada numa cultura, e que os conceitos psicológicos precisavam ser pesquisados universalmente. Será que os conceitos da psicanálise funcionam em todas as culturas? Será que as etapas de [Jean] Piaget funcionam em todas as culturas? Ou há uma diferença de cultura para cultura? Então, criou-se uma nova dimensão na pesquisa psicológica, que é a dimensão cultural. Então, não basta selecionar um grupo de sujeitos e dizer "bom, chegamos à seguinte conclusão e temos o seguinte resultado e os seguintes conceitos". Esses conceitos são válidos em outras culturas? Nós temos uma psicologia universal? Conceitos que sejam válidos para todos ou conceitos que variam conforme a cultura? Eu trabalhei o meu final de carreira muito em psicologia intercultural e mostrei exatamente esse problema. Aliás, está no livro [Memória da psicologia, Ed. Vetor] o artigo sobre esse assunto.

Helio Carpintero: Uma segunda pergunta, em seguida termino. Muitos psicólogos acreditam que o psicólogo aplicado é de segunda classe e o psicólogo teórico, investigador, é de primeira. O que você crê?

Arrigo Angelini: Falando pelo Brasil, chegou-se a pensar, quando se regulamentou a profissão aqui, que deveria haver o psicólogo, e o auxiliar de psicólogo seria outra profissão. Mas, isso não prosperou. Realmente, eu acho que o auxiliar de psicólogo seria aquele que aplicaria testes etc., e o psicólogo seria o teórico, o grande sistematizador etc. Eu não sei se é possível fazer essa diferença. Eu acho que as duas coisas se completam. Essa é a minha posição.

Helio Carpintero: A última pergunta. Você sabe que muitos de nossos colegas dizem que a psicologia se ocupa demasiadamente das enfermidades e se esquece de fazer o homem feliz. É a psicologia positiva. O que você diz disso?

Arrigo Angelini: No trabalho que eu fiz para o livro de Ardila, *A psicologia do futuro*, eu abordo esse problema ligeiramente, que é importante, porque geralmente o psicólogo trata só de enfermidades, só de quem vai mal. É preciso ter uma psicologia positiva daquilo que vai bem. Realmente, essa é uma preocupação que é procedente. Eu acho que devemos fazer uma psicologia também positiva, não só a negativa, de doenças, dificuldades, desajustamentos e problemas etc. É isso aí. Obrigado.

Pergunta (não identificado): O senhor citou o Roberto Mange. Gostaria que o senhor me corrigisse se eu estiver errado. Eu sei que o Mange esteve na Alemanha um pouco antes da guerra. Ele foi se atualizar em relação a testes justamente para aplicá-los no Liceu São Paulo, para seleção de alunos para o ensino profissional, e também na questão da companhia ferroviária. E a abordagem dele era de testes alemães, mas, depois da guerra, parece que ele muda um pouco a orientação. O senhor concorda com isso ou essa questão de ser ou não ser alemão não foi muito importante?

Arrigo Angelini: Bom, o Mange estudou na Alemanha, Psicologia Industrial, e também em Portugal. Depois, radicado no Brasil, ele colaborou para a introdução da psicologia. Naquele tempo dava-se muita valorização aos testes, à psicometria. Usavam-se muitos testes e depois passou-se a criticar um pouco o uso e o abuso do teste psicológico. Eu não saberia dizer se ele mudou de orientação, porque, no final, ele era o presidente, o diretor do SENAI. O SENAI tinha todo um departamento de testes e estudos psicológicos etc., no qual eu trabalhei. Então, a gente não tinha uma orientação direta do presidente, que era o Mange.

Júlio: Professor, a gente tá acabando. Eu queria somente perguntar sobre o encontro de formação em psicologia que aconteceu em Bogotá em 1974. Como foi esse encontro? Foi o professor Aroldo Rodrigues, [foi] o professor [Franco Lo Presti] Seminerio representando o Brasil...

Arrigo Angelini: Bogotá, em 1974, foi organizado pelo nosso amigo Rubén Ardila. Realmente, na evolução dos congressos de psicologia, novos temas começaram a ser discutidos e uma das coisas importantes, que começou em um congresso anterior, mas que se acentuou muito no congresso de Bogotá, foi o problema da formação do psicólogo. E Ardila organizou um livro sobre a profissão de psicólogo [La Profesión del Psicólogo. México: Trillas], no qual eu tenho uma contribuição também. E acontece que, no começo, os primeiros congressos interamericanos eram assistidos só por psicólogos. O estudante não comparecia. A partir de certo momento, começaram a ter a presença de estudantes. O de Panamá já teve vários estudantes. O de São Paulo foi o que, em 1973, nós tínhamos 2.500 estudantes que participavam do congresso como observadores. Os psicólogos, os professores faziam suas comunicações, os seus relatos, e os assistentes assistiam. Eram 2.500 estudantes de psicologia para 1.000 psicólogos que compareceram ao congresso de São Paulo. Realmente, houve essa evolução nos temas, e começou a surgir o problema da formação do profissional. O Brasil, com essa lei de 1962, foi o primeiro país a ter a profissão reconhecida por lei. Foi o primeiro país da América Latina. Em uma conferência que eu estive em [Mandelieu-]la-Napoule, em 1962, estavam presentes 21 países. A conferência de La-Napoule [foi] organizada pela Associação Americana de Psicologia (APA). Uma conferência, em 1962, com 21 países representados. Eu representava o Brasil e tinha países da Ásia, da África, os EUA, o Canadá etc. E, entre todos os países presentes, somente o Brasil tinha a lei que reconhecia a profissão de psicólogo. Havia alguma coisa nesse sentido nos EUA, onde três ou quatro estados dos EUA tinham uma espécie de registro estadual. O Egito também exigia que o psicólogo clínico tivesse uma aprovação do ministério da saúde. No mais, nenhum outro país tinha. No entanto, naquela época, muitos países já diziam "nós estamos pensando em organizar". Agora, o que existia nesses países para reconhecer uma pessoa como psicólogo? Não havia lei, o que havia eram sociedades. Então, se o indivíduo era admitido numa sociedade de psicologia, cuja admissão era muito difícil, porque eles exigiam títulos muitos importantes, ele era reconhecido como psicólogo. Mas não havia uma lei oficial, digamos.

Dayse: Então, realmente, nós precisamos encerrar. Eu gostaria de agradecer muitíssimo a presença do professor Arrigo, e gostaria que ele pudesse nos falar umas últimas intervenções, infelizmente.

Arrigo Angelini: Só me resta agradecer a presença de todos, este convite para falar da psicologia em São Paulo. Fico muito honrado em ter aqui nessa audiência pessoas como o atual presidente da SIP, como o [Rubén] Ardila, que é um grande autor em psicologia, tem uma vasta bibliografia em psicologia. O nosso amigo Carpintero...

Helio Carpintero: Eu gostaria de dizer mais algumas palavras... Quando eu era um estudante de psicologia, a psicologia do Brasil era Arrigo Angelini e ninguém mais que Angelini. O doutor Angelini foi presidente da Sociedade Interamericana de Psicologia, dirigiu o instituto de pesquisas, estava em congressos internacionais. Era como se o Brasil tivesse apenas uma única voz e uma só pessoa. Me alegra muito como cresceu a psicologia do Brasil, e como devemos todos ao doutor Angelini. Eu me lembro, quando eu estive como estudante no Congresso de São Paulo, que você organizou em 1973, nos levou em sua casa, conhecemos sua família, e, quando foi o Congresso Interamericano de Psicologia de 1974, em Bogotá, com mais esforços e mais coisas... assim, que a psicologia da América Latina, mundial e do Brasil devem muito a Angelini. E estou muito feliz de estar nesta homenagem muito merecida. Assim, peço aplausos.

UNIDADE V

Outras histórias...

Capítulo 19
Comentando algumas histórias da psicologia

Alexandre de Carvalho Castro

Em *Inventing our selves: psychology, power, and personhood*, texto elaborado a partir do que foi originalmente uma palestra, Nikolas Rose procedeu a algumas ponderações históricas, afirmando que o século XX pode ser entendido como sendo o século da psicologia. Muitos estudiosos concordam com ele, e a razão pela qual aludo a esse autor é que a série de textos aqui comentados ilustram, ainda que em tênues linhas gerais, o que Rose (2008) quis enfatizar.

De fato, muito embora constituam temáticas diferentes, esses capítulos sobre enquadramentos diversos da psicologia – de políticas públicas à difusão das neurociências; da desinstitucionalização italiana à reforma psiquiátrica brasileira –, ainda que elaborados como capítulos isolados, mantêm pontos de conexão relevantes, principalmente pelo fio condutor que pode ser derivado do viés histórico. Ademais, os protagonistas dessas investigações – destacadamente o estadunidense William James (1842-1910), o suíço C. G. Jung (1875-1961), o alemão Walter Blumenfeld (1882-1967), a brasileira Nise da Silveira (1905-99) e o argentino Miguel Rolando Covian (1913-1992) – tomaram parte, uns mais outros menos, desse século sugestivamente nomeado como psicológico por Nikolas Rose.

Há de se notar que os textos também mostram a história de saberes psicológicos que não se constituíram univocamente, mas em fluxos sócio-históricos e geográficos, em trajetórias entrecruzadas, em migrações, transições e viagens. Em fins dos anos 1970, por exemplo, Franco Basaglia veio ao Brasil para uma série de intervenções e seminários que muito contribuíram para o desenvolvimento da reforma da política de saúde mental brasileira. Anos depois, brasileiros fizeram o caminho de volta como voluntários em Trieste. Miguel Rolando Covian se mudou da Argentina para o Brasil, e ficou. Walter Blumenfeld fugiu da Alemanha nazista para o Peru, onde permaneceu. Mas William James, que também veio para a América do Sul, preferiu retornar.

Os referidos capítulos igualmente mostram a história de saberes psicológicos, cujas análises, críticas e apropriações se constituíram multifacetadamente por meio de diálogos e de ideias compartilhadas em muitos escritos. Com aproximações, é fato, mas também distanciamentos, pois, se em um psiquiatra italiano – Franco Basaglia – há luz, em outro – Ugo Cerletti – o que se nota é uma iluminação às avessas.

Realmente, o processo compreensivo na ciência psicológica é dinâmico, o que implica a investigação das distintas contribuições na produção de discursos diante da relação histórica construída dialogicamente. Assim, em "A influência de William James sobre a obra de C. G. Jung", vemos que Jung se apropriou de James, mas, em "Proximidade entre os procedimentos terapêuticos de Nise da Silveira e os princípios e diretrizes da Reforma Psiquiátrica", percebemos que Nise se apropriou de Jung. Autores que se cruzam, leituras que se sobrepõem.

Uma palavra ainda pode ser dada sobre "A atuação e a importância do psicólogo nas políticas públicas de violência doméstica", cujo teor evidencia a trajetória histórica da luta dos movimentos feministas, no Brasil, em busca de uma legislação contra a violência doméstica. Aspecto, aliás, expressamente relevante, uma vez que a ênfase sobre tais políticas públicas pouco aparece nas grades curriculares de cursos de Psicologia.

Referência

Rose, Nikolas. "Psicologia como uma ciência social". *Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. 2, pp. 155-64, 2008.

Capítulo 20
O voluntariado brasileiro em Trieste: a psicologia na desinstitucionalização italiana

Maria Stella Brandão Goulart
Henrique Galhano Balieiro
Dayanna Salomão
Carla Luiza Oliveira
Ernesto Venturini
Adelaide Lucimar Fonseca Chaves
Renato Mattarelli

Em 2014, comemoramos 35 anos da vinda do psiquiatra italiano Franco Basaglia ao Brasil, quando teve início a série de intervenções e seminários que tanto contribuíram para o desencadeamento formal da reforma da política de saúde mental brasileira. Constituiu-se uma relação de colaboração, desde então, entre o Brasil e a Itália, onde Trieste se destacava pela efetivação de uma nova e arrojada modalidade de tratamento das pessoas com transtornos mentais graves e persistentes. Foi ali que ocorreu, pela primeira vez na história, um processo de desinstitucionalização que culminou no fechamento do Manicômio San Giovanni e na abertura de uma complexa estrutura substitutiva ao tratamento asilar: centros de saúde mental, moradias para os ex-internos, cooperativas de trabalho e outros dispositivos comunitários.

O presente texto tem como objetivo principal analisar o perfil dos brasileiros que se vincularam como voluntários a esses serviços de saúde mental de Trieste (Dipartimento di Salute Mentale – DSM), na Itália, configurando um fluxo muito especial de pessoas e culturas[1]. Essa vinculação remete a diversos

---

1 Esta pesquisa foi apresentada no XI Encontro Clio-Psyché: Discursos e Práticas na História da Psicologia e no congresso Franco e Franca Basaglia International School: Do Hospital Psiquiátrico ao Território, realizado em Campinas, em setembro de 2014. Trata-se de dados parciais de pesquisa financiada pela FAPEMIG, Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, "A história da política de saúde mental: Minas Gerais e vínculos com

tipos de inserção: estágio de médio e longo prazo, participação em eventos, visitas breves, com objetivos diversos.

Segundo definição das Nações Unidas (ONU), em assembleia geral realizada em 1970, "o voluntário é o jovem ou o adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social, ou outros campos".

Por se tratar de uma referência mundial na luta antimanicomial, a rede de saúde mental de Trieste recebeu, ao longo dos anos citados, um grande número de estudantes, pesquisadores e profissionais de várias áreas e nacionalidades. A vinculação propiciava conhecer e experienciar esse modelo substitutivo aos hospitais psiquiátricos, implementado a partir do início da década de 1970 (Amarante, 1996; Barros, 1994; Goulart 2007).

Muitos expoentes da Reforma Psiquiátrica brasileira desenvolveram atividades práticas e investigativas em Trieste. Destacamos, a título ilustrativo, alguns nomes em razão de sua relevância, tais como os de Roberto Tykanori, Fernanda Nicacio, Paulo Amarante e Denise Barros, que realizaram períodos de média e longa permanência, de alguns meses, na cidade de Trieste.

O convite ao voluntariado e à visibilidade de Trieste para os brasileiros resultou no desenvolvimento de diversos trabalhos científicos, que estão baseados na experiência nos Serviços de Saúde Mental e refletem sobre ela (Passos, 2009; Vasconcelos, 1992). Alguns desses produtos foram e são ainda norteadores da prática profissional no Brasil, como o exemplificam as inúmeras contribuições organizadas e escritas por Paulo Amarante.

Procuramos, neste texto, identificar e descrever o perfil dos voluntários brasileiros que vivenciaram esse modelo, trabalhando com laços vinculantes informais. Muitos deles retornaram ao Brasil para ajudar na construção da reforma, outros permaneceram na Itália, vinculados aos serviços de saúde mental, e alguns migraram para outros cenários, levando consigo as marcas dessa experiência de desinstitucionalização dos hospitais psiquiátricos.

---

a Itália", iniciada em 2012 e finalizada em 2014, contando com a colaboração ativa de brasileiros e italianos de diversas instituições.

Metodologia

As informações que compartilhamos neste artigo resultam de análise quantitativa. Consideraremos dados referentes ao período de 1984 a 2014, na medida em que este intervalo contempla as informações obtidas a partir dos registros que constam nos arquivos da Assoziazione di Voluntariato Franco Basaglia, que formalizou a permanência desses brasileiros junto aos serviços de questão ao longo do período abordado.

Essas informações pretendem enfocar e informar as conexões entre Brasil e Itália, possibilitando que o objetivo principal da pesquisa que deu origem a este artigo fosse atingido, ou seja, tecer uma análise comparativa entre os recursos societários (associativismo, laços de colaboração, instituições sociais, culturais e técnico-profissionais) acionados desde os anos de 1960 até a atualidade (Goulart et al, 2014).

Inicialmente, para o levantamento de dados dos voluntários, foi formalmente requisitado um pedido de colaboração endereçado ao responsável do Departamento de Saúde Mental de Trieste, além de contatos com outros funcionários de referência. A execução do levantamento de dados se mostrava desafiadora, devido ao número elevado de mudanças organizacionais que ocorreram nas estruturas do Departamento de Saúde Mental nestes últimos 40 anos, tais como a perda dos arquivos administrativos e a aposentadoria ou falecimento de alguns funcionários que recolhiam e arquivavam os dados dos voluntários. Contudo, contamos com a colaboração de Carla Prosdocimo, funcionária do Departamento, que se prontificou a investigar os arquivos da Assoziazione di Voluntariato Franco Basaglia de Trieste, criada em março de 1993. Essa associação regulamentava e documentava os voluntários que ali estiveram e, assim, acionou alguns deles para organizar o que se pudesse identificar. Em visita a Trieste, entre 17 e 19 de maio de 2014, esse material foi conferido e realizado o registro fotográfico da parte restante do arquivo, até o mês de março de 2014.

Na listagem elaborada pela Assoziazione di Voluntariato Franco Basaglia de Trieste sobre o cadastro dos voluntários, na forma de três arquivos com estruturações diversas, constavam as seguintes informações: nome; profissão; sexo; cidade origem; estado de origem; data de nascimento; ano do voluntariado; 1ª chegada/1ª partida; 2ª chegada/2ª partida; 3ª chegada/3ª partida.

Os dados dessa listagem estavam, no entanto, incompletos, fora de ordem e com algumas informações inconsistentes. Por isso, durante o trabalho de análise de dados, foi necessário reorganizar o material, retirar duplicidades e pesquisar os dados inconsistentes. A planilha inicial elaborada continha cerca de 280 nomes de voluntários, e após os ajustes restaram 247. Utilizou-se a ferramenta de busca Google, na Internet, para se procurar mais informações acerca dos voluntários, o que possibilitou, num primeiro momento, verificar corretamente os nomes listados e sua naturalidade. De acordo com os dados recebidos, muitos nomes estavam escritos de maneira errônea ou diferenciada, como, por exemplo, os nomes compostos, que são incomuns na Itália, confundiam-se com os sobrenomes. Os voluntários estavam identificados, em um primeiro momento, pelo seu sobrenome. Decidimos então inverter essa ordem para facilitar o trabalho de identificação.

Alguns nomes apareceram com pouca possibilidade de identificação de gênero, devido à não ordenação de nomes. Um exemplo disso é o nome fictício "Oliveira Maria José". Nesse caso, não foi possível verificar qual era o primeiro nome, e também não pudemos conferir utilizando ferramentas de consulta na internet, já que, como ele, trata-se de nomes muito comuns no Brasil.

Alguns informantes brasileiros, que moraram ou moram na Itália, nas cidades de Trieste ou Imola, foram consultados para esse esclarecimento. Os nomes sem identificação de gênero foram: Carnevalli Sbissa, Zamparoli Teixeira, José Maria Castilho, Morettini, Imes Lafer, Carlo Itala Bento, Ivone de Oliveira Lazero, Keller Souza de Campos Fabio, Shiba Suavy e Vilela. Por exemplo, Iara Morata Martinez e Naomi Shiba foram identificadas, por meio desse procedimento, como mulheres. Jeziel Silvestre Collin foi a correção encontrada, por exemplo, para o nome grafado como Ellun Silvestre Leriel, sendo do sexo masculino.

Completado esse primeiro momento organizativo, comparou-se a congruência dos resultados obtidos com os dados anágrafos obtidos por meio de perfis cadastrados na base de dados da Plataforma Lattes, CNES DataSus, Linkedin, Facebook e outros *sites*, nos quais foi investigada qualquer referência aos nomes de voluntários consultados. Por meio dos dados localizados nas plataformas, foi possível identificar as formações profissionais que os voluntários citados estavam realizando durante sua estadia de voluntariado em Trieste.

No campo "local de origem", foi necessário pesquisar o estado de origem, pois, muitas vezes, só constava o nome da cidade, e fizemos também algumas

correções gramaticais/tradução. Para melhor comparar tais dados, foram registrados cidades e estados em colunas separadas.

A coluna ano de voluntariado também foi criada a partir das datas da primeira chegada, isso para que possibilitasse o desenho de uma curva que apontasse a maior incidência de voluntariado em determinado período e ano.

Os dados sobre a formação do voluntário foram os últimos a serem desenvolvidos, pois não constavam nas fichas que foram fornecidas à pesquisa. Assim, os referidos resultados foram fruto de investigações específicas em *sites* de busca na Internet, conforme informamos anteriormente.

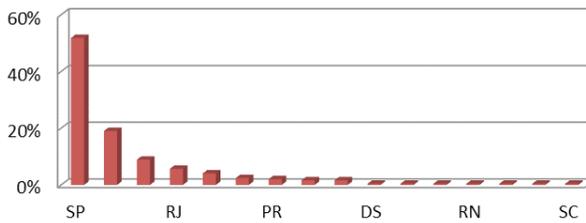
Após as adequações mencionadas, promoveu-se o trabalho de análise de dados: gênero, estado e região de origem, tempo de permanência, ano de voluntariado, profissão e idade do voluntário, no período em que se realizou o voluntariado. A seguir, apresentamos os resultados dessas análises iniciais.

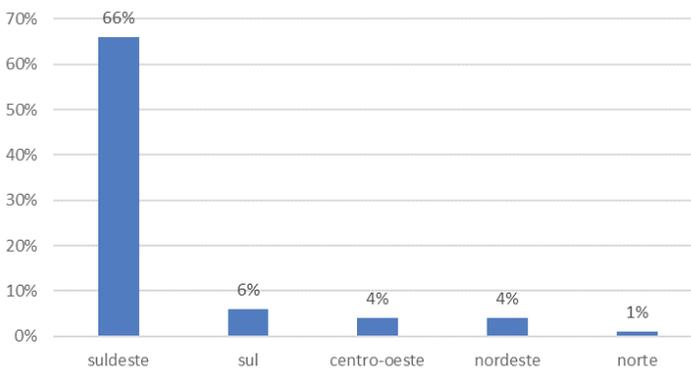
Resultados

No que concerne ao gênero, organizamos o seguinte gráfico, relativo aos 247 casos contemplados:

Perfil de Gênero dos Voluntários

Assim, como se vê, o perfil do voluntariado em Trieste é predominantemente feminino: 74% dos voluntários eram do sexo feminino, 21% do sexo masculino e, em 5%, não foi possível identificar o gênero pelo nome.

Pensando na variável "estado e região de origem":

Na pesquisa sobre os estados brasileiros de origem dos voluntários, destacou-se uma grande ocorrência de voluntários paulistas: 52%. O segundo estado da federação mais presente no relato dos voluntários foi o de Minas Gerais. Os mineiros representam 9% dos voluntários em Trieste. O Rio de Janeiro aparece como o terceiro estado, com 6%. Chama a atenção nesse gráfico a pluralidade de estados e regiões. Tais dados apontam que esse estágio de voluntariado, em Trieste, contou com a participação de brasileiros originários de quase todas as regiões do Brasil, contemplando 15 estados brasileiros que apareceram entre os dados fornecidos. Os estados que aparecem no gráfico com o escore de 0% equivalem efetivamente a um voluntário, e foram incluídos: essa aproximação é feita automaticamente pelo programa Excel.

Se considerarmos a organização das informações por região, teremos:

A maior ocorrência de voluntários do sudeste provavelmente é consequência da passagem de Franco Basaglia por essa região, realizando conferências nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Durante essas suas visitas, de grande impacto, entre 1978 e 1979, Basaglia fazia, incessantemente, convites aos brasileiros para conhecerem pessoalmente o trabalho realizado em Trieste.

Por meio das conferências de Basaglia no Brasil, mudou-se a perspectiva na qual se concebiam as instituições psiquiátricas no Brasil, aprofundando-se a crítica e a construção de respostas concretas. Segundo Amarante et al. (2000, p. 93):

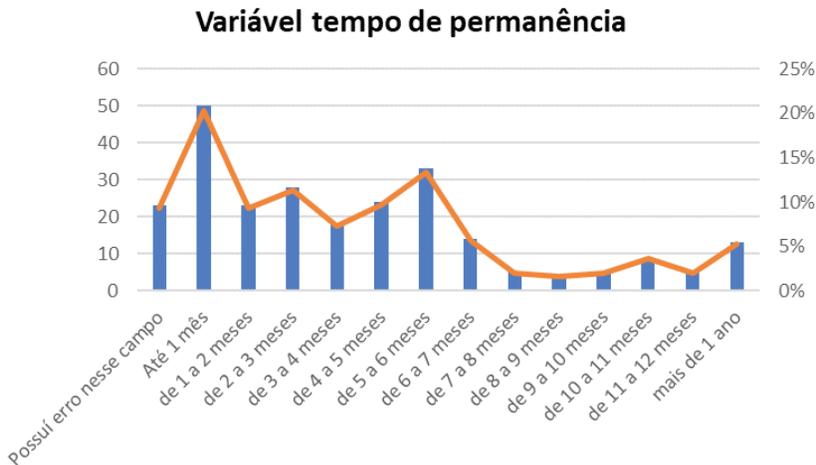
> Os encontros realizados convidaram vários aventureiros a aceitarem o desafio de pesquisar novos itinerários e outros percursos, estimulando jovens que trabalhavam no Serviço de Saúde Mental a irem conhecer diretamente a experiência de Trieste, aceitando o convite de Basaglia que os estimulava dizendo: *Venite a vedere!* [Venham ver!].

O desafio que se colocava, atraentemente, era, ainda nas palavras de Amarante et al. (2000, p. 93):

> [...] aprender e entender através da prática como se conseguiria superar os manicômios, viver a experiência, conviver na cidade com os novos sujeitos de direitos. Daquele momento, teve início um forte movimento, que continua até hoje, de profissionais, estudantes e pesquisadores brasileiros, através das conexões contínuas com os Serviços de Saúde Mental de Trieste e de Ímola, e com o grupo de Mario Tommasini em Parma.

Ernesto Venturini (informação oral) também relata a respeito de um fluxo interessante que ocorreu na Itália entre os Serviços de Saúde Mental, quando iniciou sua experiência no processo de desinstitucionalização em Ímola, a partir do ano de 1987. O grupo de brasileiros em Trieste era predominantemente composto por jovens profissionais que buscavam ali se especializar e se aprofundar na temática da Saúde Mental. Já o fluxo posteriormente ocorrido em Ímola era composto por profissionais com um vínculo permanente, descortinando-se um diálogo de mão dupla, no qual os brasileiros tinham participação propositiva na construção do cotidiano de atividades reabilitativas. E muitos

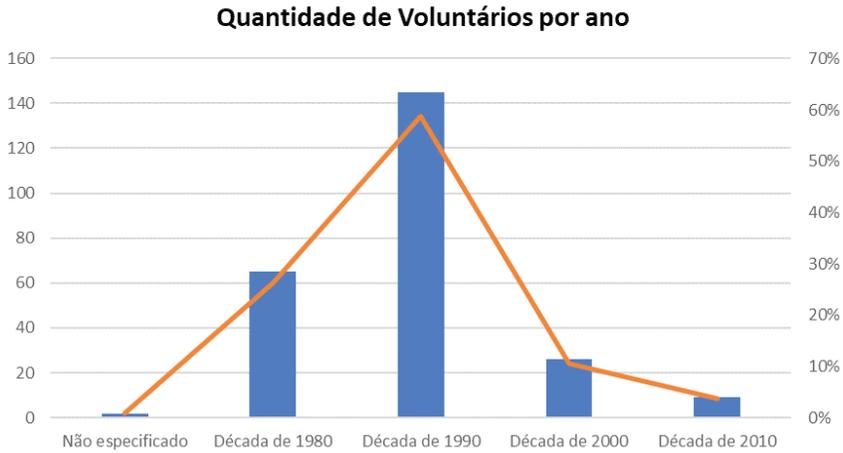
foram convocados a compor fóruns de formação, sinalizando uma reverberação da experiência dentro da própria Itália.

No que concerne ao tempo de permanência em Trieste, construímos o seguinte gráfico:

A média de dias dos voluntários em Trieste foi de 138 dias, cerca de quatro meses e meio. É necessário ressaltar que a maior incidência foi de até um mês. Isso traz à tona outra questão, sobre qual o tipo de trabalho e qual a qualidade do trabalho desenvolvido por esses voluntários em um período razoavelmente curto, o que qualifica uma visita técnica.

No entanto, se considerarmos os períodos acima de três meses, se configura outro tipo de inserção que poderíamos qualificar como mais comprometida ou atenta. Aumenta a possibilidade do exercício de um voluntário capaz de efetivamente se apropriar do cotidiano e do conhecimento.

Atualmente, se considerarmos como parâmetro de tempo de permanência o estabelecido por programas de intercâmbio brasileiros, temos o critério de um mínimo de três meses, e um máximo de 12 meses para os programas de pós-graduação, segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Com relação aos estágios relativos à graduação em Psicologia, segundo a Lei Federal 5.692/71, que regulamenta a prática do estágio supervisionado, esse período não deveria ser inferior a seis meses. O Programa de Pesquisa Ciências sem Fronteiras, criado em 2011, que visa a in-

centivar com as bolsas de iniciação científica os projetos científicos no exterior, oferece bolsas que contemplam a área da saúde com duração de seis até 12 meses, podendo estender-se a 24 meses. Estes são parâmetros para ponderarmos sobre o tempo de voluntariado, que aponta para um padrão bastante substantivo.

No que se refere ao número de voluntários por ano, pudemos organizar as seguintes informações:

Sabe-se, por meio de relatos de Ernesto Venturini e Giuseppe Dell'Acqua (informação oral), que havia brasileiros em Trieste, como voluntários e visitantes, na década de 1970, antes mesmo da vinda de Franco Basaglia ao Brasil: Darcy Antonio Portolese (São Paulo), Jair de Jesus Mari (Universidade Federal de São Paulo) e Nilson Gomes (Recife). Ainda segundo os registros orais, nesse período havia, inclusive, uma predominância de voluntários argentinos, principalmente, entre os anos de 1974 e 1975 (Dell'Acqua). Mas também havia pessoas de muitas outras nacionalidades: suecos, franceses, alemães, ingleses, entre outras. No entanto, a presença brasileira se impôs ao longo do tempo. Trata-se de uma presença numerosa e permanente entre as décadas de 1980 e 1990, com claro declínio após o final dos anos 1990, quando, efetivamente, se institucionalizou a reforma psiquiátrica brasileira, com a aprovação da Lei Federal 10.216, denominada de Lei Paulo Delgado, sancionada em 2001, baseado na lei italiana 180/1978.

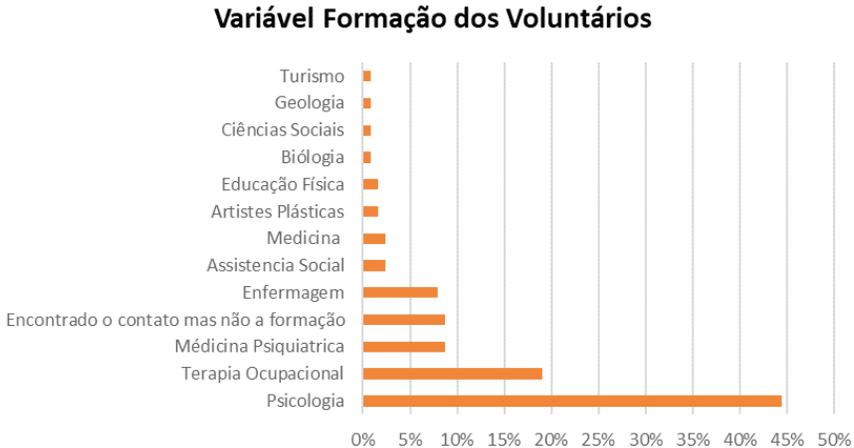
Percebem-se no gráfico que os anos de 1988, que coincide com ano em que foi sancionada a Constituição brasileira, de 1993 e de 1998 foram os três principais momentos de acolhimento de voluntários. A presença de brasileiros foi significativamente maior no ano de 1998. Talvez isso esteja relacionado a efeitos relativos à participação em eventos. O Congresso La Questione di Psichiatria, em 1988, e o Congresso Franco Basaglia: la Comunitá Possibile, em 1998, foram ambos realizados em Trieste, como nos recordou Roberto Mezzina.

Ainda se faz necessário ressaltar grandes avanços do ponto de vista da luta antimanicomial no Brasil na década de 1990, como a experiência de Santos, que remetia claramente à de Trieste, a construção dos primeiros serviços de saúde mental substitutivos, que se inspiraram na experiência em Santos e Trieste, e as principais leis que asseguravam os direitos relativos à saúde mental tanto no âmbito estadual quanto no âmbito federal.

Sobre o declínio que pode ser observado a partir da década de 2000, faz-se necessário investigar também o que mudou nas condições de ida e permanência para esses voluntários. Nas duas primeiras décadas, havia possibilidade de alojamento nos pavilhões do Hospital Psiquiátrico San Giovanni, em Trieste. Uma possibilidade é verificar se, de fato, a partir de 2000, ficou estabelecido que só poderiam realizar esse estágio quem estivesse ainda cursando a graduação, e quais dificuldades enfrentadas pela a Assoziazione di Voluntariato Franco Basaglia, devido à nova política de imigração estabelecida na Itália em 2002, conhecida como Lei Bossi-Fini, que atualizava a Lei Turco-Napolitano de 1998, acarretando a burocratização da obtenção de novos vistos e de ingresso ao país.

Há também um parágrafo estabelecido nessa lei, com restrições, resguardando a contratação de trabalhadores extracomunitários. Ou seja, essa lei exige que, quando o trabalhador for contratado, a oferta de emprego deva tornar-se pública e ser comunicada a todos os centros de emprego da Itália. E, no período de vinte dias, o cidadão italiano ou comunitário pode requerer esse posto de trabalho (Vitale apud Di Flora, 2012).

Além disso, em torno dos anos 2000, estabeleceu-se uma rede de serviços de saúde mental alternativa aos hospitais psiquiátricos, de fato, no Brasil. Assim, é possível inferir que um dos motivos da significativa queda do número de voluntários brasileiros em Trieste, nesse período, decorra de uma possível falta de interesse, já que estágios semelhantes estavam sendo ofertados nas instituições brasileiras.

No que se refere à formação dos voluntários, temos um interessante cenário:

Para 9% dos nomes investigados, não foi possível encontrar a formação dos voluntários. Em relação aos demais nomes investigados, foi possível verificar doze tipos de formações em diferentes áreas. São elas: turismo, geologia, ciências sociais, biologia, educação física, artes plásticas, medicina (e psicanálise), medicina psiquiátrica, serviço social, enfermagem, terapia ocupacional e psicologia. Essa diversidade surpreende e denota a abertura da prática de voluntariado e suas dimensão interdisciplinar.

As formações que apareceram em maior evidência foram da área da saúde: psicologia, terapia ocupacional, enfermagem e medicina psiquiátrica. O principal destaque é para a psicologia.

Uma suposição feita a partir da grande ocorrência de psicólogos no voluntariado triestino, principalmente na década de 1990, é que o espaço em Trieste operava como uma formação complementar aos moldes acadêmicos brasileiros. O currículo que era ofertado no Brasil, na época, tinha grande enfoque clínico individualizado – consultório/privado, com poucas referências à Saúde Mental e Pública ou às Políticas de Saúde de um modo geral. Além disso, nos anos 1990, já haviam sido denunciadas e discutidas as atrocidades vividas nos manicômios brasileiros, como o de Barbacena (MG), Juquery (SP) e outros, porém as soluções ainda estavam sendo

vagarosamente construídas. Dessa maneira, podemos inferir que o modelo de Trieste vem servir de referência para aqueles que buscavam outras soluções de impacto para a realidade brasileira.

Apesar da terapia ocupacional não aparecer com grande evidência nos relatos históricos acerca da reforma psiquiátrica, os dados acima atestam o contrário. Os terapeutas ocupacionais brasileiros tiveram números de grande relevância entre os voluntários. Exemplo disso seria o da professora de Terapia Ocupacional, Denise Barros, uma das maiores referências nesse campo.

Por meio das variáveis, data de nascimento e data da primeira chegada a Trieste, foi possível projetarmos a idade dos voluntários por determinada época. A partir dessas análises inferimos a média de 28 anos, sendo que a grande presença dos voluntários configura um grupo de jovens adultos com idade variando entre 24 e 30 anos, representando um total de 126 registros. Essa faixa etária seria coerente a de um recém-graduado, ou pós-graduando, e de profissionais em início de carreira. Além disso, podemos destacar outras informações: 41 pessoas foram voluntárias muito jovens, antes dos 23 anos; tivemos 25 pessoas com idade de 31 a 36 anos e 20 pessoas entre 37 e 42 anos; e, por fim, nove pessoas com idade entre 43 e 48 anos. Consolidou-se um grupo bastante relevante, que poderia estar profissionalmente bem estabelecido e ser esta uma informação indicativa de construção de vínculos institucionais maduros e consequentes. Obtivemos registro somente de uma pessoa com a idade acima de 50 anos. Entre os 247 registros analisados, para 25 voluntários não foi possível calcular a idade no momento do voluntariado devido à falta de referência em algum dos campos necessários ao cálculo.

Considerações finais

Com o levantamento desses dados, podemos sustentar a afirmação de Franco Rotelli ao dizer que a maioria dos voluntários eram recém-formados. Mas configura-se também o perfil de um(a) profissional de psicologia em busca de respostas.

Pode-se concluir que o perfil dos voluntários que frequentaram o Serviço de Saúde Mental de Trieste, que teve sua maior presença no ano de 1998, é composto predominante por mulheres (74%), jovens adultas, recém-graduadas em Psicologia (44%), oriundas na região sudeste do Brasil (82%), sobretudo da cidade de São Paulo (52%), e que tiveram seu tempo de perma-

nência de aproximadamente 4 meses e meio. Mas, esse seria um retrato estereotipado e nos afastaria da riqueza da experiência ali constituída ao longo de tantos anos, se a ele nos apegássemos excessivamente.

Por intermédio desta pesquisa delineia-se a influência que o voluntariado em Trieste promoveu na luta antimanicomial e na construção da reforma psiquiátrica no Brasil. Podemos constatar, com alguns dados levantados, a pluralidade de profissões que absorveram essa experiência peculiar, inicialmente disseminada por Franco Basaglia, em Gorizia, na década de 1960, possibilitada com a colaboração e a motivação dos voluntários que ali se propuseram a levar esse modelo adiante e se transformaram em multiplicadores. Não é sem razão que o Brasil abraçou o projeto da psiquiatria democrática italiana.

Além da troca de aprendizados propiciada durante essas experiências realizadas, podemos evidenciar que o processo de consolidação da reforma psiquiátrica triestina teve uma grande contribuição dos voluntários e podemos perceber a reciprocidade de tal experiência no processo de desinstitucionalização no Brasil e na consolidação da reforma italiana.

A prática do voluntariado, a maneira pelo qual o voluntário se dispõe a colaborar informalmente, desafiando modelos e expectativas, e em aprender, foram características muito enfatizadas durante as entrevistas. Podemos enumerar algumas delas, relatadas pelos três diretores do Departamento de Saúde Mental de Trieste que sucederam Franco Basaglia. Começando por Franco Rotelli, ao relatar sobre os serviços desenvolvidos pelos voluntários, ele conta que estes eram convidados a acompanhar os "casos mais críticos", desafiadores. Sua conduta foi vigorosamente elogiada pela qualidade do trabalho prestado com esses usuários. Giuseppe Dell'Acqua ressaltou a postura dos voluntários, sobretudo os brasileiros, durante as reuniões de equipe e sobre o posicionamento utilizado pela maioria deles em questionar e propor soluções com o máximo de respeito e delicadeza possível. Roberto Mezzina, o atual gestor, frisa que chegou a Trieste praticamente no início da chegada dos voluntários brasileiros. Com eles se pôde compartilhar muito sobre o trato para com os usuários. Estar-se-ia fazendo referência aqui à perspectiva clínica que se configurava na formação em psicologia? Além de abrir um novo horizonte para a sua prática profissional, o atual diretor do Dipartimento di Salute Mentale de Trieste realça a qualidade e as novas ideias que foram implementadas por alguns voluntários e o vigor das proposições culturais e trocas afetivas.

O voluntariado de brasileiros nos serviços antimanicomiais triestinos, além de ser enriquecedor com a sua prática e oferta de aprendizagem profissional, favorece novas oportunidades e chance real de inovação institucional. Podemos exemplificar esse enunciado citando o caso de Izabel Marin, destacadamente. Ela sinaliza uma difícil trajetória almejada por muitos dos que chegaram a Trieste como voluntários, mas que não puderam se consolidar como profissionais de referência no Serviço de Saúde Mental de Trieste, como foi o caso desta brasileira que teve que refazer toda sua trajetória profissional e de formação, em razão das dificuldades de reconhecimento formal. Tudo isso nos permite uma abertura para investigarmos e aprofundarmos futuramente a história dos voluntários e construir uma atenção específica acerca da relevância dos processos informais de formação para a construção de processos de transformação institucional.

Referências

Amarante, P. *O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

Barros, D. *Jardins de Abel: desconstrução do manicômio de Trieste*. São Paulo: EdUSP, 1994.

Basaglia, Franco. *Conferenze brasiliane*. Milano: Raffaello Cortina, 2000. P. 101.

Di Flora, G. F. "Direitos humanos x políticas migratórias: os centros de detenção para imigrantes na Itália GT 22: Migrações internacionais: interações entre estados, poderes e agentes". In *Anais do XXXVI Encontro Anual da ANPOCS*, Águas de Lindoia-SP, 2012. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8091&Itemid=217. Acesso em: 12 ago. 2014.

Goulart, M. S. B. *As raízes italianas do movimento antimanicomial*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

______. *História da Política de Saúde Mental: Minas Gerais e vínculos com Itália*. Relatório final de pesquisa, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

Nicácio, F. et al. "I movimenti per la salute mentale in Brasile dagli anni Ottanta". In: Basaglia, Franco. *Conferenze brasiliane*. Milano: Raffaello Cortina, 2000.

Passos, I. F. *Reforma psiquiátrica: as experiências francesa e italiana*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

Vasconcelos, E. M. *Do hospício à comunidade: mudança sim, negligência não*. Belo Horizonte: SEGRAC, 1992.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. *Resolutions adopted on the reports of the Second Committee*,1970. Disponível em: http://www.pnud.org.br/Docs/resolucao_criacao_vnu.pdf. Acesso em: 19 nov. 2014.

Capítulo 21
A atuação e a importância do psicólogo nas políticas públicas de violência doméstica

Lélio Fernando Martins
Adjane da Silva Batista
Andressa Maciel Corrêa

A comunicação desta pesquisa visa à possibilidade de aprofundar o conhecimento no campo das políticas públicas de proteção à mulher e à função desempenhada pelo psicólogo. Esta pesquisa foi efetuada com alunos de graduação do curso de Psicologia das Faculdades Integradas Maria Thereza, no município de Niterói, com o intuito de possibilitar o conhecimento do campo das políticas públicas de proteção à mulher e da função desempenhada pelo psicólogo nesse ainda muito recente âmbito de trabalho. Com efeito, a questão da violência contra a mulher, muito embora seja um fenômeno antigo e tristemente típico da nossa cultura (Blay, 2003), apenas há relativamente pouco tempo passou a merecer a atenção necessária por parte do poder público, bem como a constituir objeto de reflexões e de pesquisas, por parte das universidades.

Por outro lado – em que pese a sua relevância – o conhecimento sobre as políticas públicas virtualmente inexiste nas grades curriculares de psicologia. Com isso, pode-se ressaltar a preocupação em conhecer mais profundamente a situação da violência contra a mulher em nosso país. Assim, visa a unir dois campos que são – ou deveriam ser – de suma importância para a formação profissional em psicologia, no sentido de serem, verdadeiramente, agentes de uma desejada, mas sempre adiada, transformação social.

O cenário de violência contra a mulher, por sua vez, é parte de uma realidade social mais ampla, na qual maus tratos dessa natureza têm feito parte do cotidiano da nossa sociedade. Um fenômeno antigo e que tem sido muitas vezes tratado como natural ou destituído de importância (Teles e Melo, 2003). A

violência contra a mulher, não obstante, é uma questão social de máxima magnitude, e como tal precisa ser encarada. Recentemente, a sociedade brasileira parece ter se apercebido desse imperativo e buscado alternativas à tradicional indiferença com que o tema tem sido considerado entre nós.

A criação e o aprimoramento das leis que têm como objeto a chamada violência de gênero são alguns dos mais importantes meios pelos quais as mulheres não somente têm conseguido assegurar uma maior proteção para si em nosso país, mas também construir os meios de sair da condição geral de subordinação que tradicionalmente as caracterizou, de que as situações de violência são fruto (Gregori, 1993). A título de exemplo, a Síntese de Indicadores Sociais 2012, do IBGE, que pela primeira vez tratou da situação dos direitos humanos em nosso país, trouxe dados sobre a violência contra a mulher (*O Globo*, 29/11/2012). Segundo esse estudo, em 74,6% dos casos, o agressor é o cônjuge, namorado ou companheiro; em 52,9%, a mulher percebe risco de morte; em 58,6%, a violência ocorre diariamente; e, em 38,9%, acontece desde o início da relação.

No Brasil, o tema da violência contra a mulher tem sido cada vez mais discutido. A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, com *status* de ministério, indica que o tema se inscreveu definitivamente como prioridade para o estado brasileiro. A Lei Maria da Penha é considerada como modelo no que diz respeito ao acesso à justiça e à reparação. Nesse mesmo sentido, têm sido criados programas sociais que conferem à mulher um papel central, contribuindo, dessa maneira, para o combate à chamada feminização da pobreza e à conservação da mulher numa condição de subalternidade em relação ao companheiro – porta aberta para que ela se torne vítima de violência.

É inquestionável, assim, que, nos últimos anos, a sociedade brasileira vem se mobilizando, cada vez mais organizadamente, no sentido de combater a violência contra a mulher. Essa luta, que no início se reduzia a denúncias feitas especialmente por grupos feministas, ganhou dimensões institucionais a partir dos anos 1980, com a criação de delegacias especializadas e de abrigos de proteção (Izumino, 2004). Posteriormente, a discussão alcançou a forma pela qual a justiça brasileira aborda a questão, a isso se seguindo a criação dos primeiros juizados especializados na violência contra a mulher. Essas importantes transformações e conquistas são, por sua vez, necessariamente atravessadas pelas formas como a mulher e os assuntos a ela relacionados são representados em nossa sociedade (D'Oliveira, 2005).

Bourdieu (apud Minayo, 1995) remete-se ao campo das representações sociais, enfatizando a importância da fala, que revela condições estruturais, sistemas de valores e normas. Daí, o valor de que se reveste, numa pesquisa com o escopo da presente, a palavra dos operadores da rede de proteção à mulher. Inobstante as indiscutíveis transformações que têm ocorrido no âmbito da garantia desses direitos, é importante investigar que modificações também têm sido produzidas na forma pela qual mulheres agredidas e atores institucionais da rede de proteção à mulher representam as questões relativas à violência de gênero, de modo geral, tão caracterizadas por estereótipos e preconceitos sociais (Silva, 1992).

Com efeito, a violência contra a mulher precisa ser entendida sob a perspectiva de gênero, ou seja, aquilo que diz respeito às relações de poder e à diferença entre características culturais atribuídas a cada um dos sexos, as quais são estabelecidas sobre uma hierarquia e uma desigualdade (Minayo, 2006). A violência de gênero é uma modalidade de dominação construída nas relações entre homens e mulheres, que é reproduzida na vida cotidiana e atravessa grupos sociais, etnias e faixas etárias, constituindo mesmo uma questão de saúde pública. Dessa maneira, problemas antes considerados como segredos de âmbito privado ganharam visibilidade social.

O objetivo foi facultar a construção, por parte dos alunos do curso de Psicologia, de um conhecimento a respeito das políticas públicas voltadas à proteção da mulher. Um aspecto relevante da investigação realizada está vinculado ao interesse em se aproximar da palavra e ao discurso dos técnicos que atuam nas entidades de proteção à mulher. O âmbito no qual a pesquisa foi desenvolvida é o município de São Gonçalo, cujo objetivo específico foi conhecer e vivenciar o cotidiano dos técnicos que atuam na rede de proteção à mulher desse município. Para tanto, foram entrevistados técnicos do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (JVID), do Centro Especializado de Orientação à Mulher (CEOM), Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescente (NACA), Núcleo Especial de Atendimento à Criança e ao Adolescente (NEACA) e do Movimento de Mulheres de São Gonçalo (MMSG). A frequência às reuniões da Rede de Proteção à Mulher, no mesmo município, foi outra atividade realizada, tendo em vista o interesse de conhecer como esta rede está articulada.

A relevância desta pesquisa está em que a questão da violência contra a mulher tem mobilizado amplos segmentos da sociedade e constituído motivo de

especial preocupação para todos aqueles que – direta ou indiretamente – lidam com o tema. Nesse sentido, uma ampla rede de proteção vem sendo estruturada para atender a uma demanda que parece se intensificar incessantemente, envolvendo a questão da violência de gênero. Desse modo, aos órgãos especializados de proteção à mulher – criados nos âmbitos policial e judiciário –, acrescentaram-se organizações não-governamentais surgidas para promover a salvaguarda dos direitos da mulher e o acompanhamento terapêutico, social e jurídico daquelas que tenham sido vítimas de violência.

A literatura a respeito da violência contra a mulher tem se tornado cada vez mais alentada, de alguns anos para cá. É de se observar, ademais, que as reflexões acerca desse tema vêm saindo paulatinamente do âmbito mais propriamente jurídico e social para o dos saberes *psi*. O que se constata facilmente, por outro lado, é que ainda é muito pequena a quantidade de obras especificamente "psicológicas" que abordam a temática da violência de gênero.

A presente pesquisa buscou contemplar não apenas o viés psicológico, mas também aqueles que abranjam outros campos de saberes e práticas. Em primeiro lugar, pela constatação empírica de que ainda há relativamente poucas obras a consultar, no que diz respeito às questões relacionadas à violência contra a mulher, que sejam especificamente pertencentes ao campo *psi*, mas também, pelo entendimento de que os conceitos associados a esse âmbito de reflexões não esgotam uma questão tão vasta, antiga e complexa como é a da violência contra a mulher; e, finalmente, pelo interesse de ressaltar, para os alunos das áreas humanas, a importância de adotar uma perspectiva multidisciplinar, no que concerne às suas futuras reflexões e atuações como profissionais.

O âmbito da pesquisa foi o município de São Gonçalo, que possui uma importante rede de proteção à mulher. Em termos teórico-conceituais, o passo inicial e fundamental foi a realização de um levantamento e de uma pesquisa bibliográfica a respeito do tema da violência contra a mulher. Num segundo momento, os participantes da pesquisa participaram das reuniões da Rede de Proteção à Mulher do Município de São Gonçalo, onde foram discutidos casos específicos de violência de gênero para os quais não se encontra um encaminhamento adequado no rol das possibilidades institucionais disponíveis, e onde também são avaliadas as situações nas quais os encaminhamentos não foram bem sucedidos, bem como o porquê disso.

O segundo passo consistiu na realização de entrevistas semi-estruturadas junto a técnicos que atuam nos diversos ambientes institucionais que compõem as políticas públicas de proteção à mulher em São Gonçalo. O foco dessas entrevistas, entretanto, esteve voltado menos para a descrição dos modos formais de procedimento de cada um daqueles atores institucionais do que para as suas percepções a respeito da questão da violência de gênero.

O tema política pública vem sendo inserido na grade curricular do curso de Psicologia em face da ampliação do fazer profissional para além da clínica. A atuação e o fazer do psicólogo na área das políticas públicas têm-se mostrado cada vez mais importante e fundamental para o exercício pleno da cidadania pelos usuários dos serviços públicos. As políticas públicas englobam não apenas a ação do Estado, mas também constituem algo que compromete tanto este quanto a sociedade, visto que surge a partir da demanda e da pressão proveniente do povo.

O executar a política pública está submerso nos valores do fazer política, donde se conclui que, desde seus primórdios, a política constitui uma relação entre pessoas diferentes ou desiguais, tendo por isso caráter conflituoso (Pereira, 2008, p. 88). As principais características das políticas públicas são: multidisciplinaridade, uma vez que abrangem diversas disciplinas e instituições; intervencionismo, pois não se limitam a estudar objetos *psi*, mas também a intervir e transformar a realidade; e normatividade, isto é, busca conhecer o “ser” e procura definir como “deve ser”.

A violência doméstica é um fenômeno que está enraizado em nossa sociedade, na qual, até pouco tempo, o discurso dominante procurava consolidar a ideia de que as diferenças entre homens e mulheres se embasavam no modelo de sociedade patriarcal, no qual a mulher se mantém subjugada ao poderio masculino. Diante desse cenário social no qual a mulher travou diversas lutas, o movimento feminista teve um papel crucial na conquista de seus direitos, muitos dos quais reconhecidos e consolidados nas diversas áreas de atuação das políticas públicas. A questão social da mulher é múltipla e envolve a luta pelos direitos relativos à saúde, à educação, à violência, ao trabalho, entre outros.

Historicamente, o Movimento Feminista no Brasil divide-se em três momentos. No primeiro deles, destacam-se os direitos democráticos: voto, educação, divórcio e trabalho. Essa luta pelos direitos democráticos iniciou-se no final do século XIX, buscando garantir o direito de a mulher frequentar a es-

cola. Temos como figura de destaque nessa luta Nísia Floresta (criadora da primeira escola para mulheres). No período do governo Vargas, em 1932, o direito ao voto foi conquistado com restrições (mulheres casadas com o aval do marido, as viúvas e as solteiras com renda própria). Somente em 1946 o voto passou a ser obrigatório para todas as mulheres (Bertha Lutz e Jerônima Mesquita foram ativistas que atuaram na luta pelo voto). A conquista pelo divórcio teve um longo percurso em nossa sociedade e se iniciou na época do Brasil Império, quando existiam motivos pré-estabelecidos para o pedido de divórcio, tais como adultério, abandono do lar, tentativa de morte, sevícia e injúria grave, e estendeu-se até o período da República.

Em segundo, os direitos sexuais e reprodutivos: a Revolução Sexual (década de 1960) impulsionou e apoiou o exercício da sexualidade feminina dissociada da reprodução biológica. Isso ocorreu devido à ampliação do uso de contraceptivos – principalmente, do chamado método contraceptivo oral ou pílula anticoncepcional –, quando a mulher passou a decidir quantos, com quem e quando ter filhos.

E, por último, a luta sindical e contra a violência. O movimento feminista estendeu sua atuação na sociedade brasileira, integrando-se a um espaço tipicamente masculino, que é o sindicato, onde sua atuação deu-se como interlocutora das demandas da mulher trabalhadora.

Na década de 1980, a problemática da violência contra a mulher ainda era considerada um assunto do âmbito privado. Para ilustrar, destacamos aqui o velho dito popular: "Em briga de marido e mulher, não se mete a colher". Passou a fazer parte do escopo de reivindicações do movimento feminista que o Estado atuasse de maneira incisiva nas relações familiares que se baseassem na violência, dando caráter de crime público aos atos de violência doméstica que aconteciam na vida privada.

Cabe ressaltar que essa atuação do movimento feminista não estava desvinculada da arena político-jurídica, visto que, a partir de 1979, o Estado brasileiro tornou-se signatário de diversos acordos internacionais sobre direitos da mulher. Além disso, de acordo com o segundo parágrafo do artigo 5º da Constituição Federal, possui caráter de lei em todo o território nacional. Elencamos abaixo os Tratados Internacionais de Direitos da Mulher dos que o Brasil é signatário:

Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (Cedaw, 1979). Adotada pela ONU como sendo um dos documen-

tos mais importantes na defesa dos direitos da mulher, suas propostas são: promover os direitos da mulher como direitos humanos, a busca de igualdade de gênero e a repressão a todo tipo de discriminação contra a mulher.

Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994). Nesse documento define-se a violência contra a mulher como: "qualquer ação ou conduta baseado no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado" (Art. 1º). No artigo 4º da Convenção de Belém do Pará, estão descritos os direitos protegidos da mulher livre de violência, que são: respeito à vida; respeito à integridade física, mental e moral; liberdade e segurança; não ser submetida à tortura; dignidade da pessoa e proteção à família; igual proteção perante a lei e da lei; recurso simples e rápido perante tribunal competente que proteja contra atos que violem seus direitos; livre associação; liberdade de professar a própria religião de acordo com a lei; igualdade de acesso às funções públicas; e participar nos assuntos públicos, inclusive na tomada de decisões.

Os deveres dos Estados-parte encontram-se no artigo 7º, os quais são: abster-se de qualquer ato ou prática de violência contra a mulher; agir com zelo, investigar e punir a violência contra a mulher; incorporar à legislação interna normas penais, civis e administrativas que atuem na implementação da convenção; adotar medidas jurídicas que exijam do agressor que se abstenha de perseguir, intimidar, ameaçar, fazer uso de qualquer método que danifique e ponha em risco sua vida ou integridade, bem como sua propriedade; tomar medidas para modificar ou abolir leis e regulamentos que permitam práticas jurídicas ou consuetudinárias que respaldem a persistência e tolerância da violência contra a mulher; estabelecer procedimentos jurídicos justos e eficazes para a mulher sujeita a violência; estabelecer mecanismos judiciais e administrativos que assegurem à mulher vítima de violência efetivo acesso à restituição, reparação do dano e outros meios de compensação justos e eficazes; adotar medidas legislativas ou de outra natureza, necessárias à vigência da convenção.

Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – Plataforma de Cairo 1994 e Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher – Pequim 1995. Esses tratados internacionais possuem valor de documento, estando relacionados ao diagnóstico internacional, político e plano de ação. Em Pequim, consagraram-se os direitos repro-

dutivos, deslocando a questão da fecundidade do mero controle populacional para a categoria de direitos individuais de homens e mulheres.

O empoderamento é um conceito multidimensional, de escopo variável – indo desde os indivíduos até a esfera global. Destacamos a relevância da trajetória do conceito de empoderamento, que remonta aos anos 1960, quando as sociedades civis dos países centrais constituíram-se como sujeitos coletivos e se fortaleceram (formação do Estado de Bem Estar Social), processo que, no Brasil, iria ocorrer a partir de meados da década seguinte. O termo empoderamento, com a conotação política emancipatória, foi empregado pela primeira vez no início dos anos 1970, ainda no inglês *empowerment*, e tendo como seus emissores principais movimentos feministas e negros. Empoderar significa conquista de voz e vez por sujeitos, comunidades e organizações, de modo que tenham informação, autonomia e capacidade de fazer suas próprias escolhas políticas, culturais e econômicas sobre as questões que lhes dizem respeito, um poder pelo qual se aufere poder e liberdades negativas e positivas.

Há níveis ou sujeitos de empoderamento, como o empoderamento individual ou intrapessoal que acontece quando sujeitos se autopercebem como tendo recursos que lhes permitem controlar o curso de ação que lhes afeta. O segundo nível é o empoderamento comunitário, processo pelo qual os indivíduos de uma comunidade, por meio de caminhos participativos, constroem ações e estratégias para atingir os objetivos coletivos consensualmente traçados. E, por último, o empoderamento organizacional gerado na e pela organização, por mecanismos de compartilhamento do poder decisório e da liderança, de modo que as decisões sejam coletivas. O empoderamento é uma composição desses três níveis.

Mais especificamente, o empoderamento feminino traz uma nova concepção de poder, construindo novos mecanismos de responsabilidades coletivas, compartilhadas e tomada de decisão e também assumindo formas democráticas.

A Lei Maria da Penha, Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, reflete toda trajetória da luta histórica dos movimentos feministas em busca de uma legislação contra a violência doméstica e a impunidade no cenário nacional. A lei é uma resposta efetiva do Estado brasileiro às recomendações da Convenção de Belém do Pará e da Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação das quais nosso país é signatário. O nome da lei é uma homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, cujo caso, pela primei-

ra vez na história, um crime de violência doméstica deixou de tratar a violência como algo de pouca significação. O episódio levou o Estado brasileiro a ser condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA).

É importante destacar os avanços trazidos pela Lei Maria da Penha, que define e tipifica a violência doméstica e familiar contra a mulher com viés de gênero, e discrimina e tipifica os tipos de violência em: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral; regulamenta a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; possibilita a prisão em flagrante; proíbe a aplicação de penas pecuniárias, como pagamento de multas ou fornecimento de cestas básicas; aumento da pena de detenção para os réus desse crime; proibição de aproximação física da mulher e dos filhos, bem como a saída do domicílio; comparecimento obrigatório do agressor aos programas de recuperação; decreto de prisão preventiva do agressor, quando houver riscos à integridade física e psicológica da mulher.

Um dos serviços disponíveis para a efetivação das políticas públicas de proteção à mulher é o "Ligue 180", que orienta as mulheres em situação de violência sobre seus direitos, com o intuito de prestar uma escuta e acolhida nessas situações e prestar informações sobre onde podem recorrer, caso sofram algum tipo de violência. O atendimento, criado em 2005 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Governo Federal, funciona todos os dias, por 24 horas, inclusive feriados.

Os dados obtidos com os profissionais participantes da Rede de Proteção à Mulher de São Gonçalo indicam que existem diversas formas de atuação profissional no cotidiano desse campo das políticas públicas. A Rede, embora esteja consideravelmente estruturada, ainda não atua de forma totalmente articulada e em sua plenitude. De fato, o que observamos é que o discurso dos profissionais é marcado por uma considerável ambiguidade em relação ao trabalho em equipe multidisciplinar, aumento ou diminuição da demanda, empoderamento e tipo de dependência (psicológica ou econômica) vigente. O que nos remete a pensar o perfil desse profissional nessa temática.

Outro ponto de questionamento é se realmente a violência aumentou, se a lei está realmente sendo eficaz ou se está havendo mais denúncias. Pesquisas feitas constatam aumento de denúncias de violência contra a mulher de 600% desde a promulgação da Lei Maria da Penha. Segundo os dados da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres em 2012, apesar do endurecimento da legislação, a morte de mulheres caiu pouco. O Ipea (Instituto de Pesquisa Eco-

nômica Aplicada) aponta em um estudo sobre as mulheres, no qual concluiu que, apesar da Lei Maria da Penha, não houve grande redução no número de mortes de mulheres por agressões de maridos ou parceiros entre 2001 e 2011, quando a média foi de cinco assassinatos por 100 mil habitantes.

Pode-se questionar a eficácia da Lei Maria da Penha para alguns pontos onde ela não está surtindo tanto efeito e o que é possível pensar para aprimorar a eficácia nas situações reais em que as mulheres estão implicadas, e não somente da lei, mas problematizar se essa mulher está recebendo a necessária e indispensável assistência em todos os órgãos que compõem as políticas públicas de proteção, se ela consegue chegar até o atendimento, bem como o acesso a um suporte que permita ela se sentir segura, e realmente estar.

Nesse sentido é que foram elaboradas e realizadas as entrevistas com operadores das políticas públicas de proteção à mulher no município de São Gonçalo, e que foram categorizadas de acordo com as temáticas apresentadas a seguir.

Em relação à assistência social, para que a mulher rompa com uma história de vida marcada pela violência doméstica, é fundamental a existência de instituições que ofereçam o suporte necessário para tal. A rede do município de São Gonçalo oferece um atendimento amplo, porém pouco estruturado, cabendo a cada instituição a responsabilidade de uma função sexecutiva específica.

> Assistência institucional é basicamente o atendimento psicológico e social, orientação para saúde, orientação jurídica. Outro tipo de assistência da instituição é o setor de orientação para a saúde, mas que nunca funcionou direito, que são umas palestras de saúde. Às vezes tem alguns eventos que dão atendimento de cabeleireiro, estética e essas coisas, mas eu nunca vou nesses eventos. Acho que a mulher precisa disso para a autoestima, mas para mim o atendimento daqui, e não os eventos, é que vão tirar a mulher da situação de violência (M., psicóloga, CEOM).

No que concerne à demanda, os dados coletados na pesquisa em relação ao seu aumento ou diminuição estão corroborados pela pesquisa da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 – Dados Consolidados 2012, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em que se constata que a elevação no número de relatos não significa necessariamente um crescimento real dos casos de violên-

cia, mas um aumento das notificações, na medida em que mais mulheres estariam se sentindo seguras para procurar ajuda.

A seguir, apresentamos falas dos profissionais entrevistados e suas considerações sobre a demanda de atendimentos:

Aumento:

> Acho que vem aumentando. O número de processos aumenta bastante, então acaba que vem mais atendimento para a gente. E eu acho que isso tem a ver com essa divulgação da lei, que aí elas estão tendo mais coragem de ir, de romper com o ciclo de violência e, com isso, tem mais registros (B., psicóloga, JVID).

Diminuição:

> Acredita-se que a violência contra as mulheres não aumentou, já as denúncias, sim. Pelo fato de as mulheres terem mais conhecimento e saberem aonde ir (M., psicóloga, NACA).

Não especificou:

> A demanda é construída a partir de nosso trabalho. As mulheres são agredidas em muitos lugares, mas, para ser uma vítima de violência doméstica, a mulher tem que estar de alguma maneira inserida com um profissional que veja isso, e é com o saber dele que isso é produzido. A demanda é um pedido interessado: tem que ter de quem para quem. A demanda é uma produção (G., psicólogo, CEOM).

No que diz respeito às dificuldades no campo do trabalho multidisciplinar, observa-se que o trabalho efetivamente articulado em equipe multiprofissional e em rede intersetorial é um dos desafios atuais para os profissionais e as instituições. Neste trabalho estão implicadas diferentes dificuldades, como a precariedade da rede de serviços, os limites institucionais, a existência de compreensões diferentes sobre o objeto e sobre os objetivos do trabalho, a diversidade de instrumentos de intervenção, de formas de organização do trabalho, e as ambiguidades das mulheres nas suas demandas para os serviços e os profissionais.

Identificamos, por meio das entrevistas, as seguintes dificuldades: falsas denúncias; funcionamento e temporalidade das ações; formação profissional; dificuldade da escuta; ingerência do gestor; falta de articulação da rede de atendimento e da equipe multidisciplinar.

> Vejo dificuldades no trato com o judiciário, esses órgãos de justiça, não só o judiciário, delegacia, mas até mesmo dificuldade com o próprio lugar da psicologia e com os outros saberes que fazem parte da nossa equipe multidisciplinar (B., psicóloga, NEACA).
> São as dificuldades do serviço público. Eu penso que tenho que fazer o meu trabalho da melhor forma e pronto. Eu não sou 'agradólogo', não tenho a intenção de agradar a ninguém. Para mim a maior dificuldade é a ingerência da chefia. É chefe querendo usar seu trabalho para se promover ou para outros objetivos. Isso eu não deixo e está no nosso código de ética (M., psicólogo, CEOM).

Observamos que, em relação ao estágio, existe uma predominância de estagiários provenientes do curso de Serviço Social. Percebemos que a atuação desse estagiário é direcionada para as questões sociais, empoderamento e encaminhamento para outros serviços. Entretanto, no que se refere ao estagiário de Psicologia, ocorre uma procura, em que as instituições visitadas mostraram-se pouco estruturadas (física e academicamente) para receber e preparar esse futuro profissional. Não se observa, além disso, um incentivo por parte das instituições universitárias para facilitar a entrada de estagiários nesse campo, deixando essa tarefa de acordo com o interesse do próprio aluno.

> Só tem estagiário de Serviço Social. Aqui, para fazer a seleção de estagiário, é muito complicado, tem prova escrita, tem currículo. Prova para quê? Não é para ser funcionário público. Currículo de estagiário, você vai ler, e o cara coloca experiência de vendas. Então, eu e a L., que é assistente social, conseguimos mudar um pouco e incluímos umas dinâmicas de grupo, que facilita um pouco o processo (M., psicólogo, CEOM).

Além da importância do cumprimento da Lei Maria da Penha, faz-se necessário que ocorra o empoderamento das mulheres para que estas possam ter sua autoestima restabelecida e busquem novas alternativas de vida, incluindo a independência financeira. No discurso dos profissionais psicólogos, é vigente a visão do empoderamento como uma tarefa exclusiva do assistente social, não cabendo ao psicólogo essa função. Porém, observamos um paradoxo ao nos remeter ao próprio conceito, no qual uma das interfaces é o empoderamento psíquico.

> O empoderamento é psíquico e ocorre uma escuta apurada dos fatos (R., psicóloga, JVID)

> A gente não fala muito da questão do empoderamento não, mas passa por isso também na medida em que a gente tenta ver o que faz ela continuar numa relação como esta, que não é satisfatória, de violência. A gente tenta ver isso. Esses temas de empoderamento, é mais para a área de serviço social. A gente não usa muito isso. Mas a gente faz esse trabalho também. Tem uma assistente social no grupo também (B., psicóloga, JVID).

> Eu não gosto da palavra empoderamento, eu prefiro fortalecimento, pois acredito que ninguém pode dar poder a ninguém. Acredito que não tem nada a ver com poder porque, quando entra violência, já não é mais poder, e sim dominação. Numa relação saudável há diálogo, um respeita o outro. Na relação de violência não há questionamento (M., psicólogo, CEOM).

Uma das ações realizadas pelo município de São Gonçalo como forma de empoderamento financeiro é o incentivo à inserção da mulher assistida pelas políticas públicas no mercado de trabalho.

Quanto à dependência que a mulher tem do seu parceiro, os entrevistados apresentaram opiniões diferentes. Alguns consideraram que a maior dependência era a financeira, outros acreditam que a maior dependência era a psicológica.

Não definiu:

> Tem gente que está numa relação apanhando, e vai continuar porque ele sustenta a casa, e ela não está disposta a mudar. Tem outras que sustentam a casa e fazem todo o resto, e não precisa daquele homem pra nada racionalmente. Ela ganha mais, a casa é dela, ela que trabalha, tudo assim e está ali, e não consegue sair, e não termina (B., psicóloga, JVID).

Financeira:

> Apesar dessa lei, nós também temos algumas questões que eu acho que ainda pesam muito: a questão econômica. Eu vejo muito nas comunidades que, quando a mulher não tem como se manter, mesmo tendo a legislação, a mulher fica naquela de 'e aí? Como eu vou viver? E meus filhos, como vão ficar?'. A questão financeira e econômica tem um peso, mas é aí que entra as políticas públicas que está ali para fazer a mulher entender, dar a ela esse empoderamento para que ela tome essa decisão. A mulher precisa ser cada vez mais conscientizada de que, se ela sair de casa, ela não vai perder seus direitos. A maior dependência dessa mulher, eu acho que é econômica (L., assistente social, SPM).

Psicológica:

> É psicológica, com certeza (M., psicólogo, CEOM).

> Nem sempre há dependência econômica. Por vezes, a mulher trabalha e é a proprietária da residência, é mais psicológica (R., psicóloga, JVID).

Podemos concluir que a inserção no campo de pesquisa possibilitou uma visão amplificada da atuação prática e da importância do psicólogo nesse campo. Campo esse onde o psicólogo é um profissional primordial tanto na elaboração quanto na efetivação das práticas e políticas destinadas à mulher vítima de violência doméstica.

Podemos constatar que muitos psicólogos mantêm-se engessados no *locus* do profissional da escuta. Com isso não se veem como agentes de transformação social, delegando ao assistente social essa função por meio do empoderamento.

Cabe ressaltar que a Lei Maria da Penha recebeu um prêmio como uma das três melhores legislações mundiais de proteção à mulher vítima de violência. Porém, com esta pesquisa, podemos constatar que apenas a legislação não transforma o cenário social de violência, nem a qualidade do atendimento realizado pelos técnicos e gestores das políticas públicas de proteção às mulheres, em São Gonçalo e, possivelmente, em qualquer parte.

Referências

Blay, E. A. “Violência contra a mulher e políticas públicas”. *Estudos Avançados* [*on line*], v. 17, n. 49, São Paulo, set.-dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18398.pdf. Acesso em: 20 nov. 2012.

Brasil. Senado Federal. Subsecretaria de Informação. Decreto n. 1.973, de 1º de agosto de 1996, art. 1º, 9 jun. 1994. Belém do Pará. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=122009.

______. Congresso Nacional. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. *Código Civil Brasileiro*. Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Borges, Daniella. “Os impactos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres nos serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência do município de Serra/ES”, 2008. Disponível em: http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br.ppgps/files/Os%20impactos%20do%20Plano%20Nacional%20de%20Politicas%20para%20as%20Mulheres.pdf. Acesso em: 01 mar. 2013.

Cortez, Mirian B. e Souza, Lídio de. “Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal”. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ptp/v24n2/05.pdf. Acesso em: 14 abr. 2013.

CRPRJ. Disponível em: http://www.crprj.org.br/publicacoes/jornal/jornal27-politicas-publicas.pdf. Acesso em: 15 mar. 2013.

D’Oliveira, A. F. P et al. *Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*. São Paulo: UNESP, 2005.

GREGORI, M. F. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GUARESHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. *Textos em representações sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

IPEA. “Estudo sobre a violência contra as mulheres”. *O Globo*, 26 set. 2013.

Izumino, W. P. *Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2004.

León, M. “El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de género”. *La ventana*, n. 13, pp. 94-106, 2001. Disponível em: http://148.202.18.157/sitios/publicacionesite/pperiod/laventan/Ventana13/ventana13-4.pdf. Acesso em: 31 ago. 2013.

Minayo, M. C. de S. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

Pereira, Potyara A. P. “Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania”. In BEBRING, E. R. e BOSCHETTI, I. (orgs.). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

Santos, Daniele Vasco e Lemos, Flávia C. Silveira. "Uma analítica da produção da mulher empoderada". Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n2/a22v23n2.pdf. Acesso em: 20 abr. 2013.

Secretaria de Políticas para as Mulheres. Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, Dados Consolidados – 2012. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM_RELATORIOLigue180NacionalAnual2012.pdf. Acesso em: 13 set. 2013.

Silva, M. V. *Violência contra a mulher: quem mete a colher?* São Paulo: Cortez, 1992.

Teles, M. A. de Almeida e MELO, M. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

Capítulo 22
Difusão das neurociências no Brasil: Miguel Rolando Covian

Rodrigo Lopes Miranda
Anette Hoffmann
Marina Massimi

Nosso objetivo é apresentar aspectos da produção e difusão de conhecimentos neurocientíficos vinculados à obra do neurofisiologista argentino, naturalizado brasileiro, Miguel Rolando Covian (1913-1992). Esses conhecimentos são relacionados principalmente ao campo daquilo que, contemporaneamente, chamamos neurociências comportamentais, isto é, o estudo de áreas do sistema nervoso envolvidas no controle do comportamento. Tal enfoque era denominado por Covian, à época, como inter-relação "cérebro-mente". O foco principal da investigação será o laboratório de neurofisiologia coordenado por ele na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, campus Ribeirão Preto (FMRP-USP). Nosso recorte temporal compreende os anos em que Covian foi chefe do Departamento de Fisiologia dessa instituição: 1955-74.

Do ponto de vista metodológico, nosso trabalho coloca-se na interseção entre duas propostas historiográficas. Primeiramente, a proposta de Sirinelli (2003) para o estudo da história, a partir dos "intelectuais". Estes surgem como atores sociais, com investimentos nas mais diversas esferas, tais como a cultura, política, ciência, etc. Em decorrência de suas interações, com proximidades ideológicas ou culturais, formam-se grupos de intelectuais chamados, por Sirinelli, de "redes de sociabilidade". Em segundo lugar, utilizamos a proposta de Campos (1996) para o estudo das "biografias contextualizadas". Uma história com características biográficas pressupõe a localização de sujeitos no tempo e no espaço, o que possibilita visualizar características de um período histórico pelo estudo da biografia das pessoas. Esses modelos de investigação têm sido empregados em diferentes propostas historiográficas, na interface en-

tre história da ciência e história da psicologia (p. ex, Cruz, 2013) e na história da educação (p. ex, Faria Filho et al., 2009).

Para atingir o objetivo proposto, nosso capítulo está dividido em três partes, a saber: a) informações biográficas de Covian antes de vir para o Brasil, especificamente na Argentina e nos Estados Unidos da América (EUA); b) circunstâncias socioculturais brasileiras no período; e c) aspectos do laboratório de Covian. Assim, introduzimos Covian como um personagem promissor para a história das neurociências no Brasil, ampliando a compreensão dos diálogos entre psicologia e outras ciências, no país, ao longo de sua institucionalização.

Formando-se cientista: Argentina e EUA

O treinamento científico de Covian antes de sua vinda ao Brasil, em 1955, aconteceu em dois locais: Argentina e EUA. Seu débito a tal formação pode ser observado na dedicatória de seu memorial, apresentado para o concurso de professor titular de Fisiologia da FMRP-USP: "Este memorial, resumo da nossa carreira científica, é oferecido *in memoriam* dos Professores Bernardo A. Houssay e Eduardo Braun-Menéndez e em homenagem aos Professores Curt P. Richter e Philip Bard" (Covian, 1972). No encontro entre as matrizes de formação desses dois países, encontramos elementos que nos auxiliam a compreender sua atuação posterior, em Ribeirão Preto.

Entre 1935 e 1942, Covian estudou na Faculdade de Medicina da Universidade de Buenos Aires (UBA) e, entre 1942 e 1943, obteve o título de Doutor pela mesma instituição. Sua tese foi orientada por Bernardo Alberto Houssay (1887-1971) e era intitulada *Concentración de la hemoglobina sanguínea en el lactante: su determinación mediante el método fotoeléctrico*. Houssay era fisiologista e pesquisava, especialmente, o metabolismo do açúcar. Foi um dos ganhadores do Prêmio Nobel de Medicina e Fisiologia, em 1947, junto com o casal austríaco-americano Carl e Gherty Cori, por suas pesquisas sobre a glândula pituitária.

De acordo com o neurocientista argentino, naturalizado brasileiro, Izquierdo (2011), a Argentina – especialmente Buenos Aires – foi marcada, nesse período, pelo viés cosmopolita e por intensa produção cultural. Em suas lembranças:

> [...] em 1937, um terço da população havia nascido na Europa e quase todo o restante era descendente de imigrantes europeus [...] então, [ela] era uma cidade mestiça, realmente cosmopolita, na qual era inadequado chamar qualquer um de 'estrangeiro'; espanhóis, italianos, uruguaios, bolivianos e paraguaios eram vistos como locais [...] (p. 190, tradução nossa).

O período também foi marcado pelo investimento na industrialização associado à promoção da ciência. Nesse contexto, a comunidade científica argentina se organizava de forma a criar visibilidade para seu papel na sociedade, bem como a influenciar políticas para a promoção da ciência. Um debate recorrente focalizava o balanço de investimentos em pesquisa pura e aplicada. Outro ponto de destaque eram as interações entre os cientistas e o Estado, durante o primeiro governo de Juan Domingo Perón (1946-55).

Houve diversos embates entre cientistas e Perón que, no campo universitário, culminaram em intervenções do governo na Universidade, com repercussões na sua produção científica. Essa intervenção foi especialmente presente na UBA e repercutiu negativamente em meios intelectuais e científicos. Hurtado (2010), reproduzindo um documento de professores e intelectuais argentinos, indica as exigências do grupo: "Democracia efetiva por meio da fiel aplicação de todas as prescrições da Constituição Nacional [...]" (p. 49, tradução nossa). Um cientista especialmente combativo contra as propostas peronistas foi Houssay, então, professor da UBA e à frente da Associación Argentina para el Progreso de las Ciencias (AAPC), atitude que culminou em sua expulsão da UBA, juntamente com outros cientistas. Para abrigar parte dessas pessoas, foi criado, em 1944, o Instituto de Biologia y Medicina Experimental (IByME), por meio de investimentos privados, da Fundación Sauberan e da família Braun-Menéndez. Entre 1942 e 1943, Covian passou a se dedicar ao ensino e à pesquisa no IByME, interagindo com Eduardo Braun-Menéndez (1903-1959). Esse autor também era fisiologista, mas com enfoque em medicina e fisiologia cardiovascular. Ele teve papel político-administrativo importante tanto no IByME quanto no AAPC. Por exemplo, ajudou na criação da Revista *Ciencia y Investigación*, da qual foi editor de 1945 a 1959, e da *Acta Physiologica Latinoamericana*.

Entre 1945 e 1948, Covian realizou pesquisas, no IByME, sob a orientação direta de Braun-Menéndez, com publicações sobre as glândulas adrenais e o apetite específico para o sódio (cf. Covian, 1947). Em 1948, foi para os EUA,

para um estágio de pós-doutoramento de três anos na John Hopkins University, cidade de Baltimore, estado de Maryland. Ele permaneceu, no período, como bolsista da Fundação Rockefeller, trabalhando sob a orientação de Curt Richter (1894-1988) e, posteriormente, de Philip Bard (1898-1977). Esse período de transição é descrito por Covian da seguinte maneira:

> Quando iniciamos nossa carreira científica, apesar de nossa vocação para a neurofisiologia e na ausência de quem nos orientasse nessa disciplina, realizamos nossos primeiros trabalhos nas linhas de investigação vigentes no laboratório onde demos nossos primeiros passos. Nessa fase inicial, porém, já incursionamos na psicobiologia [...] Depois de nosso treinamento nos Estados Unidos, nossa atividade de pesquisador foi totalmente voltada para o campo da neurofisiologia (1972, p. 30).

Na interface entre psicobiologia e neurofisiologia, Covian encontrou, com Richter e Bard, condições para seu desenvolvimento científico. Richter trabalhou na relação cérebro-comportamento, especialmente com temáticas da psicobiologia. Em um texto autobiográfico, o autor salienta a influência do etólogo Robert Yerkes (1876-1956) e do comportamentalista John Watson (1878-1958) em sua formação (Richter, 1985). Bard, por sua vez, havia trabalhado com Walter Cannon (1871-1945). Em conjunto, eles desenvolveram a teoria Cannon-Bard de compreensão das emoções, em contraposição às propostas de James-Lange (Bard, 1973). De acordo com Cannon-Bard, as expressões emocionais e os sentimentos atrelados às emoções são produzidos em circuitos relacionados a partes diferentes da região talâmica, de forma que as alterações fisiológicas e a sensação subjetiva de uma emoção em resposta a um estímulo sejam fisiologicamente independentes. Durante seu estágio nos EUA, Covian realizou um conjunto de pesquisas relacionadas aos dois campos, como o *Role of emotional stress in the survival of adrenalectomized rats given replacement therapy* (Covian, 1949).

Ao finalizar seu estágio pós-doutoral, Covian retornou à Argentina para instalar um laboratório de neurofisiologia no IByME. Ele desenvolveu atividades de pesquisas nesse instituto, entre 1951 e 1955, quando foi convidado por Zeferino Vaz (1908-81) a assumir a chefia do Departamento de Fisiologia da FMRP-USP. Vaz estava à procura de professores de renome para legitimar seu projeto de criação de uma faculdade de Medicina, no interior de São Paulo (Ferraz, 2005; Mauro e Nogueira, 2004). À época, tanto o IByME quan-

to seus principais membros, tais como Houssay, Braun-Menéndez e Covian, já eram internacionalmente conhecidos. Além disso, a Argentina vivia um período conturbado. A década de 1950 foi um período de crise econômica e político-ideológica no país, com os cofres públicos esvaziados, a inflação aumentando aceleradamente e a retirada de apoio do exército ao governo de Perón. Nesse mesmo ano, o presidente foi deposto e a situação política ficou turbulenta e instável. Sobre isso, Covian disse: "Nosso futuro [no IByME] era incerto, como uma parede que nos fechara o caminho" (Covian, 1979, p. 615).

Ciência, universidade e formação de cientistas no Brasil

Desde as primeiras décadas do século XX, três elementos eram indicativos do "progresso" no Brasil: a industrialização, o desenvolvimento científico e a renovação educacional. Houve uma ampliação da população urbana, especialmente no Sudeste brasileiro. Se, em termos populacionais, a ampliação não foi alarmante, ela trouxe, a reboque, um conjunto de investimentos no espaço social, que permitiu a movimentação de recursos acumulados por uma elite econômica e pelo governo federal para a ampliação do parque industrial. Segundo Skidmore (1982), "não há dúvida de que, de 1956 a 1961, o Brasil apresentou um crescimento econômico real e marcante" (p. 204). Heranças das políticas da Era Vargas (1930-45) e o otimismo produzido por Juscelino Kubitschek (1902-76), nos "cinquenta anos em cinco", são exemplos desse processo. O direcionamento de pessoas para os centros urbanos e a movimentação de recursos no processo de modernização mobilizaram vários setores da sociedade, incluindo aqueles relegados à obscuridade até então, como a classe média urbana.

A renovação educacional esteve particularmente ligada à promoção da universidade e, consequentemente, ao investimento na constituição de um campo de produção científica no país. Gradativamente, os cientistas foram construindo espaços sociais para se colocarem como porta-vozes da modernização e do progresso. A ciência era tida como redentora dos atrasos sociais do Brasil, pois ela permitia o progresso industrial, urbano e social (Schwartzman, 2002). Os métodos de ensino e o desenvolvimento de pesquisas tornaram-se tônicas nos discursos sobre a universidade brasileira (Cunha, 2007). Isso implicava na promoção e no fortalecimento da comunidade científica brasileira, por meio dos intercâmbios com outros países e pelo investimento dos envol-

vidos com o empreendimento universitário. Como exemplo, cite-se a criação de sociedades científicas. Em 1948, foi criada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); em 1951, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, em 1960, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Essas agências envidavam esforços na formação de cientistas e na promoção da ciência nacional. Na articulação entre si e com congêneres estrangeiros, elas investiam dinheiro na formação científica brasileira. De acordo com a FAPESP, entre 1961 e 1962, pesquisadores do estado de São Paulo obtiveram auxílios de pesquisa ou bolsas, dela própria e de outras instituições, tais como: Fundação Rockefeller, CAPES e Fundação Guggenheim (FAPESP, 1962). No quesito valores, podemos observar o investimento em bolsas e na concessão de recursos para pesquisa. No primeiro caso, na Tabela 1, apresentamos os valores concedidos pelo CNPq para diferentes modalidades de bolsas, em 1956. Esses valores foram anunciados na revista *Ciência e Cultura*, periódico da SBPC.

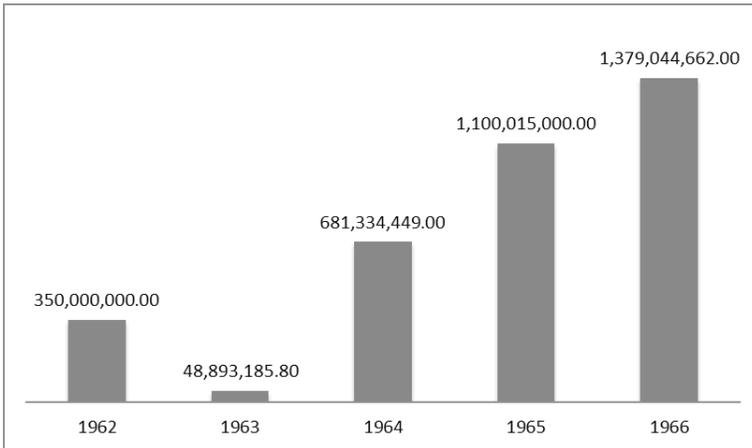
Tabela 1 – Valores de bolsas do CNPq (1956) em Cruzeiros (Cr$)

Modalidade	Valores CNPq
Iniciação Científica	2.000 a 4.000
Aperfeiçoamento	4.000 a 8.000
Desenvolvimento Técnico	4.000 a 8.000
Pesquisador Assistente	8.000 a 14.000
Pesquisador Associado	12.000 a 18.000
Chefe de Pesquisa	16.000 a 22.000

No segundo exemplo, podemos notar os recursos da FAPESP destinados a bolsas e auxílios. Entre 1961 e 1965[1], houve aumento de quase 300% do montante investido pela FAPESP (Figura 1). À exceção de 1963, em que houve redução na verba mobilizada pela agência, há um crescimento expressivo de investimentos, ano após ano. Esse valor provinha de um acordo entre a agên-

1 Neste aspecto, há a necessidade de duas observações: 1) em 1965, houve a mudança da moeda brasileira de Cruzeiros (Cr$) para Cruzeiros Novos (NCr$). Assim, os valores foram alterados; e 2) os valores são baseados em relatórios da FAPESP, no ano seguinte ao fornecimento da verba. Dessa forma, o valor de 1962 refere-se ao investimento em 1961, e assim sucessivamente.

cia e o governo do estado de São Paulo, no qual 0,5% da receita estadual era destinada à FAPESP (FAPESP, 1965).

Figura 1 – Recursos investidos pela FAPESP na Produção Científica em Cruzeiros (Cr$)

Além dos investimentos materiais, havia esforços simbólicos de cientistas na mobilização de recursos para a ampliação e o fortalecimento da comunidade científica, no Brasil. Rosenfeld (1963), um dos fundadores da SBPC, afirmou:

> É preciso que se estimule de fato o espírito de colaboração para que o número de cientistas aumente assim como seu nível melhore, [...] só assim a cultura terá força pelo engrossamento do número de seus adeptos ou, melhor ainda, de seus profissionais (p. 82).

Nessa mesma direção, Kerr (1965), diretor da FAPESP entre 1962-64, apontou que: "[a] falta de pessoal qualificado para pesquisa constitui a principal deficiência para o rápido progresso da ciência no Estado de São Paulo" (p. 72). Silva, outro diretor da FAPESP (1968-69), afirmou:

> Está acima de qualquer dúvida que o problema básico do desenvolvimento científico e técnico do país é a formação de pessoal em qualidade e número satisfatórios

> [...] Na sociedade moderna, uma das funções mais importantes das Universidades é a formação deste pessoal científico [...] (Silva, 1969, pp. 9-10).

Essas discussões brasileiras faziam parte de um movimento amplo de debate sobre a formação e o desenvolvimento científico na América Latina. Por exemplo, na revista argentina *Ciencia e Investigación*, de 1956, há uma sessão temática sobre a questão da universidade e a formação do cientista. Inclusive, há artigos de Houssay, bem como de alguns de seus discípulos (por exemplo, Horácio Rimoldi[2]).

O processo de expansão universitária com o ideário de formação científica também teve impacto no interior do país, especialmente no Sudeste. Aqui se insere, em 1951, a criação da FMRP-USP (Ferraz, 2005; Mauro e Nogueira, 2004), iniciando-se o seu funcionamento em 1952. Zeferino Vaz (1908-81) foi nomeado seu primeiro diretor e os primeiros funcionários, lotados em São Paulo, foram transferidos para Ribeirão Preto. Vaz era um dos cientistas brasileiros que produzia investimentos na formação de cientistas no país. Em suas palavras:

> Não devemos jamais perder de vista a dupla *finalidade de um instituto universitário: a preparação de profissionais de alto nível e o progresso da ciência através da investigação original*. É bem de ver que tais finalidades só podem ser atingidas se e quando tivermos a segurança de prover a Faculdade de corpo docente solidamente preparado [...] [e] *só pode ser professor quem se tenha dedicado à prática da investigação da especialidade que vai professar*, avaliando-se sua capacidade pelos trabalhos originais publicados (Vaz, 1951 apud Ferraz, 2005, p. 75, grifos nossos).

Assim, a FMRP-USP foi pensada, por seu criador, como um local para o desenvolvimento de pesquisa original e que proporcionaria a formação de alto nível dos estudantes. A pesquisa era, também, o ponto de corte para a seleção do professorado. Nesse contexto, Covian chegou ao Brasil como professor contratado em regime de tempo integral e iniciou a reestruturação do Departamento de Fisiologia.

2. Horácio Rimoldi (1913-2006) formou-se em Medicina, na UBA, sob a orientação de Houssay. Em seguida, mudou-se para a Inglaterra para estudos em psicologia experimental. Para maiores informações, sugerimos a leitura de Calabresi (2010).

Inter-relação cérebro-mente: laboratório, neurofisiologia e psicobiologia

De acordo com Damasceno (2013), Covian descrevia seu interesse, durante as investigações, na neurofisiologia como a busca pela relação entre cérebro e mente. A análise das produções de seu laboratório nos sugere que isso era estudado por meio das inter-relações entre cérebro e comportamento. Esse interesse foi promovido por meio: a) da negociação de investimentos financeiros para o laboratório; b) do estabelecimento de redes de sociabilidade; c) da formação de cientistas; d) da produção de pesquisa básica; e e) da presença em sociedades científicas.

Encontramos duas linhas de investimentos financeiros nos projetos de Covian: uma internacional e outra, nacional. Entre os recursos estrangeiros, vemos a presença da Fundação Rockefeller e da Força Aérea dos EUA. Em 1958, a Fundação Rockefeller concedeu três mil dólares para a visita de Covian ao Departamento de Anatomia da Escola de Medicina da University of California (Doações da Fundação Rockefeller ao Brasil, 1958). Na mesma viagem, ainda houve visitas a laboratórios em Chicago, Nova Iorque e Baltimore. Com os recursos da Força Aérea dos EUA, Covian foi à Europa e ao Japão, respectivamente, em 1962 e 1965 (Covian, 1972). Na Europa, ele ficou dois meses no Laboratoire de Neurophysiologie Comparée (França) e, ainda, visitou outros laboratórios na Bélgica, França, Inglaterra e Itália. No Japão, participou do XXIII Congresso Internacional de Fisiologia. Os recursos provenientes do Brasil foram obtidos junto à FAPESP. Utilizando a mesma periodização que observamos de alocação de recursos dessa agência (1961-1965), notamos que Covian movimentou Cr$ 1.692.000,00 (Tabela 2).

Tabela 2 – Recursos FAPESP obtidos por Covian (1962-1966) em Cruzeiros (Cr$)

Ano	Valores (Cr$)
1962	750.000,00
1963	302.000,00
1964	640.000,00
1965	0,00
1966	0,00
Total	1.692.000,00

Como se percebe, os recursos foram utilizados para a visita a laboratórios e conferências, sugerindo o investimento de Covian no estabelecimento de redes de sociabilidade com outros pesquisadores. Esses são momentos em que a comunidade de cientistas pode promover parcerias, discutir possibilidades de trabalho e premissas teórico-metodológicas etc. Nessas redes, encontramos nomes de destaque na produção das neurociências. Por exemplo, Izquierdo permaneceu alguns meses, em 1958 e 1959, no laboratório de Covian (Izquierdo, 2011). Outro exemplo é Vernon Mountcastle, que Covian conheceu quando do pós-doutorado na John Hopkins University e visitou em outras ocasiões (Covian, 1972). Inclusive, chegou a publicar trabalhos em conjunto com este último (ver Mountcastle et al., 1950).

Encontramos, no memorial de Covian (1972), uma lista de 83 trabalhos tornados públicos por ele, entre 1955 e 1972 (Figura 2), que nos ajudam a compreender três aspectos: i) formação de redes de sociabilidade; ii) formação científica de profissionais; e iii) produção de pesquisas. As informações são mais bem compreendidas quando analisadas em conjunto com as informações que obtivemos de suas publicações, nos *Periódicos CAPES* (Tabela 3).

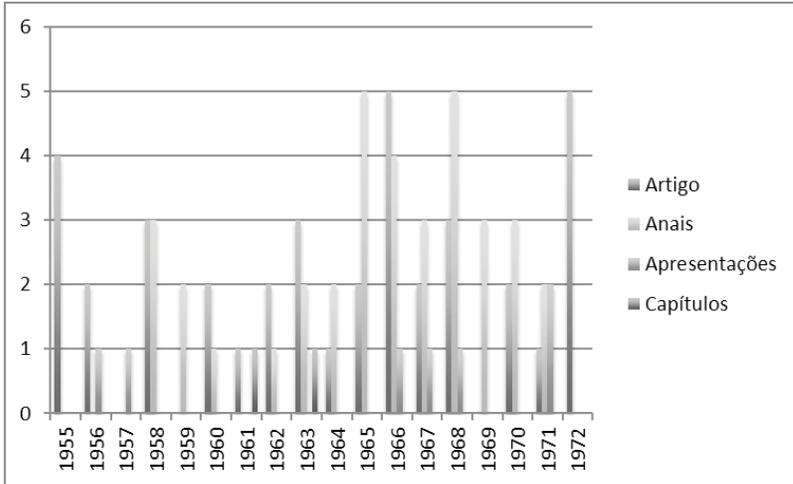
Figura 2 – Distribuição da produção de Covian (1955-1972)

Cerca de 80% dos trabalhos foram realizados em coautoria com colegas ou pessoas que estavam se formando sob sua supervisão. Os dez trabalhos apresentados na Tabela 3 podem ser lidos como a aproximação de uma lente de aumento às informações da Figura 2. Dos dez trabalhos encontrados, oito foram em coautoria. Nesse movimento, notamos a estruturação de redes de sociabilidade e a formação científica de profissionais. No primeiro grupo, situamos Cleber Gentil e Wilson Saad, que eram professores de Fisiologia. O primeiro, na Faculdade de Farmácia e Odontologia da USP-RP, e o segundo, na Faculdade de Odontologia da Universidade Estadual Paulista, Campus Araraquara (São Paulo). No segundo grupo, vemos que alguns dos coautores foram orientandos de Covian, tais como César Timo-Iaria, José Antunes-Rodrigues e Maria Carmela Lico.

Tabela 3 – Publicações do Laboratório de Neurofisiologia (1965-1972)

Ano	Título	Autor(es)	Publicações
1965	"Decrease blood pressure due to brain septal stimulation: parameters of stimulation, bradycardia, baroreceptor reflex"	Miguel Covian e César Timo-Iaria	*Physiology and Behavior*
1966	"Alterations in sodium chloride and water intake after septal lesions in the rat"	Andrés Negro-Vilar, Cleber Gentil e Miguel Covian	*Physiology and Behavior*
1967	"Studies on the neurovegetative and behavioral functions of the brain septal area"	Miguel Covian	*Progress in Brain Research*

Ano	Título	Autor(es)	Publicações
1968	"Role of amygdaloid complex in sodium chloride and water intake in the rat"	Cleber Gentil, José Antunes--Rodrigues, Andrés Negro-Vilar e Miguel Covian	*Physiology and Behavior*
	"Autonomic conditioning in the anesthetized rabbit"	Maria Lico, Anette Hoffmann e Miguel Covian	*Physiology and Behavior*
1970	"Role of adrenals in the changes of sodium chloride intake following lesions in the Central Nervous System"	José Antunes-Rodrigues, Cleber Gentil, Andrés Negro-Vilar e Miguel Covian	*Physiology and Behavior*
	"Mechanism of decreased sodium chloride intake after hypothalamic lesions: effect of hydrochlorothiazide"	José Antues-Rodrigues, Wilson Saad, Cleber Gentil e Miguel Covian	*Physiology and Behavior*
1971	"Bernardo Alberto Houssay (1887-1971)"	Miguel Covian	*Physiology and Behavior*
1972	"Water and sodium chloride intake following microinjections of Angiotensin II into the septal area of the rat brain"	Miguel Covian, Cleber Gentil e José Antunes-Rodrigues	*Physiology and Behavior*
	"Interaction between hypothalamus, amygdala and septal area in the control of sodium chloride intake"	Wilson Saad, José Antunes--Rodrigues, Cleber Gentil e Miguel Covian	*Physiology and Behavior*

Segundo o relato de Eduardo Krieger, que foi incorporado ao Departamento em 1957, o Departamento de Fisiologia e o laboratório de Covian eram espaços importantes para a pesquisa, mormente para a formação científica dos professores em exercício (Krieger, 1991 apud Mauro e Nogueira, 2004, p. 118). Ele diz: "[...] realmente se pesquisava [...]/ não havia solicitação exagerada de alunos para orientar e *era uma fase em que nós ainda precisávamos nos formar*/ [...]" (p. 118, grifos nossos). Outro exemplo é que parte dos outros coautores estava em processo de doutoramento com outros orientadores, que não Covian: Andrés Negro Vilar e Anette Hoffmann (Franci, 2002).

O ensino e as conferências proferidas nos permitem delinear mais aspectos relacionados aos interesses de Covian e seu laboratório, na inter-relação cérebro e mente, principalmente no enfoque cérebro-comportamento. Em sua disciplina de Neurofisiologia, suas últimas aulas versavam sobre "Sistema Nervoso e Comportamento" (Covian, 1961). Seu interesse no "estudo experimental do comportamento" passava por vários fisiologistas (por exemplo, Cannon e Bard) e, via de regra, o método de estudo era a hemidecorticação de animais. Nas conferências, por exemplo, encontramos: *Bases anatômicas e fisiológicas da*

consciência, em 1960; *Mecanismos nervosos do comportamento emocional e sexual*, em 1961; *Formação reticular no comportamento*, em 1963 e *Sistema nervoso central e fisiologia do comportamento*, em 1966.

A Tabela 3 indica os dez trabalhos que encontramos em *Periódicos CAPES*. Ela demonstra que apenas um único texto não está vinculado a dados produzidos em laboratório: um memorial de Houssay, quando de seu falecimento, em 1971. Os demais textos constituem trabalhos experimentais e foram basicamente publicados no mesmo periódico, *Physiology and Behavior*. O veículo de publicação nos auxilia a compreender o interesse cérebro-mente por meio da relação fisiologia e comportamento. As temáticas dos trabalhos, a partir de seus títulos, também nos ajudam a compreender o interesse "cérebro-comportamento". Essas temáticas se encaixam nas três principais linhas de pesquisa de Covian e seu laboratório: i) a relação entre emoção e comportamento; ii) comportamento alimentar; e iii) bases neurais do comportamento.

Em seus estudos, ficavam em evidência o comportamento do sujeito experimental e sua relação com partes específicas do cérebro, especialmente amígdala, hipotálamo e área septal. Os estudos ocorriam, principalmente, com ratos albinos, coelhos e gatos. Realizavam-se diferentes intervenções no sistema nervoso central, tais como: lesões eletrolíticas; estimulações elétricas ou químicas, e registrados parâmetros neuro-vegetativos, como atividade metabólica; frequência cardíaca; pressão arterial; ritmo respiratório ou parâmetros comportamentais, como motricidade e ingestão de água e sódio. Em alguns experimentos, era realizada a manipulação da atividade do sistema endócrino ou a injeção sistêmica de diferentes tipos de drogas.

Por fim, notamos a presença de Covian em diferentes sociedades que tinham relação com sua produção, na inter-relação cérebro e mente. Em 1962, ele se filiou à International Brain Research Organization (IBRO), uma associação claramente vinculada às neurociências. Em 1969, tornou-se parte do comitê da International Society of Psychoneuroendocrinology (ISPNE). Essa última tem interesse na promoção de saberes que relacionam a atividade hormonal com o cérebro e o comportamento. Em 1971, Covian tornou-se membro honorário da Sociedade Interamericana de Psicobiologia. Dessa maneira, as atividades de seu laboratório promoveram sua inserção em diferentes grupos interessados na questão cérebro-comportamento.

Considerações finais

Nosso objetivo foi apresentar aspectos vinculados à produção e à difusão de conhecimentos neurocientíficos, no Brasil, a partir do estudo de caso do laboratório de neurofisiologia de Miguel Rolando Covian, na FMRP-USP. Covian e os membros de sua rede de sociabilidade, fomentada pelo laboratório, auxiliam-nos a reconhecer a ocorrência de diálogos entre psicologia e outras ciências, no país, ao longo do processo de sua institucionalização. Nesse caso, os diálogos parecem incidir no tema da "inter-relação cérebro e mente", especialmente compreendida como relação cérebro-comportamento.

Essa "linha de pesquisa" em cérebro e comportamento pode ser traçada pelas heranças da formação, na Argentina, no IByME, que parecia constituir-se como uma instituição importante na formação de cientistas interessados em diferentes ciências experimentais. Além de Covian, Izquierdo e Rimoldi foram formados nesse grupo. Além disso, houve influências expressivas da formação na John Hopkins University, onde o autor relatou que pôde estudar aquilo que era sua vocação: a interface psicobiologia e neurofisiologia, com enfoque acentuado nessa segunda. Tais heranças se entrelaçaram na atuação de Covian no laboratório, por meio da negociação de investimentos financeiros para esse espaço, do estabelecimento de redes de sociabilidade, da formação de cientistas, da produção de pesquisa básica e da presença em sociedades científicas.

Por fim, é preciso reconhecer as limitações metodológicas deste estudo. Apresentamos uma aproximação inicial à temática da difusão das neurociências, no Brasil, por meio de um estudo de caso. Não podemos extrapolar nossa análise para períodos não estudados ou, então, para outros contextos brasileiros do mesmo período, envolvendo outros autores. Novos estudos precisam ser realizados para mapear as pesquisas desenvolvidas no laboratório de Covian, demarcar mais claramente como elas se associavam à psicologia e como tiveram impactos nas neurociências, entre outros. Entretanto, estimamos ter identificado, em nosso estudo, uma forma de recepção e difusão dos conhecimentos neurocientíficos, no Brasil, na interface entre fisiologia e psicologia. Esperamos, assim, contribuir para futuras pesquisas nessa interlocução.

Referências

Bard, P. "The ontogenesis of one physiologist". *Ann. Rev. Physiol.*, n. 35, pp. 1-16, 1973.

Calabresi, C. "Consideraciones epistemológicas en las publicaciones del Instituto de Psicología Experimental de la Universidade Nacional de Cuyo (1943-1947)". *Fundamentos en Humanidades*, n. 9, pp. 37-52, 2010.

Campos, R. H. F. "Em busca de um modelo teórico para o estudo da história da psicologia no contexto sociocultural". In _____ (ed.). *História da Psicologia: Coletâneas ANPEPP*, v. 1, série 15, pp. 125-45, São Paulo, EDUC, 1996.

Covian, M. R. "Apetito específico". *Ciencia e Investigación*, pp. 488-92, dez. 1947.

______. "Role of emotional stress in the survival of adrenalectomized ratas given replacement therapy". *Proc. Ass. Rev. Nerv. Ment. Dis.*, n. 30, pp. 339-70, 1949.

______. "Neurofisiologia". Arquivo Miguel Rolando Covian, Museu da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Espaço Cultural e de Extensão Universitária, Universidade de São Paulo, 1961.

______. "Memorial". Arquivo Miguel Rolando Covian, Museu da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Espaço Cultural e de Extensão Universitária, Universidade de São Paulo, 1972.

______. "A essência da universidade". *Ciência e Cultura*, n. 31, pp. 615-20, 1979.

Cruz, R. N. *B. F. Skinner e a vida científica: uma história da organização social da Análise do Comportamento* (tese). Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

Cunha, L. A. "Ensino Superior e universidade no Brasil". In Lopes, E. M. T. et al. (eds.). *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, pp. 151-204.

Damasceno, E. N. *Criação do Arquivo Epistolar do neurofisiologista Prof. Dr. Miguel Rolando Covian: um registro histórico-contextual* (dissertação). Universidade de São Paulo, 2013.

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. *Relatório das Atividades: 1964*. 1965. Disponível em: http://www.fapesp.br/publicacoes/.

Faria Filho, L. M. et al. "Apresentação". In ______ e Inácio, M. S. (orgs.). *Políticos, literatos, professoras, intelectuais: o debate sobre a educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009, pp. 7-20.

Ferraz, J. B. F. *Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP: criação e impacto no ensino médico*. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2005.

Franci, C. R. "Departamento de Fisiologia". *Medicina, Ribeirão Preto*, n. 35, pp. 277-83, 2002.

Hurtado, D. *La ciencia Argentina, un proyecto inconcluso: 1930-2000*. Buenos Aires: Edhasa, 2010.

Izquierdo, I. "Ivan Izquierdo". In Squire, L. R. (org.). *The history of neuroscience in autobiography*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2011, v. 7, pp. 188-230.

Kerr, W. "A pesquisa científica no estado de São Paulo. *Ciência e Cultura*, n. 17, pp. 72-84, 1965.

Mauro, J. E. M. e Nogueira, A. R. *A Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, USP: primeiros tempos, através dos documentos e pela voz de seus construtores*. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2004.

Mountcastle, V. B. et al. "The central representation of some forms of deep sensibility". *Ass. Res. Nerv. Ment. Dis.*, n. 30, p. 339, 1950.

O ESTADO DE SÃO PAULO. "Doações da Fundação Rockefeller ao Brasil". 11 fev. 1958, p. 10.

Richter, C. P. "It's a long long way to tipperary, the land of my genes". In Dewsbury, D. A. (org.). *Leaders in the study of animal behavior*. Cranbury: Associated University Press, 1985, pp. 357-88.

Rosenfeld, G. "Universidade e formação de pessoal de Nível Superior.*Ciência e Cultura*, n. 15, pp. 81-2, 1963.

Schwartzman, S. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*, 2002. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/espaco.htm.

Silva, A. C. "Relatório do Diretor Científico". In FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (org.). *Relatório das Atividades: 1968*, pp. 8-13. Disponível em: http://www.fapesp.br/publicacoes/.

Sirinelli, J. F. "Os intelectuais". In Remond, R. (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, pp. 231-69.

Skidmore, T. E. *Brasil: de Getulio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Capítulo 23
A influência de William James sobre a obra de C. G. Jung[1]

Pedro Henrique Costa de Resende
Walter Melo

Introdução

Por meio deste trabalho, busca-se a compreensão da influência da obra *Pragmatismo*, de William James, sobre a teoria de C. G. Jung. Com o termo influência, entendemos as análises, as críticas e as apropriações de ideias efetuadas por C. G. Jung ao longo de alguns de seus escritos. Com base nesse objetivo, definimos a hermenêutica como perspectiva de análise, e, mais especificamente, o conceito de conversação hermenêutica de Hans Georg Gadamer. Segundo Gadamer (2014 [1960]), em sua obra *Verdade e Método*, o processo compreensivo é dinâmico e se realiza pela análise da intenção dos autores na produção de seus discursos, levando em consideração a relação histórica destes. Na busca pela compreensão de um texto, o intérprete deve procurar estabelecer um diálogo com as propostas dos autores. Nessa dialética, dois aspectos devem ser observados: a abertura das perguntas direcionadas ao texto; e o horizonte hermenêutico, ou seja, um direcionamento na procura por respostas.

William James é um pioneiro em várias áreas do conhecimento. Ele inicia sua carreira nas áreas de medicina e fisiologia. Posteriormente, participa do estabelecimento da psicologia como ciência, fundando o primeiro laboratório de psicologia experimental dos Estados Unidos, e se torna, ainda, um dos expoentes do pragmatismo, sendo um dos mais importantes filósofos de sua época.

Já Carl Gustav Jung foi um importante autor e psiquiatra do século XX, tendo iniciado sua carreira científica sob a supervisão de Eugen Bleuler, no Hospital

1 Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Burgholzli, na Suíça. Suas ideias foram elaboradas ao longo de décadas de trabalho clínico e sempre tiveram como objeto central de estudo o ser humano, em sua existência, projetos e conflitos. Suas teorias influenciaram os mais diversos campos do conhecimento, como a psicologia, a antropologia, a teologia, entre outros.

C. G. Jung e William James participaram de contextos históricos e sociais distintos, no entanto, estabeleceram alguns contatos no início do século XX. A maior influência de James sobre Jung ocorreu em um período em que o autor suíço se afastava da psicanálise e buscava encontrar sua própria metodologia de trabalho. Dentre os vários aspectos estudados por C. G. Jung da obra do filósofo americano, destacamos o pragmatismo, como elemento norteador desta análise.

A obra de C. G. Jung ainda é pouco pesquisada no contexto universitário. Devido à escassez de pesquisas sobre a fundamentação teórica do referido autor, seu trabalho é normalmente associado à psicanálise freudiana. É importante destacar que, mesmo no contexto da psicanálise, a relação entre Freud e Jung se desenvolvia muito mais sob uma perspectiva de colaboração mútua do que em uma relação de mestre e aprendiz.

William James e C. G. Jung se conheceram pessoalmente em 1909, devido a uma conferência na Universidade de Clark, nos Estados Unidos, onde conversaram em duas ocasiões sobre suas perspectivas e ideias, em especial sobre a psicologia da experiência religiosa (Bair, 2003). Jung (2002 [1949], p. 138) nutria grande admiração pelo trabalho de James, como pode ser verificado em suas *Cartas*, volume II: "Duas personalidades que encontrei na Clark Conference causaram-me profunda e duradoura impressão. Uma foi Stanley Hall, o presidente, e a outra foi William James, que encontrei lá pela primeira vez". A convivência pessoal entre eles não foi duradoura, devido à morte de James em 1910.

No entanto, o interesse de C. G. Jung pela obra jameseana, em especial, sua teoria pragmática, persistiu. Em 1921, em seu trabalho *Tipos psicológicos*, o autor reserva um capítulo, "O problema dos tipos na filosofia moderna", para o estudo do tema. Jung (2011 [1921]) considerava a teoria pragmática como elemento importante de sua psicologia analítica. Porém, para que possamos compreender melhor os apontamentos, as apropriações e as críticas de Jung ao trabalho de James, devemos retornar à obra *Pragmatismo*.

A teoria pragmática de William James

James (1989 [1907], p. 4) faz, inicialmente, uma análise sobre a importância dos temperamentos na postura filosófica dos indivíduos: "A história da filoso-

fia é, em grande parte, a de uma certa colisão de temperamentos humanos". As ideias e proposições acerca do mundo, das coisas do mundo, dos indivíduos e de suas relações são orientadas a partir do temperamento daquele que se propõe a avaliar esses fatores. Os pesquisadores, ao explicarem a realidade, buscam elaborar esquemas que mais se harmonizem com a sua forma de ser. O resultado final não é uma representação fiel do mundo, até porque um indivíduo não conseguiria abarcar a totalidade da existência, mas uma representação daquele que se dispôs a pesquisar. Os filósofos, em geral, tentam encobrir esse fator fundamental por meio de afirmações neutras e objetivas. Podemos até mesmo destacar certa insinceridade das discussões filosóficas, pois a premissa principal que movimenta os debates não é mencionada (James, 1989 [1907]).

O filósofo americano, na busca por exemplificar a ideia principal de sua exposição, afirma que é possível dividir os diferentes tipos humanos em duas categorias básicas: os racionalistas, adeptos das concepções abstratas; e os empiristas, seguidores dos fatos observáveis. É claro que o autor leva em consideração a diversidade de posturas humanas, com graus dos mais variados de cada um desses posicionamentos. A divisão estabelecida tem, dessa forma, um objetivo didático, de facilitar a compreensão de sua proposta. Em seguida, James (1989 [1907]) passa as qualificações secundárias do par de opostos delimitado.

Os racionalistas normalmente são associados a uma atitude idealista e intelectualista, possuem uma visão otimista da vida e do mundo, são religiosos, monistas, defensores do livre-arbítrio e dogmáticos em seus posicionamentos. Já os empiristas são materialistas, ligados às sensações, de pensamento pessimista, irreligiosos, fatalistas, pluralistas e céticos. James (1989 [1907]) procura associar cada uma dessas características ao local mais adequado dentro do par de opostos inicial. No entanto, reforça a questão da multiplicidade dos tipos humanos e da diversidade de combinações possíveis.

Em seu tempo, e podemos afirmar que ainda hoje, a busca pelos fatos objetivos e a valorização da ciência eram almejados por todos. Ao mesmo tempo, uma grande parte das pessoas não abandonava a religião, pela capacidade da mesma em fornecer suporte emocional para a vida. Valorizam-se os dados sensoriais da mesma forma que as ideias e concepções abstratas. Dessa forma, tem-se um impasse, ou melhor, uma dissociação, pois o empirismo se posiciona na maioria das situações de forma impessoal e, para James (1989 [1907]), até mesmo de maneira desumana e irreligiosa, enquanto que o racionalismo, que

se pode chamar de religioso, mantêm-se afastado das questões mais objetivas da vida. Essa dissociação fica ainda mais clara por meio do exemplo oferecido por James (1989 [1907], p. 9):

> Quisera ter poupado as primeiras páginas de uma tese que um estudante me passou às mãos um ano ou dois atrás. Ilustravam meu ponto tão claramente que tenho pena de não poder lê-las agora. Esse jovem, formado por alguma faculdade do oeste, começava dizendo que tinha tido sempre como certo o fato de que, quando se entra em uma classe de filosofia, tem-se que estreitar ralações com um universo inteiramente distinto daquele que se deixou lá atrás na rua. Supunha-se que os dois, disse, tinham tão poucas relações um com o outro, que não se podia possivelmente ocupar o espírito com eles ao mesmo tempo. O mundo de experiências pessoais concretas ao qual a rua pertence é heterogêneo, além da imaginação, enredado, obscuro, doloroso e enigmático. O mundo ao qual o professor de filosofia o introduz é simples, claro e nobre. As contradições da vida real acham-se ausentes dele. Sua arquitetura é clássica. Os princípios da razão traçam os seus delineamentos, as necessidades lógicas cimentam suas partes. A pureza e a dignidade são o que mais expressa. É uma espécie de templo marmóreo brilhando no alto de uma colina.

O temperamento racionalista é refinado, e esse refinamento caracteriza as filosofias intelectualistas que buscam a sua satisfação na contemplação de um objeto organizado e bem estruturado que corresponda a sua busca. Não é uma explicação do universo concreto, mas um substituto, um produto idealizado que, para James (1989 [1907]), poderia ser definido como um escape. Já o posicionamento empirista procura afastar para longe qualquer perspectiva metafísica, que considera fora do contexto da realidade. Como conciliar posicionamentos tão opostos, que geram uma discussão interminável? James apresenta como possibilidade o pragmatismo.

O pragmatismo como resposta às divergências teóricas

O primeiro ponto acerca da compreensão sobre o que é o pragmatismo é a sua característica de método, o segundo, pode ser definido de uma teoria genética da verdade. Em seu primeiro aspecto, o pragmatismo não é uma novidade, mas uma atualização de posturas anteriores, como as de Sócrates,

Aristóteles, Locke, Berkeley e Hume, pois cada um, a sua maneira, fez uso do método pragmático. No entanto, esses precursores o utilizaram de maneira fragmentada. Somente no início do século XX, os filósofos se dedicaram a seu estudo de maneira mais aprofundada (James, 1967 [1907]).

James (1967 [1907]), em um momento inicial de seu trabalho, afirma que a filosofia deveria adotar os pressupostos das ciências naturais, sendo indutiva e empírica. Para tanto, o filósofo deveria adotar hipóteses, substituindo-as quando estas não o auxiliarem na solução de um problema. A filosofia se tornaria móvel e adaptável, sendo a verdade algo que se modifica e se expande. Uma premissa seria verdadeira de acordo com a possibilidade que oferece de conduzir um pensador de uma experiência para outra.

O pragmatismo busca interpretar cada proposta por meio de suas consequências objetivas, ou seja, as afirmações terão valor na relação direta com as ações decorrentes. Uma concepção é avaliada por seus efeitos significativos, imediatos ou remotos, na vida prática. De acordo com a exposição de James (1967 [1907]), fica a impressão da vitória da postura empírica, pois o destaque está sobre os fatos e a objetividade dos resultados, mas o autor esclarece que a perspectiva racionalista das ideias e das abstrações tem perfeita validade.

A metafísica e a ciência poderiam até mesmo trabalhar juntas, pois princípios defendidos como fundamentais, como Deus, razão e absoluto, e conceitos como matéria, energia e natureza, encontrariam sua validade não como palavras definitivas, mas no trabalho que extrai o valor prático de cada uma delas e as coloca na corrente da experiência: "As teorias, assim, tornam-se instrumentos, e não respostas aos enigmas, sobre os quais podemos descansar" (James, 1989 [1907], p. 20). O pragmatismo flexiona todas as concepções e as coloca no campo da ação.

Em seu segundo aspecto, de teoria genética da verdade, o pragmatismo analisa a origem e o desenvolvimento de novas ideias e de novas teorias, assim como a adaptação das mesmas na sociedade. Para James (1989 [1907]), quando uma nova ideia surge, tenta-se adaptá-la aos conhecimentos já existentes. O filósofo americano utiliza o exemplo da descoberta do elemento químico rádio, que emite continuamente energia, o que aparentemente contradiz a teoria da conservação da energia. No entanto, os pesquisadores analisaram que as radiações eram uma fuga de energia potencial insuspeita, preexistente dentro do átomo. O hélio, sendo descoberto como resultado da radiação, confirmou essa crença. Portanto, buscou-se o mínimo de modificações neces-

sárias, dentro do arcabouço teórico já existente: “Faz-se verdadeira pela maneira como opera, enxerta-se, então no velho corpo da verdade, que se desenvolve, assim, de modo semelhante à árvore que cresce pela atividade de uma nova camada de câmbio” (James, 1989 [1907], p. 31).

Por meio de uma perspectiva hermenêutica, podemos compreender melhor a teoria pragmática de James. O autor americano, inserido em seu contexto histórico, busca a explicação para a necessidade prática do homem moderno, que está sempre à procura de novos ideais, ao mesmo tempo que ainda se liga a uma tradição. O filósofo americano afirma que não há uma ruptura conceitual. As novas ideias se adaptam às estruturas já existentes, como no círculo compreensivo de Gadamer (2002 [1959]), no qual as partes se relacionam de maneira direta com o todo, sendo o todo compreendido pelo singular, da mesma forma que a singularidade é compreendida através do todo.

Gadamer (2002 [1959]) utiliza a concepção de círculo hermenêutico em um nível de interpretação de textos no qual o intérprete avalia as palavras na sua relação com a totalidade da produção. Nesse processo, o leitor vai inserindo seus conhecimentos já adquiridos anteriormente na construção do sentido. Não seria possível escapar a esse círculo compreensivo, que se expandiria cada vez mais sem se romper. William James, no entanto, busca a compreensão de aspectos vivenciais do homem, em suas construções teóricas e suas necessidades objetivas. O processo que ele descreve encontra ressonância no círculo compreensivo de Hans-Georg Gadamer, no qual novas ideias se adaptam a um todo conceitual já existente. A verdade, portanto, seria determinada na relação do indivíduo com a experiência.

A influência do pragmatismo na obra de C. G. Jung

Em suas obras coligidas, C. G. Jung faz apontamentos acerca do pragmatismo no volume três, *Psicogênese das doenças mentais*, e no volume 10/2, *Aspectos do drama contemporâneo*. No entanto, é no volume seis, *Tipos psicológicos*, citado anteriormente, que Jung (2011 [1921]) expõe de maneira mais aprofundada suas apreciações, suas críticas e adaptações.

No volume três, *Psicogênese das doenças mentais*, Jung (2011 [1914]) aponta para a importância do livro *Pragmatismo*, de William James. A referência à obra se encontra no “Apêndice” de seu estudo sobre *O conteúdo da psicose*. O referido texto é uma transcrição de uma conferência realizada na cidade de

Zurique no ano de 1908. O trabalho havia sido publicado originalmente pelo professor Freud, no Caderno III do conjunto *Schrifte zur angewandten Seelenkunde.* É importante destacar que a referência a James foi acrescentada em uma reedição posterior, publicada em 1914.

No apêndice que complementa a publicação, Jung (2011 [1914]) se refere a um aumento considerável das experiências e estudos acerca da *dementia praecox.* Freud, por exemplo, submete a autobiografia de P. Schreber*, Denkwüdigkeiten eines Nervenkranken* (*Memórias de um doente dos nervos*), a seu método de interpretação, nomeado por Jung de analítico-redutivo. Freud mostra como o vasto material de delírios e simbolizações de Schreber se referem às suas relações infantis com o pai, atualizadas em sua relação com seu médico e identificadas com noções e ideias acerca de Deus.

No entanto, Jung (2011 [2014]) afirma que as apreciações de Freud não apresentam os resultados esperados diante da riqueza do material simbólico. A escola de Zurique, representada por Maeder, Spielrein, Nelken, Grebelskaja e Itten, da mesma forma que Freud, e seguindo os passos do método analítico-redutivo, também buscou avaliar o material simbólico produzido por pacientes com diagnóstico de *dementia praecox.* A intenção desse tipo de avaliação seria retirar do sistema de delírios certos componentes que podem ser generalizados. Uma análise importante, mas que, segundo Jung (2011 [1914]), não consegue abarcar a extraordinária riqueza simbólica presente nos relatos dos pacientes.

A forma de investigação analítico-redutiva procura transformar o complexo em simples, e o desconhecido em conhecido, por meio da redução da diversidade a aspectos gerais, comuns a todos os homens. A esse tipo de compreensão, Jung (2011 [2014]) também nomeia de retrospectiva. O método redutivo é válido e possível, no entanto o autor propõe outra forma de avaliação desses fenômenos, a sua hermenêutica, ou método construtivo, sendo essa forma de compreensão conhecida como prospectiva. Utilizando como exemplo o caso Schreber, estudado por Freud, Jung (2011 [1914]) afirma que, enquanto o método redutivo se ocupa da objetividade científica do fenômeno, reduzindo a estrutura de fantasia do doente a fundamentos mais simples e gerais, a compreensão prospectiva busca, em casos como o de Schreber, a perspectiva da subjetividade do paciente, em seu processo de construção simbólica. A partir desse destaque dado à subjetividade do fenômeno patológico, o psiquiatra suíço chega ao ponto essencial de sua explicação. A existência de diferentes tipos humanos, que imprimem suas particularidades em todas as suas formas de expressão, inclusive as patológicas.

> A experiência médica até o presente momento ensina que existem dois grandes grupos de distúrbios nervosos funcionais: um que abrange todas as formas de doença comumente chamadas 'histéricas', e outro que abrange todas as formas denominadas pela escola francesa de *psicastenia*. Embora essa distinção seja bastante imprecisa pelo que pude observar, podemos identificar dois tipos psicológicos, manifestamente diferentes, que possuem psicologias diametralmente opostas. Denominei esses tipos de introvertidos e extrovertidos. A histeria pertence ao tipo extrovertido, a *psicastenia* e a *dementia praecox* pelo que dela se conhece, ao tipo introvertido (Jung, 2011 [1914], p. 211).

A partir dessas afirmações chegamos à importância atribuída à obra *Pragmatismo*, na qual o psiquiatra suíço destaca "a excelente descrição dos tipos psicológicos feita por William James" (Jung, 2011 [1914], p. 212). O trabalho de James permite a introdução do fator subjetivo no contexto científico, pois, ao estudar a questão das tipologias, ele afirma que todas as produções humanas são afetadas pelas diferenças de personalidade. A análise construtiva, ou compreensão prospectiva, seguiria os passos desse fator subjetivo destacado por William James.

Em sequência, temos a obra *Aspectos do drama contemporâneo*. No capítulo XXI, C. G. Jung avalia o livro de Hermann Keyserling, *La revolution mondiale et la responsabilité de l'espirit*, por meio de uma resenha intitulada: "Um novo livro de Keyserling 'A revolução mundial e a responsabilidade do espírito'". O texto de Jung foi publicado originalmente em *Basler Nachrichten, Sonntagsblatt*, n. XXVIII, de 13 de maio de 1934.

O livro em questão representa a visão do autor diante da situação de seu tempo. Para Keyserling, os acontecimentos sociais, políticos e econômicos, apesar de serem princípios condutores das revoluções no mundo, não representam a transformação essencial, que deveria partir de uma reforma dos sentidos, ou como o próprio autor se refere, a um resgate do espírito.

Segundo Jung (2011 [1934]), Keyserling tenta resgatar uma visão de mundo característica dos séculos XVIII e XIX, nos quais tudo poderia ser passível de ser conhecido e, nessa posição, Keyserling critica o pragmatismo americano chamando-o de antiespiritual. Em relação a essa afirmação, Jung (2011 [1934], p. 103) destaca: "espero aliás, que ele não esteja pensando em William James". James segue exatamente o caminho oposto, pois se dedica a compreender valores religiosos e aspectos espirituais da conduta humana tanto em sua obra *Pragmatismo*, na qual reserva um capítulo para o estudo do pragmatismo em

relação à religião, quanto em sua obra *The varieties of religious experience*, totalmente dedicada ao tema.

Da mesma forma, em sua obra *Tipos psicológicos,* o psiquiatra suíço reserva um capítulo para o estudo do tema intitulado "O problema dos tipos na filosofia moderna". Nesse trabalho, o autor faz um estudo detalhado da obra *Pragmatismo,* destacando a diferença dos temperamentos humanos na construção do conhecimento. A divisão básica da tipologia de James, já explicada anteriormente, é retomada por Jung (2011 [1921]), que analisa as diferenças principais estabelecidas entre racionalistas e empiristas. Jung (1989 [1907]) afirma que prefere a utilização dos termos ideologismo, ou idealismo, ao conceito original de racionalismo. O autor suíço considera que o empírico é também racional, pois faz uso de uma sensatez ou *ratio* (razão). O racionalismo diria respeito a uma atitude psicológica geral de ponderação, seja no nível do pensar ou do sentir.

> Razão é, pois, a capacidade de ser razoável, uma atitude especial que torna possível um pensar, sentir e agir segundo valores objetivos. Do ponto de vista do empirismo, esses valores objetivos provêm da experiência, mas do ponto de vista do ideologismo, provêm de um ato de avaliação racional que, então, segundo Kant, seriam 'faculdades de julgar e agir de conformidade com princípios básicos' (Jung, 2011 [1921], p. 322).

Jung (2011 [1921]) acrescenta às propostas de James explicações baseadas em sua própria tipologia. As diferentes posturas de idealistas e empiristas também se distinguiriam pelo percurso seguido pelo pensamento, que poderia ser introvertido ou extrovertido. Enquanto Kant representa o tipo de pensamento introvertido, ao afirmar que a fonte da razão seria uma ideia original, cujo objetivo não é encontrado na experiência, mas parte de princípios reguladores, Wundt representaria o polo oposto, por meio de seu pensamento extrovertido, afirmando que a razão é parte de funções intelectuais complexas, cujas fases anteriores se encontram em um substrato sensível. Para o introvertido ou idealista, o aspecto valorativo está sobre o conceito, ou as ideias, que passariam a orientar o material experimental. Já para o empírico ou extrovertido, os conceitos são sempre derivados da experiência, sendo, portanto, secundários, pois seu pensamento sempre recai sobre o objeto. As duas orientações do pensar são possíveis: enquanto uma parte da experiência para a ideia, a outra segue o

percurso oposto. A discussão sobre qual seria a melhor via só levaria a debates filosóficos inúteis.

Posteriormente, o psiquiatra suíço se detém nas explanações acerca dos tipos secundários. No entanto, destacamos que a questão principal apontada por James (1989 [1907]), e analisada por Jung (2011 [1921]), é como certas características individuais são determinantes na escolha dos objetos de pesquisa. Essa característica seria mais bem definida pelo conceito de equação pessoal, que determinaria o aspecto subjetivo, ou psicológico, como subjacente a todas as ciências (Shandasani, 2003).

Na conclusão do capítulo, Jung (2011 [1921], p. 333) destaca a coerência do método pragmático, mas apresenta, da mesma forma, suas críticas. Ele afirma: "James tem o grande mérito de ter apontado, pela primeira vez e com certa profundidade, para a extraordinária importância dos temperamentos na formação do pensamento filosófico".

No entanto, também completa que a solução do conflito entre opostos não se dá por um compromisso lógico-intelectualista, como tenta o conceptualismo, nem pela medição pragmática de concepções inconciliáveis. Os opostos deveriam ser vistos como elementos necessários de coordenação, "assim como um movimento muscular coordenado implica sempre a inervação dos músculos antagônicos, o pragmatismo deveria ser visto como uma atitude transitória que prepara o caminho do ato criador afastando os preconceitos" (Jung, 2011 [1921], p. 334). Apesar das críticas, o posicionamento, em geral, de Jung sobre o pragmatismo é favorável, sendo as teorias de William James referenciadas até mesmo em seus últimos trabalhos, como em *Símbolos e interpretação dos sonhos*, de 1961.

Jung (2011 [1921]) defendia a regra pragmática como diretriz fundamental, especialmente em sua experiência clínica, na qual afirmava que o valor prático de cada palavra deveria ser extraído e colocado dentro da corrente da experiência. Segundo alguns autores, como Pereira (2010), a referência ao pragmatismo jameseano é forte em toda a obra de C. G. Jung, especialmente seus textos sobre prática clínica, nos quais, mesmo sem usar o termo pragmatismo, descreve os mesmos fenômenos a ele associados, como em *Os objetivos da psicoterapia*, de 1929.

Jung estabelece, portanto, um diálogo hermenêutico com a teoria de William James, avaliando os aspectos principais da teoria pragmática, criticando as limitações do método em sua tentativa de conciliação dos opostos e se

apropriando dessa metodologia em sua prática clínica. Nesse último aspecto, já não é necessária uma referência direta a William James, pois o papel de empírico adotado por Jung, assim como a determinação da validade de suas teorias pelos seus efeitos objetivos na vida dos indivíduos, já fazia parte de seu arcabouço teórico.

Considerações finais

William James é um autor de grande importância para as áreas da psicologia e filosofia. Sua teoria não estrutural, na qual conceitos e ideias são apenas ferramentas, parece se adequar aos tempos atuais. Mesmo não construindo uma escola, diversos pensadores buscaram inspiração em seu trabalho, destacando-se C. G. Jung como um autor que avaliou em profundidade os conceitos do filósofo americano, especialmente sua teoria pragmática. Os dois autores se conheceram em uma conferência realizada na universidade de Clark, nos Estados Unidos, no ano de 1909. Apesar de o contato pessoal entre eles ter sido breve, a influência teórica de James sobre a obra de Jung foi abrangente. Por meio de uma perspectiva hermenêutica, buscamos compreender o diálogo de Jung com as propostas de James, estabelecendo suas avaliações, críticas e apropriações acerca do método pragmático. Com este trabalho esperamos que mais pesquisadores possam se interessar pelas ideias de C. G. Jung, compreendendo que a teoria analítica tem influências maiores do que apenas a psicanálise freudiana, sendo William James uma figura de importância expressiva.

Referências

Bair, D. *Jung: uma biografia*. São Paulo: Globo, 2003, v. 1.

Gadamer, H. G. "Sobre o círculo da compreensão". *Verdade e método II: complementos e índice.* Petrópolis: Vozes, 2002 [1959].

______. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica.* Petrópolis: Vozes, 2014 [1960].

James, W. *Pragmatismo e outros ensaios.* Rio de Janeiro: Lidador, 1967 [1907].

______. *Pragmatismo.* São Paulo: Nova Cultural, 1989 [1907]. (Coleção Os Pensadores).

______. *The varieties of religious experience.* New York: Penguin, 2009 [1902]. Disponível em:.

Jung, C. G. *Cartas de C. G. Jung*. Petrópolis: Vozes, 2002 [1949], v. 2.

______. "Apêndice – A interpretação psicológica dos processos patológicos". *Psicogênese das doenças mentais.* Petrópolis: Vozes, 2011 [1914], v. 3.

______. *Tipos psicológicos*. Petrópolis: Vozes, 2011 [1921], v. 6.

______. "O problema dos tipos na filosofia moderna". *Tipos psicológicos*. Petrópolis: Vozes, 2011 [1921], v. 6.

______. "Os objetivos da psicoterapia". *A prática da psicoterapia*. Petrópolis: Vozes, 2011 [1929], v. 16/1.

______. "Um novo livro de Keyserling: 'A revolução mundial e a responsabilidade do espírito'". *Aspectos do drama contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2011 [1934], v. 10/2.

______. "Símbolos e interpretação dos sonhos". *A vida simbólica*. Petrópolis: Vozes, 2011 [1961], v. 18/1.

______. *Obras completas*. Petrópolis: Vozes, 2011.

Pereira, H. *Jung e o laboratório da alma: a psicologia analítica pela teoria do ator-rede*. Curitiba: Juruá, 2010.

Shandasani, S. *Jung e a construção da psicologia moderna: o sonho de uma ciência*. São Paulo: Idéias & Letras, 2003.

Capítulo 24
Proximidade entre os procedimentos terapêuticos de Nise da Silveira e os princípios e diretrizes da Reforma Psiquiátrica

Glaucia Rodrigues da Silva
Maria Lúcia Boarini

Introdução

Dentre as diferentes práticas de exclusão em nossa sociedade, destaca-se a situação das pessoas com transtorno mental, ou "loucos", como antes eram denominados. O enfoque da loucura como doença e da psiquiatria como especialidade médica datam de aproximadamente 200 anos. A partir do século XVIII, por conta do crescimento das cidades, a loucura passou a ser objeto de preocupação da sociedade. Tal preocupação estabeleceu uma instituição específica para o tratamento de pessoas com transtorno mental: o manicômio (Gonçalves e Sena, 2001).

Todavia, historicamente, a percepção da condição humana estabeleceu "o diferente", e então o manicômio se desviou de sua função original de tratamento das pessoas com transtorno mental e passou a expressar a exclusão do convívio com os ditos normais, e, ainda, o controle e a violência com o diferente. Durante anos, as pessoas com transtorno mental foram vistas como uma possível ameaça e, por essa razão, destinadas à marginalidade social (Gonçalves e Sena, 2001).

No entanto, observa-se que, em meados do século XX, após a Segunda Guerra Mundial (1939-45), o contexto histórico de crescimento econômico, reconstrução social, desenvolvimento dos movimentos civis e maior sensibilidade às diferenças tornou propício o aparecimento de questionamentos sociais. Por conseguinte, em diferentes países, passou-se a questionar os resul-

tados terapêuticos dos manicômios. Esses questionamentos conduziram a algumas reformas no atendimento à pessoa com transtorno mental, em virtude da recuperação e, principalmente, da diminuição dos custos com a assistência em saúde, tendo em vista que muitos desses hospitais eram públicos ou custeados pelo Estado (Boarini, 2006; Borges, 2012). Entre as reformas, evidencia-se a psiquiatria democrática italiana, proposta por Franco Basaglia, um autor que influenciou predominantemente a Reforma Psiquiátrica no Brasil.

Franco Basaglia construiu uma das mais radicais transformações no campo da psiquiatria e dos saberes sociais. Na direção do Hospital Psiquiátrico de Gorizia, Franco Basaglia apontou para uma nova forma de tratamento da pessoa com transtorno mental. Essa nova forma de tratamento estabelecia um novo modo de cuidar que ultrapassa as fronteiras disciplinares, normalizadoras e de controle social, promovendo o cuidado integral realizado por uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, psiquiatras, enfermeiros, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, entre outros profissionais. Além disso, trouxe contribuições teóricas no que tange a críticas à psiquiatria e ao manicômio, abordando a necessidade de mudar o modelo assistencial psiquiátrico, extinguindo os manicômios e substituindo-os por serviços extra-hospitalares que trabalham no sentido da inclusão de pessoas com transtorno mental como cidadãos (Amarante, 1994).

Esse modelo de atenção à saúde mental, proposto por Franco Basaglia, prenuncia um trabalho extra-hospitalar em rede de atenção psicossocial que "implica um conjunto de diferentes ofertas de cuidado", propiciadas por diversos dispositivos "[...] intimamente articulados de forma complementar, solidária e com propósitos definitivos" (Dias et al., 2010 apud BORGES, 2012, p. 85).

Visando à promoção da saúde de modo integral, no Brasil, foram desenvolvidas ações na Atenção Básica, ou seja, serviços que atendem às necessidades gerais da população. A Atenção Básica foi colocada no centro do trabalho em rede, conforme demonstrado na Portaria n.º 3.088, de 23 de dezembro de 2011, editada pelo Ministério da Saúde, com vistas à "[...] criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS" (Brasil, 2011).

Essas ações que são parte da Reforma Psiquiátrica no Brasil ocorreram por influência da que acontecia na Itália. No entanto, apesar de se denominarem as mudanças que ocorreram a partir de 1970 de Reforma Psiquiátrica, observa-

-se que as propostas abordadas pelos autores foram, de certa forma, pensadas anteriormente, a partir da década de 1940, pela renomada médica psiquiatra Nise da Silveira, que adotou procedimentos terapêuticos que muito se aproximam do ideal proposto por essa reforma.

Posto isso, o presente estudo tem como objetivo geral investigar a proximidade dos procedimentos terapêuticos adotados pela referida médica com os princípios e diretrizes da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Essa relação estabelecida contribui tanto para a elucidação dos objetivos da Reforma Psiquiátrica como para o debate das ideias de Nise da Silveira, podendo levar a reflexões a respeito da prática cotidiana de tratamento de pessoas com transtorno mental.

Este estudo se caracteriza como uma revisão bibliográfica documental embasada na coleta de material de autores que abordam a Reforma Psiquiátrica, assim como autores que estudaram os procedimentos de Nise da Silveira. A coleta foi realizada em bibliotecas, nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (Scielo), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Biblioteca Regional de Medicina (BIREME) e em fontes diversificadas, como citado anteriormente.

A fim de concretizar o objetivo proposto, a organização dos dados obtidos se dará em três seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira seção abordará os princípios e diretrizes da Reforma Psiquiátrica; a segunda, pautar-se-á nos procedimentos terapêuticos adotados por Nise da Silveira; e, por fim, a terceira seção estabelecerá a relação existente entre tal e os procedimentos viabilizados pela médica. Os dados serão analisados em uma perspectiva histórica.

Princípios e diretrizes da Reforma Psiquiátrica

No século XVII, a loucura passou a ser estudada dentro dos hospitais e, a partir desse estudo, são adotados princípios da psiquiatria que explicam a loucura como doença. Anteriormente, o procedimento com a pessoa com transtorno mental era de reclusão e tinha por função sua proteção e reeducação, entretanto, essa função foi se perdendo. Nesse sentido, tal procedimento passou a expressar a exclusão da pessoa com transtorno mental do convívio com os ditos normais, e, ainda, o controle e a violência (Amarante, 2003).

A prática de reclusão e violência passou a ser questionada a partir do século XVIII. Nesse período, a França passou por uma mudança política e so-

cial denominada Revolução Francesa, que objetivava a garantia dos direitos individuais. Nesse contexto, Philippe Pinel (1745-1826) desacorrentou as pessoas com transtorno mental dos cárceres, transferindo-as para os manicômios e propondo uma nova forma de tratamento da loucura embasada na observação clínica da conduta dos pacientes.

Essa nova proposta de tratamento da loucura deu origem ao *Tratado Médico-Filosófico sobre a Alienação Mental* ou *Traité*, de Philippe Pinel, publicado em 1801 e republicado em 1809. Esse tratado inaugurou a psiquiatria como especialidade médica, visando ao estudo e à promoção da cura em um hospital especializado, o manicômio, e, por isso, Philippe Pinel é denominado pai da psiquiatria (Pessotti, 1994).

Por essa razão, no século XVIII, o hospital psiquiátrico era tido como local de tratamento, todavia, a realidade no interior desse espaço era de abusos e maus tratos às pessoas com transtorno mental. Uma das instituições que expressou essa realidade foi o Hospital do Juquery, criado no final do século XIX, que se materializou como um espaço de reclusão das pessoas que a sociedade burguesa quis afastar (Borges, 2012). Desse modo, no decorrer do século XVIII até meados do século XX, a proposta de Philippe Pinel não havia alcançado a transformação esperada nos países em geral.

Entretanto, em meados do século XX, após a Segunda Guerra Mundial (1939-45), foram realizados debates que conduziram a questionamentos de diversas temáticas sociais, entre as quais, a ineficiência e o alto custo dos hospitais psiquiátricos. Nesse quadro, a partir das críticas, foram favorecidas mudanças na assistência a pessoas com transtorno mental, a fim de diminuir custos das instituições manicomiais e proporcionar a recuperação das pessoas com transtorno mental (Boarini, 2006).

Em uma perspectiva global, uma das tentativas de recuperar o potencial terapêutico da instituição psiquiátrica foi a proposta das "colônias de alienados", que visava a resolver o problema de superlotação dos asilos. As colônias de alienados consistiam em ambientes, onde, longe dos centros urbanos, as pessoas com transtorno mental ficariam encarregadas de trabalhos agrícolas e artesanais. No entanto, em pouco tempo, as colônias se mostraram iguais aos asilos tradicionais. Em vista disso, surgiram em diversos países as primeiras experiências que buscavam uma "reforma psiquiátrica" (Amarante, 2005).

Na Itália, por exemplo, como já pontuado, em meados do século XX, o médico psiquiatra Franco Basaglia (1924-80) promoveu uma radical transfor-

mação no campo da psiquiatria e dos saberes sociais em prol da humanização e da extinção do hospital psiquiátrico, compreendido como local de repressão, e não de assistência. Franco Basaglia assumiu a direção do Hospital Psiquiátrico de Gorizia, na Itália, em 1961, e o transformou em um laboratório de experiências, pelas quais demonstrou novas formas de tratamento para a loucura, possibilitando também um ambiente em que se realizavam críticas teóricas e práticas à psiquiatria e ao manicômio (Amarante, 1994).

As ideias do médico italiano influenciaram a Reforma Psiquiátrica no Brasil, que tinha como meta a superação dos hospitais psiquiátricos e sua substituição por uma rede de atenção que viabilizasse o cuidado e a emancipação da pessoa com transtorno mental (Boarini, 2006). Sobre o processo histórico da psiquiatria no Brasil, destacam-se alguns pontos expostos a seguir.

Reforma Psiquiátrica no Brasil

No caso do Brasil, antes de 1852, pessoas com transtorno mental passavam praticamente despercebidas. Não havia a reclusão, como ocorreu em outros países, mas também não se estabeleceu nenhuma forma de tratamento. O marco de início da assistência psiquiátrica é a criação, em 1852, do Hospital D. Pedro II, no Rio de Janeiro. Desde então, foram fundados outros hospitais psiquiátricos em diversos lugares do país (Boarini, 2006).

O Brasil aplicou muitos recursos para o investimento em hospitais psiquiátricos, especialmente os particulares, aumentando demasiadamente o número desses durante o período da ditadura militar (1964-85). Assim, a Reforma Psiquiátrica no Brasil ocorreu de forma mais lenta e tardia se comparada aos países europeus, que, nesse período, estavam envolvidos em movimentos sociais que visavam à extinção dos hospitais psiquiátricos (Boarini, 2006).

Desse modo, no período da ditadura militar, a situação da assistência psiquiátrica no Brasil estava restrita ao manicômio e caracterizada por práticas agressivas e de violação aos direitos humanos, como o uso de camisas de força e quartos-fortes ou "prisões acolchoadas", choques elétricos, operações no cérebro, e outras torturas visando a controlar os pacientes. Esse modelo de assistência psiquiátrica, estritamente ligado à psiquiatria tradicional, foi muito utilizado nos anos 1960 pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), dando origem à "indústria para o enfrentamento da loucura" (Amarante, 1995). Esse modelo predominou até o final da metade do século XX.

Todavia, no final da década de 1970, com o retorno da democracia e a influência das ideias de Franco Basaglia, sucederam-se, no Brasil, debates sobre a temática da loucura, mais especificamente sobre a instituição asilar e a segregação dos internos, e os tratamentos agressivos à pessoa com transtorno mental. A partir disso, foram organizados movimentos sociais em prol da luta antimanicomial que perduram até os dias atuais.

No final da década de 1970, em meio ao processo de redemocratização do país, profissionais da área de saúde mental de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais se uniram e formaram o Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), para discutir as questões psiquiátricas que vinham polarizando opiniões. Posteriormente, em 1978, no Rio de Janeiro, teve origem o movimento dos trabalhadores da Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAM), que expôs à sociedade a opressão e a violência encontradas nas instituições manicomiais. Em 1987, foi realizada a I Conferência Nacional de Saúde Mental, em Bauru-SP, na qual foi instituído o lema "por uma sociedade sem manicômios", consolidando o Movimento de Luta Antimanicomial ou Reforma Psiquiátrica (Amarante, 2003).

Na sequência, em 1992, foi realizada a II Conferência Nacional de Saúde Mental em Brasília. Nessa conferência, foi proposto que as ações de saúde mental fossem inseridas nas ações gerais de saúde (Borges, 2012).

Em 2001, aconteceu a III Conferência Nacional de Saúde Mental, em Brasília, que propôs uma meta ainda não alcançada:

> Garantir que, até 2004, sejam extintos todos os leitos em hospitais psiquiátricos no Brasil, consolidando o projeto de uma 'Sociedade sem Manicômios', com a estruturação de uma rede substitutiva de atenção integral à saúde do usuário de saúde mental e com o desenvolvimento de uma estratégia de ampla discussão sobre a inclusão da loucura na sociedade. Os gestores da saúde municipais, estaduais e federal devem construir uma agenda que viabilize o alcance desta meta (Brasil, 2002, p. 25).

Nessa conferência também foi estabelecida a abolição do eletrochoque e da eletroconvulsoterapia, por serem considerados tratamentos que desrespeitam os direitos humanos. Evidenciou-se também a criação de associações dos familiares e de profissionais da área de saúde mental (Boarini, 2006; Borges, 2012).

A III Conferência Nacional de Saúde Mental repercutiu em mais uma conquista da Reforma Psiquiátrica: a aprovação da Lei Federal n.º 10.216, no dia 6 de abril de 2001, que "dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental" (Brasil, 2001), conduzindo o atendimento a serviços de base comunitária.

A aprovação dessa lei estimulou o processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil, refletindo em movimentos que objetivavam contribuir, de algum modo, para o processo de auxílio e reabilitação de doentes mentais que permaneceram em longas internações psiquiátricas, assim como refletiu em propostas de novas modalidades intersetoriais de tratamento à pessoa com transtorno mental nas intervenções de reabilitação psicossocial, tema colocado em pauta na IV Conferência Nacional de Saúde Mental.

A IV Conferência Nacional de Saúde Mental ocorreu em 2010, em Brasília. O centro da discussão dessa conferência foi a "busca de convergência de esforços por parte dos diversos setores envolvidos com as políticas públicas, somando-se a isso o incentivo à participação da sociedade como um todo, por meio da intersetorialidade" (Borges, 2012).

Evidencia-se que a intersetorialidade está vinculada ao processo da Reforma Psiquiátrica que tem buscado a superação das principais características da psiquiatria tradicional, sendo essas: exacerbação da periculosidade ligada à pessoa em crise ou "emergência psiquiátrica"; intervenções direcionadas ao reestabelecimento da crise em curto período de tempo; uso frequente e mecanizado das contenções físicas e da eletroconvulsoterapia; uso do espaço físico para contenção da crise; tentativa de normalizar e impor hábitos; ênfase na negatividade da loucura; medicação como recurso terapêutico prioritário e internação como recurso predominante (Costa, 2007).

Além disso, torna possível a desinstitucionalização da loucura, que pode ser percebida na criação de serviços extra-hospitalares, como os Centros de Saúde e Ambulatórios, os Serviços Residenciais terapêuticos (SRTs), leitos psiquiátricos em hospitais gerais, Centros de Convivência e Cooperativas (CECCOs) e, principalmente os Centros de Atendimento Psicossocial (CAPs I, CAPs II, CAPs III, CAPsi, CAPsad). Destaca-se que, hodiernamente, o Ministério da Saúde tem incentivado a implementação de CAPs, e, por essa razão, nos últimos anos, o número de CAPs tem aumentado significativamente (Borges, 2012).

Nos dias atuais, nota-se a substituição gradativa dos manicômios por lares abrigados, centros de atenção psicossocial, hospitais-dia, oficinas terapêuticas, entre outros (Melo et al., 2001), sugerindo um novo padrão de instituição para a pessoa com transtorno mental e propondo a regulamentação de seus direitos.

Procedimentos terapêuticos de Nise da Silveira

Nise da Silveira nasceu em Maceió, em 1905, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1999. O debate acerca de suas ideias e de seu modelo de tratamento à pessoa com transtorno mental pôde trazer contribuições para o movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil, tendo em vista que dedicou sua vida à psiquiatria, opondo-se ao modelo vigente e difundindo novas ideias, tornando-se uma renomada médica psiquiatra brasileira.

Iniciou seu trabalho como médica psiquiatra em 1930, todavia seu trabalho foi interrompido quando, em 1935, ocorreu o levante comunista, liderado por Luís Carlos Prestes (1898-1990), político comunista brasileiro. Naquela época, intensificou-se a perseguição aos comunistas. Qualquer indivíduo com ideais democráticos poderia ser tomado como inimigo da ditadura (1937-45) empreendida por Getúlio Vargas (1882-1954). Nesse contexto, alguns psiquiatras que estabeleciam relações com esses ideais foram perseguidos, entre eles, Nise da Silveira, que foi acusada de ter livros vinculados a ideais comunistas. Por essa razão, ela Silveira foi presa em 1936, permanecendo durante um ano e oito meses afastada por motivos políticos, e só pôde voltar a exercer suas funções como funcionária pública em 1944 (Guimarães e Saeki, 2007).

No Brasil, durante seu período de afastamento, a psiquiatria encontrava-se em processo de renovação de suas técnicas, tendo como principais: coma insulínico, eletrochoque e lobotomia. Essas formas de tratamento estavam embasadas no mecanicismo, cuja concepção de homem está vinculada à máquina, que tem um jeito adequado de funcionar. Por isso, no que tange à psiquiatria, o foco se encontra na remoção dos sintomas. Todavia, Nise da Silveira procurava ver a pessoa com transtorno mental em sua totalidade, voltando-se para a individualidade e destacando-se por ser contrária às formas agressivas de tratamento vigentes em sua época (Melo, 2005). Desse modo, seu nome está associado ao compromisso ético e a algumas ideias que, posteriormente, embasaram a Reforma Psiquiátrica.

Evidencia-se na atuação da médica seu trabalho à frente da Seção de Terapêutica Ocupacional, no Centro Psiquiátrico Pedro II, a partir de 1946, a fundação do Museu de Imagens do Inconsciente, em 1952, e a criação da Casa das Palmeiras, em 1956 (Melo, 2007).

Conforme mencionado, em 1944, Nise da Silveira reiniciou suas atividades como psiquiatra no Centro Psiquiátrico Pedro II. Entretanto, opôs-se às técnicas vigentes, como, por exemplo, ao recusar a aplicação do eletrochoque, expondo que esta prática era semelhante às torturas físicas presenciadas por ela na prisão. Além disso, outros dois fatores fundamentais para a recusa eram a origem da técnica e os depoimentos de pessoas submetidas a esta (Melo, 2009).

A origem da técnica se deu quando o psiquiatra italiano Ugo Cerletti visitou um matadouro de porcos e verificou que, antes de morrerem, estes recebiam uma descarga elétrica e entravam em uma crise convulsiva, levantando então a hipótese de que a esquizofrenia poderia ser tratada ao se provocar uma convulsão. Nise da Silveira disse que o psiquiatra teve "uma iluminação às avessas" (Silveira, 1992, p. 11 apud Melo, 2009, p. 34). Logo, o referido psiquiatra testou sua técnica em um rapaz, o qual, ao término da primeira sessão, deu o seguinte depoimento a respeito da técnica: "Nada de repetir. Fatal!" (Laing, 1982, p. 144 apud Melo, 2009). Por essa razão, Nise da Silveira nunca se utilizou do eletrochoque em sua prática (Melo, 2005).

Ela também se recusou a utilizar a lobotomia, método que visava a diminuir os impulsos agressivos e repetições obsessivas por meio de um corte no lobo frontal. O objetivo era alcançado, todavia a médica notou que essa psicocirurgia causava a decadência da capacidade criativa das pessoas submetidas ao método (Melo, 2005).

No que tange ao coma insulínico, este foi desenvolvido por Manfred Sakel, que observou em pacientes diagnosticados com esquizofrenia, principalmente nas formas paranoide e catatônica, a apresentação de uma melhora em seu estado mental, porque esse método causava uma alteração nas funções psíquicas superiores. Nise da Silveira fez uso disso apenas uma vez. Todavia, ela observou que o método era muito arriscado e de poucos resultados, tendo em vista que, apesar de alterar as funções psíquicas superiores, não conseguia trazer uma modificação psicológica (Doyle, 1961, p. 252 apud Melo, 2005). Devido ao fato de ir contra as técnicas viabilizadas no Centro Psiquiátrico Pedro II, ela solicitou ao diretor do hospital que lhe desse a oportunidade de

trabalhar em outra tarefa, porque não tinha condições de ocupar a função de médica (Silveira, 1992 apud Melo et al., 2001).

Nessa época, Nise da Silveira se interessava pela terapia ocupacional, compreendendo que essa poderia consistir em um essencial método terapêutico. Então, em 1946, foi transferida para essa tarefa, passando a receber uma verba mensal para reestruturar a Seção Terapêutica Ocupacional. Nesse período, ela mantinha contato com Carl Jung (1875-1961), psiquiatra suíço que fundou a psicologia analítica. Nise da Silveira foi influenciada pelo pensamento de Carl Jung, trazendo essa influência para o Brasil por meio de cursos, simpósios e conferências, além da aplicação prática de contribuições junguianas e da publicação de vários estudos relacionados (Melo et al., 2001).

Nise da Silveira foi responsável por uma revolução nos modelos psiquiátricos da época. Em contraposição aos métodos coercitivos e invasivos de tratamento, posicionou-se a favor da compreensão do sofrimento psíquico, da empatia e do máximo de zelo para com a pessoa com transtorno mental (Guimarães e Saeki, 2007).

Na Seção de Terapêutica Ocupacional, a médica propôs atividades expressivas que destoavam das atividades propostas anteriormente, caracterizadas pela monotonia. Com isso, ela pretendia aguçar a criatividade dos pacientes. A partir disso, Nise da Silveira nomeou seu método como "não agressivo", por contrapor-se aos métodos coercitivos (Silveira, 1986, 1992 apud Melo et al., 2001). Foram implementados 17 núcleos de atividades, tendo destaque as de desenho, pintura e modelagem. Após cinco meses, no dia 4 de fevereiro de 1947, foi realizada a primeira exposição com 245 pinturas expostas (Melo et al., 2001).

Em 1952, a partir do trabalho desenvolvido nessa seção do hospital, foi fundado o Museu de Imagens do Inconsciente (Guimarães e Saeki, 2007). A fundação desse Museu tinha o intuito de reunir as obras criadas nos setores de atividade, "a fim de oferecer aos pesquisadores condições para o estudo de imagens e símbolos e para o acompanhamento da evolução de casos clínicos através da produção plástica espontânea" (http://www.museuimagensdoinconsciente.org.br). "O Museu de Imagens do Inconsciente alia ao ato terapêutico o compromisso com a pesquisa, a dedicação humanitária e um inquebrantável vigor ético" (Melo et al., 2001, p. 73).

Evidencia-se que, para Nise da Silveira, a arte representa uma das principais atividades humana. Neste sentido, ela afirma que o caminho de busca pela consciência consiste em um caminho de idas e vindas. Destarte, o proces-

so de produção plástica deve ser acompanhado, porque a imaginação simbólica da pessoa com transtorno mental é configurada nesse processo de produção. A psiquiatra também destaca a importância do ambiente nesse processo, ressaltando que deve haver um ambiente acolhedor, embasado em relações interpessoais de afetividade constante (Silveira, 1981, 1986, 1992 apud Melo et al., 2001). O trabalho de Nise da Silveira repercutiu na transformação da relação da pessoa com transtorno mental com a família e o ambiente hospitalar. Ambos passaram a gozar de tranquilidade.

Segundo a médica, as imagens do inconsciente, que estão carregadas de afeto, oportunizam o contato com pacientes que estão desestruturados psiquicamente e desaprenderam, mesmo que momentaneamente, a comunicação verbal. Entretanto, as imagens do inconsciente não se mostram somente na produção plástica, mas também em danças, rituais, esculturas e linguagem verbal. Por isso, tudo o que os pacientes faziam durante o processo de produção plástica e demais atividades expressivas, na Seção de Terapêutica Ocupacional, era observado e anotado, sendo esse o modo da arte abrir brechas no mundo do esquizofrênico (Silveira, 1993 apud Melo et al., 2001).

O estudo das imagens do inconsciente realizado por Nise da Silveira é fundamentado no estudo de Carl Jung a respeito da série de sonhos. Este expõe que, quando se analisa sonhos em série, é possível perceber o fluxo da libido (energia por meio da qual o inconsciente se expressa) por intermédio das imagens que transmitem intenso afeto. Essa técnica também torna possível corrigir erros de interpretação recorrendo a sonhos posteriores. Da mesma maneira, analisam-se as pinturas em série que demonstram o fluxo contínuo do inconsciente, buscando compreender a pessoa com transtorno mental em sua totalidade e singularidade (Jung, 1987 apud Melo et al., 2001).

A tentativa de compreender o mundo da pessoa com transtorno mental se deu por meio das atividades expressivas. Todavia, notou-se que, para além de entrar em contato com o mundo dos esquizofrênicos, as atividades expressivas, baseadas no enfoque das concepções de Carl Jung, mostravam-se terapêuticas em seu próprio ato de execução (Melo et al., 2001).

Na atuação de Nise da Silveira, destaca-se também a criação da Casa das Palmeiras, em dezembro de 1956, no Rio de Janeiro:

> A Casa das Palmeiras é uma Instituição de reabilitação psiquiátrica com Atividades Expressivas - Terapêuticas Ocupacionais, Emoção de Lidar, em regime

> aberto, idealizada por Nise da Silveira, fundada por ela com a colaboração da psiquiatra Maria Stela Braga, da artista plástica Belah Paes Leme, da assistente social Ligia Loureiro e da educadora Alzira Lopes Cortes, na presença de muitos amigos, num domingo à tarde, dia 23 de dezembro de 1956. A Casa das Palmeiras não segue padrões convencionais de reabilitação. É um pequeno território de relações humanas afetivas e de atividades criadoras onde os clientes têm a oportunidade de, espontaneamente, realizarem seus trabalhos expressivos lhes facilitando a entrada em contato com a vida. Os trabalhos são assinados, datados e arquivados para serem estudados em série. Método inspirado na prática terapêutica ocupacional a partir da observação com os próprios clientes e enriquecidos com a Psicologia Analítica de C. G. Jung. A Casa das Palmeiras é pioneira na América Latina e inovadora na história da moderna psiquiatria. Reconhecida de utilidade pública pela lei número 176 de 16 de outubro de 1963.[1]

Desse modo, a Casa das Palmeiras visava a superar o grande problema da reincidência de internações psiquiátricas. A psiquiatria que apontava para a desumanização e a desintegração da personalidade, típica dos hospitais psiquiátricos, começa a trilhar um novo caminho em direção à desospitalização, aliada a práticas de solidariedade. A Casa das Palmeiras consiste em uma clínica de portas abertas, envolta em um ambiente de afetividade criado pelos frequentadores (Melo, 2007).

Além disso, as atividades realizadas na Casa das Palmeiras estão baseadas na experiência de Nise da Silveira nos ateliês do Centro Psiquiátrico Pedro II. Por conseguinte, estimulam as atividades expressivas que estão alicerçadas na liberdade do indivíduo em configurar a imagem que quiser, sem tema ou objetos predeterminados (Melo et al., 2001).

A amplitude da obra de Nise da Silveira reverberou nos mais diversos grupos sociais, e o seu vigor ético, atrelado aos encaminhamentos viabilizados, e todo o embasamento teórico contribuíram para a reflexão sobre a necessária mudança no tratamento da pessoa com transtorno mental. A sua morte, no dia 30 de outubro de 1999, não foi o fim, pois deixou um grande legado. Seu vasto trabalho se propagou, invocando uma tomada de posição e proporcionando uma visão mais crítica. Ela "nos ensina a descobrir, por trás de cada lou-

---

1 Disponível em <http://casadaspalmeiras.blogspot.com.br>.

co, um artista; por trás de cada artista, um ser humano com fome de beleza, sede de transcendência" (Betto, 2001 apud Melo et al., 2001, p. 148).

Semelhanças entre os princípios e diretrizes da Reforma Psiquiátrica e os procedimentos viabilizados por Nise da Silveira

A Reforma Psiquiátrica objetiva a garantia dos direitos e deveres da pessoa com transtorno mental, delineando o atendimento intersetorial mediado por afeto. Como já exposto, opõe-se aos métodos considerados terapêuticos pela psiquiatria tradicional. Além disso, opõe-se também ao uso frequente e mecanizado de contenções físicas, à medicação como recurso terapêutico prioritário, à internação como recurso predominante e à tentativa de normalizar e impor hábitos, enfatizando a negatividade da loucura (Costa, 2007).

A partir de 1944, Nise da Silveira se recusou a adotar as práticas violentas utilizadas na psiquiatria tradicional e questionou a concepção de loucura embasada nas visões racionalistas, delineando uma nova forma de pensar a psiquiatria que se assemelha aos pressupostos da Reforma Psiquiátrica no Brasil.

Dentre as práticas violentas, destacam-se os métodos agressivos. A Reforma Psiquiátrica é contrária a esses métodos. De igual modo, Nise da Silveira se opôs a esses métodos e se posicionou a favor da compreensão do sofrimento psíquico, da empatia e do máximo de zelo para com a pessoa com transtorno mental (Guimarães e Saeki, 2007). A psiquiatra fez uma série de pesquisas para demonstrar os efeitos danosos aos pacientes submetidos a esses métodos. No que se refere aos estudos acerca da lobotomia, Nise da Silveira conseguiu fazer com que essa prática perdesse aos poucos o prestígio que havia conquistado. Mudou-se o seu nome, mas a técnica foi substituída pelo uso de tranquilizantes (Sacks, 1995, p. 79 apud Melo, 2009).

Quanto ao uso de tranquilizantes, impõe-se outra reflexão: a Reforma Psiquiátrica se posiciona contra qualquer forma de medicação como recurso prioritário. Nise da Silveira se levanta quanto ao uso de tranquilizantes, expondo que não verificava muita diferença entre a camisa de força e a chamada camisa de força química, proposta na época pelo Centro Psiquiátrico Pedro II (Melo et al., 2001).

Todavia, não é possível observar procedimentos viabilizados pela psiquiatra quanto ao uso de medicação. Isso pode ser entendido ao observarmos o contexto histórico. No início da década de 1980, a medicação passou a ser utilizada como recurso prioritário, após a abolição dos métodos "terapêuticos", como

o eletrochoque, o coma insulínico e a lobotomia. Por essa razão, é possível que Nise da Silveira não tenha viabilizado encaminhamentos, porque não experienciou a medicação como recurso prioritário no tratamento de pessoas com transtorno mental. Ademais, ela lutou para que os métodos "terapêuticos" agressivos não fossem mais utilizados no interior do hospital psiquiátrico, nem mesmo outros métodos, como o uso da camisa de força. Suas ideias influenciaram o Centro Psiquiátrico Pedro II. Nise demonstrou certo contentamento em ver as ideias contrárias à psiquiatria tradicional reverberarem em diversos tipos de trabalho. Todavia, ela notava a lentidão nas mudanças (Melo et al., 2001).

Em sua prática, Nise da Silveira estava preocupada em compreender o ser humano em sua totalidade e singularidade. Para tanto, estipulou o método "não agressivo", que se utilizava da arte e valorizava a espontaneidade da expressão, incentivando a originalidade pessoal. A médica abandonou as atividades ocupacionais praticadas usualmente pelos pacientes, como varrer o chão, carregar roupa suja da enfermaria para a lavanderia, entre outras, e introduziu atividades expressivas arraigadas na arte, como pintura, modelagem etc. que posteriormente se constituíram em acervo do Museu de Imagens do Inconsciente, criado em 1952, no Rio de Janeiro (Melo, 2009).

Mediante as atividades expressivas, Nise da Silveira buscava compreender o sofrimento psíquico da pessoa com transtorno mental. Para a realização dessas atividades, era feito um trabalho interdisciplinar, evidenciando-se que este é enfatizado também na Reforma Psiquiátrica. E, a partir desse movimento, algumas clínicas psiquiátricas passaram a utilizar as atividades expressivas como meio terapêutico (Melo et. al., 2001).

A forma de tratamento dada às pessoas com transtorno mental defendida pela médica abriu caminhos para a reflexão sobre uma nova psiquiatria voltada para o respeito ao ser humano, similar à luta contra a violência dos hospitais psiquiátricos, demonstrada, posteriormente, pela Reforma Psiquiátrica.

Além das proximidades quanto à humanização da pessoa com transtorno mental e à abolição de métodos agressivos, os procedimentos viabilizados por Nise da Silveira também se aproximam dos ideais da Reforma Psiquiátrica no que tange ao seu principal objetivo de superação do modelo manicomial, que apontava para a desintegração da personalidade, típica dos hospitais psiquiátricos.

A esse respeito, durante o período em que esteve na prisão, a médica refletiu sobre os danos que o hospital psiquiátrico trazia à personalidade ao com-

parar o presídio e o hospital psiquiátrico e observar as semelhanças existentes: "A prisão lembrava muito o hospício, no sentido do que imaginava ser o aprisionamento das emoções" (Bezerra, 1995, p. 147 apud Melo, 2009, p. 44). Sendo assim, Nise da Silveira acreditava que a internação não era o método mais adequado para se efetuar o tratamento do transtorno mental. Então, ela abriu caminho para a desospitalização, por meio da criação da Casa das Palmeiras.

Como citado, a Casa das Palmeiras tem por objetivo superar o grande problema de reincidência de internações psiquiátricas (Melo et al., 2001), sendo essa casa uma clínica acolhedora de portas abertas, contrapondo-se ao ambiente hostil do hospital psiquiátrico.

O hospital psiquiátrico foi proposto pela psiquiatria tradicional. "O ambiente dos hospitais psiquiátricos, geralmente, está sob a égide da morte [...] a frieza é a principal característica dessas instituições de saúde" (Melo et al., 2001, p. 97). A realidade da Casa das Palmeiras opõe-se à realidade do hospital psiquiátrico e consiste em uma clínica com portões abertos, com um ambiente de afetividade proporcionado pelos frequentadores da Casa. Em outras palavras, trata-se de um ambiente acolhedor, sem formas de controle, onde o paciente pode se expressar livremente por meio de diversos materiais (Melo et al., 2001).

Em vista da liberdade e da configuração do ambiente da Casa das Palmeiras, essa pode ser considerada uma tentativa de desospitalização, defendida mais tarde pela Reforma Psiquiátrica, junto à proposta de implantação de uma rede de serviços extra-hospitalares.

Como mencionado, a partir da proposta de implantação de uma rede de serviços extra-hospitalares, em 1992, foram criados os Centros de Saúde e Ambulatórios, os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs), leitos psiquiátricos em hospitais gerais, Centros de Convivência e Cooperativas (CECCOs) e, principalmente, os Centros de Atendimento Psicossocial (CAPs I, CAPs II, CAPs III, CAPsi, CAPsad) (Borges, 2012). Destaca-se que os CAPs possuem como uma das bases principais o trabalho, com atividades expressivas, desenvolvido por Nise da Silveira (Melo et al., 2001).

Em síntese, os procedimentos terapêuticos adotados pela médica se aproximam dos ideais da Reforma Psiquiátrica, primeiramente, porque são reflexo de um posicionamento crítico ante o modelo de psiquiatria tradicional, buscando, portanto, compreender o ser humano em sua totalidade e singularidade. Assim, ambos se opõem aos métodos agressivos como eletrochoque, coma insulínico, lobotomia, igualmente ao uso de camisa de força e quartos-fortes,

recorrendo a métodos não agressivos, como a realização de atividades expressivas. Ambos defendem o trabalho interdisciplinar com as pessoas que apresentam transtorno mental e, principalmente, ambos buscaram a superação do modelo manicomial, por meio da desospitalização.

Considerações finais

A despeito de se denominar o início da Reforma Psiquiátrica a partir do final da década de 1970, previamente, diversos autores já enfatizavam a necessidade de mudança no modelo de psiquiatria tradicional e de novas formas de tratamento à pessoa com transtorno mental. Dentre esses autores, destaca-se a renomada médica psiquiatra Nise da Silveira que, em sua prática, a partir da década de 1940, adotou procedimentos terapêuticos que se aproximam dos princípios e diretrizes da Reforma Psiquiátrica.

Observa-se que a forma de concepção do transtorno mental está, com veemência, ligada à forma de tratamento à pessoa com transtorno mental. Assim sendo, no que tange ao modelo de psiquiatria tradicional, o entendimento do doente mental corresponde à concepção do "diferente", e, nesse sentido, o hospital psiquiátrico expressou a exclusão do convívio com os ditos normais, e, ainda, o controle e a violência com o diferente. Portanto, a "reforma psiquiátrica" expressa mais do que o fim do hospital psiquiátrico, pois está embasada na crítica à concepção da loucura.

Referências

Amarante, P. "Uma aventura no manicômio: a trajetória de Franco Basaglia". *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v. 1, n. 1, pp. 61-77, 1994.

______. "A (clínica) e a Reforma Psiquiátrica". ______ (org.). *Archivos de Saúde Mental*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

______. *Archivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.

______ et al. *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Panorama ENSP, 1995.

Boarini, M. L. *A loucura do leito de Procusto*. Maringá: Dental Press Editora, 2006.

Borges, R. F. *Reforma Psiquiátrica Brasileira e Atenção Básica à Saúde: desafios e possibilidades* (tese). Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2012.

Brasil. Sistema Único de Saúde. Comissão Organizadora da III CNSM. *Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental*, 11-15 dez. 2001. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2002.

______. Ministério da Saúde. *Lei n.º 10.216, Legislação Federal, de 06 de abril de 2001*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id. Acesso em: 12 abr. 2009.

______. Ministério da Saúde. *Portaria n.º 3.088, de 23 de dezembro de 2011*. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/111276-3088.html. Acesso em: 28 dez. 2011.

Costa, M. S. "Construções em torno da crise: saberes e práticas na atenção em Saúde Mental e produção de subjetividades". *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 59, n. 1, pp. 94-108, 2007.

Gonçalves, A. M. e Sena, R. R. "A Reforma Psiquiátrica no Brasil: contextualização e reflexos sobre o cuidado com o doente mental na família". *Revista Latino-am Enfermagem*, v. 9, n. 2, pp. 48-55, 2001.

Guimarães, J. e Saeki, T. "Sobre o tempo da loucura em Nise da Silveira". *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 12, n. 2, pp. 531-38, 2007.

Melo, W. *Ninguém vai sozinho ao paraíso: o percurso de Nise da Silveira na psiquiatria no Brasil* (tese). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2005.

______. "Maceió é uma cidade mítica: o Mito da Origem em Nise da Silveira". *Psicologia USP*, v. 18, n. 1, pp. 101-24, 2007.

______. "Nise da Silveira e o campo da Saúde Mental (1944-1952): contribuições, embates e transformações". *Mnemosine*, v. 5, n. 2, pp. 30-52, 2009.

______ et al. *Nise da Silveira*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2001.

Pessotti, I. "A loucura e as épocas". In ______ (org.). *O Tratado de Pinel*, Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

Capítulo 25
Fundamentos do pensamento psicológico de Walter Blumenfeld (1882-1967)

Tomás Caycho-Rodríguez

Neste trabalho, as primeiras contribuições e os principais achados da abordagem científica para o estudo psicológico dos peruanos, Dr. Walter Blumenfeld (1882-1967), uma das figuras mais notáveis da história da psicologia peruana (Caycho, 2013).

As duas Guerras Mundiais ocorreram durante a primeira metade do século XX, em determinadas circunstâncias políticas difíceis, custando a vida de milhões de pessoas. Nesse contexto, vários psicólogos europeus, particularmente os judeus, migraram para a América Latina por causa da perseguição política que começou com o nazismo. Assim, Waclaw Radecki (1887-1953) estabeleceu-se no Brasil em 1923, como gerente fundador do primeiro laboratório de psicologia experimental no país. Bela Székely (1899-1955) chegou à Argentina em 1938, e também viajou pelo Brasil e Chile. Oliver Brachfeld (1908-67), nascido na Hungria, mudou-se para Venezuela, em 1950, onde desempenhou um papel importante como diretor do Instituto de Psicossíntese e Relações Humanas na Universidade de Mérida, na Venezuela. Helena Antipoff (1892-1974), russa, nascida e educada na Universidade de Genebra. Edward Claparède (1973-40), da Faculdade de Educação e Ciências do Instituto Jean Jacques Rousseau, viajou para o Brasil em 1929 e fundou a Sociedade Pestalozzi Belo Horizonte. Em seguida, no Rio de Janeiro, aumentou grandemente os estudos de psicologia educacional no estado (León, 1997).

Walter Blumenfeld pertenceu a uma geração de psicólogos europeus que emigrou para os países do continente americano. Esse cenário, embora tenha favorecido o desenvolvimento da psicologia na América Latina, pois permitiu que psicólogos proeminentes do velho continente trouxessem consigo o conhecimento e a experiência que serviram como guias e catalisadores para a psicologia na América Latina (Ardila, 1969), continua a ser um fato lamentável e condenável.

Blumenfeld na Alemanha

Prof. Dr. Walter Blumenfeld Georg Meyer, engenheiro, psicotécnico, filósofo, educador e internacionalmente renomado psicólogo, nasceu em 12 de julho de 1882, em Neuruppin, perto da cidade de Berlim, na Alemanha. O maestro alemão estudou Engenharia Elétrica na Hochschule Technishe Charlttenburg, onde se formou em 1905. Em 1908, ingressou na Faculdade de Filosofia na prestigiada Universidade de Berlim, obtendo, em 1913, o grau de Doutor em Filosofia, com o trabalho sobre o tema do tamanho aparente no espaço visual, sob a supervisão e direção de Carl Stumpf (1848-1936), recebendo a mais alta classificação. Nesse trabalho, o tamanho aparente de um objeto linear é determinado pelos ângulos cuja extremidade é um ponto médio ótica. Assim, uma linha irá dobrar o tamanho aparente da outra quando o ângulo visual tiver o dobro do tamanho. Blumenfeld concluiu que o tamanho aparente de um objeto diminui proporcionalmente com a distância (Leon, 1983).

Os anos em Berlim permitiram a Blumenfeld estar em contato com figuras eminentes da filosofia e da psicologia de seu tempo, como Ernst Cassirer (1874-1945), Georg Simmel (1858-1918), Theodor Ziehen (1862-1950) e com o já mencionado Carl Stumpf (1848-1936), que foi certamente o mais influente na vida acadêmica do jovem estudante. Além disso, nesses anos, um grupo de psicólogos jovens formado por M. Wertheimer, W. Kohler, K. Koffka e K. Lewin deu início à "Gestalttheorie", ou Psicologia da Forma, atual Psychological no Blumenfeld, o que tornaria muito do seu trabalho experimental. Digna de nota é a estreita amizade estabelecida entre Blumenfled e Lewin, que permeou os anos de exílio de ambos fora da Alemanha.

Blumenfeld também foi professor da Hochschule Techniche Dresden, onde foi responsável pelos cursos de Pure and Applied Psychology, de pensamento e de tendências atuais em Psicologia. É nesse momento que Blumenfeld decidiu obter sua habilitação, com o trabalho "Zur Psychologie der Kritischen Grundlengung", no qual ele analisa o objeto da psicologia e seu lugar dentro do sistema de ciência (León, 1983). Para Blumenfeld, a psicologia é uma disciplina separada da filosofia, que está dentro da ciência natural e intimamente relacionada com outras ciências, como a física, a química e a biologia. Este último, especialmente, negligenciando o estudo da essência e o destino da alma, estudadas mais profundamente pela Psicologia Metafísica.

Devido à originalidade e à qualidade do seu trabalho, Blumenfeld foi considerado como uma das figuras mais importantes da Psicologia Experimental na Europa das décadas de 1920 e 1930. Ao longo desses anos, em alta atividade e evidenciado por numerosas pesquisas, é que seu livro *Sinn und Unsinn* (1933) aparece, em seguida, traduzido para o castelhano como *Sense and Nonsense* (1949); e *Urteil und Beurteilung* (1931), dedicado ao estudo dos processos de julgamento por meio de uma análise cuidadosa de teses filosóficas e psicológicas de Stern, Buhler e Piaget, e tem grande importância para a psicologia do desenvolvimento e da pedagogia. Podemos considerar duas importantes contribuições do livro de Blumenfeld. Primeiramente, ele ofereceu uma cronologia do desenvolvimento do julgamento, o que contribuiu significativamente para o campo da pedagogia. Segundo Blumenfeld, a primeira evidência experimental de identificação e designação de objetos é feita pela criança. Então, o relacionamento e a similaridade de julgamentos aparecem aos três anos, por meio de julgamentos comparativos sobre o tipo, que parecem passar relações causais e incondicionais, terminando com o surgimento de julgamentos preditivos na puberdade.

Blumenfeld no Peru

Os últimos anos na Alemanha foram difíceis para Blumenfeld, devido à hostilidade para com ele, produto do turbilhão político do regime nazista. Por essa razão, Blumenfeld deixou a Alemanha, partindo para a Suíça em busca de um futuro melhor. Foi nesse país que ele recebeu uma oferta de emprego na Universidade Nacional de San Marcos, no Peru.

Blumenfeld chegou ao Peru em 12 de agosto de 1935, aos 53 anos e com maturidade intelectual completa. Ele foi contratado pela Universidade Nacional de San Marcos para assumir os cursos de Psicologia Experimental da Faculdade de Artes e Ciências, bem como para dirigir o Instituto de Psicologia e Psicotécnicas, que visava ao ensino de psicologia, processamento e realização de projetos de pesquisa, bem como à organização e aplicação de testes psicológicos para candidatos ao referido estudo em casa. Infelizmente, foi curta a vida no Instituto de Psicologia e Psicotécnicas, devido principalmente à falta de compreensão sobre o seu trabalho por grupos poderosos dentro da Universidade (Alarcón, 1980, 2000). A Psicologia Experimental, e seu quadro objetivo, trabalhada por Blumenfeld não foi bem recebida por aqueles que de-

fendiam uma psicologia intuitiva e subjetiva, dominante por muitos anos na intelectualidade da época.

Posteriormente, Blumenfeld fez um trabalho psicopedagógico no Instituto Nacional, onde dirigiu o Departamento de Pedagogia Normal. Esse período foi de grande produtividade para o cientista, cujos resultados da pesquisa apareceram em várias revistas nacionais e internacionais, especialmente no Boletim do Instituto Psicopedagógico Nacional. São relevantes nesse período de sua pesquisa os testes coletivos de Terman Form A (Blumenfeld e Sardon, 1945; Blumenfeld, 1946, 1948), aplicados em cerca de 6.000 crianças, que puderam ser observadas graças a uma análise estatística dos dados sobre as diferenças no nível intelectual entre estudantes de Lima e de cidades do norte, do sul e das montanhas do Peru. Com esse trabalho, que pode ser considerado a primeira pesquisa psicológica em nível nacional, Blumenfeld descobriu que os estudantes de Lima tinham um nível intelectual semelhante aos do litoral norte, mas maior do que os do sul e das montanhas. O pesquisador, usando o Bernreuter Personality Inventory, posteriormente analisou a tendência à introversão e à extroversão na juventude peruana (Blumenfeld, 1948). Em seguida, comparou os resultados obtidos no Peru com os resultados das amostras dos EUA, descobrindo que jovens peruanos são menos sociáveis do que os americanos, e os homens, tanto no Peru como nos Estados Unidos, eram mais extrovertidos do que as mulheres (Blumenfeld, 1949). Blumenfeld não explica o porquê dessas diferenças, ao invés disso, fornece algumas hipóteses sobre suas causas, que podem ocorrer devido à: a) tradução do teste original para um idioma diferente; ou b) influência dos costumes nacionais (Alarcón, 1994).

Nesse contexto, Blumenfeld disse que as inclinações, os interesses, os hábitos de assuntos e todas as influências da educação são diversas, para justificar as diferenças muito significativas em seus estudos (Blumenfeld, 1949). Para o nosso autor, todo o estudo caracterológico deve levar em conta as peculiaridades do ambiente sociocultural por meio da análise de costumes e tradições em que as pessoas vivem. Com esse trabalho, abriu-se o caminho para o que hoje chamamos "Etnopsicologia", em homenagem ao mestre alemão, "Etnopsicologia Comparada".

A partir de sua cadeira e seu trabalho no Instituto Psicopedagógico Nacional, Dr. Blumenfeld revelou a maioria dos avanços modernos em psicologia global, especialmente, a psicologia da Gestalt, tornando-se o principal promotor dessa corrente no Peru.

Depois de deixar o Instituto Psicopedagógico Nacional, Blumenfeld foi nomeado Chefe do Departamento de Psicologia da GUE "Meliton Carvajal". Nessa instituição, ele continuou seus estudos sobre o processo de aprendizagem e, em seguida, em 1955, foi nomeado Diretor do Instituto de Psicologia da Universidade Nacional de San Marcos. À frente desse Instituto, Blumenfeld obteve resultados que logo se tornaram evidentes. Vários estudos foram realizados, tornando-se conhecidos por meio dos "Estudos Psicopedagógicos em Série", entre 1955 e 1960. Nos nove livretos estavam condensados muitos trabalhos que Blumenfeld conduziu e que, aconselhado por seus professores em San Marcos, não podiam ser divulgados para o público especializado. A publicação dessa série, mas não ratificar o forte interesse da pesquisa em psicologia Blumenfeld. "Educação Básica" (1955), "Notas sobre o desenvolvimento de testes do objetivo" (1955), "Teste Verbal Inteligência Coletiva" (1956), "A investigação sobre certas características". Ao longo dos anos seguintes, novos títulos foram publicados: "Caracterológico" (1956); "Ensino Experimental: Reflexões e Research n. 1" (1956); "Estudos experimentais sobre Reasoning" (1957); "O ensino experimental: Reflexões e Research n. 2" (1959); "Ensaio sobre o domínio da linguagem" (1960); e "Research Teste de Inteligência e de certos aspectos da mesma" (1960).

No Peru, Blumenfeld publicou livros importantes no campo da psicologia: *Introdução à Psicologia Experimental* (1966a) e *Psicologia da Aprendizagem* (1965).

A primeira edição de *Introdução à Psicologia Experimental* apareceu em 1945, sob os auspícios do Instituto Psicopedagógico Nacional. A última edição foi em 1966 (Fig. 1). De acordo com Leon (1983), o livro é o manifesto gestaltista no Peru, ou seja, a exposição dos princípios da teoria da Gestalt. Além disso, Ardila (1970) coloca a publicação desse livro entre os eventos mais importantes da psicologia na América Latina.

A importância do livro de Blumenfeld encontra-se em vários aspectos. É o primeiro trabalho desse tipo a aparecer no nosso país, fruto da experiência adquirida pelo autor como professor de Introdução à Psicologia Experimental, tendo lecionado na Faculdade de Artes e Ciências da Universidade de San Marcos. Além do conteúdo, é uma revisão da pesquisa psicológica experimental atual realizada no Peru e em outros países à época. Outro aspecto a destacar é a variedade de tópicos discutida nos capítulos, espalhando-se a teoria da estrutura ou forma (Gestaltheorie). Na última edição, de 1966, que tem 25

capítulos, tópicos como limiares de percepção e de sensações, inconsciente e consciência, inteligência, vida amorosa, personalidade e caráter são apresentados, entre outros. O texto não é um trabalho metodológico no qual diretrizes específicas para a realização da pesquisa em questão são fornecidos, torna-se uma declaração do conhecimento adquirido por meio do método experimental (Alarcón, 1994).

Com esse trabalho, Blumenfeld reafirmou o seu compromisso com a psicologia conceituada como a ciência natural em que o experimento é considerado como o método mais adequado e seguro para resolver vários problemas psicológicos em contextos diferentes. Apesar da importância dada ao método experimental, o cientista não minimizou a contribuição de outras estratégias de pesquisa, como a observação e a aplicação de questionários, mas indicou que estes não são suficientes. O livro é um conceito amplo que mostra o autor sobre o experimento, não o reduzindo a trabalhos de laboratório, mas também dando importância a vários experimentos realizados em outros contextos.

O segundo importante livro de Blumenfeld, *Psicologia da Aprendizagem*, é o produto do trabalho feito pelo autor na cadeira de Psicologia da Aprendizagem na Faculdade de Educação da Universidade Nacional de San Marcos. A primeira edição do texto apareceu em 1957 e a quarta, em 1967.

Nesse trabalho, a teoria de Blumenfeld divulgada é tão atual quanto as teorias mais importantes da aprendizagem de seu tempo, com exceção do condicionamento operante de Skinner, bem como resultados da sua própria investida pelos princípios dos estudos da Gestalt. Nesse texto, podem-se apreciar ideias sobre aprendizagem, desenvolvimento e maturação. Ele analisa a teoria dos reflexos condicionados de Ivan Pavlov, estudos de memória Ebbinghaus, entre outros, e analisa as dificuldades apresentadas para o estudo da aprendizagem. Também expõe sua teoria da "Aprendizagem Inteligente", uma exposição da gestalt com base em pesquisas realizadas por Kohler em chimpanzés (Alarcón, 1994). Para Leon (1983), a aprendizagem é um crescimento orgânico de estrutura no assunto com base em uma espécie de assimilação de novas experiências e alterações estruturais para a área do problema. Assim, você consegue uma solução adequada de um problema quando as organizações e reorganizações da situação são realizadas como um todo, e não de forma isolada. Para o nosso autor, a aprendizagem é um tipo cognitivo, baseado em processos perceptivos que levam a uma modificação bio-psíquico-estrutural (Alarcón, 1994).

A descrição a que o nosso autor se refere baseia-se em visões sistemáticas e contínuas de várias fontes de observação que se confrontaram, para inferir o que elas tinham em comum, depois de chegar à generalização de fatos (Alarcón, 2000). Para Blumenfeld, a explicação da psique humana é baseada no conhecimento de leis rígidas e rigorosas de causa-efeito, como nas ciências físicas e biológicas, com o objetivo de questionar a pesquisa psicológica sobre as causas que determinam a vida psíquica, assumindo, assim, uma orientação explicativa da análise científica da psique humana. Além disso, ele define o comportamento quanto às manifestações exteriores e à experiência interior ou às experiências depositadas na consciência.

Os últimos anos de Blumenfeld

Graças a suas contribuições importantes, Blumenfeld atingiu uma grande reputação, tanto dentro como fora das nossas fronteiras, tendo recebido, em diversas ocasiões, muitas propostas de trabalho estrangeiras. Apesar das melhores infraestruturas econômicas e ótimas para o desenvolvimento de suas condições de pesquisa, o cientista decidiu permanecer no país que o tinha acolhido em momentos difíceis de sua vida e onde também se encontravam os restos de sua esposa Margaret.

Por causa de seu trabalho duro como um psicólogo e pela qualidade de sua pesquisa, Blumenfeld foi convidado para fazer parte de muitas sociedades científicas em psicologia. Em sua Alemanha natal, era um membro da Sociedade Psicológica alemã. Na França, era um membro do Centro de Coordenação da Associação Psicotécnica Internacional. Também foi membro da Sociedade Interamericana de Psicologia, da Sociedade Peruana de Estudos Psicopedagógicos, Psicologia e Sociedade e da Sociedade Peruana de Filosofia.

Foi professor visitante na Universidade de Tucuman, na Argentina, onde lecionou cursos de psicologia estrutural, experimentação e aplicação de diversas ferramentas e testes. Ele representou o Peru no 9º Congresso da Pan Associaciação em Deficiência Mental, realizado em Paris, de 26 a 30 de abril de 1951. Além disso, participou, em 1952, do Congresso Internacional de Psicologia, realizada em Paris, onde apresentou o documento intitulado "Experiências com testes mentais e caracterológicos realizados no Peru e sua relação com o problema de uma psicologia comparativa etnológico".

Homenagens e reconhecimentos por seus méritos alcançados com base na tenacidade e compromisso logo viriam para o mestre alemão. San Marcos, em 1960, conferiu-lhe o título de "Professor Honorário" e, em 1962, a Faculdade de Ciências atribuiu-lhe a merecida e calorosa homenagem. Talvez o maior reconhecimento dado ao Peru tenha ocorridoem 1966, quando ele foi premiado com o "Palmas Magisterial" no posto de Comandante, pelo ministro da Educação, Dr. Carlos Cueto Fernandini.

A aposentadoria de suas atividades de ensino não significou o término de suas atividades intelectuais. Nos últimos anos de sua vida, ele estava mais voltado para o estudo das próprias disciplinas de filosofia, como evidenciado por seus numerosos artigos e publicações, como *A antropologia filosófica de Martin Buber e a filosofia antropológica* (Blumenfeld, 1951) e seu último livro *Contribuições críticas e construtivas sobre a questão da ética* (1966b), no qual ele expressa suas ideias sobre a ética e o estudo de valores.

Em 23 de junho de 1967, enquanto corrige as provas da quarta edição de seu livro *Psicologia da Aprendizagem*, morreu em sua casa na rua Domingo Elías, n.º 245, em Miraflores. Seus restos mortais foram enterrados no cemitério judaico de Callao. A Faculdade de Letras da Universidade de San Marcos instruiu o professor Dr. Reynaldo Alarcón a pronunciar no funeral uma oração de despedida ao ilustre psicólogo e professor de San Marcos (Alarcón, 1968).

Blumenfeld contribuições para a psicologia peruana como uma conclusão

Qual tem sido a contribuição de Blumenfeld para o desenvolvimento e o fortalecimento da psicologia peruana? Sem dúvida, a presença deste foi extremamente importante para o desenvolvimento da psicologia científica no Peru. Desde que chegou ao Peru, Dr. Blumenfeld mostrou seu interesse em compreender a psicologia dos peruanos por meio de uma abordagem científica e de um trabalho sistemático. Ele revelou de forma objetiva o estudo de fenômenos psicológicos por meio do método experimental como estratégia para a explicação causal do comportamento. Com isso, Blumenfeld emoldurou seu trabalho científico no âmbito do ponto vista "estrutural" (Alarcón, 1994). Junto com a psicologia experimental, o cientista introduziu em nossas pesquisas em psicometria, por meio do estudo de grupos de alunos com testes psicoló-

gicos e tratamento estatístico dos dados, o principal impulsionador do movimento psicométrica no país.

O professor alemão direcionou seus estudos psicométricos em duas áreas importantes do comportamento humano: inteligência e personalidade. Como resultado desses estudos, numerosos testes psicológicos que foram usados pesadamente em departamentos de psicologia educacional de faculdades de Lima foram padronizados. Ao longo dos anos, a pesquisa psicométrica conseguiu cobrir uma ampla gama de variáveis cognitivas, personalidades, atitudes etc., e, em comparação com as variáveis biológicas, socioeconômicas e educacionais, proporcionou a mais significativa das contribuições para as pesquisas psicológicas peruanas. De acordo com Leon F. (1986), a pesquisa psicométrica é a mais antiga orientação diversa e popular do fluxo objetivo da psicologia peruana.

Por outro lado, Blumenfeld pode ser considerado como o fundador da psicologia peruano (Tapia, 2005), com a sua investigação sobre a aprendizagem do aluno nesse país. Ele é também o fundador do primeiro laboratório de Psicologia Experimental no Peru, o chefe da *theorie gestalt* no país e um cientista dedicado, que deixou que o conhecessem, o interesse na pesquisa psicológica e uma vocação profunda para ciência. Alarcón é considerado o "fundador da psicologia científica no Peru" (Alarcón, 2006).

O trabalho sério e rigoroso realizado por Blumenfeld foi incentivo para muitos estudantes que se formaram sob o seu ensino e cujas contribuições foram e continuam a ser, em alguns casos, crucial para o desenvolvimento da ciência psicológica no Peru, entre os quais, podemos citar o Dr. Miguel Sardon (o primeiro discípulo peruano de Dr. Blumenfeld), Dr. Modesto Montoya Rodríguez, Dr. Reynaldo Alarcón e Dra. Violeta Tapia Mendieta.

Dr. Walter Blumenfeld pode ser considerado um dos precursores da psicologia transcultural, que ele chamou de "etnopsicologia comparativa". Graças aos resultados de suas pesquisas no Peru, o pesquisador deu importância à influência de fatores culturais no desenvolvimento da psique. Embora não tenha estudado especificamente no mundo andino, consideramos que uma melhor compreensão do estudo sério peruano Andino deve desempenhar um papel importante (León, 1993).

O trabalho de Walter Blumenfeld é extremamente amplo, formado por pesquisas empíricas, ensaios e livros sobre questões psicológicas, filosóficas e educacionais. O objetivo do presente capítulo é, acima de tudo, mostrar al-

guns aspectos importantes de sua vida, que podem servir de estímulo para estudos futuros sobre sua vida e obra, de tamanha importância para o surgimento de Psychological Science em nosso país.

Referências

Alarcón, R. "Último adiós a Walter Blumenfeld". *Revista Letras*, pp. 80-81, pp. 170-72, 1968.

______. "Walter Blumenfeld". *Revista Latinoamericana de Psicología*, v. 12, n. 2, pp. 378-79, 1980.

______. *El pensamiento psicológico de Walter Blumenfeld*. Lima: Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología, 1994.

______. *Historia de la psicología en el Perú: de la Colonia a la República*. Lima: Universidad Ricardo Palma, 2000.

______. "La contribución de Walter Blumenfeld al desarrollo de la psicología en el Perú". *Revista de Historia de la Psicología*, v. 27, n. 1, pp. 79-93, 2006.

Ardila, R. "Desarrollo de la psicología en Latinoamérica". *Revista Latinoamericana de Psicología*, v. 1, n. 1, pp. 63-71, 1969.

______. "Landmarks in the history of Latin American psychology". *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v. 6, n. 2, pp. 140-46, 1970.

Blumenfeld, W. "El nivel mental de los alumnos de ambos sexos determinado mediante el Test Colectivo de Terman". *Boletín del Instituto Psicopedagógico Nacional*, v. 5, n. 1, pp. 3-64, 1946.

______. "La tendencia a la introversión y la extroversión de la juventud peruana, a base del Inventario de Personalidad de Bernreuter". *Boletín del Instituto Psicopedagógico Nacional*, v. 7, n. 1, pp. 3-35, 1948.

______. "Análisis de las tendencias a la introversión y la extroversión en el Perú y en los Estados Unidos a base del Inventario de Personalidad de Bernreuter". *Boletín del Instituto Psicopedagógico Nacional*, v. 8, n. 1, pp. 3-33, 1949.

______. *La antropología filosófica de Martin Buber y la filosofía antropológica*. Lima: Tipografía Santa Rosa S.A., 1951.

______. *Psicología del Aprendizaje*. 3 ed. Lima: Imprenta de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 1965.

______. *Introducción a la Psicología Experimental*. 5 ed. Lima: Librería Internacional del Perú, 1966a.

______. *Contribuciones críticas y constructivas a la problemática de la ética*. Lima: Imprenta de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 1966b.

______ e Sardón, M. "Revisión de Lima de la Forma 'A' del Test Colectivo de Terman y resultados de su aplicación". *Boletín del Instituto Psicopedagógico Nacional*, v. 4, n. 1, pp. 1-122, 1945.

Caycho, T. "Walter Blumenfeld: vida y obra de un pionero en el desarrollo de la Psicología Científica en el Perú". *Eureka (Paraguay)*, v. 10, n. 2, pp. 216-29, 2013.

León, R. "Un pionero de la psicología en América Latina: Walter Blumenfeld". *Revista Latinoamericana de Psicología*, v. 15, n. 3, pp. 433-52, 1983.

______. "Walter Blumenfeld a veinticinco años de su muerte". *Revista de Psicología*, v. 11, n. 2, pp. 181-94, 1993.

______. "Rumbo al nuevo mundo: cuatro psicólogos de Europa Oriental en la historia de la psicología de América del Sur". *Revista Latinoamericana de Psicología*, v. 29, n. 1, pp. 9-34, 1997.

Tapia, V. "La psicopedagogía en el Perú". In Sánchez, H. e Reyes, C. (ed.). *Temas de psicopedagogía*. Lima: Visión Universitaria, 2005, pp. 13-7.

Sobre os autores

Adelaide Lucimar Fonseca Chaves — Graduada em Psicologia pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC, Brasil). Estagiou no Serviço de Saúde Mental de Trieste (Itália). Colaborou em um convênio patrocinado pela Organização Mundial de Saúde OMS/OPAS, de intercâmbio no campo saúde mental entre a Itália (região Emília Romana) e a América Latina (Brasil).

Adjane da Silva Batista — Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Graduanda em Psicologia pelas Faculdades Integradas Maria Thereza (FAMATH, Brasil), com especialização em Gestão e Supervisão Escolar pelo Instituto Superior de Educação La Salle.

Alexandre de Carvalho Castro — Doutor, mestre e graduado em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil). Também é mestre em Tecnologia pelo CEFET. Professor do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas e do Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET, Brasil).

Ana Maria Jacó-Vilela — Doutora em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP, Brasil), com pós-doutorado em História e Historiografia da Psicologia pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB, Espanha). Mestre em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-Rio, Brasil). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Brasil). Professora associada do curso de graduação em Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil). Coordenadora do Laboratório de História e Memória da Psicologia (Clio-Psyché), na UERJ. Participou da criação e coordenou o GT de História Social da Psicologia na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP) e a Red Iberoamericana de Investigadores en Historia de la Psicología (RIPeHP), tendo assumido a presidência e a direção de algumas congregações brasileiras e inter-

nacionais ligadas à psicologia. Atualmente é Secretária Executiva para a América do Sul da Sociedad Interamericana de Psicología (SIP) e Presidente Eleita da Divisão 18 (History of Psychology) da International Applied Association of Psychology (IAAP), 2014-18.

Andressa Maciel Corrêa — Graduanda em Psicologia pelas Faculdades Integradas Maria Thereza (FAMATH, Brasil) e em Filosofia pela Universidade Federal Fluminense (UFF, Brasil).

Anette Hoffmann — Doutora em Fisiologia Geral pela Universidade de São Paulo (USP, Brasil), com pós-doutorado pelo Centre National de La Recherche Scientifique (CNRS, França). Graduada em Medicina pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Brasil). Professora colaboradora sênior da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, sede Ribeirão Preto (USP-Ribeirão Preto, Brasil), onde foi professora titular do Departamento de Fisiologia.

Annette Mülberger — Doutora em História da Psicologia pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB, Espanha), com pós-doutorado pelo Institut für Geschichte der Neueren Psychologie pela Universität Passau (Alemanha). Professora de História da Psicologia da Faculdade de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em História da Ciência da Universitat Autònoma de Barcelona (UAB, Espanha), e coordenadora do Máster Erasmus Mundus Phoenix Dynamics in Health and Welfare.

Arrigo Leonardo Angelini — Doutor com livre docência em Psicologia educacional, e graduado em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (USP, Brasil). Possui residência médica pela University of Michigan e aperfeiçoamento em Psicologia pela Universidad de Chile. Professor colaborador da Bradley University (Estados Unidos) e presidente da Academia Paulista de Psicologia (Brasil). Professor e colaborador de universidades brasileiras e estrangeiras, dirigiu o Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP, Brasil), foi membro de diversas associações de psicologia no Brasil e no mundo, participou da criação da lei do psicólogo e da criação do Sistema Federal de Psicologia e foi o primeiro presidente do Conselho Federal de Psicologia.

Carla Luiza Oliveira — Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Brasil). Graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas, Brasil). Psicóloga do Laboratório de Direitos Humanos e Transdisciplinaridade (LADHT) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Brasil).

Cristiana Facchinetti — Doutora e mestre em Teoria Psicanalítica, e graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil), com pós-doutorado em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, Brasil). Pesquisadora do Departamento de Pesquisa e professora do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, ambos da Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (COC/FIOCRUZ, Brasil). Professora do Programa de Mestrado Profissional em Atenção Psicossocial do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB, UFRJ, Brasil). Membro de associações nas áreas de psicologia, psiquiatria e história das ciências, foi coordenadora da Red Iberoamericana de Investigadores en Historia de la Psicología (RIPeHP) entre os anos de 2015 e 2017.

Dayanna Salomão — Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Newton Paiva (CNP, Brasil).

Dayse de Marie Oliveira — Doutora e mestre em Psicologia Social, com pós-doutorado na mesma área, e graduada em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil). Psicóloga da Força Aérea Brasileira (FAB, Brasil).

Ernesto Venturini — Mestre em Administração e Gestão do Serviço Sanitário pela Università di Bologna (UNIBO, Itália). Graduado em Psiquiatria pela Universitàt Cattolica di Roma (UCR, Itália), com residência médica pela Università degli Studi di Pavia (UNIPV, Itália). Foi colaborador de Franco Basaglia (1924-80) no processo da reforma psiquiátrica na Itália. Colaborador de universidades italianas e estrangeiras, ocupou cargos públicos na área de saúde pública na Itália e colaborou com a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Fernando Lacerda Júnior — Doutor e graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas, Brasil). Professor adjunto do curso de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás (UFG, Brasil). Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP, Brasil).

Francisco Teixeira Portugal — Doutor em Psicologia Clínica, mestre em Psicologia e graduado em Engenharia elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, Brasil), com pós-doutorado em História, Teorias e Sistemas em Psicologia pela Northwestern University (Estados Unidos). Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). Professor associado do curso de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). Secretariou associações regionais e nacionais ligadas à pesquisa em psicologia e foi editor da NAU Editora. Colabora em projetos editoriais de livros na área de história da psicologia.

Glaucia Rodrigues da Silva — Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, Brasil).

Gregorio Baremblitt — Graduado em Psiquiatria, com livre docência, pela Universidad Nacional de Buenos Aires (UBA, Argentina). Pioneiro nas áreas da Esquizoanálise e da Análise Institucional no Brasil, desde que se mudou para o país, fugindo da ditadura militar em seu país natal, Argentina. Fundou diversas associações nessas áreas tanto no Brasil quanto na Argentina, com destaque para a Plataforma (Argentina), primeira organização no mundo separada da Associação Psicanalítica Internacional, o Instituto de Psicanálise Grupos e Instituições (IBRAPSI, Brasil), o Instituto Felix Guattari (Brasil) e a Fundação Gregorio Baremblitt (Brasil).

Helio Carpintero — Doutor em Filosofia e Letras pela Universidad Complutense de Madrid (UCM, Espanha). Professor de História da Psicologia da Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED, Espanha) e membro da Real Academia de Ciencias Morales y Politicas de España (Espanha). Possui títulos de *Doctor Honoris Causa* em inúmeras universidades e é membro de

diversas comunidades científicas. Foi fundador e primeiro presidente da Sociedad Española de Historia de la Psicología (Espanha).

Henrique Galhano Baliero — Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Newton Paiva (CNP, Brasil). Membro do Instituto Felix Guattari/Fundação Gregório Baremblitt (Brasil).

Hildeberto Vieira Martins — Doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP, Brasil). Mestre em Saúde Coletiva e graduado em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com aperfeiçoamento em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). Professor adjunto do curso de Psicologia do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras, da Universidade Federal Fluminense (UFF-Rio das Ostras, Brasil).

Hugo Klappenbach — Doutor em História pela Universidad de Buenos Aires (UBA, Argentina). Graduado em Psicologia pela Universidad del Salvador (Argentina). Professor titular de História da Psicologia da Universidad Nacional de San Luis (UNSL, Argentina). Membro de diversas associações de psicologia, é presidente da Sociedad Interamericana de Psicología (SIP).

Igor Teo Rodrigues — Mestrando do Programa de Pós-graduação em Psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil). Graduado em Psicologia pela mesma universidade.

Juan Alberto Litmanovich — Doutor em História pela Universidad Iberoamericana (IBERO, México), e mestre em Teoria Psicanalítica pelo Centro de Investigaciones y Estudios Psicoanalíticos (CIEP, México). Psicanalista. Membro de associações nacionais e internacionais na área de psicanálise e psiquiatria e colabora com várias universidades. Professor da Universidad Autónoma del Estado de México (UAEMéx).

Julio Cesar Cruz Collares da Rocha — Doutor e mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil), com pós-doutorado em Psicologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Graduado em

Psicologia pela Universidade Estácio de Sá (Brasil). Professor do curso de mestrado e de graduação em Psicologia da Universidade Católica de Petrópolis (UCP, Brasil).

Lélio Fernando Martins — Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil). Mestre em Psicologia e graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, Brasil). Graduado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF, Brasil). Professor do curso de Psicologia das Faculdades Integradas Maria Thereza (FAMATH, Brasil).

Lucia Rossi — Doutora em Psicologia e professora titular de História da Psicologia na Universidad de Buenos Aires (UBA, Argentina). Membro de associações nacionais e estrangeiras na área de História da Psicologia.

Maira Allucham Goulart Naves Trevisan Vasconcellos — Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil). Mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP-Ribeirão Preto, Brasil). Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas, Poços de Caldas, Brasil). Membro de associações na área de História da Psicologia.

Márcio Luis Costa — Doutor e mestre em Filosofia pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM, México). Graduado em Filosofia pelas Faculdades Unidas Católicas do Mato Grosso (FUCMT), hoje, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB, Brasil). Professor titular dos cursos de Graduação em Psicologia e em Filosofia e do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, onde também atua como coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia e como membro permanente do Comitê de Ética em Pesquisa, tendo sido reeleito como Presidente para o mandato de 2016-2018.

María Andrea Piñeda — Doutora em Psicologia pela Universidad Nacional de San Luis (UNSL, Argentina), onde é professora da Faculdade de Psicologia e dirige o Museu de História da Psicologia. Membro de associações nacionais e estrangeiras na área de História da Psicologia.

Maria Lúcia Boarini — Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP, Brasil). Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica São Paulo (PUC-SP, Brasil), com especialização em Fundamentos da Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, Brasil). Graduada em Psicologia pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC, Brasil). Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá. Criou o periódico científico *Psicologia em Estudo*. É membro de diversas associações na área de Psicologia.

Maria Stella Brandão Goulart — Doutora em Sociologia e Política, mestre em Sociologia e graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Brasil), com especialização em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENS/FIOCRUZ, Brasil). Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFMG e preside a Comissão Institucional de Saúde Mental dessa universidade.

Marina Massimi — Doutora e mestre, com livre docência, em Psicologia (Psicologia Experimental) pela Universidade de São Paulo (USP, Brasil). Possui pós-doutorado pela Universidade de Coimbra (UC, Portugal). Graduada, com especialização, em Psicologia pela Università degli Studi di Padova (UNIPD, Itália). Professora titular da Universidade de São Paulo. Vice-presidente da Sociedade Brasileira de História da Psicologia (Brasil) e membro da Academia Ambrosiana (Itália).

Nádia Maria Dourado Rocha —Doutora e mestre em Psicologia Escolar pela Universidade de São Paulo (USP, Brasil). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFB, Brasil) e em Pedagogia pela Universidade Católica de Salvador (UCSAL, Brasil). Professora da Faculdade Ruy Barbosa (FRB, Brasil).

Pedro Henrique Costa de Resende — Doutorando do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Brasil). Mestre e graduado em Psicologia, e graduado em Filosofia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ, Brasil). Professor substituto do curso de graduação em Psicologia da UFSJ.

Renato Mattarelli — Graduado em Psicologia, com especialização em Metodologia do Ensino Superior, pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC, Brasil). Gerente de projetos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Brasil).

Rodrigo Lopes Miranda — Doutor, mestre e graduado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Brasil), com pós-doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP, Brasil). Professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia e coordenador do curso de Pós-graduação *Latu Sensu* em Terapia Analítico-Comportamental da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB, Brasil). Membro de associações nacionais e estrangeiras na área da psicologia, é editor da revista *Psicologia e Saúde*.

Rosa Falcone — Doutora em Psicologia pela Universidad de Buenos Aires (UBA, Argentina), onde atua como professora adjunta. Membro de associações nacionais e estrangeiras na área de História da Psicologia.

Rubén Ardila — Doutor em psicologia experimental pela University of Nebraska-Lincoln (Estados Unidos). Fundou a *Revista Latinoamericana de Psicología* em 1969 e foi seu editor durante três décadas. Publicou vários livros e artigos sobre a psicologia latino-americana e sobre a psicologia internacional. Foi presidente da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP) e de outras associações científicas e profissionais. Realiza trabalhos em história da psicologia, buscando dar visibilidade internacional à psicologia latino-americana. Atualmente é presidente da Divisão de História da Psicologia Aplicada de *International Association of Applied Psychology* (IAAP). Seu livro mais recente é: *Psychology in Latin America; current status, challenges and perspectives.*

Saulo de Freitas Araujo — Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, Brasil), com pós-doutorado pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB, Espanha). Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR, Brasil) e graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Brasil). Professor associado do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde é diretor do Núcleo de História e Filosofia da Psicologia Wilhelm Wundt (NUHFIP).

Tomás Caycho-Rodríguez — Doutorando em Psicologia na Universidad de San Martín de Porres (USMP, Peru). Mestre em Psicologia Educativa e graduado em Psicologia pela Universidad Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM, Peru). Professor pesquisador da Universidad Privada del Norte (UPN, Peru). Membro de associações nacionais e estrangeiras na área de Psicologia, foi membro fundador da Sociedad Peruana de Historia de la Psicología (SPHP, Peru).

Walter Melo — Doutor em Psicologia Social, com residência em Psicologia Clínico-Institucional, e graduado em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil). Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio, Brasil). Professor associado do Departamento de Psicologia, do Programa de Pós-graduação em Psicologia e do Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ, Brasil). Coordenador do GT Epistemologia e Interfaces da Psicologia Analítica da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa (ANPEPP).